



XIX ENCONTRO NACIONAL

ABRAPSO

**DEMOCRACIA PARTICIPATIVA,  
ESTADO E LAICIDADE:  
PSICOLOGIA SOCIAL  
E ENFRENTAMENTOS EM TEMPOS DE EXCEÇÃO**

*Organizadores:*

**Emerson Fernando Rasera  
Maristela de Souza Pereira  
Dolores Galindo**



AbRAPSO EDITORA

# **Democracia participativa, Estado e laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção**

Emerson Fernando Rasera  
Maristela de Souza Pereira  
Dolores Galindo  
(Organizadores)



ABRAPSO EDITORA

Porto Alegre  
2017



**ABRAPSO**  
Associação Brasileira de Psicologia Social

## Sobre a ABRAPSO

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de profissionais da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o periódico de divulgação científica da entidade.

<http://www.abrapso.org.br/>

### **Diretoria Nacional da ABRAPSO 2016-2017**

**Presidente:** Emerson Fernando Rasera - UFU

**Primeira Secretária:** Maristela de Souza Pereira - UFU

**Segunda Secretária:** Dolores Cristina Gomes Galindo - UFMT

**Primeiro Tesoureiro:** Marco Antônio Torres - UFOP

**Segundo Tesoureiro:** Marcos Mesquita - UFAL

**Primeira Suplente:** Marília dos Santos Amaral – CESUSC

**Segunda Suplente:** Flávia Cristina Silveira Lemos - UFPA

**Primeira Presidenta:** Silvia Tatiana Maurer Lane (gestão 1980-1983)



ABRAPSO EDITORA

### **Equipe editorial**

Editora: Cleci Maraschin - UFRGS

Editora: Neuza Maria de Fatima Guareschi - UFRGS

Editora Executiva: Ana Lúcia Campos Brizola - UFSC

### **Conselho Editorial**

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicínio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúcia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV

**Revisão:** Carin Weber

**Editoração:** Spartaco Edições

**Capa:** Tamara Pereira de Souza



Atribuição

CC BY 4.0

Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

D383

Democracia participativa, estado e laicidade [recurso eletrônico]:  
psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção / Emerson  
Fernando Rasera, Maristela de Souza Pereira e Dolores Galindo  
(Organizadores) – Porto Alegre: ABRAPSO, 2017.

363 p.

Inclui bibliografia e glossário.

ISBN: 978-85-86472-40-4

1. Democracia. 2. Estado. 3. Laicidade. 3. Psicologia social. 4.  
Ativismo social. I. Emerson Fernando Rasera. II. Maristela de Souza  
Pereira. III. Dolores Galindo. IV. Título.

CDD – 302

## Realização:



**ABRAPSO**  
Associação Brasileira de Psicologia Social



**UFU** Universidade  
Federal de  
Uberlândia

## Apoio:



**CAPES**



**CNPq**  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

## Sobre os autores e autoras

**Alfredo Assunção-Matos** - Administrador, Mestre em Psicologia, discente do curso de Doutorado em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (bolsista CNPq).

*Email:* alfredoassuncao17@gmail.com

**Alice Hertzog Resadori** - Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestra em Direito, com ênfase em Direitos Humanos, pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter).

*Email:* ali.resadori@gmail.com

**Ana Paula da Cunha Rodrigues** - Psicóloga, Pós-graduada em Recursos Humanos - IAG Master PUC, Mestre em Psicologia Social/UERJ, Doutoranda em Psicologia/UFRJ. Atuação na área de Recursos Humanos por 22 anos. Professora auxiliar no IBMR.

*Email:* apcunhar@gmail.com

**Ana Paula Soares da Silva** - Professora Associada I do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP); Co-

ordenadora do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas (LAPSAPE/FFCLRP-USP).

*Email:* apsoares.silva@usp.br

**Bárbara Guimarães Costa Pacheco** - Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia. Possui especialização em Direitos Humanos pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Professora no curso de Psicologia no Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara - ILES/ULBRA.

*Email:* barbara.guima@hotmail.com

**Bernardo Parodi Svartman** - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil. Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Tem experiência docente na área de Psicologia com ênfase em Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária. Desenvolve experiências de extensão universitária no campo da educação popular junto a movimentos sociais.

*Email:* bernardo@usp.br

**Casé Angatu Xucuru Tupinambá (Carlos José Ferreira dos Santos)** - Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Ilhéus/Bahia); Doutor pela FAU/USP; Mestre pela PUC/SP; Historiador pela UNESP. Morador no Território Tupinambá em Olivença na Aldeia Gwarini Taba Atã e Militante na Luta pelos Povos Indígenas.

**Cássio Adriano Braz de Aquino** -Psicólogo e Administrador, mestre em Administração pela UFPb, doutor em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madrid e estágio pos-doutoral na mesma instituição. Professor Associado do Departamento de Psicologia UFC.

*Email:* brazdeaquino@gmail.com e brazaquino@ufc.br

**Claudia Mayorga** - Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri/ Espanha; Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes (UFMG).

*Email:* claudiamayorga@ufmg.br

**Cris Fernández Andrada** - Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (IP-USP). Desenvolve investigação pós-doutoral no Instituto de Psicologia dessa universidade, sob supervisão de Leny Sato, e apoio FAPESP (14/50801-2).

*Email:* cris.andrada@gmail.com

**Danichi Hausen Mizoguchi** - Doutor em Psicologia, professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

*Email:* danichihm@hotmail.com

**Danielle Milioli** - Doutoranda em Psicologia e Sociedade UNESP/Assis. Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela UFMT. Graduada em Psicologia pela UFSC.

*E-mail:* danimilioli@gmail.com

**Dímitre Sampaio Moita** - Psicólogo, mestre em Psicologia pela UFC, doutorando em Psicologia pela UFC. Membro do Núcleo de Psicologia do Trabalho – NUTRA/UFC.

*Email:* dimitremoita@gmail.com

**Dolores Galindo** – Professora do Departamento de Psicologia da UFMT onde também atua no Programa de Pós-Graduação em Psi-

ciologia e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea. Atua ainda como Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da UNESP.

*Email: dolorescristinagomesgalindo@gmail.com*

**Egeu Gómez Esteves** - Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (IP-USP), com pós-doutorado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (EAES-P-FGV). Professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

*Email: egeu.esteves@gmail.com*

**Emerson Fernando Rasera** - Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, pós-doutor pela University of New Hampshire (EUA). Professor associado II da Universidade Federal de Uberlândia e docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Bolsista CNPq.

*Email: emersonrasera@gmail.com*

**Flavia do Bonsucesso Teixeira** - Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, pós-doutora pela Università degli Studi di Milano (2010) e no Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/Unicamp (2017). Professora associada I da Universidade Federal de Uberlândia e docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família.

*Email: flavia.teixeira@ufu.br*

**Flávia Cristina Silveira Lemos** - Professora associada I de Psicologia Social/UFPA; Doutora em História pela UNESP, Mestre em Psicologia e Sociedade/UNESP e Psicóloga/UNESP. Bolsista de produtividade CNPQ-PQ2.

*Email: flaviacslemos@gmail.com*

**Gustavo Martineli Massola** - Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e editor-chefe da revista Psicologia USP (2012-2017). Membro do Grupo de Trabalho de Psicologia Ambiental da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.

*Email:* gustavomassola@usp.br

**Isabel Fernandes de Oliveira** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo; Professora Associada I da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria Social Marxiana, Políticas sociais, Políticas da Saúde e Assistência Social, formação e atuação de psicólogos.

*Email:* fernandes.isa@gmail.com

**Júlia Costa de Oliveira** - Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais e participante do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes (UFMG).

*Email:* co.julia@hotmail.com

**Luciana Santos Guilhon Albuquerque** - Psicóloga, Psicanalista, Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/UFRJ, Doutora em Psicologia/UFRJ, Professora substituta do Instituto de Psicologia/UFRJ.

*Email:* luguilhon@yahoo.com.br

**Luis Antonio dos Santos Baptista** - Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado em Sociologia Urbana na Universidade de Roma. Professor Titular do Instituto de Psico-

logia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do CNPQ.

*Email:* baptista509@gmail.com

**Luis Artur Costa** - Docente Adjunto do Departamento e PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Colaborador no grupo de pesquisa Corpo, Arte e Clínica; NUCOGS e no CRDH-NUPSEX.

*Email:* larturcosta@gmail.com

**Luís Guilherme Galeão-Silva** - Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social e Psicologia Comunitária atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria Crítica da Sociedade, Interdisciplinaridade nas ciências humanas, Reconhecimento recíproco, Psicologia Comunitária, Luta por Direitos.

*Email:* luisgaleao@usp.br

**Marcelo Gustavo Aguilar Calegare** - Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social (IP-USP). Professor Adjunto I de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas.

*Email:* mgacalegare@ufam.edu.br

**Márcia Hespanhol Bernardo** - Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

*Email:* marciahespanhol@hotmail.com

**Marco Aurelio Máximo Prado** - Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizou Estágios internacionais em diferentes instituições, entre elas a Universidade de Massachusetts/Fundação Fulbright na Cátedra de Estudos Brasileiros. É professor associado III da Universidade Federal de Minas Gerais. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFGM). Bolsista CNPq.

*Email:* mamprado@gmail.com

**Maristela de Souza Pereira** - Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia.

*Email:* maristela.ufu@gmail.com

**Mary Jane Paris Spink** - Professora Titular, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Psicologia Social pela London School of Economics, Inglaterra. Bolsista Produtividade do CNPq, nível 1A.

*Email:* mjspink@pucsp.br

**Paula Rita Bacellar Gonzaga** - Doutoranda em Psicologia Social na Universidade Federal de Minas Gerais e participante do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes (UFGM). Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA).

*Email:* paularitagonzaga@gmail.com

**Pedro Paulo Gastalho de Bicalho** - Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia. Professor Associado do Instituto de Psicologia, do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Programa de Pós-graduação

em Políticas Públicas de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de produtividade em pesquisa (CNPq).

*Email:* ppbicalho@ufrj.br

**Rafael Siqueira de Guimarães** - Psicólogo, performer, ativista e produtor cultural. Doutor em Sociologia pela Unesp. Professor do Instituto de Humanidades Artes e Ciências, Centro de Formação em Tecnociências e Inovação e do Programa de Pós Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia.

*Email:* rafael.guimaraes@cja.ufsb.edu.br

**Roger Raupp Rios** - Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com pós-doutorado na Universidade de Paris II; Professor do Mestrado em Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter); Desembargador Federal/TRF4.

*Email:* roger.raupp.rios@gmail.com

**Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro** - Psicóloga/UFRJ, Mestre em Psicologia/FGV, Doutora em Comunicação/UFRJ, Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP) do Instituto de Psicologia da UFRJ.

*Email:* rosapedro@globo.com

**Sandra Elena Sposito** - Psicóloga (UNESP/Bauru), Mestre em Educação para as Ciências (UNESP/Bauru), Doutora em Psicologia (UNESP/Assis). Professora Universitária da Fundação Educacional de Penápolis (FUNPE) e do IMESSM (Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manoel).

*Email:* sandrelena@uol.com.br

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	17
<b>Prefácio</b> .....	25

## SEÇÃO I

### Laicidade e Estado de exceção

Laicidade e políticas públicas de saúde.....	35
--	----

*Roger Raupp Rios e Alice Hertzog Resadori*

Os microfascismos cotidianos e a produção de subjetividades democráticas na ausência da república brasileira atual.....	49
---	----

*Flávia Cristina Silveira Lemos*

Sobre o Estado, democracia e múltiplas modalidades de violência: o processo de terceirização do sistema prisional brasileiro.....	65
---	----

*Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e Alfredo Assunção-Matos*

“O pessoal é político”: aborto e ação política.....	81
---	----

*Cláudia Mayorga, Júlia Costa de Oliveira e Paula Rita Bacellar Gonzaga*

A assistência social em tempos de capital barbárie.....	101
---	-----

*Isabel Fernandes de Oliveira*

## SEÇÃO II

### Comunidade, trabalho e ativismos

- A academia em (inter)ação nas periferias urbanas.....113  
*Mary Jane Paris Spink*
- Psicologia social comunitária e educação popular nos movimentos sociais contemporâneos.....127  
*Bernardo Parodi Svartman, Luiz Guilherme Galeão-Silva e Gustavo Martineli Massola*
- O trabalho no contexto brasileiro atual e os compromissos da Psicologia.....143  
*Marcia Hespanhol Bernardo e Maristela de Souza Pereira*
- Neoliberalismo e superexploração do trabalhador, reflexão prioritária para a psicologia social do trabalho.....159  
*Cássio Adriano Braz de Aquino e Dimitri Sampaio Moita*
- Sonho, história, loucura? Economia Solidária: um movimento de resistência no mundo do trabalho.....173  
*Cris Fernández Andrada e Egeu Gómez Esteves*
- Ativismo e mídias sociais: dinâmicas de vigilância e resistências.....193  
*Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, Luciana Santos Guilhon Albuquerque e Ana Paula da Cunha Rodrigues*
- Psicologias e transexualidades: escritos e escrituras da psicologia brasileira...209  
*Bárbara Guimarães Costa Pacheco, Emerson Fernando Rasera, Marco Aurélio Máximo Prado e Flávia do Bonsucesso Teixeira*
- Desafios para a manutenção da despatologização das homossexualidades na psicologia brasileira.....227  
*Sandra Elena Sposito*

## SEÇÃO III

### Resistências nos campos e nas cidades

- Para esquecer futuros salvíficos, e permanecer com o problema.....243  
*Dolores Galindo e Danielle Milioli*
- Por uma Psicologia decolonial: (des) localizando conceitos.....263  
*Rafael Siqueira de Guimarães*
- Cartas indígenas.....277  
*Casé Angatu Xucuru Tupinambá*
- Rumo a uma abordagem psicossocial da florestalidade (ruralidade) amazônica.....293  
*Marcelo Gustavo Aguilar Calegare*
- Pesquisa e atuação da psicologia na cidade e no campo: apontamentos e deslocamentos produzidos desde a categoria espaço.....309  
*Ana Paula Soares da Silva*
- A gestão e o fogo: os restos da cidade e as chamas sem fim.....323  
*Danichi Hausen Mizoguchi*
- Artes da Cidade. O sagrado e a barbárie de um homem comum.....341  
*Luis Antonio dos Santos Baptista*
- Ficção em ensaios urbanos: subvertendo juízos à técnica pelo delírio da cidade.....372  
*Luis Artur Costa*



# Apresentação

O Brasil vive um período histórico marcado pela perda de direitos, pelo levante neoliberal, pelo recrudescimento da ultradireita, de movimentos claramente fascistas, o que exige reflexão crítica e apontamentos para novos caminhos. Buscando contribuir com essa tarefa, este livro reafirma o papel da Psicologia Social na transformação da realidade brasileira.

Resultado de debates entre diferentes pesquisadoras/es<sup>1</sup>, os textos que compõem este livro buscam discutir as relações entre o Estado e a Democracia, tendo em consideração o golpe político de 2015-2016, ainda em curso, que repercute de maneira direta em todas as instâncias sociais, objetivas e subjetivas, e que atravessa e delimita as formas de viver das brasileiras e dos brasileiros no contexto atual. Propõem ainda resgatar a laicidade enquanto marco central para viabilização do diálogo, para defesa das diferenças como direitos, da liberdade para movimentos de resistência e de reflexões calcadas no respeito à diversidade e às várias formas de pensamento, aspectos esses fundamentais em tempos de ondas reacionárias e conservadoras como temos presenciado.

---

1 Este livro traz uma seleção de textos de alguns simposistas convidados para o XIX Encontro Nacional da ABRAPSO. Esta edição tem sua publicação na versão impressa e também digital, com o intuito de propiciar ampla divulgação dos debates ocorridos durante o evento.

Diante dessas questões, os capítulos buscam aprofundar as discussões sobre a necessidade de se criar redes de enfrentamento e formas estratégicas de resistência frente à barbárie que estamos vivenciando. Esperamos que esta obra possa auxiliar a potencializar mobilizações e fomentar propostas e ações coletivas que se posicionem contra as ameaças e façam frente ao autoritarismo vigente, promovendo a consolidação de esforços de vários segmentos e atores sociais em prol de uma sociedade mais justa, equânime e democrática.

Partindo da temática geral do livro, os capítulos estão agrupados em três eixos. O primeiro compõe a seção Laicidade e Estado de Exceção, aglutinando as discussões sobre o contexto político atual e a ação do Estado nas definições políticas que incidem sobre o mundo objetivo e sobre as subjetividades, aspectos que têm fomentado violências e atrocidades de diversas ordens, não sendo exagero afirmar que temos presenciado um levante fascista e bárbaro.

No primeiro capítulo dessa seção, “Laicidade e políticas públicas de saúde”, Roger Raupp Rios e Alice Hertzog Resadori analisam o conceito de laicidade, seus fundamentos e o modelo presente na Constituição brasileira de 1988, para então refletir sobre sua aplicação no campo das políticas públicas de saúde.

Em “Os microfascismos cotidianos e a produção de subjetividades democráticas na ausência da república brasileira atual”, Flávia Cristina Silveira Lemos busca pensar o presente da sociedade brasileira, analisando as subjetividades, os microfascismos e a democracia vigentes. São problematizados os atuais ataques aos parâmetros democráticos e éticos e o recrudescimento de uma sociedade fascista no Brasil.

No capítulo “Sobre o Estado, democracia e múltiplas modalidades de violência: o processo de terceirização do sistema prisional brasileiro”, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e Alfredo Assunção-Matos analisam as consequências da privatização dos estabelecimentos prisionais. A partir de uma leitura crítica sobre as prisões no contexto neoliberal, apontam os impasses e violências produzidos e a neces-

cidade de avaliação de uma política que não foi demandada pela população e tampouco construída com o controle social.

O texto “‘O pessoal é político’: aborto e ação política”, de Cláudia Mayorga, Júlia Costa de Oliveira e Paula Rita Bacellar Gonzaga, analisa as narrativas de mulheres que vivenciaram o abortamento e reflete sobre a dimensão política das experiências narradas a partir das descrições do processo decisório, da relação com outras mulheres e do uso do discurso feminista na significação da experiência.

Encerrando essa seção, Isabel Fernandes de Oliveira discute “A assistência social em tempos de capital barbárie”, e contribui para a reflexão sobre a ampliação da agenda neoliberal no Brasil e os ataques às políticas sociais no pós-golpe de 2016. Ela analisa, especialmente, a política de assistência social e mostra como essa sempre foi um campo de disputa entre os que buscam um Estado protetivo e aqueles que operam para o seu desmonte.

Na seção intitulada Comunidade, trabalho e ativismos são apresentadas algumas possibilidades de ações emancipatórias junto a comunidades, no campo do trabalho, das mídias e das sexualidades, orientadas pela Psicologia Social.

Mary Jane Paris Spink analisa “A academia em (inter)ação nas periferias urbanas”, problematizando a possibilidade de diálogo entre universidade e sociedade a partir de suas pesquisas em M’Boi Mirim, periferia de São Paulo. Discutindo a postura ético-política na pesquisa e a reconfiguração da pesquisa-ação em contextos complexos, aponta a necessidade de repensar a circulação das informações produzidas na academia para que transformações possam ocorrer.

Também focalizando ações em comunidades da periferia, Bernardo Parodi Svartman, Luiz Guilherme Galeão-Silva e Gustavo Martirelli Massola, em seu texto “Psicologia social comunitária e educação popular nos movimentos sociais contemporâneos”, analisam pesquisas desenvolvidas com Fóruns Sociais de São Paulo e discutem as práticas pedagógicas e o estímulo à participação política promovidos

por esses movimentos sociais, bem como a marca da totalidade social no desencadeamento das suas lutas.

Em “O trabalho no contexto brasileiro atual e os compromissos da Psicologia”, Marcia Hespagnol Bernardo e Maristela de Souza Pereira analisam as mudanças decorrentes do atual cenário político nacional, especialmente aquelas que atingem os trabalhadores e as trabalhadoras, convidando os profissionais e estudantes de Psicologia a refletirem sobre seu papel e compromissos nesse contexto, com vistas a contribuir para a análise e enfrentamento dessa situação.

Seguindo essa mesma linha de análise, Cássio Adriano Braz de Aquino e Dímitri Sampaio Moita, no capítulo “Neoliberalismo e superexploração do trabalhador, reflexão prioritária para psicologia social do trabalho”, fazem uma reflexão teórica sobre as consequências da superexploração do trabalho e convocam os psicólogos sociais a uma maior articulação política no enfrentamento às ameaças das condições de vida dos trabalhadores.

Ainda focalizando o campo do trabalho, em “Sonho, história, loucura? Economia Solidária: um movimento de resistência no mundo do trabalho”, Cris Fernández Andrada e Egeu Gómez Esteves discutem o movimento da Economia Solidária e criticam análises dualistas sobre seus limites e potencialidades. A partir de resultados de pesquisas empíricas na área, apontam as contribuições da Economia Solidária para a saúde e a subjetividade dos(as) trabalhadores(as).

Em “Ativismo e mídias sociais: dinâmicas de vigilância e resistências”, Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, Luciana Santos Guilhon Albuquerque e Ana Paula da Cunha Rodrigues pesquisam as vigilâncias e resistências produzidas durante as manifestações de 2013 no Brasil. A partir da Teoria Ator-Rede e da Cartografia das Controvérsias, problematizam as redes construídas entre ativistas, jornalistas, celulares e redes sociais e as práticas democráticas e autoritárias produzidas.

Os dois últimos capítulos da seção discutem questões relacionadas à despatologização de expressões das sexualidades. Em “Psicologias e transexualidades: escritos e escrituras da psicologia brasileira”, Bárbara Guimarães Costa Pacheco, Emerson Fernando Rasera, Marco Aurelio Máximo Prado e Flavia do Bonsucesso Teixeira analisam a produção científica da Psicologia sobre o tema da transexualidade e apontam para a existência de perspectivas que associam a transexualidade a um diagnóstico, bem como de um movimento pela despatologização das transexualidades.

Sandra Elena Sposito, no capítulo “Desafios para a manutenção da despatologização das homossexualidades na psicologia brasileira”, resgata a história de constituição da Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia e analisa as ameaças político-jurídicas atuais que buscam afirmar a homossexualidade como patologia e as práticas psicológicas de reversão. A autora defende uma Psicologia pautada nos Direitos Humanos e na laicidade e que reafirme a despatologização das homossexualidades.

Por fim, na terceira seção do livro, encontramos trabalhos que focalizam práticas de resistência nos campos e nas cidades, abordando aspectos relacionados às populações indígenas, urbanas e rurais.

Em “Para esquecer futuros salvíficos, e permanecer com o problema”, Dolores Galindo e Danielle Milioli, num ensaio multifacetado de pequenas histórias sobre estudos científicos e experimentações artísticas, imaginam e exploram zonas de florescimento entre espécies, criando formas alternativas aos espetáculos midiáticos denunciastas, bem como às narrativas salvacionistas.

No capítulo seguinte, intitulado “Por uma psicologia decolonial: (des) localizando conceitos”, Rafael Siqueira de Guimarães apresenta um ensaio no qual discute a possibilidade de construção de uma Psicologia decolonial. Dialoga, para isso, com as contribuições de Franz Fanon, Grada Kilomba, Chimamanda Adichie e os principais

operadores teóricos do giro decolonial. Finaliza o texto propondo o pensamento crítico de fronteira para a Psicologia Social.

Na sequência, “Cartas indígenas”, de Casé Angatu Xucuru Tupinambá, oferece um testemunho de resistência por meio de variados relatos sobre a experiência indígena. Eles são um alerta sobre os retrocessos na demarcação das terras indígenas e a violência genocida. Produzem também a oportunidade de pensar o lugar das questões indígenas na Psicologia Social, em sua pesquisa, ensino e atuação social.

Marcelo Calegare, no capítulo “Rumo a uma abordagem psicossocial da florestalidade (ruralidade) amazônica”, coloca em questão o binômio urbano-rural e aposta no conceito de florestalidade para análise do universo amazônico. A partir do campo interdisciplinar da Psicologia Rural, o autor destaca o papel da Psicologia Social e do trabalho comunitário junto a populações desfavorecidas na configuração de uma perspectiva latino-americana na análise das questões psicossociais e rurais.

Em “Pesquisa e atuação da psicologia na cidade e no campo: apontamentos e deslocamentos produzidos desde a categoria espaço”, Ana Paula Soares da Silva aborda os conceitos de campo e cidade enquanto totalidade, materialidades não fragmentadas, complexas, cujas histórias são interdependentes e coconstitutivas. Busca, assim, repositonar o foco, não voltado ao rural, ou à cidade em si, mas aos modos de ocupação do espaço na contemporaneidade e suas relações com a produção das subjetividades.

Focalizando o debate na reflexão sobre as cidades, Danichi Hausen Mizoguchi, em “A gestão e o fogo: os restos da cidade e as chamas sem fim”, analisa as relações entre cidade e política, a partir dos escritos de Walter Benjamin e Michel Foucault. Em um ensaio que combina falas de gestores e descrições de pequenos acontecimentos urbanos, o autor mostra uma cidade como mundo intenso, campo de transformação, sempre reinventado.

No capítulo “Artes da cidade. O sagrado e a barbárie de um homem comum”, Luis Antonio dos Santos Baptista investiga as relações entre subjetividade e capitalismo no Brasil contemporâneo. O autor analisa as experiências das atuais prefeituras do Rio de Janeiro e São Paulo e suas relações com o neopentecostalismo e com o mercado. Nesse exercício analítico, utiliza as contribuições de Walter Benjamin, Wislawa Szymborska e João do Rio. A partir da categoria do homem comum, destaca a atual ampliação dos sujeitos e das práticas da barbárie.

Em “Ficção em ensaios urbanos: subvertendo juízos à técnica pelo delírio da cidade”, Luis Artur Costa articula Psicologia Social e ficção na investigação do cotidiano na cidade. Em um ensaio conceitual-empírico-ficcional, o autor coloca em questão as tecnologias de subjetivação ao pôr em movimento “regimes de visibilidade, pensabilidade, sensibilidade” sobre a cidade.

O público-alvo do livro abarca especialmente os pesquisadores, docentes e psicólogos envolvidos no debate da Psicologia Social, mas pode atingir estudantes, ativistas, membros de movimentos sociais, profissionais do campo das ciências sociais e todos os cidadãos que possuam interesse em discutir os rumos da democracia no Brasil.

Esperamos que a leitura do livro seja um convite ao pensamento e à ação que transformem a realidade da sociedade brasileira rumo a uma democracia participativa, em um Estado laico, em que vigorem outros modos de vida, inclusivos e criativos, e que não teme se colocar no cerne dos debates sobre os sentidos da democracia, hoje.



# Apontamentos sobre o presente e a ABRAPSO, a título de prefácio

Andrea Vieira Zanella<sup>1</sup>

Brasil – 2013... 2016... 2017... Acontecimentos sacodem o gigante adormecido e incendiam ânimos. Forças diversas se digladiam, manifestam-se raivosamente, destilam ódios, rancores, paixões alegres e tristes. Na esteira desses acontecimentos, a praça e a rua revivem sua condição de Ágora, espaço por excelência da política.

A esses espaços concretos, e com protagonismo indubitável para essa mesma revivescência, agregaram-se as complexas vias da comunicação virtual, a multiplicar exponencialmente as possibilidades de (des)encontros, de debates, de embates, as próprias tensões. Contextos online até então aparentemente apaziguados somaram-se às ruas e praças como lugares privilegiados para essas tensões. Exemplos são os grupos de WhatsApp que até então reuniam familiares e amigos para conversas e trocas despreziosas, por vezes para a exposição em círculos restritos do politicamente incorreto. As trocas foram se intensificando ao ritmo das pautas midiáticas e da espetacularização

---

<sup>1</sup> Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista em produtividade do CNPq.

de análises assentes em princípios de bem e mal, de heróis e vilões, ao ponto de se tornarem palco para ataques e intolerâncias de variadas ordens. Não raro esses grupos se esfacelaram, posicionando-se seus integrantes em lados presumivelmente opostos, na esteira das lógicas maniqueístas tão ao gosto de morais simplificadoras e reducionistas.

Esses acontecimentos, expressão de algum novo em processo, no país não propriamente desejado, amalgamado à revivescência de um passado calado, negado, supostamente esquecido, causa perplexidade. Nos aproximam de uma ambiência democrática, por certo, com as tensões que a conotam, os debates, o divergir, com o que caracteriza o político em sua dimensão disruptiva, como dissenso. Mas também assusta, pois dos debates e trocas, aos embates característicos da democracia, vimos se sobreporem acusações, disputas e ações a reiteradamente negar direitos sociais arduamente conquistados em um país marcado por totalitarismos e uma lógica de favores. Triste cenário em que, sob a égide das tecnologias da informação e da comunicação, com a possibilidade de acesso a informações como até então não podíamos imaginar, parecemos chafurdar na superfície de notícias frágeis, desencontradas, de opiniões rasas, de acobertamentos e testemunhos seletivos, de investigações interessadas e arquivamentos sem a devida negação de fatos que levaram à abertura do próprio processo.

Estamos vivendo, eis a sensação, em um inferno dantesco tal como a ele se refere George Didi-Huberman (2014). O filósofo/crítico de arte francês menciona a obra de Dante Alighieri em um livro que traz no próprio título a referência a um texto de outro italiano, o cineasta/filósofo/escritor Pier Paolo Pasolini. Em artigo publicado em 1975 no jornal *Corriere della Sera*, Pasolini aponta o desaparecimento dos vagalumes na década de 1960, consequência da poluição do ar e da água, como metáfora para afirmar o desaparecimento das resistências ao fascismo na Itália pós Segunda Guerra Mundial. Ao fascismo fascista de Mussolini, afirma, sucedeu o fascismo democrata cristão, caracterizado pela continuidade dos códigos, a violência

policial, o desprezo pela Constituição: “A democracia que os antifascistas democristãos opunham à ditadura fascista era despudoradamente formal”, denunciou Pasolini.

O excesso de luzes característico do fascismo de Mussolini, com sua ode desenvolvimentista e ocultamento de violações aos direitos humanos, ofuscava os vagalumes, seres frágeis e efêmeros, errantes, existências-resistências. A democracia cristã, por sua vez, foi além: os fez desaparecer sob o véu de uma aparente democracia, limitada a algumas mudanças, porém sem a transformação de valores que sustentavam um e outro regime, como a igreja, a pátria, a família, a obediência, a disciplina, a ordem, a economia, a moralidade.

A discussão de Pasolini expressava seu próprio cansaço, sua desilusão com o que não via acontecer, com a morosidade das mudanças conclamadas e que ocorriam somente na superfície, posto que embaçadas pelas tradições e costumes conservadores de um país que pouco fazia para transformá-los e para transformar-se. Um cenário em que vagalumes, lampejos-resistências, para ele não mais existiam<sup>2</sup>.

Pois bem. Tenho tentado olhar o presente a partir do que pude vivenciar nas últimas décadas, na condição de parte e partícipe do processo de democratização do país. E ao desencanto de Pasolini, que insiste em me assaltar como meu próprio desencanto em relação ao hoje e às resistências possíveis diante de cenário tão adverso, tenho procurado cotejar a aposta de Didi-Huberman na sobrevivência dos vagalumes. Sobrevivências que “não prometem nenhuma ressurreição (haveria algum sentido em esperar de um fantasma que ele ressuscite?). Elas são apenas lampejos passeando nas trevas, em nenhum caso o acontecimento de uma grande ‘luz de toda luz’. Porque elas

---

2 O desaparecimento dos vagalumes, apontado por Pasolini em seu artigo ao *Corriere della Sera*, é assim compreendido por Didi-Huberman (2011, p. 41): “Os vagalumes desapareceram, isto quer dizer: a *cultura*, em que Pasolini reconhecia, até então, uma prática – popular ou vanguardista – de *resistência* tornou-se ela própria um instrumento de *barbárie* totalitária, uma vez que se encontra atualmente confinada no reino mercantil, prostitucional, da *tolerância* generalizada” (grifos do autor).

nos ensinam que a destruição nunca é absoluta – mesmo que fosse ela contínua –, as sobrevivências nos dispensam justamente da crença de que uma ‘última’ revelação ou salvação ‘final’ sejam necessárias à nossa liberdade” (Didi-Huberman, 2014, p. 84).

Pensar sobre luzes e vagalumes se apresenta, nesta escrita, como dispositivo para olhar o presente e, em resposta ao convite para prefaciar esta coletânea de textos, para olhar a psicologia social praticada pela ABRAPSO. Trata-se de um olhar solto, descomprometido de preceitos acadêmicos e de uma perspectiva cronológica, posto que livre em sua possibilidade de flunar. Não focarei, por conseguinte, a associação em sua condição institucional, suas transformações, e tampouco o que vem sendo produzido por seus associados nesses mais de 35 anos de existência<sup>3</sup>. Focarei alguns lampejos que se anunciam para mim como possíveis vagalumes, a perdurar em minhas lembranças, mantendo acesa a chama da esperança em um porvir outro.

Estamos distantes dos primórdios da Associação, inaugurada na esteira dos acontecimentos que marcaram o início da abertura política no Brasil e que levaram ao fim da ditadura militar de 1964-1985. Uma associação de luta, combativa, tanto na esfera da política mais ampla como nas políticas do cotidiano. Um pensar psicologia em sua dimensão disruptiva, na contramão das perspectivas essencialistas, a-históricas e normalizadoras vigentes na época e que parecem

---

3 Na página da Abrapso há produções que contam sua história e constituem importante testemunho de sua trajetória ([www.abrapso.org.br](http://www.abrapso.org.br)). Com relação às práticas de seus associados, o volume 28, número 3 de 2016 da *Revista Psicologia & Sociedade* dedica-se a analisar a produção publicada nos 30 anos do periódico. Seus editores anunciam aos leitores o que ali se apresenta: “Não há nada na Psicologia Social que a defina a não ser aquilo que ela produz, em uma rede heterogênea que inclui artefatos, acontecimentos, lugares, pessoas e grupos. Cada um dos artigos publicados na *Revista Psicologia & Sociedade* ao longo desses 30 anos aborda essa construção plural e enredada da Psicologia Social, sobretudo, cada um desses textos constitui aquilo que uma certa Psicologia Social se tornou, ou seja, nossa atualidade. Eles permitem que acompanhem a movimentação de saberes e práticas; deslocamentos, rupturas e permanências na constituição de um campo de saber plural, mesmo quando nomeado no singular” (Huning et al., 2016, p. 411).

ressurgir, na esteira dos conservadorismos travestidos de cientificidade, pautados em uma moral dos bons costumes, da tradição, da família, de subjetividades “normais”, da disciplina e da ordem.

Naqueles tempos, a psicologia social que praticávamos era frágil, assim como o era a própria democracia que começava a dar seus primeiros passos após duas décadas de regime militar. Frágil, importante assinalar, em comparação com a força das práticas psi dominantes e todo o aparato acadêmico-institucional que as sustentava. Mas essa psicologia impertinente, inventiva, crítica, fazia-se presente em espaços vários, os quais foram se ampliando ao longo dos anos. Agregava pessoas que compartilhavam paixões alegres e a esperança de poderem contribuir para a construção de um país outro, de condições de vidas outras, multiplicando assim sua própria presença no cenário acadêmico, profissional, político, na pulsante e diversificada cena cotidiana. Acreditávamos sinceramente e investíamos apaixonadamente em nossa potência de produção de conhecimentos e práticas outras, na possibilidade de condições de vidas outras, melhores, para todos e todas. Os encontros nacionais, regionais e locais eram momentos em que vagalumes se encontravam, compartilhavam experiências e dançavam alegres em palcos de chão batido. A proximidade, a escuta e a aposta no outro, em seus saberes e práticas (alguns claudicantes em seus fundamentos, por certo, mas nem por isso menos potentes), convergiam quanto ao desejo de produção de alguma diferença, e nos mobilizavam.

A Abrapso, mais que uma associação profissional, constituiu-se nas suas duas primeiras décadas em um grupo de referência para muita gente. Seus encontros reuniam pessoas que retornavam evento após evento, movidas pelo prazer do compartilhar experiências, de estar juntas, de *conviver*.

A Abrapso foi, nos seus 35 anos de existência, sendo ampliada, adensada, os referenciais teóricos diversificados, as discussões complexificadas. O chão batido, metáfora para a condição artesanal com que os eventos eram organizados e as publicações impressas e divul-

gadas, foi sendo substituído pelo palco iluminado e as exigências de indexação. Profissionalizou-se, a Abrapso, uma necessidade diante do número cada vez mais elevado de participantes dos Encontros Nacionais e Regionais. Seu periódico, a *Revista Psicologia & Sociedade*, está em alto nível na agência de fomento responsável pela avaliação da pós-graduação brasileira. A ela agregaram-se coletâneas e livros publicados pela Editora da Abrapso, a qual compartilha produções sobre temáticas variadas e contribui para a difusão de um modo problematizador de pensar a psicologia social e seu lugar na esfera do vivido.

Mas como tem a Abrapso – e como temos nós, a ela afiliados – se/nos posicionado diante dos acontecimentos que insistentemente aviltam as conquistas de nossa frágil democracia? O que temos feito nesses tempos de excesso de luz, excesso de mídia, de notícias, de superexposição? Tempos em que todos falam, gritam, esperneiam, esconjuram, e poucos escutam?

Há vagalumes que, fragilmente, seguem bailando e emitindo lampejos, em um cenário onde pessoas se aproximam dos holofotes, quicá com a expectativa dos minutos de fama que podem vir a lhes ser destinados no palco das projeções intermitentes; quicá esperançosas com sua improvável duração e os supostos bons efeitos que possam vir a produzir. Mas os efeitos, se eclodem, são adversos; sucumbem ao brilho evanescente dos refletores que lançam suas luzes incansavelmente, desviando as atenções para focos específicos, conduzindo os corpos para lugar nenhum, fazendo-os orbitarem em volta de pautas supostamente coletivas.

Mas os vagalumes sobrevivem, e creio que a Abrapso abriga alguns deles.

A associação tem conseguido, apesar das tensões internas que por vezes contribuem para dispersar esforços e enfraquecer as lutas ao invés de potencializá-las, manter viva a chama da contestação, da resistência, da denúncia. De variadas maneiras, com variadas intensidades, a partir de diferentes referenciais teóricos e metodológicos.

A Abrapso diversificou-se, multiplicou-se, complexificou-se. Os textos que compõem este livro expressam essa condição plural e ao mesmo tempo mantêm viva a perspectiva crítica que agrega seus filiados e simpatizantes. Um modo de posicionar-se que não se cala diante do contexto adverso em que nos vemos imersos, com retrocessos na esfera dos direitos, na política, na vida. A democracia é foco dos debates; os tempos de exceção em que vivemos, de denúncia. São textos-vagalumes, discretos lampejos de pensamento à espera de leitores e leitoras que possam vir a compor um coletivo dançante, a multiplicar as pequenas forças-resistências cada vez mais necessárias nesses tempos que insistem em ofuscar o que não é um mesmo.

Talvez, diante de tanta desesperança e retrocesso, seja esse um possível: apostar na força de lutas várias, em diferentes frentes; investir na potência tanto de coletivos como na do um; acreditar na possibilidade de fertilizar a terra árida para poder voltar a semeá-la. Um trabalho lento, insistente, quicá frágil e ínfimo, tal como os vagalumes.

Os vaga-lumes, depende apenas de nós não vê-los desaparecerem. Ora, para isso, nós mesmos devemos assumir a liberdade do movimento, a retirada que não seja fechamento sobre si, a força diagonal, a faculdade de fazer aparecer parcelas de humanidade, o desejo indestrutível. Devemos, portanto, - em recuo do reino e da glória, na brecha aberta entre o passado e o futuro – nos tornar vaga-lumes e, dessa forma, formar novamente uma comunidade do desejo, uma comunidade de lampejos emitidos, de danças, apesar de tudo, de pensamentos a transmitir. Dizer *sim* na noite atravessada de lampejos e não se contentar em descrever o *não* da luz que nos ofusca (Didi-Huberman, 2011, p. 155 – grifos do autor).

## Referências

Didier-Huberman, G. (2011). *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.

Hüning, S. M., Medrado, B., Bernardes, A. G., Souza, L. V., & Kind, L. (2016). Psicologia & Sociedade: três décadas de produção crítica. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 410-411.

Pasolini, P. P. (1975). “Il vuoto del potere” ovvero “l’articolo delle lucciole”. *Corriere della Sera*, 1 febbraio 1975. Recuperado de: <http://www.corriere.it/speciali/pasolini/potere.html>

**SEÇÃO I**  
**Laicidade e Estado de exceção**

# Laicidade e políticas públicas de saúde

Roger Raupp Rios

Alice Hertzog Resadori

Este capítulo tem como objetivo analisar as relações entre a laicidade constitucional e a formulação e a execução de políticas públicas de saúde. Para tanto, apresenta, na primeira parte, o conceito de laicidade e modelo constitucional brasileiro de laicidade e, na segunda, analisa as exigências e repercussões da laicidade constitucional na formulação e na execução de políticas públicas de saúde.

## **Laicidade no direito constitucional brasileiro**

A análise das exigências e repercussões da laicidade na formulação e na execução das políticas públicas de saúde requer que se examinem, inicialmente, o conceito e os fundamentos da laicidade constitucionalmente estabelecidos na Constituição de 1988.

## ***O conceito e os fundamentos da laicidade na Constituição de 1988***

Esta seção<sup>1</sup> trata dos fundamentos constitucionais da laicidade considerados a partir de ideais democráticos presentes no constitucionalismo ocidental. Sem qualquer menosprezo a outras experiências, muito menos às relações entre determinados modelos de laicidade e à ideia ocidental de modernidade (Cady & Hurd, 2010; Wohlrab-Sahr & Burchardt, 2012) com implicações colonialistas (Keane, 2000; Morin & Ramadan, 2014; Sabet, 2008), centra-se a atenção nesses elementos a partir do debate brasileiro contemporâneo, em particular à experiência democrática iniciada desde a derrocada da ditadura militar (1964-1985) e ao texto constitucional de 1988.

A laicidade é uma resposta ao desafio da pluralidade religiosa no mundo moderno e contemporâneo. Politicamente, emerge das guerras religiosas e da necessidade de encontrar um modo de convívio possível e pacífico, descartadas as alternativas da opressão de minorias religiosas e da eliminação da diversidade religiosa (Canotilho, 2003); é mais um método que um conteúdo, diz Bobbio (2014); é uma condição para a convivência de todas as possíveis culturas. Juridicamente, a laicidade engendrará diferentes arranjos constitucionais, destacando-se, na experiência ocidental, os modelos da neutralidade religiosa e da pluriconfessionalidade.

De fato, as religiões colocam desafios ao convívio democrático e plural quando pretendem ser abrangentes, fundamentalistas ou integristas e proselitistas (Lopes & Vilhena, 2013), (a) ao requerem que seus adeptos sigam sua doutrina em todas as dimensões de suas vidas, sobrepondo seus deveres morais religiosos àqueles decorrentes da participação de seus seguidores na comunidade política nacional; (b) ao pretenderem estabelecer conteúdos indiscutíveis, vinculados-

---

1 Valemo-nos, nesta seção, das reflexões desenvolvidas no artigo Rios, R. R., Resadori, A. H., Silva, R., & Vidor, D. M. (2017). Laicidade e Conselho Federal de Psicologia: dinâmica institucional e profissional em perspectiva jurídica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(1), 159175.

res de todas as dimensões da vida de seus fiéis; e (c) ao fazerem da ampliação de seu grupo de seguidores um objetivo fundamental, as religiões entram em rota de colisão com o pluralismo e a diversidade, cujo pressuposto é precisamente o convívio simultâneo e não excludente de diferentes visões de mundo, decorrentes ou não de convicções religiosas.

Exatamente por atentar especialmente na importância do pluralismo e da diversidade, a laicidade apresenta-se como o arranjo político-institucional e a configuração jurídico-constitucional mais apropriados à proteção das liberdades de pensamento, de opinião e de crença. Com efeito, a laicidade revela-se princípio de organização estatal que possibilita, simultaneamente, a proteção em face do perigo de intervenção e manipulação estatal no âmbito religioso e a defesa de indivíduos e de grupos diante da tentativa de majorias que almejem impor suas convicções religiosas sobre os demais por meio do processo político.

Nunca é demais salientar a relação entre a afirmação da liberdade religiosa e as proibições constitucionais de interferência estatal nas religiões e de intromissão de argumentos religiosos na vida estatal. Nesse campo, não há oposição entre laicidade e liberdade religiosa (Sarmiento, 2008). Ao contrário, a laicidade tem, dentre seus conteúdos essenciais à esfera de liberdade em favor de indivíduos e grupos, a tomada de posição diante do fenômeno religioso como bem entenderem, adotando ou rejeitando crenças religiosas, nas quais se inclui, evidentemente, o ateísmo. A laicidade cumpre a função, portanto, de garantia institucional para a liberdade religiosa, cujo alcance inclui não somente a esfera pública, mas também as relações entre privados, o que pode ser percebido pelo fenômeno do assédio religioso no ambiente de trabalho (Lorea, 2008).

A relação entre laicidade e igualdade é também direta e inestimável. A laicidade, como princípio de organização da vida estatal na democracia, leva a sério a igualdade de todos os cidadãos. Ela impede vantagens ou prejuízos na esfera estatal a indivíduos e grupos por

motivo de crença religiosa. Afastando qualquer consideração religiosa do debate político estatal, viabiliza a igualdade de todos diante do Estado ao tornar argumentos religiosos não somente irrelevantes no processo de deliberação estatal, como também proscrevê-los.

Na laicidade, a irrelevância e o afastamento de conteúdos religiosos da esfera política estatal decorrem dos pressupostos necessários para o convívio democrático em sociedades plurais, cujo teor não se coaduna à dinâmica de argumentos de fé. Em sociedades democráticas, dada a valorização e o respeito ao pluralismo, os processos de tomada de decisão política e a execução das políticas públicas necessitam ser acessíveis a todos os cidadãos, tanto pelos instrumentos de participação disponíveis quanto pela possibilidade de compreensão e debate público das razões invocadas no processo político. Argumentos religiosos, ao veicular certos conteúdos e defender certas posições, fundam-se na obediência àquilo que se acredita revelado pela divindade, não na razão humana, que busca apreender e compreender a realidade de modo esforçado, metódico, humilde e aberto à dúvida e à contestação. Daí não haver, conforme postula a laicidade, espaço para argumentos religiosos no processo de deliberação política estatal. Assim não fosse, estariam feridas de morte a liberdade religiosa, a igualdade de todos os cidadãos, o pluralismo e a diversidade. Deliberações majoritárias e decisões jurídicas tomadas de acordo com o processo constitucional só respeitam a liberdade religiosa de todos, a igualdade perante a lei, o pluralismo político e a diversidade se produzidas com base em argumentos racionais, acessíveis à compreensão e ao debate de todos os cidadãos. Adotar uma política pública com fundamento na crença religiosa de alguns (ainda que amplamente majoritários) exclui do procedimento decisório todos os demais que não compartilham da mesma fé, criando desigualdade entre os cidadãos perante o Estado devido à crença religiosa e ferindo de morte a própria liberdade religiosa.

Argumentos religiosos são, por definição, incompatíveis com tais imperativos democráticos, dada sua origem na revelação divina. Para

quem professa essa ou aquela religião, não há espaço para compromissos em matéria de fé. Não há negociação diante da vontade divina, pois nesse terreno qualquer composição implica contrariedade aos desígnios divinos e traição àquilo que se considera a única e indiscutível verdade. A democracia pluralista, ao contrário, é o domínio da diversidade de opiniões e crenças, cujo convívio requer composição, negociação e conciliação diante de pontos de vista divergentes, numa dinâmica aberta à tomada de decisões mutáveis ao longo do tempo. Mesmo os mais caros conteúdos políticos e jurídicos, sem dúvida fora do espaço da negociação e da deliberação políticas, são frutos de decisões humanas historicamente construídas. Disposições constitucionais que expressam valores merecedores de especialíssima proteção constitucional (como, por exemplo, a igual dignidade de todos os seres humanos e a proibição da tortura) não deixam de ser decisões políticas humanas fundamentais.

No debate sobre os elementos essenciais ao conceito de laicidade, destacam-se: (a) a legitimidade das instituições políticas radicada na soberania popular, não mais em conteúdos religiosos (Blancarte, 2008); (ii) a “relação-chave” com os direitos fundamentais de liberdade religiosa, de consciência e de igualdade (Huaco, 2008); e (c) tratar-se de instrumento para gestão das liberdades e direitos de todos os cidadãos (Blancarte, 2008).

### ***Neutralidade e pluriconfessionalidade laicas***

Tendo presente a compreensão constitucional do Estado laico, qual o modelo de laicidade da Constituição de 1988? Ainda que o processo constituinte tenha registrado movimentação e tensão religiosas diante de vários temas (Pierucci & Prandi, 1996; Pinheiro, 2008), o resultado do processo constituinte foi a afirmação do Estado laico, por meio da separação institucional entre Estado e religião, com possibilidade de cooperação em determinadas áreas entre o Estado e as igrejas (o inciso I do art. 19 veda a vinculação do Estado à religião: “ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse

público”). Esse arranjo de “separação com cooperação” acrescido (a) da presença do ensino religioso de caráter facultativo nos estabelecimentos públicos (art. 201, § 1º), (ii) da escusa do serviço militar por crença religiosa (art. 143, § 1º), (c) da possibilidade de efeitos civis do casamento religioso (art. 226, § 2º), (d) da possibilidade de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva (art. 5º, VII) e (e) da imunidade tributária a templos de qualquer culto (art. 150, VI, b) configura o modelo de laicidade denominado pluriconfessional.

A laicidade pluriconfessional contrasta com o modelo de laicidade como neutralidade religiosa. Nesse não se reconhece qualquer caráter primordial ao fato religioso, sendo até mesmo um dado a ser evitado no espaço público estatal, dada sua potencial e irresolúvel conflitividade. Ao invés de preocupar-se com a expressão pública e plural das crenças, até mesmo as apoiando (como faz a pluriconfessionalidade), a laicidade da neutralidade almeja coibir pretensões de ascensão ao poder estatal por parte de grupos religiosos, característica que a faz receber pecha de mecanismo de opressão estatal diante da diversidade religiosa (Diniz, 2006). A laicidade como neutralidade, com efeito, traz consigo sempre o perigo de esmaecer realidades históricas e políticas nas quais determinadas tradições religiosas acabam deixando marcas nas definições de nacionalidade e de espaço público (Giumbelli, 2012).

Esse desenho institucional coloca o Brasil no campo da laicidade, uma vez que seus elementos fundamentais estão presentes: (a) garantia dos direitos fundamentais de liberdade e de igualdade para todos, sem depender de crença religiosa; (ii) neutralidade quanto ao dado religioso do ponto de vista institucional, pela impossibilidade de argumentos de fé em processos de deliberação democrática majoritária e na configuração e execução das políticas públicas, ainda que admitida a cooperação de interesse público, e (c) ausência de hostilidade a indivíduos e grupos devido à crença religiosa conjugada com mecanismos de convivência e de valorização da diversidade religiosa.

Assim, por exemplo, a laicidade da neutralidade, ao elaborar as políticas públicas, não levará em consideração vestimentas ou adereços com significado religioso, ao passo que a laicidade pluriconfessional, ao projetar e construir um aeroporto, alocará um espaço de oração adaptado a diversos símbolos religiosos pertencentes a comunidades de fé variadas. Com relação à colaboração na execução das políticas públicas, a laicidade pluriconfessional prevê explicitamente como faz a Constituição de 1988 em seu artigo 19 (“ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público” – como ocorre com a prestação da saúde pública e a atuação de Santas Casas de Misericórdia), enquanto a laicidade como neutralidade não admite tal modalidade de interação.

Considerando a realidade brasileira, não é demais salientar que: (a) a laicidade pluriconfessional não é democracia das maiorias ou dos consensos religiosos, por não haver garantia de liberdade, igualdade, pluralismo e diversidade em sociedades políticas regidas por conteúdos religiosos; (ii) a laicidade pluriconfessional não admite que atos estatais tenham como fundamento crenças religiosas, sob pena da anulação da liberdade religiosa de todos os submetidos, sejam ateus, agnósticos ou religiosos, acompanhada da opressão da maioria religiosa sobre todos os demais; (ii) a laicidade pluriconfessional não se confunde com possibilidade nem abertura do sistema político, à imposição da fé de determinado grupo, pois estariam violadas não só a igualdade de todos perante a lei, como também a dignidade humana, dado que os vencidos seriam transformados em objeto da deliberação alheia, por convicção inacessível à compreensão de quem não compartilhar da fé vencedora; (d) a laicidade pluriconfessional não é permissão para o fatiamento das políticas públicas entre as diversas denominações religiosas, mesmo que entre essas estejam presentes tal vontade e projeto; (e) a laicidade pluriconfessional não é regime de condomínio religioso do poder político estatal nem de coabitação de denominações religiosas nos poderes públicos ou na administração; (f) a laicidade pluriconfessional

não significa a inserção, no conteúdo do princípio democrático, de qualquer dever de deferência a valores professados por comunidades religiosas majoritárias ou não, na medida em que o respeito aos fundamentos da laicidade (liberdade religiosa, igualdade sem discriminação devido à crença religiosa, pluralismo social e diversidade) não depende de fé religiosa, sendo perfeitamente observados em comunidades políticas na quais eventualmente cidadãos ateus ou agnósticos sejam amplamente majoritários.

## **Concepção e execução de políticas públicas de saúde à luz da laicidade constitucional**

Uma vez compreendido o conteúdo da laicidade constitucional, passamos, nesta segunda parte, a analisar como se dá sua aplicação na formulação e execução de políticas públicas de saúde. Assim, inicialmente será apresentado o conceito de saúde adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e como esse direito é protegido na Constituição Federal de 1988. Por fim, serão analisados os efeitos da laicidade para as políticas públicas de saúde no Brasil.

### ***Saúde na OMS e na Constituição de 1988***

Considerando que a saúde é uma questão mundial que perpassa as fronteiras dos Estados, em 1946 foi criada a OMS, agência ligada ao sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse organismo internacional tem como objetivo garantir, a todos os povos, o nível mais elevado de saúde possível (Organização Mundial de Saúde [OMS], 1946).

Mas o que está englobado no conceito de saúde? A OMS, rompendo com a perspectiva liberal de que a saúde é a ausência de doenças, traz, em sua Constituição, um conceito social de saúde compreendida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 1946) e estabelece, como princípio, entre outros, que a

saúde deve ser garantida, como direito fundamental, a todos os seres humanos, sem distinção de raça, religião, credo político, condição econômica ou social. Ainda, determina a responsabilidade dos governos pela saúde da sua população, por meio da implementação e da execução de políticas sociais e sanitárias adequadas (OMS, 1946). O conceito de saúde adotado pela OMS é amplo em dois sentidos: (a) envolve tanto o caráter curativo como o preventivo; (ii) compreende tanto a perspectiva individual (de ausência de doenças) quanto a coletiva, de promoção da saúde na comunidade (Weichert, 2004).

Assim, com base na constituição da OMS e na Constituição Federal de 1988, podemos listar as seguintes características do direito à saúde: (a) tem status de direito fundamental; (ii) tem titularidade individual e transindividual; (c) engloba tanto direitos negativos quanto direitos positivos do Estado e da comunidade; e (d) pauta-se pelo princípio do acesso universal e igualitário.

Ter status de direito fundamental significa que a proteção e a promoção desse direito devem ser tarefa prioritária do Estado, não podendo ser retirado da Constituição Federal nem mesmo por emenda constitucional, nos termos do seu art. 60, § 4º, IV. Ademais, por força do art. 5º, §1º, da Constituição de 1988, o direito à saúde tem aplicação imediata e eficácia plena, ao menos sobre algumas obrigações básicas, como não discriminação, obrigação de adotar medidas imediatas, obrigação de garantir níveis essenciais e obrigação de proibição do retrocesso e de progressividade (Abramovich & Courtis, 2004), o que significa que o Estado não pode retroceder nas conquistas de garantia desse direito e deve pautar-se sempre de forma a ampliá-las. Ainda, o Estado deve fazer tudo o que for possível para garantir esse direito, desenvolvendo e executando políticas públicas de saúde eficazes e o mais abrangentes possível.

No que tange à dupla característica positiva e negativa inerente ao direito à saúde, significa dizer que o Estado e a comunidade em geral não devem intrometer-se indevidamente na esfera de liberdade dos sujeitos (Sarlet, 2000), ou seja, devem respeitar terceiros

diante das condições físicas e psicológicas de cada um (dimensão negativa). Ao mesmo tempo, o Estado (nas suas capacidades reais), a comunidade e os indivíduos têm a obrigação de prover as condições indispensáveis ao seu exercício (dimensão positiva), o que está explícito no art. 2º da Lei nº 8.080, de 1990, que institui o Sistema Único de Saúde (SUS).

Por fim, é importante destacar que, conforme o art. 196 da Constituição, o direito à saúde é regido pelo princípio do “acesso universal igualitário”. Isso significa que “as ações e serviços de saúde devem ser prestados sem discriminações de qualquer natureza e gratuitamente, para que o acesso seja efetivamente universal” (Aith, 2013, p. 293). Ou seja, devem ser respeitadas e observadas as diversas situações culturais, sociais e econômicas vividas pela população quando se pensa e se executa uma política pública.

### ***Repercussões da laicidade na formulação e execução de políticas públicas de saúde***

Expostos os principais elementos jurídicos do direito à saúde, passamos a identificar as principais implicações da laicidade para formulação e execução das políticas públicas nessa área. Para tanto, retomamos os elementos fundamentais da laicidade: neutralidade religiosa do ponto de vista institucional (Estado não pode adotar uma religião oficial nem adotar argumentos de fé); garantia da liberdade e da igualdade para todos, independente de crença religiosa (Estado não pode intrometer-se na esfera religiosa das pessoas); e instrumento para gestão das liberdades e direitos de todas(os) cidadãs(ãos).

No que tange ao primeiro aspecto, referente à neutralidade quanto ao dado religioso do ponto de vista institucional, tem-se que o Estado não pode pautar-se por argumentos de fé na formulação e na execução das políticas públicas, inclusive nas de saúde. Políticas públicas formuladas e/ou executadas a partir de convicções religiosas de gestores(as) não levam em conta o convívio da pluralidade nas sociedades democráticas nem são eficazes e abrangentes, ao passo

que são dirigidas só para alguns. Por isso, violam a laicidade, além de serem incompatíveis com o acesso universal e igualitário à saúde e à proibição de discriminação, características desse direito.

Um Estado que respeita a laicidade deve também garantir os direitos fundamentais de liberdade e de igualdade para todos, independente de crença religiosa. Ou seja, tanto na formulação quanto na execução de políticas públicas de saúde, o Estado deve observar o aspecto negativo desse direito e, assim, não deve intrometer-se na esfera de liberdade dos sujeitos por motivos religiosos. Pelo contrário, deve pautar-se pelo respeito às questões religiosas, culturais, econômicas e sociais dos sujeitos quando do seu atendimento junto ao sistema de saúde.

Com relação a esse aspecto, é importante chamar a atenção para a discussão sobre objeção de consciência, compreendida como “um dispositivo normativo de códigos profissionais e de políticas públicas que visa proteger a integridade de pessoas envolvidas em uma situação de conflito moral” (Diniz, 2011, p. 03). A objeção de consciência é invocada nos casos em que um determinado procedimento legal deve ser executado, mas a(o) profissional de saúde o identifica como moralmente errado, ou seja, há um conflito entre os seus deveres públicos de realizar tal procedimento e seu direito individual de respeitar sua moral privada (Diniz, 2011). Essa moral privada pode ser construída com base em crenças e princípios religiosos. Contudo, a objeção de consciência relaciona-se apenas a procedimentos, não podendo ser invocada para que a(o) profissional de saúde exima-se de prestar atendimentos a determinadas pessoas ou grupos que considere moralmente equivocados, pois isso configuraria discriminação.

Por fim, a laicidade funciona como instrumento para gestão das liberdades e direitos de todas(os) cidadãs(ãos), ou seja, o Estado não pode ser hostil a indivíduos devido a suas crenças religiosas, ao mesmo tempo em que deve promover mecanismos de convivência e valorização da diversidade religiosa. Assim, quando da formulação e execução de políticas públicas de saúde, deve considerar as caracte-

rísticas religiosas, culturais, econômicas e sociais dos diversos grupos, buscando que essas políticas dialoguem e dirijam-se também a eles, a fim de garantir o acesso universal e igualitário ao direito à saúde.

## Considerações finais

Ao final desse estudo, salientam-se os desafios à concretização da laicidade constitucional no âmbito das políticas públicas de saúde, bem como sua necessidade. Com efeito, em uma sociedade plural, concepções diversas sobre a religiosidade têm o desafio de conviver harmoniosamente sem que nenhuma avance sobre o espaço público, sob pena de a atividade estatal comprometer-se.

Essa necessidade e esse desafio são particularmente graves na esfera da prestação de benefícios de saúde, arena onde decisões vitais e bem-estar de indivíduos e grupos colocam-se em primeiro plano. Levar a sério a laicidade constitucional é, portanto, imperativo de avanço democrático nas relações sociais e políticas no Brasil contemporâneo.

## Referências

- Abramovich, V. & Courtis, C. (2004). *Los Derechos Sociales como Derechos Exigibles*. Prólogo de Luigi Ferrajoli. Madrid: Trotta.
- Aith, F. (2013). Direito à saúde e suas garantias no Brasil: desafios para efetivação de um direito social. In R. N. Anjos (Org.), *Direitos humanos e direitos fundamentais: diálogos contemporâneos* (pp. 268-305). Salvador: Jus Podium.
- Blancarte, R. (2008). O porquê de um Estado laico. In R. A. Lorea (Org.), *Em defesa das liberdades laicas* (pp.19-32). Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Bobbio, N. (2014). Cultura laica y laicismo. *Página Abierta*, 2,147-149. Recuperado de <http://iviva.org/revistas/222/222-50-BOBBIO.pdf>.
- Cady, L. & Hurd, E. S. (2010). Comparative secularism and the politics of modernity: an introduction. In L. Cady & E. S. Hurd (Orgs.), *Comparative secularism in a global age* (pp. 3-24). New York: Palgrave Macmillan.

Canotilho, J. J. G. (2003). *Direito constitucional e teoria da constituição* (7ª ed.). Coimbra, PT: Almedina.

Diniz, D. (2006). Quando a verdade é posta em dúvida. In D. Diniz, S. Buglione, & R. R. Rios (Orgs.), *Entre a dúvida e o dogma: liberdade de cátedra e universidades confessionais no Brasil* (pp. 71-104). Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Diniz, D. (2011). Objeção de consciência e aborto: direitos e deveres dos médicos na saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, 45(5), 981-985.

Giumbelli, E. (2012). Minorias e religiosidade em seus contextos. In A. C. S. Lima (Org.), *Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos* (pp. 240-245). Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia.

Huaco, M. (2008). A laicidade como princípio constitucional do estado de direito. In R. A. Lorea (Org.), *Em defesa das liberdades laicas* (pp. 33-80). Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Keane, J. (2000). Secularism? *The Political Quarterly*, 71, 5-19. doi:10.1111/1467-923X.71.s1.3

Lopes, J. R. L. & Vilhena, O. (2013, abril, 22). Religiões e direitos humanos. *Jornal O Estado de São Paulo*. Recuperado de <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,religiao-e-direitos-humanos-imp-,1023910>.

Lorea, R. A. (2008). O assédio religioso. In R. A. Lorea (Org.), *Em defesa das liberdades laicas* (pp.159-172). Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Morin, E. & Ramadan, T. (2014). *Au péril des idées: les grandes questions de notre temps*. Paris: Chatelet.

Organização Mundial da Saúde. (1946). *Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)*. Nova Iorque: Autor.

Pierucci, A. F. & Prandi, R. (1996). *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec.

Pinheiro, D. A. R. (2008). *Direito, estado e religião: a constituinte de 1987/1988 e a (re)construção da identidade religiosa do sujeito constitucional brasileiro*. Belo Horizonte: Argumentum.

Rios, R. R., Resadori, A. H., Silva, R. & Vidor, D. M. (2017). Laicidade e Conselho Federal de Psicologia: dinâmica institucional e profissional em perspectiva jurídica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(1), 159-175.

Sabet, A. (2008). *Islam and the political*. London: Pluto.

Sarlet, I. W. (2000). A saúde na Constituição Federal de 1988. In L. Lindner & M. C. Pimentel (Orgs.), *Aids, direito e justiça* (pp. 07-29). Porto Alegre: GAPA-RS.

Sarmiento, D. (2008). O crucifixo nos tribunais e a laicidade do estado. In R. A. Lorea (Org.), *Em defesa das liberdades laicas* (pp. 189-201). Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Weichert, M. A. (2004). *Saúde e federação na Constituição brasileira*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Wohlarb-Sahr, M. & Burchardt, M. (2012). Multiple secularities: toward a cultural sociology of secular modernities. *Comparative Sociology*, 11(6), 875-909.

# Os microfascismos cotidianos e a produção de subjetividades democráticas na ausência da república brasileira atual

Flávia Cristina Silveira Lemos

Esse capítulo apresenta, em uma breve análise com formato de ensaio, alguns acontecimentos os quais atravessam a produção da subjetividade hoje, gerando efeitos microfascistas constituídos por uma inflação jurídica intensiva no neoliberalismo brasileiro, imanente à fragilização da república e democracia participativa. Com efeito, no bojo da efervescência das lutas, a atitude crítica deve ser realizada em um exercício ético, estético e político, face aos intoleráveis políticos do presente e ao acirramento do legalismo, da criminalização massiva das condutas e de uma intensiva judicialização da sociedade.

Assim, este texto busca interrogar a difusão dos ódios e ressentimentos movimentados na política e na estética do terror, no contemporâneo, a qual opera uma racionalidade microfascista. A história e a psicologia política e social nos auxiliam a pensar e a sair da menoridade face aos tempos sombrios em que o terror materializa-se

sob a promessa de segurança aos que se sentem assustados e inundados pela veia fascista, a qual vem atravessando as subjetividades. Portanto, o texto tem caráter analítico dos processos de subjetivação contemporâneos.

Este trabalho surge do interesse em escrever sobre alguns processos de subjetivação, no Brasil contemporâneo, em especial aqueles que ganham visibilidade pela figura dos microfascismos. Ainda se vive sob os resquícios da ditadura civil-militar e do Estado Novo na nova república. O microfascismo cotidiano se faz presente por processos permanentes de atravessamentos de constituição de subjetividades fascistas que emergem após o período que se inicia em 1985, em meio à abertura política negociada de forma bastante prussiana, ou seja, por consenso e rearranjo de forças militares com as civis.

O artigo aborda, em especial, a análise histórica de acontecimentos acrescida de contribuições problematizantes da psicologia social e da política brasileira e latino-americana, em conversação com Foucault, Deleuze, Arendt, Freud, Virílio, Castel e Guattari. Objetiva-se interrogar as práticas sociais, econômicas, políticas, culturais, ecológicas e subjetivas que operam correlatamente na judicialização, na criminalização e no legalismo moralista, alimentando uma cultura política autoritária, ainda bastante presente na denominada democratização brasileira.

### **Cotidianos de subjetividades fascistas e o ódio que se difunde**

Deleuze (1992) assinala que o controle em meio aberto opera instantaneamente por modulações velozes produtoras das subjetividades endividadas, ressentidas e empresariais. O mercado vocifera ardentemente, visando a tudo englobar por forças centrípetas, em investimentos e com o marketing, o qual cola marcas em objetos e nos corpos feito código de barras. A ética perde espaço para microfascismos e tanto a estética quanto a política passam a figurar como operadores utilitaristas do mercado.

Foucault (1995), no prefácio do *Anti-Édipo*, ressaltou a relevância desse livro de Deleuze e Guattari enquanto uma máquina de destruir o fascismo na sociedade contemporânea. Entre os adversários de uma vida ética citados por Foucault (1995) nesse prefácio estão os políticos profissionais, os militantes morosos, os terroristas da teoria, os preservadores da ordem pura da política e do discurso político e ainda os burocratas da revolução e os funcionários da verdade.

A ética não é imposição e sim negociação para avaliar o que se faz e os efeitos do que fazemos, ao passo que a moral forja deveres ditos naturais e divisões entre bem e mal, de certo e errado, de bom e ruim. Entre os problemas da lógica moral vigente é possível descrever o racismo, a eliminação da diferença, o ostracismo social e político, a censura, o aumento do marketing e do empresariamento das subjetividades, o ódio ao outro, o ressentimento destrutivo (Foucault, 2008).

O ódio é um ato reativo, anda junto com a justiça vingativa e elimina a ética como dimensão da vida afirmativa. O juízo e a justiça, baseados na moral travestida de verdade imparcial, absoluta e retributiva, acionam a mediação da consciência culpada e amargurada como vetor modulador da vigilância da sociedade de controle, portanto, da ampliação dos microfascismos cotidianos, em cada ato de sanção, não apenas nos tribunais do Poder Judiciário, mas estende-se para os julgamentos normalizadores (Foucault, 1996).

A imagem de um moralista, legalista, com muita informação e empreendedor é uma das figuras que passa a ser comercializada e usada, frequentemente, para auferir lucros em meio a uma sociedade de vigilância intensa e em crise com suas instituições seculares, tais como a escola, a família, a fábrica, o hospital. A tentativa de resposta social à crise institucional é a receita moralista e legalista dos controles exacerbados e das punições aumentadas sem precedentes.

Alguns signos analisadores do fascismo, por exemplo, no Brasil, podem ser: os usos da bandeira nacional, a evocação de defesa da

pátria e do patriotismo contra os partidos de esquerda; o hino do Brasil cantado nos campeonatos de futebol, a visão de nação contra a corrupção como uma limpeza; a utilização de uniformes da seleção brasileira de futebol em manifestações nas ruas; a exibição de faixas e cartazes com imagens e escritos preconceituosos e de intensa discriminação negativa; a produção do autoritarismo pelas reportagens das grandes mídias; a aprovação de projetos de lei e projetos das emendas constitucionais visando a acabar com princípios garantidos da Constituição Federal, entre outros.

Essas formas citadas de fascismo dizem respeito aos modos de viver, sentir, pensar e agir na história atual, ou seja, são manifestações recorrentes nas subjetividades contemporâneas, no presente. Diante desse processo fascista que atravessa as subjetividades, Foucault (1995) alertou-nos que, para resistir a esse processo do fascismo em nós, é fundamental liberarmo-nos de uma ação política paranoica e totalizante, em especial recusarmos a postura do amor ao poder.

Ora, o amor ao poder realiza a coisificação das subjetividades pela manipulação das massas, ofuscando a perspectiva de reciprocidade e solidariedade, impedindo vínculos de compromisso e ética nas relações. Em nome da manutenção de cargos, lugares de prestígio e fortunas, vende-se tudo e a todos, repetem-se morais sem a mínima preocupação de difusão de imagens comercializadas para interesses privados e financeiros.

Deleuze (2002), ao problematizar a contribuição de Espinosa para a filosofia prática, afirma que a ética não pode ser da ordem do natural a ser obedecido, e sim das relações analisadas em posicionamentos enquanto experimentações, e não modelos a imitar. A moral é um dever ser a repetir e a naturalizar como bem e mal e/ou certo e errado, diferentemente da ética.

Quando há o interesse em tornar grupos inferiores e diminuir a potência de ação desses, usam-se tecnologias fascistas para fazer valer privilégios e fechamentos de acessos às oportunidades aos que passam a ser definidos como os autóctones da república (Castel, 2008).

Se o lucro é maior ao violar direitos e/ou negá-los a determinados grupos, assim se faz na sociedade de controle, pela difusão das normas biopolíticas de segurança baseadas no racismo de sociedade e de Estado, enquanto máquina de fazer viver e deixar morrer outros, do modo mais cínico da defesa social e da noção de segurança nacional e governabilidade.

Para Castel (2008), estudantes negros e imigrantes ou filhos de imigrantes são bloqueados nas escolas francesas republicanas pela discriminação negativa. Os trabalhos subalternos são delegados aos que foram bloqueados do centro da cidade e dos bancos escolares. Por isso, esses grupos foram nomeados como os autóctones da República, pois eram excluídos das promessas republicanas francesas em função de um racismo de sociedade e de Estado.

A atenção mais central dessa analítica, abordada nesse escrito, ressalta as atualizações fascistas e seus comprometimentos éticos. Deleuze e Guattari (1995) analisaram os acontecimentos microfascistas presentes em nós, apontando os retornos de práticas marcadas pela paranoia como vetor de ódio e perseguição na moralização dos corpos.

Exemplos de perseguição política intensiva atravessada por fascismos podem ser apreciados durante as manifestações no Brasil iniciadas pelo Movimento Passe Livre, em São Paulo, durante o mês de junho de 2013, conforme Gomes e Maheirie (2011). Para as autoras, a participação social foi duramente perseguida, contudo não deixou de resistir face à violência policial e criminalização sofrida nesse período. Manifestantes passaram a ser chamados de vândalos e, portanto, eram desqualificados, e vários ativistas foram feridos e presos. Todavia, pode ser também observada, nos últimos três anos, desde as eleições de 2014, quando os preconceitos, discriminações negativas e ódios à candidata à reeleição, Dilma Rousseff, e ao Partido dos Trabalhadores (PT) ganharam as ruas e as redes sociais de modo assustador.

Após a presidente Dilma Rousseff ganhar pela segunda vez as eleições presidenciais e tomar posse, o país foi incendiado pelo ódio às diferenças, por manifestações de verde e amarelo, chamadas de de-

fesa da bandeira brasileira em suposta oposição à bandeira vermelha das esquerdas. Garantir e promover direitos das mulheres, negros, às cotas e aos programas sociais, defender ciclovias e políticas públicas passou a ser denominado comportamento “esquerdista”, “petralha”, assim por diante, e as pessoas defensoras desse projeto de sociedade ganharam intensa hostilidade e até mesmo passaram a ser presas, criminalizadas, violentadas e discriminadas de modo aterrorizante.

A ideia de ser perseguido pela diferença e incomodado pelo que diverge traz à tona diversos fantasmas paranoicos, em uma subjetividade atravessada pela dívida e por imagens de ressentimento e ódio. Basta lembrar o caso Schreber, analisado por Freud (1911/2010), em que a paranoia de um juiz, o qual se via como redentor da sociedade, materializava delírios persecutórios. Santner (1997) relaciona o paranoico ao líder fascista como aquele que adoeceu pelo amor ao poder e à própria imagem, constituída supostamente enquanto perfeita e intocável, sendo veementemente protegida por qualquer simples ameaça à idealização produzida. Nesse caso, não caberiam estranhamentos de qualquer sorte, pois, caso existisse alguma manutenção da diferença, essa seria fortemente atacada por ser concebida como ameaça à imagem narcísica daqueles que se subjetivam pelos microfascismos inundados pela paranoia.

Deleuze e Guattari (1995) também trouxeram esse cenário de amor pelo poder como questão crucial da paranoia constitutiva do fascismo. Cria-se um rosto do perseguidor, seja o de comunista, terrorista, criminoso, baderneiro, esquerdopata, petralha, vândalo, assim por diante, como nos casos ocorridos no Brasil, nos últimos anos, desde junho de 2013. É nesse âmbito que o legalismo e o moralismo crescem e difundem-se como suposta solução para a chamada crise institucional. A lei pela lei é acionada de forma abrupta e acirrada pelos ânimos atravessados pelo fascismo. A violência ganha uma chancela nesse cenário de desejo do extermínio da diferença. Uma perseguição atroz foi fabricada a toda figura que quebre os espelhos narcísicos dos que se constituíram como grupo de direita,

vestidos de camiseta do uniforme da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Arendt (1994) destaca que a violência resulta da ausência da política, com diminuição da potência do agir em conjunto sem medo e por meio da participação social. Para essa filósofa política, o terror só opera onde há insegurança, nesse sentido que o medo precede a violência pela intimidação, pela dominação, pela opressão em solo fértil para o exercício do terror. Cannetti (2005) já havia analisado anteriormente à Santner essa vinculação da paranoia com uma doença do poder, visualizando-a em Hitler e no juiz Schreber durante o período da Alemanha nazista. A visão de gerar pureza com o sacrifício de muitos, os quais seriam classificados enquanto sujos, é emblemática do vetor microfascista de uma sociedade persecutória, neoliberal e de uma proliferação intensiva da lógica do modelo político da tolerância zero, tal como a vivenciada no presente.

Os desejos paranoicos de Hitler e Schreber estavam assentados na experiência de uma subjetividade totalitária vivida na Alemanha como uma resposta microfascista ao que foi nomeado de crise nas primeiras décadas do século XX. Por isso, vale ressaltar o quanto o medo precede ao fascismo porque limita a liberdade em nome da segurança e produz rigidez para conter as angústias face às rupturas social e subjetiva diante de uma ideia de crise vivida na sociedade, na economia e na política. Diante da perda e do desamparo, também é evocada uma imagem da família perfeita como refúgio e salvação, lugar de retorno para se esconder e apaziguar a avassaladora experiência de sucumbir à psicologia das massas, apesar dessa família também vivenciar crises recorrentemente na sua constituição subjetiva cotidianamente (Reich, 1982).

O desamparo faz com que as pessoas cada vez mais se identifiquem com o líder carismático, populista e autoritário. A miséria da angústia e da assolação pelo medo faz com que o paranoico identifique-se com a figura do juiz implacável, com o líder mais tirano – não se importando em acionar o que seria definido como extrajudicial

ou acima das leis, deslocando a racionalidade legalista para legitimar o fora da lei ou o abuso de poder – chancelado pelo próprio Poder Judiciário na sua configuração institucional estatal, no âmbito jurídico da ideia de ordem e lei, no Estado do direito.

Nesse campo de forças em disputa capturado pela judicialização, aquele que se subjetiva pela lógica microfascista é dilacerado pela angústia do desamparo e capaz de toda atrocidade para diminuir sua angústia, até mesmo utilizando de modo hipócrita o direito definido enquanto positivismo jurídico e pautado na figura de uma perspectiva de defesa da sociedade, ainda nomeada por outros como governabilidade pelo Estado de sítio. Assim, são aceitas as práticas mais totalitárias em nome da defesa social e subjetiva diante dos medos proliferados pela visão fantasiosa de uma ameaça externa (Reich, 1982).

Nesse aspecto, Foucault (1988, 1999) destacou o racismo de sociedade e de Estado na biopolítica enquanto gestão da vida, na sociedade contemporânea. O valor da vida trouxe à tona a noção de merecimento de tê-la ou não. Fazer viver e deixar morrer implicou em criar uma medida hierárquica de quem deve viver e pode desfrutar de favorecimentos ao aumento do tempo de vida na condição de sobrevivente à crise, e de quem se torna um inimigo dos sobreviventes das populações constituídas em risco e perigo, nas análises da economia política, sobretudo na emergência e incidência intensiva das práticas neoliberais, às quais trouxeram o acirramento das disputas por renda, trabalho, políticas sociais, moradia, alimento, água, minérios, alimentos, transporte, assim por diante.

O racismo, na biopolítica, age na avaliação de quem deve viver ou não. Os matáveis e aqueles que seriam aniquilados politicamente, educacionalmente, na saúde e na garantia de direitos, entram nessa trama estratégica do jogo neoliberal do cálculo dos custos e benefícios de cada ato e decisão política, na esfera da chamada sociedade empresarial e investidora, calcada no intenso medo e inflação jurídica. Ser impedido de acessar o lugar de sujeito de direitos e sujeito econômico, nessa sociedade, é uma maneira de deixar morrer

e matar em nome da vida de alguns face aos outros a serem aniquilados por serem produzidos como ameaçadores da sociedade de defesa biopolítica (Foucault, 2008).

## **O controle no terror a céu aberto e a dívida do fascismo paranóico**

No Brasil atual, vale mencionar que o ódio contra pobres, negros e mulheres, entre outros grupos, ganha vulto na vingança contra a denominada esquerda brasileira, em parte em função da criação das políticas sociais para grupos sociais historicamente discriminados negativamente e que, de certo modo, foram contemplados de maneira nunca ocorrida anteriormente. Em resistência às práticas citadas emergem novos movimentos sociais, rearticulam-se movimentos estudantis. Ganham bastante notoriedade as ações do Movimento Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT); também têm marcante presença as ocupações variadas por direitos a serem mantidos e as manifestações potentes advindas dos novos usos políticos das tecnologias. O ativismo pelas mídias ganha grande relevância e repercussão pelas ações de resistências alternativas via *blogs* e pelas diversas redes sociais e até surgem novos ativismos digitais, tais como os Jornalistas Livres, a Mídia Ninja, assim por diante. Conselhos de direitos, conselhos profissionais, associações científicas, lideranças da América Latina, movimentos negro e feminista, universidades e líderes da teologia da libertação e tantos outros coletivos se articulam e intensificam as lutas face à catastrófica avalanche de ataques aos direitos fundamentais ocorrida nos últimos meses, sobretudo na virada de 2016 para 2017, que está deixando cair, literalmente, a máscara, pois a tradição antiliberal, no plano dos costumes e valores, já era denunciada amplamente por historiadores, sociólogos, cientistas políticos, filósofos e antropólogos. A cultura política autoritária brasileira e sua história escravagista, oligárquica e patrimonialista, coronelista, ruralista, corporativista já faziam ruir a precária vertente republicana e democrático-participativa. A máscara

de uma república e uma democracia consolidada caiu mesmo; afinal, era como o ditado, “para inglês ver”, de certo modo.

Com efeito, no Brasil, apareceram muitas classificações racistas de ódio nas manifestações de rua e nas redes sociais, desde junho de 2013 e, mais frequentemente nas de março de 2016, tais como esquerdopata, comunista, subversivo, nordestino burro, corruptos, coxinhas, clamores punitivistas; preconceitos e violências irradiam-se como prática cotidiana, em confrontos constantes movidos pelos ressentimentos, pela busca de privilégios e não de direitos, pela disputa de interesses usando argumentos morais. Um ódio de classe e execração pública massiva da definida esquerda brasileira ganha um vigor assustador e foi acompanhada de racismos e discriminações regionais e locais contra pobres, contra mulheres e militantes de partidos e/ou movimentos sociais.

A imagem vendida de sucesso, de meritocracia, de bem-estar e honra confere ao fascismo uma tônica de redenção aos que se identificam com o líder autoritário e legalista. No bojo desse movimento subjetivo e político-econômico, o marketing entra em cena com um lugar de prestígio na manipulação dos desejos e na massificação das subjetividades iludidas pela racionalidade civilizadora da moral e da lei (Costa, 1997).

O marketing e a dívida social da justiça passaram a mover parte da locomotiva da sociedade de controle, sendo que tiveram o acréscimo das crises instauradas nas instituições modernas face à preocupação excessiva em se destacar de outrem pela via do sentimento de superioridade e, por fim, pela complexidade de vetores que constituem os mercados internacionais em seus efeitos locais, regionais e nacionais (Deleuze, 1992).

A construção da crise das instituições e as fraturas na confiança e compromissos estabelecidos em uma democracia representativa, por exemplo, ao lado da fabricação da crise na família, na escola, no trabalho, na economia, na política e na saúde, segundo Deleuze (1992), é algo presente na sociedade de controle em sua diferencia-

ção com a disciplinar, que era mais adestrada e dócil. A ruptura entre a disciplina e o controle cria um abismo subjetivo, o qual pode engolfar subjetividades rígidas e medrosas atravessadas pelo sentimento e pensamento de perseguição paranoico do que o pior está por vir e de que existem culpados a condenar por tudo isso.

Há uma dívida a ser paga para manter a democracia como civilização ordenada em instituições modernas docilizantes, em uma sociedade de controle marcada pela velocidade e quebra com os territórios, limites e demarcações soberanas. A tentativa de manter as instituições modernas a qualquer custo gera efeitos de vigilância maiores, disparando controles microfascistas rápidos e fascistas, em diferentes espaços e relações. As desqualificações são realizadas em nome da solução de problemas tomados sob o foco moral e legalista (Deleuze & Guattari, 2010).

A visão de uma receita proposta já traz o viés da resposta chavão, do clichê chapado, da vertente simplista de uma solução de marketing, do mercado e do utilitarismo, na sociedade de controle, materializada no neoliberalismo, racionalidade que criou solo para a emergência da vigilância em meio aberto espriar-se como tecnologia veloz de gestão dos corpos, operando pelo capitalismo financeiro especulativo (Deleuze, 1992). Virílio (1996), em *Velocidade e política*, complementa essa descrição de Foucault, pela via de análise do que esse pensador denominou dromocracia, ou seja, de uma democracia baseada em regime de exceção pelos atos de um Estado de urgência, polícesco e balizado pela agilidade de decisões com grande impacto, atuando para forçar consensos e aplacar as revoltas.

Ainda, conforme Virílio (2000), somos assolados pela decepção face à nossa possibilidade de transformação das práticas, na medida em que somos frustrados diante da confiança que depositamos em representantes eleitos e em líderes de organizações internacionais pacificadoras e humanitárias em mediar interesses nas grandes tensões contemporâneas. A velocidade dos acontecimentos na esfera das decisões das grandes corporações mundializadas da informática,

das decisões dos impérios econômicos e políticos, dilui a potência de resistir dos grupos sociais na atualidade.

## **Considerações de resistência**

Uma consideração relevante em termos de práticas de resistência ao fascismo seria a arte de realizar perguntas para deslocar possíveis respostas aos acontecimentos sectaristas e fundamentalistas. Nesse sentido, vale buscar no livro *Bergsonimo*, de Deleuze (2008), ferramentas de luta, na medida em que aprendemos com esses intercessores o quanto é relevante propor novas perguntas se visamos a alterar e transformar realidades naturalizadas em nossa sociedade.

Com efeito, as respostas que muitos brasileiros vêm construindo para as denominadas crises políticas, sociais e econômicas estão relacionadas às maneiras desses realizarem determinadas perguntas para tais situações. Então, resistir ao fascismo pela criação de novas perguntas é uma prática interessante a ser efetuada na história do presente brasileiro. É crucial desnaturalizar os acontecimentos divulgados e forjados pelos aparatos de comunicação de massa de tal modo que possamos desnaturalizar o que é difundido e, portanto, pensar as práticas.

Pensar é importante em termos éticos, estéticos e políticos com objetivo de rompermos os fascismos, sairmos da violência instituída e criarmos uma saída da menoridade, caminhando rumo à busca da construção do bem comum. Efetuar o exercício da liberdade questionadora nos auxilia a colocar em xeque o amor pelo poder, o qual está na base dos processos de dominação fascistas e nos aprisiona em figuras tais como a caricatura legalista da judicialização extrema e a overdose imagética do marketing sectarista, ambos repletos de paranoias e totalizações estigmatizantes.

Uma segunda estratégia de resistência também pode se dar pelo posicionamento libertário do uso da palavra franca enquanto saída da menoridade política, em que a atitude crítica face ao presente nos possibilita criar zonas de liberdade e exercício ético-estético como

ato de coragem da verdade (Foucault, 2010). A criação da liberdade aciona a aceitação do desamparo existencial como parte da vivência das crises, sem sucumbir à postura de perseguir o que difere de nós. Em síntese, conseguimos sair da armadilha de quereremos combater a alteridade como se ela fosse o signo do perigo tanto na política quanto na cultura e na economia. Um exemplo concreto dessas estratégias foi lembrado por Deleuze e Guattari (2014) ao analisarem as práticas da escrita realizada por Kafka rumo à produção de uma literatura que não se rendeu aos cânones da burocracia fascista. Pela resistência é possível romper com a lógica do aprisionamento.

Por fim, vale mencionar que sem liberdade não há política (Arendt, 2002). Portanto, o rigor máximo da lei e a politicagem, juntamente com a moral e o medo acrescidos da violência e do fascismo são a destruição da possibilidade da ética, da estética e da política efetivas. Com efeito, os consensos rápidos da democracia e do Estado de urgência só geram regimes de exceção e não permitem espaço para a palavra social, em dissensos, na medida em que fecham os canais de conversação dialógica e reduzem a liberdade de agir em conjunto pela produção da diferença, em um plano de igualdade de direitos. Os regimes totalitários sacrificam a liberdade em prol da segurança e desembocam em atrocidades, violência institucional, silenciamento generalizado e extermínio da diferença.

Lembrando que Foucault (2008) ressaltou o paradoxo dos grandes massacres concomitantes ao momento em que a vida passou a ser relevante na biopolítica. Por quê? O desejo de segurança passou a disputar espaço permanente com a liberdade e tornou-se um esforço internacional do neoliberalismo – o de mesclar segurança com liberdade, algo totalmente paradoxal de fato. Para Freud (1936/2010), uma ilusão liberal se fez com o nascimento da perspectiva de civilizar ao máximo com crenças nas tecnologias e no progresso pela ordem e lei como molas propulsoras da ética e do desenvolvimento.

Montero (2009) vêm assinalando a relevância de estudos sobre psicologia política na América Latina e dos efeitos ainda atuais das

ditaduras nos países latino-americanos, bem como dos neocolonialismos ainda marcantes nas subjetividades do povo que vivenciou regimes totalitários e foram colonizados secularmente. Assim encerra-se esse artigo, deixando uma contribuição para pensar a democracia brasileira em um cenário latino-americano ainda bastante atravessado pelo extermínio e silenciamento de resistências, conforme retrata Fantinel (2011).

## Referências

- Arendt, H. (1994). *Da violência*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Arendt, H. (2002). *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Canetti, E. (2005). *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Castel, R. (2008). *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis, RJ: Vozes.
- Costa, J. F. (1997). A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública. In E. P. Nascimento (Org.), *Brasília: capital – o século XXI – Ética* (pp. 67-86). Rio de Janeiro/Brasília, DF: Garamond; Codeplan.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Deleuze, G. (2002). *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.
- Deleuze, G. (2008). *Bergsonismo*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil platôs, Vol.III*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G & Guattari, F. (2010). *O que é a filosofia*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G & Guattari, F. (2014). *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Fantinel, L. D. (2011). Algumas questões para se pensar a cultura política no Brasil. *Revista Psicologia Política*, 11(21), 15-28.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1995). Por uma ética não fascista. *Cadernos de Subjetividade*, 1(1), 197-200.

Foucault, M. (1996). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes.

Freud, S. (2010). *O caso Schreber (1911) e outros* (Obras completas de Freud, Vol.10). São Paulo: Companhia das Letras. (Originais publicados entre 1911-1913)

Freud, S. (2010). *O mal-estar na civilização e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras. (Originais publicados entre 1930-1936)

Gomes, M. A. & Maheirie, K. (2011). Passe Livre Já: participação política e constituição do sujeito. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 359-375.

Montero, M. (2009). Para qué Psicología Política? *Revista Psicologia Política*, 09(18), 199-213.

Reich, W. (1982). *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes.

Santner, E. L. (1997). *A Alemanha de Schreber: uma história secreta da modernidade..* Rio de Janeiro: Zahar.

Virílio, P. (1996). *Velocidade e política*. São Paulo: Estação da Liberdade.

Virílio, P. (2000). *Estratégia da decepção*. São Paulo: Estação da Liberdade.

# Sobre Estado, democracia e múltiplas modalidades de violência: o processo de terceirização do sistema prisional brasileiro

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Alfredo Assunção-Matos

A terceirização constitui-se em um processo complexo, paradigmático da flexibilização como precarização do trabalho (Druck, 2013), formado por uma performance entre empresas contratantes e contratadas, ditas terceirizadas, com vistas à realização de parte de suas tarefas. Entre paradoxos e controvérsias (Assunção-Matos & Bicalho, 2016), há uma digressão importante quanto à etimologia do termo, a qual difere do sentido da sua equivalente em inglês, *outsourcing*. A palavra em português remete, em nossa cultura, à ideia de algo proveniente de um terceiro, ou seja, de um trabalho realizado por terceiros (por outros), enquanto o sentido literal do termo em inglês refere-se a um fornecimento vindo de fora.

A regulamentação da terceirização das atividades no Brasil, segundo o levantamento de Antunes e Druck (2015), iniciou-se na década de 1970, com a promulgação das Leis n. 5645/1970 e n. 6.019/1974. Krein (2013) aponta que é difícil mensurar (e definir) a terceirização devido à sua complexidade, mas possível afirmar que essa se constituiu na principal forma de flexibilização de contratação no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990.

De acordo com Antunes e Druck (2015), vivemos um cenário contemporâneo marcado pela flexibilização de vínculos e direitos, informalidades, baixos salários e intensificação das jornadas de trabalho nos quais a flexibilização e sua precariedade resultante emergem como exceção em resposta a uma crise econômica, mas aos poucos se institui como regra para maior acumulação de capital, produzindo formas de ser, estar e viver no mundo.

Portanto, o crescimento da flexibilização trabalhista e a precarização das relações do trabalho que se acentuam na década de 1990 – “a década neoliberal” – prosseguem com vigor na década de 2000, a “década do neodesenvolvimentismo” (Alves, 2000). Enquanto na década de 1990 as políticas neoliberais promoveram a reestruturação do capitalismo no Brasil, com visíveis impactos disruptivos no mundo do trabalho e com o crescimento abrupto do desemprego aberto nas metrópoles brasileiras, na década de 2000 ocorreu a reorganização do capitalismo na base da acumulação flexível. Apesar da queda do desemprego aberto, a partir de 2003 ampliou-se a mancha de precariedade laboral.

Colli (2000) e Druck (1999) apontam que não estamos tratando de um novo fenômeno, mas que, com a nova operacionalização ofensiva do capital flexível na produção, a terceirização tornou-se “moda da administração empresarial”, sendo um importante elemento compositivo da nova precariedade salarial e novas formas de se fazer gestão. Todo esse processo disseminou-se não somente pelo setor privado – indústria, comércio e serviços –, mas também pelo setor público, incluindo a administração pública, alterando não ape-

nas a morfologia social do trabalho, mas o sociometabolismo laboral no Brasil. A “nova precariedade salarial” constituiu novas dimensões da precarização do trabalho, como, por exemplo, o que denominamos “precarização do homem-que-trabalha”, que se manifesta pelo aumento dos casos de adoecimento laboral nos locais de trabalho reestruturados (Alves, 2013, 2015).

## **A terceirização no cenário contemporâneo de desmontes dos direitos no Brasil**

Em 31 de março de 2017, sob o n. 13.429/1917, foi sancionada, pelo presidente da República Michel Temer, a lei que altera dispositivos da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

Entre outras controvérsias, o novo marco legal promove a permissão das empresas terceirizarem suas atividades-fim, ou seja, suas atividades essenciais, principais, fundamentais para sua manutenção e sobrevivência.

Outro ponto importante é que, com a nova lei, estende-se o prazo de três para seis meses o tempo permitido para trabalho temporário. Sobre as garantias contratuais para os trabalhadores, foram modificadas cláusulas que deverão constar obrigatoriamente do contrato de prestação de serviços sobre a relação da fiscalização da tomadora de serviços quanto ao recolhimento de obrigações previdenciárias e trabalhistas. O novo marco legal não prevê o mesmo atendimento médico e ambulatorial destinado aos empregados da contratante: ele o torna facultativo, incluindo, nesse caso, o acesso a refeitórios.

De acordo com a nova lei, é permitido às empresas terceirizadas “quarteirizarem” seus serviços, pois é facultada a subcontratação de outras empresas para realizarem serviços de contratação, remuneração e direção do trabalho a ser realizado por seus trabalhadores nas

dependências da empresa contratante. Podemos observar, ainda, que os trabalhadores denominados “terceirizados” estão envolvidos em um contexto no qual predominam formas e práticas instituídas de trabalho que, em relação umas com as outras, obstruem as possibilidades do fazer singular e da ação coletiva, oferecendo aos sujeitos um cotidiano normativo, regular, prescritivo e linear, delimitando claramente um campo restrito de possíveis.

Contraditoriamente, afirma-se o paradoxo<sup>1</sup> que aponta para o fato de que tais modelos devam coexistir com a manutenção da qualidade de vida e a promoção dos direitos sociais e trabalhistas. O modelo de acumulação flexível, como aponta Antunes (2004), traduz-se na intensificação dos níveis de exploração do trabalhador, o que vem ocorrendo por meio da sempre crescente precarização das condições de trabalho, a qual assume forma privilegiada na terceirização. E, no cenário de desmonte atual, a custódia de pessoas presas no Brasil ingressa em lógica semelhante: o Estado inicia um processo de transferência de sua responsabilidade à iniciativa privada, por meio da terceirização de suas competências legais previstas na Lei de Execução Penal vigente no país desde 1984 (Lei n. 7.210/1984).

### *A prisão e o contexto neoliberal*

O Brasil possui cerca de 623 mil pessoas presas (Departamento Penitenciário Nacional [DEPEN], 2014), a quarta maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (2,2 milhões), da China (1,6 milhão) e da Rússia (740 mil). Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública mostram o ritmo crescente da população carcerária no Brasil. Entre 1990 e 2014, enquanto a população cresceu 36%, o número de pessoas presas aumentou 575% (DEPEN,

---

1 São muitos os paradoxos que envolvem o cenário contemporâneo da política brasileira. Como exemplo, temos o novo Plano Nacional de Segurança Pública, que prevê diminuição da população prisional brasileira ao mesmo tempo em que promove (como meta no mesmo plano) o recrudescimento das políticas de guerra às drogas.

2014). A imensa maioria de presos que compõem a massa carcerária é homem, jovem, pobre, negro/pardo, de baixa escolaridade e oriundo da periferia. Tais números podem aparentar impressionantes, porém não são ao acaso, pois podemos afirmar que estão em acordo com a lógica da penalidade neoliberal do sistema capitalista atual. Wacquant (2001), ao analisar a sociedade norte-americana, constatou o recrudescimento de estratégias de segregação punitiva em face ao retrocesso de políticas sociais, o que levou a população carcerária americana a triplicar em 15 anos, chegando a índices de encarceramento de 650 detentos por 100 mil habitantes em 1997.

Essa nova programática penal, que potencializou a hipertrofia do encarceramento, tem motivações e segue em paralelo com a redução drástica do Estado social, a partir da metade da década de 1970, período em que tem início a implementação do modelo socioeconômico neoliberal. O neoliberalismo adotou como diretriz a plena liberdade aos mercados, viabilizados pela globalização das instituições bancárias e financeiras, pelo emprego de novas tecnologias para intensificar as operações globais e pela utilização de tecnologias avançadas de comunicação que têm a potencialidade de duplicar o capital produtivo (Argüello, 2007). O modelo capitalista neoliberal passa a impor novas relações de consumo e produção, além de programas de aumento da produtividade que flexibilizam e precarizam as relações de trabalho, produzindo uma debilitação dos direitos econômicos, sociais e culturais, com elevação do desemprego e do emprego informal.

Assim, constata-se que uma conjuntura estruturada sob a égide da liberdade de mercado em conjunto com a flexibilização de direitos individuais e sociais produz, como efeito colateral, a descartabilidade do valor “pessoa humana” e o retorno a um estado pré-civilizatório no qual impera a lei do mais forte (Carvalho, 2008), no caso aquele com mais poderes para produzir e consumir. A redução da rede de segurança social nos países centrais, como também os sucessivos cortes orçamentários na assistência social, na saúde pú-

blica, na educação e nas políticas de habitação, trouxeram, como efeito direto, o incremento das funções penais e policiais do Estado sobre aquelas populações antes assistidas, com forte deslocamento de recursos públicos de áreas sociais para a área de segurança pública, visando a manter políticas basicamente repressivas e punitivas que envolveram e fortaleceram tanto o setor penitenciário como o judiciário e o policial (Kilduff, 2010). Ou seja, as questões econômicas e sociais perdem a intervenção estatal, saem dos programas de manutenção da ordem pública, instaurando uma insegurança social coletiva em grande parcela da população. Aqueles que já dispunham precariamente das mínimas garantias de sobrevivência agora irão compor a imensa lista de desempregados ou subempregados, sendo assim denominados “excluídos”. Entretanto, Forrester (1997), contrariamente, afirmará que, ao invés de excluídos, os miseráveis estão totalmente incluídos nas lógicas neoliberais:

E como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados de excluídos. Mas, ao contrário, eles estão lá, apertados, encarcerados, incluídos até a medula! Eles são absorvidos, devorados, relegados para sempre, deportados, repudiados, banidos, submissos e decaídos, mas tão incômodos: uns chatos! Jamais completamente, não, jamais suficientemente expulsos! Incluídos, e em descrédito. (p. 15)

O modelo socioeconômico neoliberal ampliará suas possibilidades de discriminação e marginalização entre os indivíduos. Entre essas formas de discriminação, a principal será a perda do status cidadão por algumas pessoas, não somente devido às restrições econômicas, mas por qualquer característica que as possa diferenciar socialmente.

certas pessoas (por mais terrível que seja colocar no papel) simplesmente não servem: a economia pode crescer sem sua contribuição; de qualquer modo que se lhes considere, para o resto da sociedade tais pessoas não representam um benefício, mas um custo. (Dahrendorf, 1982, citado por Carvalho, 2008)

Com o enfraquecimento das proteções sociais e o aumento do desemprego e do mercado informal, o Estado redefinirá seu papel, adotando políticas que fortalecem e hipertrofiam o chamado Estado penal. Os alvos dessa mudança são as camadas populares agora submetidas a um “Estado policial e penitenciário” que substitui o “Estado econômico e social”. Para essa população pobre, que foi destituída da cidadania possível, passa a ser adotada a potencialização de sua marginalização social por meio do controle penal, principalmente da malha carcerária. “O confinamento é antes uma alternativa ao emprego, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária à produção e para a qual não há trabalho ao qual se reintegrar” (Bauman, 1999, pp. 119-120).

A intervenção penal será estratégia de administração e controle dessas massas pauperizadas e órfãs do Estado-providência. Wacquant (2001) caracteriza cinco condições de possibilidade para a “hipertrofia” do Estado penal americano, a saber: (a) a expansão vertical do sistema, ou seja, crescimento da população encarcerada, expansão horizontal da rede penal; (b) o aumento das medidas de penalização extramuros por meio das “liberdades” condicional e vigiada; (c) o crescimento do setor penitenciário no seio das administrações públicas; (d) a política de “ação afirmativa carcerária”, ou seja, rigor aumentado em relação aos crimes vinculados a drogas e à população negra; (e) e a privatização carcerária, propiciando um mercado emergente para toda uma rede de serviços de vigilância, alimentos, seguro, serviços, administração, manutenção, arquitetura, financiamento, construção e transporte.

O neoconservadorismo penal capitalista necessitará ser justificado com as (incansáveis) campanhas de luta contra o (inesgotável) aumento da criminalidade urbana e com os imperativos, cada vez mais presentes, de restabelecimento de uma ordem social dita perdida. Assim, a ordem pública passa a se confundir com o controle da criminalidade dos pobres ou com a neutralização daqueles que colocam em risco o sossego dos plenos cidadãos (consumidores),

pois, como defenderá Wacquant (2008), a guerra declarada pelas autoridades policiais nunca foi empreendida contra o “crime” em geral. A lógica seletiva das forças da ordem e do sistema penal constitui-se em perseguir prioritariamente “determinadas categorias de ilegalidades cometidas em um setor bem definido dos espaços físico e social: basicamente crimes de rua cometidos em bairros de classes desfavorecidas e segregadas das metrópoles” (Wacquant, 2001, p. 10). A retórica da guerra contra o crime e a propagação da insegurança difusa reveste-se em uma eficiente criminalização da pobreza em que o Estado passa às forças de ordem “um cheque em branco” para perseguir agressivamente os crimes associados à pobreza, além de reprimir os mendigos e os sem-teto nos bairros deserdados (Wacquant, 2001).

As correlações de forças políticas que vinculam a pobreza ao crime não dizem respeito a uma posição de um governo específico ou limita-se a algum espaço geográfico na atualidade; ao contrário, fazem parte de uma complexa rede de produção subjetiva que incorpora elementos autoritários, clamando por penas mais severas, pela redução da maioria penal, construindo novos padrões de segregação urbana, com o aumento dos muros, instalação de câmeras e circuitos internos e até cercas elétricas (Bicalho, Kastrup, & Reishoffer, 2012). São novos padrões subjetivos que “permitirão a suspensão dos princípios éticos, dos direitos constitucionais e das garantias legais, comprometendo as bases democráticas das sociedades ocidentais” (Bicalho & Reishoffer, 2009, p. 440), adotando estratégias repressivas na busca de manutenção (ou imposição) de uma determinada ordem social, ainda mais conservadora, do sistema capitalista.

A ordem social não será caracterizada, então, como a efetiva consolidação das mínimas condições de cidadania para todos, mas como defesa do direito de consumo de alguns. Contudo, apesar de não serem estratégias de governo ou localizadas em espaços geográficos precisos, Wacquant (2001) afirma que tal estratégia neoliberal

constitui-se de forma ainda mais funesta em países atingidos por fortes desigualdades de condições de vida e desprovidos de tradição democrática, a exemplo da sociedade brasileira. De forma categórica, nossas questões sociais tornaram-se casos de polícia e os “inimigos” da ordem serão esses que ousam transpor as barreiras do consumo e estão continuamente expostos ao próprio controle e violência policial. Tal violência é inserida em nossa tradição nacional secular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários fortalecidos por duas décadas durante a ditadura civil-militar, na qual a luta contra a “subversão interna” era disfarçada em repressão aos opositores do regime.

O controle social brasileiro, por meio do Estado penal, também adotou as lógicas da “guerra” e do “inimigo interno” em restabelecimento de uma ordem supostamente perdida, mas que, paradoxalmente, necessita ser conservada. Atualmente, a produção subjetiva da insegurança é apoiada por uma criminologia de cunho positivista que buscou identificar, de forma objetiva e asséptica biologicamente, os negros, ou socialmente, os pobres, como potenciais delinquentes; a figura do jovem, negro e pobre aparece como a figura atual da ameaça (Góes, 2016). O recorte é feito e o olhar da repressão é recrudescido para os crimes que atentam, obviamente, contra o patrimônio, mas, principalmente, aos que se referem ao varejo das drogas. Sob a insígnia da “guerra contra as drogas”, têm-se empreendido em larga escala a criminalização das populações que moram nas favelas, onde todos são considerados suspeitos por morar em áreas de domínio e/ou influência do tráfico varejista, áreas identificadas como o principal foco e difusoras da violência em toda a cidade (Carvalho, Dias, & Ribeiro, 2008). Então, segundo essa lógica:

aqueles que estão numa área residencial onde ocorre uma incur-são classificada como missão perigosa são considerados suspeitos e representam perigo à integridade física dos policiais e à sociedade. São percebidos, dessa forma, como inimigos e, de acordo com

uma lógica de guerra, devem ser eliminados. (Bicalho, Jagel, & Rebeque, 2008, p. 420)

Então, agora, não mais aos comunistas, como nos tempos de ditadura, mas aos jovens pobres das periferias serão atribuídas características como “perigosos” e “infratores”, como se fossem de sua natureza. Tal “natureza” serviria de justificativa para adoção de medidas extremadas de controle social e repressão desses entendidos como “classes perigosas” em uma sociedade que ainda busca consolidar suas bases democráticas.

### **A privatização como modelo de terceirização da responsabilidade do Estado frente aos estabelecimentos prisionais no Brasil**

A privatização das prisões emergiu como um fenômeno no Brasil a partir de 1999, no estado do Paraná, e há atualmente cerca de 30 prisões privatizadas, as quais abrigam, conjuntamente, em torno de 20 mil pessoas presas.

Há dois modelos de privatização de prisões praticados: parceria público-privada (PPP) e cogestão, a última representando quase a totalidade dos contratos. Na experiência de cogestão, o Estado assume a direção da unidade, da guarda e da escolta externa, enquanto a empresa privada assume toda a operacionalização da unidade, gerindo serviços de saúde, alimentação, limpeza, vigilância e escolta internas, além da manutenção das instalações.

A privatização, no contexto de ofensiva neoliberal no Brasil, apresentou-se como solução para superar as dificuldades enfrentadas pelo Estado no exercício de suas tarefas. Porém, em tal proposição, pouca importância se deu às consideráveis diferenças entre as condições sociais e políticas dos países com suas distintas trajetórias históricas, distribuindo-se o mesmo conceito tanto para Inglaterra e Estados Unidos como para o Brasil ou qualquer outro país em desenvol-

vimento. De igual modo, pouca atenção se teve pela avaliação dos efeitos de médio e longo prazo que a privatização poderia provocar em áreas sensíveis da vida social, como a justiça criminal e a segurança pública.

As respostas do Estado, em especial dos entes federados, principais responsáveis pela área de execução penal do país, têm sido consideradas majoritariamente insuficientes e inadequadas. Não foram poucas as vezes em que a privatização apareceu como diretriz para enfrentar alguns desses problemas, evidenciados pelas prisões superlotadas, acompanhadas de graves violações de direitos (Rangel & Bicalho, 2016).

O Paraná fez a terceirização pioneira no País, em 1999, na Penitenciária Industrial de Guarapuava, entregue à Humanitas Administração Provisional Privada, considerada, no início, uma instituição modelar. Nos últimos anos, entretanto, verificou-se uma série de não cumprimentos da responsabilidade contratual, somada a episódios de rebeliões. Alarmado com o alto custo da operação privada, o Estado reassumiu, em 2006, essa unidade assim como as de Curitiba, Londrina, Piraquara, Foz do Iguaçu e Cascavel.

Há conflitos de interesse, execução questionável de funções pre-cípua do Estado e gastos que não justificam os serviços prestados, além da falta de transparência com relação aos processos de adoção das propostas de privatização, bem como em relação aos termos dos contratos. Nesse cenário colaboram, com sua passividade ou omissão, instituições que deveriam zelar pela fiscalização dos negócios públicos e pela adequada execução penal.

As prisões privatizadas são cercadas de uma série de medidas que as diferenciam das públicas, como, por exemplo, não apresentar superlotação<sup>2</sup>, não receber presos líderes de facção organizada, manter

---

2 O Brasil tem uma taxa de ocupação prisional de 167% (1,67 pessoa presa por vaga), tendo os estados de Pernambuco, Alagoas, Amazonas e o Distrito Federal apresentado taxas de ocupação de mais de 200% (DEPEN, 2014). O Brasil, a partir desses dados,

os presos nas celas ou com baixa taxa de ocupação de trabalho para não adicionar custos operacionais. Ou seja, é de pouca credibilidade enaltecer prisões privatizadas quando essas, na verdade, não operam com os mesmos problemas que as demais mantidas pelo Estado. Não é de se admirar que as prisões privatizadas sejam apresentadas sempre como “modelos”, mas sonega-se o fato de que ficam resguardadas de participar dos desafios cotidianos das administrações prisionais, sobretudo as estaduais.

Em 2014, a Pastoral Carcerária publicou um relatório<sup>3</sup> baseado em visitas a oito prisões privatizadas em seis diferentes estados e administradas por cinco diferentes empresas. Entre as conclusões, destacam-se o fato de a relação custo/benefício da privatização não ter sido vantajosa para a administração pública; a alocação de recursos para as unidades privatizadas ter diminuído os repasses para as unidades públicas; a privatização das prisões ter resultado em ausência de políticas penais alternativas e menos punitivas para pessoas em conflito com a lei; a alta rotatividade no quadro de pessoal das unidades privatizadas, com baixos salários e mínima ou nenhuma qualificação para o serviço de custódia de presos; a privatização das prisões estar marcada pela falta de transparência; a rigidez disciplinar observada em todas as unidades privatizadas ter gerado restrições aos direitos dos presos previstos em lei; e, ainda, o fato de a Lei de Execução Penal, em seu artigo 83-A, limitar a atuação da iniciativa privada em presídios a “serviços de conservação, limpeza, informática, copeiragem, portaria, recepção, reprografia, telecomunicações, lavanderia e manutenção de prédios, instalações e equipa-

---

ocupa a 36ª posição em taxa de ocupação do mundo, estatística liderada pelo Haiti, com 4,54 pessoas presas por vaga em seu sistema prisional. Há, assim, no Brasil, um déficit de 251 mil vagas, com taxa de encarceramento de 306 pessoas presas por 100 mil habitantes.

3 Pastoral Carcerária Nacional (2014). *Prisões privatizadas no Brasil em debate*. Recuperado de <http://www.carceraria.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Relato%C3%A7%C3%A3o-sobre-privatizac%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

mentos internos e externos” e “serviços relacionados à execução de trabalho pelo preso”. O artigo 83-B, por sua vez, determina: “São indelegáveis as funções de direção, chefia e coordenação no âmbito do sistema penal, bem como todas as atividades que exijam o exercício do poder de polícia” (Lei n. 7.210/1984).

## Conclusão

A denominada crise dos sistemas penitenciários nos estados, evidenciada pelo aumento acelerado da população carcerária, as pressões internas e externas face à dita incapacidade do estado de administrar prisões seguras, os interesses de políticos locais e a influência da indústria da produção de (in)segurança foram alguns dos fatores que formaram o ambiente propício para a privatização, a partir do final da década de 1990. O fato é que o processo de privatização não emergiu, nos estados, como resultado de um amplo debate público para identificar a melhor alternativa frente à crescente população carcerária e às constantes crises que atingem as prisões do país.

Entre as diretrizes aprovadas para o sistema prisional durante a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em 2009 após ampla mobilização regional, nenhuma delas apresenta a privatização de estabelecimentos prisionais (via terceirização da responsabilidade do Estado na custódia de pessoas presas pela execução penal) como possibilidade. Desse modo, urge avaliar o modo como foram implementadas as primeiras experiências, analisar seus efeitos e ampliar o debate.

## Referências

Alves, G. (2000). *O novo e precário mundo do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Alves, G. (2013). *Dimensões da precarização do trabalho*. Bauru, SP: Praxis.

Alves, G. (2015). A lógica da terceirização e o capitalismo no Brasil: precarização do trabalho na era do neodesenvolvimentismo. *O Público e o Privado*, 25, 15-31.

Antunes, R. (2004). Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In R. Antunes & M. A. M. Silva (Orgs.), *O avesso do trabalho* (pp. 13-27). São Paulo: Expressão Popular.

Antunes, R. & Druck, M. G. (2015). A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. *O Social em Questão*, 18(34), 19-40.

Argüello, K. (2007). Do Estado Social ao Estado Penal: invertendo o discurso da ordem. In W. B. Bittar (Org.), *A Criminologia do século XXI* (pp. 119-144). Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Assunção-Matos, A. & Bicalho, P. P. G. (2016). O trabalho, a terceirização e o legislativo brasileiro: paradoxos e controvérsias. *Psicologia Organizacional e Trabalho*, 16(2), 120-129.

Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. São Paulo: Jorge Zahar.

Bicalho, P. P. G., Jagel, D. C., & Rebeque, C. C. (2008). Psicologia e políticas de segurança pública: o analisador 'Caveirão'. *Psico*, 39(4), 418-424.

Bicalho, P. P. G., Kastrup, V., & Reishoffer, J. C. (2012). Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 56-65.

Bicalho, P. P. G. & Reishoffer, J. C. (2009). Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 425-444.

*Lei n. 13.429*, 13 de março de 2017. (2017). Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, DF: Presidência da República.

*Lei n. 7210*, de 11 de julho de 1984. (1984). Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República.

Carvalho, S. (2008). Garantismo e conflitos carcerários: fugas, rebeliões e Motins. In S. Carvalho (Org.), *Pena e garantias* (pp. 213-256). Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Carvalho, S., Dias, R. & Ribeiro, C. (2010). *O papel dos atores do sistema penal na era do punitivismo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Colli, J. A. (2000). *A trama da terceirização: um estudo do trabalho no ramo da tecelagem*. Campinas, SP: Unicamp.

Departamento Penitenciário Nacional [DEPEN]. (2014). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN - Junho de 2014*. Recuperado de <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>.

Druck, M. G. (1999). *Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo.

Druck, M. G. (2013). A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In R L. C. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II* (pp. 55-73). São Paulo: Boitempo Editorial.

Forrester, V. (1997). *O horror econômico*. São Paulo: Editora UNESP.

Góes, L. (2016). *A "tradução" de Lombroso na obra de Nina Rodrigues*. Rio de Janeiro: Revan.

Kilduff, F. (2010). O controle da pobreza operado através do sistema penal. *Katálysis*, 13(2), 240-249.

Krein, J. D. (2013). *As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil*. Campinas, SP: LTr.

Rangel, F. M. & Bicalho, P. P. G. (2016). Superlotação das prisões brasileiras: operador político da racionalidade contemporânea. *Estudos de Psicologia*, 21(4), 415-423.

Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar.

Wacquant, L. (2008). O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Novos Estudos-CEBRAP*, 80, 9-19.

# “O pessoal é político”: aborto e ação política

Claudia Mayorga

Júlia Costa de Oliveira

Paula Rita Bacellar Gonzaga

A década de 1960 se tornou um marco na história dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres. Nesse período, o que se convencionou denominar como a Segunda Onda Feminista colocou no centro do debate pautas como a liberdade sexual, contracepção feminina, direito ao próprio corpo, descriminalização e legalização do aborto e conquistou avanços efetivos para mulheres europeias e norte-americanas. Essa também é uma questão para os movimentos da América Latina embora a maioria desses países tenha vivenciado, nesse período, o início de uma onda de golpes políticos, consolidando um contexto de governos ditatoriais onde a mobilização política foi cerceada, proibida e punida com prisão, exílio, tortura e morte. Demarcar esse contexto é fundamental para situar que a problemática do aborto é uma questão política, transpassada pelas disputas que se travam sobre o modelo de sociedade que se pretende construir e sobre qual categoria de cidadania é destinada às mulheres nesses modelos.

Tais regimes políticos de exceção influenciaram de forma significativa as interdições impostas às mulheres e à sua capacidade reprodutiva, corroborando a ideia de que em governos totalitários as mulheres serão alvo de violência e retrocesso nos seus direitos (Scott, 1990). Diante desse cenário, a redemocratização se tornou um marco na retomada do debate sobre a legalização do aborto nos países latino-americanos (Heilborn, 2012; Rocha, Rostagnol, & Gutierrez, 2009). Infelizmente, mesmo após a abertura política, os direitos das mulheres continuaram enfrentando resistência não apenas dos setores mais conservadores, mas dentro dos próprios grupos de esquerda que consideravam a descriminalização do aborto uma temática de difícil negociação no contexto brasileiro (Costa, 2009).

Essa conjuntura permanece até os dias atuais. Os direitos das mulheres são constantemente usados como objeto de negociação entre setores conservadores e progressistas do cenário político brasileiro (Almeida & Bandeira, 2013; Mayorga, 2011; Ruibal, 2014). Em um campo de disputas e constantes ameaças aos direitos sexuais e reprodutivos, o movimento feminista segue sendo protagonista na luta pela consolidação desses direitos, especialmente da legalização do aborto. Essas questões seguem atuais. Como o movimento feminista, enquanto organização política, aparece na trajetória de mulheres que vivenciaram a experiência de interromper uma gravidez? Quais os limites das leituras individualizantes sobre a decisão de abortar quando consideramos o contexto proibicionista e patriarcal do Estado e sociedade brasileiros? Como as mulheres, reconhecendo-se ou não como feministas, criam articulações de apoio para minimizar os danos de abortos provocados na clandestinidade? Quais os impactos políticos da resistência de mulheres que, sob risco de penalização jurídica e moral, subvertem a lógica da maternidade imposta e regulam a própria capacidade reprodutiva?

A máxima da segunda onda feminista, “o pessoal é político”, cabe aqui para questionar o aborto como uma experiência exclusivamente individual e a dimensão dessa ruptura simbólica e cultural na orga-

nização política de mulheres perpassadas por lugares singulares de classe, raça, geração e escolaridade. No âmbito do projeto de pesquisa “Gênero e ação política: Subjetivação e resistência de mulheres negras, prostitutas, migrantes e faveladas”<sup>1</sup> o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes, da Universidade Federal de Minas Gerais, propôs compreender quais as repercussões políticas da interrupção de gravidezes de mulheres brasileiras na clandestinidade, assim como interrogar como o discurso feminista tem sido elaborado por essas mulheres em meio a seus itinerários abortivos. Desse modo, o objetivo deste texto é realizar uma reflexão sobre qual conexão do movimento feminista, enquanto organização coletiva, política e discursiva que vem historicamente atuando pela descriminalização do aborto no Brasil e as narrativas de mulheres que em algum momento da vida vivenciaram clandestinamente o abortamento provocado, analisando a dimensão política que essas experiências apresentam desde o processo decisório, a articulação com outras mulheres que auxiliam nesse processo e a presença do debate feminista na significação que elas atribuem a essas vivências.

Realizamos essa discussão a partir da análise de duas dissertações de mestrado sobre a temática do abortamento que contemplam duas capitais brasileiras, Belo Horizonte e Salvador. A temática é o elo que amarra essas produções, produzidas em regiões diferentes, sudeste e nordeste do país, em programas de pós-graduação distintos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, e com uso de metodologias distintas, análise de conteúdo e análise do discurso, respectivamente. Além de apresentarem um panorama distinto da produção sobre a experiência do aborto no Brasil, as dissertações de Ana Beraldo de Carvalho - O processo de decisão pelo aborto: as ex-

---

1 O projeto de pesquisa “Gênero e ação política: Subjetivação e resistência de mulheres negras, prostitutas, migrantes e faveladas” recebe apoio da FAPEMIG e CNPq.

periências das mulheres em foco - e de Paula Rita Bacellar Gonzaga - “Eu quero ter esse direito à escolha”: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador - foram escolhidas devido à vinculação de ambas as pesquisadoras com o núcleo Conexões de Saberes, o que permitiu a interlocução entre as pesquisadoras.

Para isso, três eixos analíticos serão apresentados a partir de uma revisita analítica a essas duas publicações. O primeiro visa articular como os ideais e lutas do feminismo aparecem nas narrativas das interlocutoras das duas pesquisas. No segundo tópico objetiva-se compreender como as relações entre mulheres na vivência de itinerários abortivos operacionaliza premissas do feminismo. E, por fim, o enfoque será no processo decisório pela interrupção da gravidez e como essa decisão interpela as bases patriarcais da sociedade em que estão inseridas e questiona o caráter determinista com que a maternidade segue sendo abordada. Para isso, cabe destacar novamente que a diversidade entre as metodologias adotadas por Carvalho (2015) e Gonzaga (2015) reverberam em como essas respostas são apresentadas nas pesquisas, ambas de cunho qualitativo. No caso da dissertação de Carvalho (2015), a realização de entrevistas semiestruturadas com oito mulheres<sup>2</sup> que vivenciaram a experiência do aborto provocado com posterior análise de conteúdo, proporciona formulações mais diretas sobre o envolvimento das informantes com o feminismo e sobre suas experiências de abortamento. Na pesquisa desenvolvida por Gonzaga (2015), a interlocução se estabelece a partir de entrevistas narrativas com doze mulheres<sup>3</sup> que abortaram, as quais são provocadas a partir de um tópico disparador e seguem suas narrativas sem maiores interrupções, narrando em fluxo livre os itinerários abortivos que vivenciaram.

---

2 As interlocutoras entrevistadas por Carvalho (2015) foram: Francisca, Geovanna, Rose, Gerusa, Lenita, Geórgia, Azaléia e Ester (nomes fictícios).

3 As interlocutoras entrevistadas por Gonzaga (2015) foram: Atali, Bastet, Brigid, Dandara, Kali, Perséfone, Picê, Sarasvati, Tanit, Thêmis, Yara, Zarina (nomes fictícios).

## Feminismo e aborto

A preponderância das formulações e das pautas feministas é apresentada nas pesquisas produzidas por Carvalho (2015) e Gonzaga (2015). A pauta pelo direito à contracepção e ao aborto legal e seguro foi a grande bandeira dos movimentos feministas na década de 1960 e um exemplo de sucesso dessa organização ocorreu na França com o Movimento de Liberação das Mulheres (MLF) que publicou, no início da década de 1970 o Manifesto *Je declare avoir avorté*, assinado por 343 mulheres francesas de todas as camadas sociais, entre elas personalidades como a filósofa Simone de Beauvoir (Machado, 2010). Assumir ter provocado um aborto num país que o considerava crime facilmente poderia gerar penalizações jurídicas, mas a presença de figuras conhecidas do campo artístico, intelectual e político da França associado ao elevado número de mulheres que admitiam a prática possibilitou que elas não fossem perseguidas ou processadas. Um efeito do Manifesto foi a ideia de que mulheres abortam independente da sua posição econômica, estado civil e grau de instrução, mas que algumas estão mais expostas a riscos que outras. A visibilidade conquistada com a publicação do Manifesto facilitou uma associação com o Movimento pela Liberação do Aborto e Contracepção que produziu a organização de pelo menos duas manifestações ao ano. Em 1975, depois de muito tempo criminalizando o aborto e a contracepção, a ministra da Saúde, Simone Weil, conseguiu levar a votação à lei que prevê o direito à interrupção voluntária da gravidez em caso de miséria, angústia ou risco e desde que a gravidez estivesse dentro dos limites de tempo estimados (Ferrand, 2008).

A tendência pela descriminalização do aborto na Europa não se reproduziu na América Latina (Torres, 2012). A instauração de governos ditatoriais impactou em retrocessos nos direitos já conquistados como no caso do Chile, em que o regime do ditador Augusto Pinochet revogou o permissivo legal para aborto terapêutico e colocou setores conservadores e religiosos no cenário como os principais opositores de avanços na legislação de países como Colômbia, Mé-

xico, Argentina, Brasil e Uruguai (Carvalho, 2015; Gonzaga, 2015; Heilborn, 2012; Ruibal, 2014).

Os movimentos feministas e de mulheres têm protagonizado a resistência e o enfrentamento a leis e políticas conservadoras que se posicionam contra a descriminalização e a legalização do aborto no Brasil e nos demais países latino-americanos (Gonzaga, 2015; Ruibal, 2014). Tais ações contribuíram, por exemplo, para a conquista de um serviço de atenção pré e pós-abortamento para mulheres uruguaias e argentinas (Drovetta, 2012); descriminalização e legalização da interrupção voluntária da gravidez em 2012 no Uruguai (Heilborn, 2012) e na capital do México (Lamas, 2014). Gonzaga (2015) e Carvalho (2015) concordam que além dos avanços conquistados por esses movimentos no âmbito institucional, os movimentos feministas reverberam em outras possibilidades de significação sobre a experiência do aborto para as interlocutoras de suas pesquisas. Nesse contexto de penalização moral e jurídica, muitas mulheres apresentam ter encontrado nas formulações do feminismo, enunciados que confirmam a autonomia das mulheres sobre seus corpos, subvertendo discursos hegemônicos e patriarcais:

Eu não diria que eu sou a favor do aborto, eu sou a favor do direito de cada mulher decidir o que fazer... Eu sou a favor do direito que cada mulher tem de saber e fazer, qual que é o momento, o que está acontecendo com ela (Azaleia, entrevistada por Carvalho, 2015, p. 186).

Mesmo eu sabendo que mesmo pequeno ainda assim era uma vida, ao mesmo tempo eu me sinto como dona do meu corpo e responsável por aquele ser, eu me sinto na obrigação de ter aquela escolha, de prosseguir ou não (Yara, entrevistada por Gonzaga, 2015, p 121).

Algumas interlocutoras de Carvalho (2015) revelam ter envolvimento direto com o feminismo, o que possibilitou evidenciar sua importância direta nas decisões pela interrupção da gravidez. De acordo com a autora, o feminismo permitiu uma ampliação das

possibilidades consideradas diante de uma gravidez não planejada, como demonstra Geovanna:

Sim, acho que foi o ponto principal na verdade, porque acho que se eu não tivesse, assim, é uma especulação, mas talvez se eu não tivesse tido contato e discutido sobre essas coisas, e lido, e me fundamentado nesse sentido teórico mesmo, talvez isso nem passaria pela minha cabeça. Porque antes eu falava, 'Ah, ok, não recrimino, mas também nunca faria', antes desse contato. Mas após ele, não, não é dessa forma, assim, foi muito por causa das discussões, desses momentos na universidade (Geovanna, entrevistada por Carvalho, 2015, p. 165).

Além disso, Carvalho (2015) e Gonzaga (2015) constataam que o feminismo permitiu que o aborto fosse enxergado como moralmente aceitável, uma vez que, a partir do contato com argumentos “pró-escolha”, suas entrevistadas tiveram conhecimento de questões como a negação da maternidade compulsória e a defesa da autonomia da mulher diante da própria vida, diminuindo o estigma que o abortamento possui e o sentimento de culpa. O feminismo aparece como uma contra força à imposição de culpa, medo, crime, pecado que são prescritos socialmente às mulheres que abortam (Gonzaga, 2015):

Tenho certeza. Se eu não fosse feminista desde pequenininha, desde cedo, com certeza eu talvez tivesse titubeado muito pra tomar minhas decisões, me sentido culpada, vir carregando isso o tempo inteiro, fazer um muro de lamentações e deprimir. O feminismo marcou e marca a minha vida assim inteiramente, principalmente na questão de liberdade, da minha liberdade em tudo, nas minhas relações, no meu modo de ver o mundo (Geórgia, entrevistada por Carvalho, 2015, p. 165).

Assim, o contato com as discussões feministas sobre o direito de a mulher decidir sobre o próprio corpo possibilitou também que as participantes pudessem significar a decisão a partir de outros sentimentos que não condenatórios, ainda que o feminismo não tenha eximido totalmente os processos das mulheres de conflitos (Carva-

lho, 2015). Portanto, o feminismo aparece como uma alternativa à visão imposta de indissociabilidade entre a mulher e a maternidade, proporcionando às mulheres uma reflexão importante sobre o direito à escolha de ser ou não mãe, e em quais condições:

A coisa que mais me irrita ainda, que é achar que toda mulher deve ser mãe, que toda mulher quer ser mãe... Porque existem mulheres que são mães infelizes, do jeito que tem mulheres que não são mães e são infelizes por diversos motivos que não têm nada a ver com o filho, mas a parte do julgamento é basicamente cultural, na minha opinião, né? Claro. Cultural e social (Tanit, entrevistada por Gonzaga, Diário de campo, 2015).

Cabe ressaltar, nesse debate, que a noção de direito ao próprio corpo, assim como a pauta pela liberdade sexual são temáticas complexas no contexto brasileiro e dentro do movimento feminista. Feministas negras trazem a discussão de que os corpos femininos não foram igualmente regulados ao longo do tempo, sofrendo diferentes formas de opressão e violência, dependendo de outros aspectos além do gênero, como raça e classe. O Brasil segue reproduzindo lógicas coloniais por meio de discursos e práticas de objetificação das mulheres negras. A criminalização do aborto implica três vezes mais risco de complicação e morte para ela do que para as mulheres brancas (Menezes & Aquino, 2009), e são as mulheres negras as principais vítimas de feminicídio e violência doméstica no país. Nesse sentido, o feminismo negro, ao elencar a especificidade de ser mulher negra no contexto brasileiro, problematiza a ideia de liberdade sexual como um modelo universal.

As mulheres negras foram historicamente exploradas em sua força de trabalho, sexualidade e capacidade reprodutiva. Frente a essas violações, o aborto foi vivido como possibilidade de resistência, seja para evitar trazer ao mundo um filho que seria escravizado também, ou para evitar mais uma carga de trabalho ao qual se somaria a atribuição de amamentar os filhos dos senhores (Mott, 1989; Queiroga, 1988). O enfrentamento da lógica de controle e a opressão que pre-

dominou ao longo da história se sustentam até os dias atuais. Diante de um contexto em que a imbricação do machismo com o racismo veta possibilidades de ascensão e experiências de maternidade que não sejam calcadas na abnegação, Gonzaga (2015) e Carvalho (2015) constatam que o aborto ainda é uma possibilidade de perseguir planos de ascensão profissional e projetos individuais:

Porque eu falava assim: ‘É meu corpo, minha vida e eu quero ser independente. E tendo um filho agora eu não termino essa universidade do modo que eu termino, que eu terminaria, eu não tenho dúvida que eu teria outra trajetória, entendeu? ...E na verdade eu acho que o meu grande medo era olhar pra trás e culpabilizar o meu filho ou minha filha, entendeu? Por conta de não ter conseguido o que na verdade sempre foram meus planos, que era na hora que der eu me pico daqui, na hora que der eu saio da casa dos meus pais, na hora que der eu já tenho meu trabalho, na hora que der eu já pago sozinha as minhas contas. E hoje eu sou uma mulher completamente independente (Sarasvati, entrevistada por Gonzaga, Diário de campo, 2015).

Bairros (2008) defende que a exclusão das mulheres negras do debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos sob a alegação de que estas estariam privilegiando a pauta da ‘bica d’água’ - numa alusão à imbricação de classe e raça em que as mulheres negras estariam focando sempre em conquistar melhores condições de vida - é de fato uma forma de novamente retirar delas o direito à voz e decisão sobre seus corpos. A naturalização da maternidade, seja na história da constituição da modernidade (Badinter, 1985) ou na constituição da identidade das mulheres negras e indígenas no Brasil (Gonzaga & Aras, 2016), se configura como estratégia limitante das potencialidades individuais, relacionais, profissionais, intelectuais e políticas das mulheres. Nesse sentido, a articulação de mulheres é uma estratégia efetiva do feminismo, que propõe a construção de novas identidades, de relações desobrigadas do cuidado maternal e de compreensão da extensão das imposições sociais que a estrutura patriarcal nos impõe. Quando se trata da problemática do abortamento, a união

de mulheres se configura como uma rede de apoio e suporte a essa decisão que pode ser confidenciada apesar da penalização jurídica e moral que circunda o tema.

## **Redes de apoio femininas**

A mulher que escolhe interromper a gravidez, em um contexto de criminalização do aborto, arrisca sua saúde física, ao realizar procedimentos inseguros, e sua saúde mental, uma vez que a clandestinidade pode tornar suas vivências dramáticas, pela falta de atenção humanizada nos serviços de saúde (Menezes & Aquino, 2009). Assim, a ilegalidade impõe mais problemáticas para o já complexo processo decisório pelo abortamento. Em sua pesquisa, Gonzaga (2015) verificou que todas as informantes reconheceram tal condição como potencial de riscos, vulnerabilidade e sofrimento. Além disso, constatou que, nesse contexto, o poder aquisitivo e a rede de informação que as mulheres dispõem foram cruciais nas experiências dos itinerários abortivos. Para Sanseviero (2003), essa “situação de clandestinidade impele as mulheres a trocarem informações e se apoiarem, diante da ausência do Estado” (p. 100). Cabe pensar até que ponto o Estado pode ser considerado ausente nessas narrativas, visto que para muitas ele aparece como uma ameaça a seu exercício de decisão, como cita uma das entrevistadas de Gonzaga (2015):

Nunca é um momento tranquilo, nunca é uma coisa legal de viver, dificilmente as pessoas estão ali tranquilas, não, você tá esperando um bando de merda que pode dar, inclusive a merda de você ser presa, processada pelo estado. Isso acontece. Então não é uma relação tranquila de maneira alguma (Bastet, entrevistada por Gonzaga, 2015, p. 122).

Diante disso, Gonzaga (2015) e Carvalho (2015) destacam a importância da articulação de mulheres em torno de uma gravidez não planejada, seja para a tomada de decisão ou para a execução do

aborto. A articulação de uma rede de mulheres foi fonte de suporte emocional e financeiro para que pudessem sustentar sua decisão pela interrupção:

Bem, eu contei muito com o apoio da minha irmã, porque a gente não tinha dinheiro. Do ponto de vista da solidariedade da minha irmã, que é uma coisa que quando eu lembro eu fico, ufa, que bom que tinha alguém que eu podia falar (Sarasvati, entrevistada por Gonzaga, 2015, p. 125).

Isso é essencial. Se não você enlouquece... imagine se eu não tivesse essa minha amiga, na verdade, na segunda vez foram três amigas importantíssimas eu digo a elas sempre que se um dia elas decidirem acabar a amizade eu serei grata eternamente de qualquer jeito, sabe? (Tanit, entrevistada por Gonzaga, 2015, p. 125).

Ao longo do trabalho, Gonzaga (2015) identifica que a pluralidade das relações entre as mulheres que aparecem como figuras de conforto e apoio nos itinerários abortivos transcendem o vínculo familiar e geracional, avós, tias, primas, irmãs, amigas, mães, conhecidas, colegas de escola, figuras femininas que, assim como as mulheres que abortaram, se lançam na clandestinidade em prol de uma escolha por romper com a ideia da maternidade como destino irrefutável. Relatos similares compõem o trabalho de Carvalho (2015) e apontam que as mulheres reconhecem que essa rede de apoio é presença central nos itinerários abortivos: “Conversei com a menina que me ajudou a conseguir o medicamento, que me ajudou a entender qual que era o processo... já conhecia, era uma pessoa da causa feminista... então foi uma conversa muito tranquila com ela (Geovana, entrevistada por Carvalho, 2015, p. 173).

Uma pessoa que eu podia confiar era ela, eu já sabia que ela já tinha feito, sabia que ela era a pessoa que naquele momento ia ser solidária comigo nesse ponto de vista de apoiar se eu topasse fazer um aborto (Gerusa, entrevistada por Carvalho, 2015, p. 176).

Para a autora, essa rede que se forma entre as mulheres implica uma cumplicidade feminina, que adquire muita importância, por trocar conhecimentos acerca da aquisição do medicamento, geralmente o misoprostol<sup>4</sup>, e até mesmo por consistir em apoio e companhia na hora do procedimento. Dessa forma, percebe-se que as mulheres se organizam entre si, colocando-se em risco umas pelas outras, subvertendo a ordem dominante da ilegalidade do aborto e, ao subvertê-la, rompem, também, com a ideia de que a maternidade é inerente à mulher. São, pois, um grupo de mulheres, não organizado, que não se configura como um movimento social – mas cumpre com uma função do movimento social feminista, se fazendo como organização política, produzindo ação e elaboração de uma experiência vivida por mulheres que são rechaçadas pelo Estado, muitas vezes por sua religião e suas famílias. Devido à criminalização, essa é, praticamente, a única forma de garantir alguma segurança para mulheres que abortaram. A manutenção do aborto como crime mantém a experiência das mulheres no campo do privado além de lhes imputar risco e prejuízos, cumprindo com a função crucial de manter a temática silenciada, inaudível. Manter o aborto como crime é manter a pauta do direito de decidir fora do cenário público das discussões políticas.

Pateman (1993), ao tratar do contrato sexual, discute sobre a delegação das mulheres à esfera privada – que, para a sociedade civil, é isenta de política, questionando tal dicotomia excludente. Sobre isso, Rostagnol (2005) afirma que a ilegalidade do aborto o situa na esfera do segredo, atuando na reprodução da subordinação feminina. Instaura-se, assim, um silêncio sobre as experiências de abortamento. Como exposto, há a quebra desse silenciamento entre as mulheres que transmitem informações umas para outras, apoiam a tomada de decisão e ajudam no processo de interrupção da gravi-

---

4 Misoprostol é o nome técnico do medicamento popularmente conhecido como Cytotec, cuja venda é proibida no Brasil desde a década de 1990.

dez. Assim, o aborto pode ser considerado um “tabu relativo”, uma vez que os relatos ocorrem para pessoas que não irão condená-las, fazendo com que o abortamento não seja silenciado para determinadas pessoas, sendo um tema recorrente especialmente entre mulheres (Tussi, 2010):

Eu não podia sair contando isso para ninguém, era uma coisa que eu tinha que guardar pra mim pra sempre, que eu não podia publicizar isso... eu nem ia me sentir a vontade de estar falando sobre isso, sabendo que eu poderia passar pra, além disso, passar por um julgamento de outra pessoa (Geovanna, entrevistada por Carvalho, 2015, p. 189).

Diante disso, uma das entrevistadas por Gonzaga (2015) manifesta que falar sobre o abortamento é uma estratégia de resistência, um meio pelo qual ela informa outras mulheres sobre a prática do abortamento, pois ela não possuiu nenhuma referência quando vivenciou o processo de interrupção da gravidez, recebendo, ao contrário, olhares punitivos:

Foi nesse momento que eu comecei a contar pra todo mundo que eu tinha feito e tinha feito mesmo e daí?... eu comecei a ver a necessidade de se falar sobre isso pra se ter mais informação sobre isso, sabe? De tornar a coisa pública (Bastet, entrevistada por Gonzaga, 2015, p. 92).

A possibilidade de ter apoio e de oferecer apoio em meio às dificuldades impostas pela criminalização, sem dúvida torna a experiência do abortamento menos solitária e, em muitos casos, menos arriscada. Mesmo nesses casos, a subversão, ainda que pontualmente, da norma social que impõe a maternidade implica num emaranhado de conflitos pessoais e identitários, que tornam o processo de decisão ainda mais complexo e profundamente marcado pela análise que cada mulher faz de si mesma e da conjuntura em que está inserida.

## Processo decisório do aborto

O processo decisório pela interrupção da gravidez não planejada é uma prática regular em diversos grupos e sociedades (Heilborn, 2012), mesmo nos países onde há criminalização do aborto e essa decisão é perpassada pelo risco de sanções impostas e complicações de saúde. No Brasil, mais de um quinto das mulheres urbanas realizaram ao menos um aborto até o final de sua vida reprodutiva (Diniz & Medeiros, 2010). Os motivos que culminam nessa escolha são variados: falta de apoio afetivo e/ou financeiro do companheiro ou receio que o mesmo não esteja apto para exercer uma possível paternidade de forma responsável e madura, medo de abandono, falta de recursos próprios, vivência de relacionamentos abusivos e busca por evitar uma situação ainda mais caótica do que se encontram (Gomes & Paixão, 2012; Gonzaga, 2015; Pedrosa & Garcia, 2000; Pereira, Oliveira, Rebouças & Dutra, 2012; Souza & Diniz, 2011).

Nesse sentido, Gonzaga (2015) e Carvalho (2015) afirmam que tal decisão é realizada a partir da trajetória e contexto social, econômico, profissional, religioso, afetivo de cada mulher, que analisa sua história e condições no momento em que ocorre a gravidez. Existe, assim, um conjunto de fatores que se inter-relacionam, fazendo com que interromper a gravidez seja compreendida como a decisão mais apropriada. Por isso, a escolha pelo abortamento é um fenômeno multidimensional e complexo, no qual são feitas considerações sobre a parentalidade, o vínculo com o parceiro, o exercício da maternidade, a existência de filhos, planos de carreira, a infância, os anseios e desejos, os projetos de futuro, condições materiais, entre outros aspectos.

Dessa forma, ao decidirem interromper uma gestação, questões individuais e particulares são interpeladas. No entanto, questionam-se, também, as bases patriarcais da sociedade, que naturaliza condições reducionistas do papel reprodutor feminino. Carvalho (2015) verificou a negociação desses sentidos tradicionais sobre o que é ser mulher de suas entrevistadas, encontrando que estas não pensavam que a maternidade fosse fundamental na vida da mulher, opinião já presente

antes da vivência do abortamento. Para a autora, isso demonstra certa subversão da vinculação entre o feminino e a função materna, indicando que, pouco a pouco, a sociedade começa a enxergar a possibilidade da mulher fora do papel de mãe. Sobre a temática, Gonzaga (2015) constata que interromper uma gestação aparece como uma escolha de investir em si própria enquanto indivíduo autônomo e romper com a ideia da maternidade como destino feminino irrefutável:

ia ter que abrir mão de muita coisa na minha vida pra criar um filho, se não os filhos, acho que é por isso que eu não me arrependo, porque teve uma compensação... Eu tinha outros objetivos na vida e isso ia me frear (Zarina, entrevistada por Gonzaga, 2015, p. 99).

Foi um período que eu estava pensando em voltar a estudar, já tinha o ensino médio, mas estava querendo voltar, fazer universidade e estava, enfim, querendo sair mesmo da casa dos meus pais... (Gerusa, entrevistada por Carvalho, 2015, p. 158).

Entrevistadas por ambas autoras dizem, outrossim, da ausência de vontade de ser mãe, independente do momento pelo qual esteja passando. Na pesquisa de Carvalho (2015), duas mulheres relataram não ter sentido o desejo de exercer a maternidade ao longo da vida. A autora indica que elas teceram relações sobre isso, ainda que não tenham sido questionadas, muito provavelmente porque a maternidade é socialmente esperada como um desejo e uma função das mulheres. No caso dessas, o aborto foi uma resposta a essa falta de desejo de ser mãe: “eu já tinha minha decisão formada há muito tempo de que eu não queria e não quero, não queria e nem quero ser mãe ponto final...” (Tanit, entrevistada por Gonzaga, 2015, p. 99).

Diante disso, seja pela decisão de não ser mãe ou pelo momento em que a gravidez ocorre à tomada de decisão, pode ocorrer antes da descoberta da gestação, como certeza prévia, a exemplo de Tanit (Gonzaga, 2015) e também em dois casos das entrevistadas por Carvalho (2015) que não sentiam a vontade de ser mãe: “eu fui, fiz exame de sangue, positivo. Bom, e agora? Eu nem duvidei, falei ‘Gente, eu

não vou ter esse filho não, eu quero muito, mas não” (Francisca/Belo Horizonte, entrevistada por Carvalho, 2015, p. 163).

Contudo, nem sempre o processo decisório pelo aborto é sinônimo de abdicação da maternidade e enfrentado sem dúvidas (Carvalho, 2015), como apontados pelas entrevistadas. Ademais, de acordo com Gonzaga (2015), o sentimento de culpa se faz presente na experiência de algumas dessas mulheres. A autora concorda com Millet (1975), que discute a imposição de culpa como fator condicionante às mulheres. Afirma, ainda, que discursos punitivos funcionam como instrumentos de produção de insegurança e conflitos internos. Thêmis, uma das participantes de sua pesquisa, ao relatar o sentimento de culpa que vivenciou em seu segundo abortamento, sugere que a culpa seja social: “Acho que é uma culpa da sociedade, de como o aborto é visto, pela sociedade... é a visão do errado, de você ter feito uma contravenção, de mexer com os dogmas de toda uma sociedade...” (Thêmis/Salvador, entrevistada por Gonzaga, 2015, p. 120).

Diante dessas normas sociais patriarcais, que prescrevem à mulher um lugar de reprodução e cuidado da prole e a acomete de sentimento de culpa e vergonha por subverter esse papel, até que ponto é possível, de fato, a escolha ou não pela maternidade? Badinter (2011) problematiza essa questão, uma vez que a decisão por ser mãe é cobrada por diversas instâncias da sociedade, seja a família ou o Estado e a Igreja, que regulam a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres, fazendo com que muitas mulheres, ainda sem a certeza do desejo de ser mãe, cumpram o papel materno:

eu acho que eu fiquei com esse sentimento de culpa de que eu estava fazendo alguma coisa errada, embora eu não quisesse ter, a coisa do pecado ainda muito vinculada, a coisa da religião... Assim, eu fiz uma coisa que eu precisava fazer, mas eu cometi pecado, então também teve essa coisa de querer muitas vezes... Aí nessa fase foi bem ambíguo porque eu também já estava fora da igreja... (Gerusa, entrevistada por Carvalho, 2015, p. 180).

Da minha família ninguém, ninguém sabe, porque [pausa] acho que rola também aquela coisa, eu acho que vou decepcionar mui-

to, eu tenho isso comigo, não que eu seja uma filha exemplar, maravilhosa, eu sempre fui muito rebelde em tudo, mas assim eu acho que não precisa (Tanit, entrevistada por Gonzaga, 2015, p. 91).

Assim, apesar das intersecções possíveis que diferenciam as experiências das mulheres, toda sociedade tem um modelo de maternidade no qual as mulheres se organizam, seja reproduzindo-o ou negando-o (Badinter, 2011). Além disso, fato é que a exploração da capacidade reprodutiva das mulheres se constitui numa normativa social, que impõe a maternidade como condição estrutural do ser mulher. Portanto, “quando existe subversão desta norma, é a sociedade que estas mulheres estão mobilizando, não apenas a vida doméstica” (Gonzaga, 2015, p. 128).

Isso não implica que a escolha pelo aborto seja, em todas as ocasiões, uma experiência de resistência às prescrições do ser mulher (Diniz & Madeiro, 2012). Existem muitos casos em que o aborto é provocado pelo parceiro sem o consentimento da mulher e outros em que a maternidade assume diferentes significações. Para as mulheres negras, por exemplo, a quem a maternidade no passado foi negada e hoje perdem seus filhos com o genocídio da juventude negra, a escolha por ter filhos pode se configurar como subversiva.

## **Reflexões finais**

Não existe em ambas as produções analisadas uma definição do que seria uma conduta reprodutiva essencialmente subversiva ou imanente, pelo contrário, é a ruptura de significantes essencialistas e reducionistas da experiência das mulheres que Gonzaga (2015) e Carvalho (2015) encontram em suas pesquisas. As autoras identificam que as estruturas ainda vigentes da maternidade compulsória e da infantilização das mulheres no que tange à sua possibilidade de ação e gerência sobre o próprio corpo e sua própria sexualidade, ainda colocam o aborto como uma experiência arriscada, mas que ocupa um lugar onde o pessoal e o político se cruzam de forma significativa.

Assim, é possível pensar que enquanto a sociedade se mantiver sob a égide misógina que impõe aos corpos femininos a tutela estatal, bio-médica e jurídica, a decisão de romper com a maternidade imposta, seja pela interrupção de gestações não planejadas ou de maternidades não convencionais, interpela o modelo de civilização que ainda se sustenta pela colonialidade das mulheres e a exploração da capacidade reprodutiva que elas representam.

## Referências

Almeida, T. M. C. & Bandeira, L. M. (2013). O aborto e o uso do corpo feminino na política: a campanha presidencial brasileira em 2010 e seus desdobramentos atuais. *Cadernos Pagu*, 41, 371-403.

Badinter, E. (2011). *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record.

Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bairros, L. (2008) A mulher negra e o feminismo. In A. A. A. Costa & C. M. B. Sardenberg (Orgs.), *O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas* (pp. 139-146). Salvador: UFBA/NEIM.

Carvalho, A. B. (2015). *O processo de decisão pelo aborto: as experiências das mulheres em foco*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Costa, A. A. (2009). O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. *Labrys Estudos feministas*, 7. Recuperado de <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm>

Diniz, D. & Medeiros, M. (2010). Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. *Ciência e saúde coletiva*, 15(1), 959-966.

Diniz, D. & Madeiro, A. (2012). Cytotec e aborto: a polícia, os vendedores e as mulheres. *Ciência e saúde coletiva*, 17(7), 1795-1804.

Drovetta, R. I. (2012). O aborto na Argentina: implicações do acesso à prática da interrupção voluntária da gravidez. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, 115-132.

Ferrand, M. (2008). O aborto, uma condição para a emancipação feminina. *Revista de Estudos Feministas*, 16(2), 653-658.

Gonzaga, P. R. B. (2015). *Eu quero ter esse direito à escolha: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Gonzaga, P. R. B. & Aras, L. M. B. (2016). O ventre negro e o roubo dos direitos reprodutivos: da escravização de mulheres negras à criminalização do aborto. *Caderno Sisterhood*, 1, 110-120.

Heilborn, M. L. (2012). Heterossexualidades, contracepção e aborto: uma pesquisa em quatro capitais latino-americanas. *Sexualidade, Salud y Sociedad*, 12, 127-134.

Heilborn, M. L., Cabral, C. S., Brandão, E. R., Cordeiro, F., & Azize, R. L. (2012). Gravidez imprevista e aborto no Rio de Janeiro, Brasil: gênero e geração nos processos decisórios. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 12, 224-257.

Lamas, M. (2014). Entre el estigma y la ley: la interrupción legal del embarazo en el DF. *Salud Pública de México*, 56(1), 56-62.

Machado, L. Z. (2010). *Feminismo em movimento*. São Paulo: Francis.

Mayorga, C. (2011). A questão do aborto em tempos de cólera. *Em debate*, 3, 31-38.

Menezes, G. & Aquino, E. M. L. (2009). Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 25, 193-204.

Millet, K. (1975). *Política sexual*. México: Aguilar.

Mott, M. L. B. (1989). Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História*, 120, 85-96.

Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pedrosa, I. & Garcia, T. (2000). Não vou esquecer nunca! A experiência feminina com o abortamento induzido. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 8(6), 50-58.

Pereira, V. N., Oliveira, F. A., Gomes, N. P., Couto, T. M., & Paixão, G. P. (2012). Abortamento induzido: vivência de mulheres baianas. *Saúde e Sociedade, 21*(4), 1056-1062.

Queiroga, M. M. (1988). A família negra e a questão da reprodução [Trabalho completo]. In Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Org.), *Anais do VI Encontro de Estudos Populacionais* (pp. 323-340). Belo Horizonte: ABEP.

Rebouças, M. S. S. & Dutra, E. M. S. (2012). O aborto provocado como uma possibilidade na existência da mulher: reflexões fenomenológico-existenciais. *Natureza Humana, 14*(2), 192-219.

Rocha, M. I. B., Rostagnol, S., & Gutierrez, M. A. (2009). Aborto y parlamento: un estudio sobre Brasil, Uruguay y Argentina. *Revista Brasileira de Estudos de População, 26*(2), 219-236.

Rostagnol, S. (2005). Autonomia y subordinacion en el transito de las mujeres por el aborto clandestino. *Otras Miradas, 5*(2), 8-22.

Ruibal, A. M. (2014). Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política, 14*, 111-138.

Sanseviero, R. (2003). *Condena, tolerancia y negación: el aborto en Uruguay*. Montevideo: Centro Internacional de Investigación Universidad para La Paz.

Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade, 16*(2), 5-22.

Souza, Z. C. S. N. & Diniz, N. M. F. (2011). Aborto provocado: o discurso das mulheres sobre suas relações familiares. *Texto contexto: enfermagem, 20*(4), 742-750.

Torres, J. H. R. (2012). Aborto e legislação comparada. *Ciência e Cultura, 64*(2), 40-44.

Tussi, F. P. (2010). *Aborto vivido, aborto pensado: aborto punido? As (inter)faces entre as esferas pública e privada em casos de aborto no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

# A assistência social em tempos de capital barbárie

Isabel Fernandes de Oliveira

Falar em política de assistência social requer que nos remetamos inicialmente à discussão de política social que, por sua vez, impele-nos a resgatar sua base fundamental, a “questão social”. Para ilustrar, tomemos alguns indicadores: o relatório de desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2014) aponta o Brasil na 75ª posição no ranking dos países de alto desenvolvimento humano, índice alcançado devido, dentre outros indicadores, à redução de seus níveis de pobreza de cerca de 47,1% em 2005 para 23,9% em 2012/2013. Em 2014, o governo Dilma Rousseff publica a saída do país, pela primeira vez em sua história, do mapa da fome; a revista *Exame* informou que, nesse ano, o produto interno bruto (PIB) brasileiro somou U\$ 2,34 trilhões, ocupando a posição de sétima economia do mundo (posto que perde no pós-crise de 2016, passando para a nona colocação).

Em contrapartida, dados declarados pelo Banco Mundial em 2015 apontam o Brasil como um dos países mais desiguais da América Latina, só perdendo para Honduras e Colômbia (Altman, 2016). Em escala mundial, ocupamos a oitava posição no ranking da desigual-

dade. Numa projeção do Banco Mundial para 2017 teremos cerca de 2,5 milhões de brasileiros ultrapassando a linha da pobreza até o final do ano, os chamados novos pobres. O perfil desse grupo difere do que tradicionalmente representa a população em situação de pobreza: são jovens brancos, com pelo menos ensino médio, residentes em áreas urbanas (Mariz, 2017). E mais: em reportagem publicada por Bruno Albernaz (2017), levantamento apresentado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro revela um crescimento de 75% dos moradores de rua com ensino superior no decorrer de um ano. Esse é o retrato do Brasil: riqueza e pobreza; desenvolvimento e atraso; alta produção e alta concentração.

Para compreender os determinantes e as mediações dessas situações desumanas, precisamos observar o modo como produzimos nossa vida material, não apenas no Brasil, como no mundo. A forma como a sociedade, no caso, a capitalista, tem se organizado para garantir a produção e a reprodução da vida material provoca o que chamamos “questão social”. Didaticamente, falamos num fenômeno **estrutural** ao modo de produção capitalista representado pelo crescimento exponencial da pobreza na razão direta que cresce a capacidade social para a produção de riquezas. Ela é a manifestação, no cotidiano, da **contradição** capital-trabalho (Netto, 2007). Para minimizar as sequelas da “questão social”, o Estado implementa estratégias para compensar a pauperização do trabalhador; tais estratégias serão mais ou menos protetivas em função da permeabilidade desse Estado às demandas da classe que detém os meios de produção em contraposição às demandas da classe que vende sua força de trabalho em troca de salário. Esse jogo de forças, essa tensão entre interesses de classe, foi denominada por Abranches (1985) de **política**. Política, portanto, é conflito. Ao adjetivar a política sobrevém seu caráter social; entretanto, é preciso demarcar que qualquer definição a respeito desse termo traz embutido um conjunto de valores, ideologias e perspectivas teóricas. Para fins da discussão aqui empreendida, a política social é parte de um processo de alocação de valores por par-

te do Estado de forma a combater a pauperização de uma massa de trabalhadores inserida ou não no mercado de trabalho. Mas, como dito, o quanto essa política será permeável à classe trabalhadora dependerá dos compromissos econômicos e políticos assumidos pelos governos e suas respectivas agendas.

O caso da assistência social é emblemático na discussão atual no contexto da crise, das garantias de direitos sociais e do recrudescimento das propostas de Estado mínimo, porque essa é uma política que só existe porque existe pobreza. A assistência nasce para fornecer algum tipo de suporte a famílias que por algum fator da vida não tinham condições de prover seu sustento<sup>1</sup>. De benemerência a direito, a assistência social após a Constituição Federal de 1988 é lançada a um novo patamar, com o desafio de não só minimizar a pobreza, mas erradicar a miséria, prevenir riscos e vulnerabilidades, fortalecer vínculos familiares e comunitários e proteger as famílias (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004). De política assessoria, torna-se carro chefe do programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, por meio do Programa Fome Zero, unifica no Programa Bolsa Família (PBF) os programas de transferência de renda anteriores e associa um acompanhamento em rede socioassistencial oferecido pela política de assistência social para retirar as famílias da situação de pobreza extrema (Carvalho, 2005; Yasbek, 2004).

Em 2010, o PBF atendia cerca de 12 milhões de famílias, o que o caracterizava não como programa emergencial, mas como uma transferência de renda necessária para a mudança no padrão de consumo de um contingente expressivo de famílias brasileiras. Entretanto, algumas análises sobre as políticas sociais no governo Luiz Inácio Lula da Silva apontam que a política econômica adotada em

---

1 Não é objetivo desse ensaio resgatar a história da assistência social no Brasil, portanto, o que se pretende aqui é apenas sinalizar o caráter focalizado na pobreza que tal política sempre assumiu.

seus dois mandatos favoreceu largamente o capital financeiro nacional e internacional (Iamamoto, 2013; Marques & Mendes, 2007). Ou seja, tal governo foi marcado pela contradição entre a adoção de uma agenda “**neodesenvolvimentista**” associada a medidas de recuperação do salário mínimo, de incentivo, embora incipientes se comparadas ao que foi injetado no mercado, às políticas sociais, com destaque para a assistência social e aos programas de geração de emprego e renda. Marques e Mendes (2007) concluem que as propostas do governo Luiz Inácio Lula da Silva “**serviram a dois senhores**” e, como tal, não teriam sustentação por longo período, como se confirmou poucos anos depois.

Tendo essa contradição em perspectiva, constatam-se avanços positivos em todas as esferas, mas os críticos mais contumazes à relação entre incentivo ao capital financeiro e políticas compensatórias afirmam que não é possível seguir linearmente orientações que são, por essência, incompatíveis (Oliveira, 2012, p. 38).

De fato, os pactos de coalizão e o afastamento das bases que elegeram os governos PT dão sinais de esgotamento já no turbulento início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, para quem sobra gerenciar a “**marolinha**” decorrente da crise sistêmica que eclodiu em 2008. As políticas anticrise de raiz liberal já vinham sendo implementadas no primeiro mandato de Dilma Rousseff, mesmo apontadas como partes de um projeto de classe destinadas a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos, alargando o fosso entre ricos e pobres (Harvey, 2011). Ou seja, em momentos de escolha de investimento ou gasto, as políticas adotadas nos governos Dilma Rousseff foram de elevação de juros e de garantia do pagamento de dívida, o que drenava o orçamento da união para os bancos.

Os pobres, antes de toda ordem, eram o alvo da assistência social em tempos de neoliberalismo e crise, mas, em 2011, com a criação do Programa Brasil sem Miséria, precisaram comprovar sua condição de pobreza para tornarem-se alvo do PBF, já que o recém-criado

programa reduziu a renda *per capita* para caracterizar a população alvo, focalizando o PBF e a assistência social nos mais pobres dentre os pobres, nos miseráveis. Tendo essas contradições em perspectiva, é preciso empreender algumas considerações importantes sobre o cenário neoliberal e seu impacto na política social e, conseqüentemente, na política de assistência social.

Em primeiro lugar, a política social é uma estratégia do Estado para minimizar as sequelas da “questão social”. Se pensarmos que o Estado é a forma política do capital, ele é um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a própria exploração da força de trabalho (Mascaro, 2013). Assim, qualquer estratégia por ele empreendida não visa, no limite, a eliminação da exploração dessa força de trabalho porque isso implicaria o aniquilamento do modo de produção que o origina e sustenta. Daí depreende-se um limite claro para a política social que, mesmo em sua face mais democrática, mais protetiva, não eliminará a “questão social”.

Um segundo elemento a considerar é que, no Brasil, implementaram-se políticas sociais em meio a cenários político-econômicos extremamente insalubres. Se na década de 1980 reconhecia-se uma dívida social contraída pelos militares, em 1990 a ofensiva neoliberal já minava as bases de desenvolvimento de várias garantias constitucionais, afetando até mesmo a Lei Orgânica da Assistência Social, aprovada com atraso, vários vetos e modificações, apenas em 1993 (lembrando que a assistência social existe desde os anos 1930). O Sistema Único da Assistência Social toma forma 16 anos após sua promulgação constitucional, quando foi finalmente referendado como política de direito e como parte da seguridade social. Apesar dessa conquista, a luta de classes nunca tirou férias no Brasil e o cenário internacional já apontava a turbulência que eclode na crise sistêmica e que, em terras nacionais, apresentou suas particularidades. Sem adentrar em seus meandros econômicos, o fato é que o Brasil foi expressão da crise mundial do capitalismo, mas também das experiências de centro-esquerda latino-americanas, especialmen-

te devido à falência de seu modelo político-institucional. O chamado presidencialismo de coalizão se esgota e, logo após a vitória de Dilma Rousseff, arma-se a estratégia para o *impeachment*. Se os governos PT adotaram política econômica conservadora associada a uma política social incomparável aos períodos precedentes (inclusão pelo consumo), isso não ocorre com o presidente Michel Temer.

Em apenas um ano de governo, aprovou-se uma série de medidas que atacam os direitos sociais e constitucionais adquiridos ao longo de mais de 50 anos de luta da classe trabalhadora. Segue-se o processo já em curso de flexibilização das relações de trabalho, institucionaliza-se a terceirização do trabalho como atividade meio, propõe-se uma ampla reforma trabalhista que fere princípios essenciais da Consolidação das Leis do Trabalho, aprova-se um Projeto de Emenda à Constituição que congela os gastos públicos em 20 anos (quando em nenhum outro país se previu tamanho tempo de congelamento), aprova-se a reforma do ensino médio, que objetiva a formação de mão de obra técnica e pouco reflexiva para ocupações de menor nível de qualificação profissional, e estamos em vias de aprovar a reforma da Previdência Social, que aumenta o tempo de contribuição e o tempo para a aposentadoria dos trabalhadores, com regime especial para parlamentares, militares e magistrados, até o momento. Todas essas medidas fazem parte do pacote neoliberal de “**contenção à crise**” que se associa a medidas de contração da emissão monetária, elevação das taxas de juros, abolição do controle sobre fluxos financeiros, programa de privatizações, criação de níveis massivos de desemprego, controle e repressão do movimento sindical, corte dos gastos públicos, entre outras, mas que, na verdade, são parte de uma agenda para garantir a elevação da lucratividade do capital financeiro internacional que saqueia os países periféricos em favor dos países centrais.

A criação de níveis massivos de desemprego já se faz notar nesse último ano, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) (Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística [IBGE], 2017). São 13,7% de desempregados no primeiro trimestre de 2017, índice nunca alcançado pela série histórica do órgão. Temos hoje 14,2 milhões de desempregados. Esse quadro já mostra seu impacto na política social, especialmente na assistência social, quando analisamos a procura pelo PBF, que teve aumento de 33,4% nos cadastros aprovados de 2015 para 2016. Em que pese seu aumento, o orçamento cresceu de R\$ 30,41 bilhões em 2016 para R\$ 31,04 bilhões em 2017 (Mariz, 2017). Cresce a pobreza, mas não crescem em valor correspondente os recursos para combatê-la.

Voltando ao tema alvo deste capítulo, a assistência social retorna ao cenário de destaque porque, com um contingente de pobres e desempregados crescente, caberá a ela o papel proeminente não só de proteger esses cidadãos e mantê-los aptos ao trabalho, mas de proteger a si como direito, de acesso público, sob responsabilidade do Estado. Mesmo o protagonismo que exerceu no governo Luiz Inácio Lula da Silva não impediu ataques aos seus projetos e programas, as parcerias público-privadas e o uso político eleitoreiro das instituições da assistência. Já na gestão Dilma Rousseff, a assistência deveria responsabilizar-se pela execução do suporte socioassistencial do Plano Brasil sem Miséria, mas a adesão dos municípios via edital e o uso da infraestrutura já existente impedem uma análise mais cuidadosa do plano nessa esfera.

No cotidiano, o trabalho esteve pautado pela perspectiva do familismo e da psicologização de problemas sociais que refletem, grosso modo, uma responsabilização da família (travestida de empoderamento) pela sua condição de vulnerabilidade e, conseqüentemente, de saída dessa situação, atribuindo-lhe um fardo ainda maior do que o que já carrega. Tais perspectivas são mediações importantes do ocultamento das contradições da sociedade de classe, sem o devido reconhecimento dos determinantes sócio-históricos e das expressões de desigualdades nas demandas para a assistência social, e, ainda, representam um vício analítico e prático-operativo que consiste em

entender a atenção à família como via de superação das expressões da questão social.

Mais recentemente, o Programa Criança Feliz, já com ampla adesão de municípios, como São Paulo, é um retorno institucionalizado (se é que houve abandono) da lógica do primeiro-damismo, com a retomada mais vigorosa das parcerias público-privadas para os serviços da assistência social. É uma assistência funcionando fora dela, focalizando seu público e direcionando outros grupos, que não os municípios, para realizarem o trabalho. Não apenas nesse programa, mas em vários outros campos dessa política, ofensivas para seu desmonte estão em curso. Por não ser essencial ao capital, não é prioridade de investimento, de contratação, de qualificação de recursos humanos. Mas, como dito no início deste texto, política é conflito. A luta em defesa da assistência social como política de direito vem crescendo e vários movimentos sociais (Movimento Nacional da População em Situação de Rua, movimento de mulheres, de usuários da assistência, assim por diante), de trabalhadoras e trabalhadores (a exemplo do Fórum dos Trabalhadores da Assistência Social, com representação em vários estados do Brasil, da Associação Nacional da Psicologia na Assistência Social, do Conselho Federal de Psicologia, do Conselho Federal de Serviço Social, para citar alguns), têm buscado ocupar espaços nas instâncias de controle social, pautar discussões políticas de forma mais ampla, engajar a luta pela assistência à luta dos trabalhadores e pela garantia de direitos, enfim, um movimento de tensionamento para retirar a assistência social de uma posição histórica de que sob “**feitiço da ajuda**” ficava apenas na gestão da pobreza.

## Referências

Abranches, S. H. (1985). *Os despossuídos: crescimento e pobreza no País do Milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Albernaz, B. (2017). *Número de moradores de rua com curso superior cresce 75% em 1 ano no RJ*. Recuperado de <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/numero-de-moradores-de-rua-com-curso-superior-cresce-75-em-1-ano-no-rj.ghtml>.

Altman, M. (2016). *Quais são os países mais desiguais da América Latina?* Recuperado de <http://operamundi.uol.com.br/blog/samuel/sueltos/quais-sao-os-paises-mais-desiguais-da-america-latina/>.

Carvalho, H. T. (2005). A ordem do dia: o Programa Fome Zero nos meios de comunicação. In V. V. Valla, E. N. Stotz, & E. B. Algebaile (Orgs.), *Para compreender a pobreza no Brasil* (pp. 153-165). Rio de Janeiro: Contraponto.

Harvey, D. (2011). *O enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Iamamoto, M. (2013). O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. *SER Social*, 15(33), 261-384.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2017). Pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua [PNAD Contínua]. Recuperado de [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Comentarios\\_Sinteticos/pnadc\\_201701\\_trimestre\\_comentarios\\_sinteticos\\_Brasil.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/pnadc_201701_trimestre_comentarios_sinteticos_Brasil.pdf).

Mascaro, A. L. (2013). *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo.

Mariz, R. (2017). O perfil dos ‘novos pobres’: jovem, urbano e escolarizado. *O Globo*. Recuperado de <http://oglobo.globo.com/brasil/o-perfil-dos-novos-pobres-jovem-urbano-escolarizado-20914915>.

Marques, R. M. & Mendes, A. (2007). Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Katálysis*, 10(1), 15-23.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.

Nakagawa, F. (2016). Brasil cai para a posição de 9ª economia do mundo. *Exame*. Recuperado de <http://exame.abril.com.br/economia/pib-em-dolar-cai-25-e-brasil-cai-para-a-posicao-de-9a-economia-do-mundo/>

Netto, J. P. (2007). *Capitalismo monopolista e serviço social* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.

Oliveira, I. F. (2012). Os desafios e limites para a atuação do psicólogo no SUAS. In L. R. Cuz & N. Guareschi (Orgs.), *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (pp. 35-51). Petrópolis, RJ: Vozes.

United Nations Development Programme. (2014). *Human development reports. human development index 2014*. Recuperado de <http://hdr.undp.org/en/composite/HDI>

Yazbek, M. C. (2004). O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2), 104-112.

## **SEÇÃO II**

### **Comunidade, trabalho e ativismos**

# A academia em (inter)ação nas periferias urbanas

Mary Jane Paris Spink

Eram 9h30 da manhã e as pessoas começavam a chegar à Fundação Julita<sup>1</sup> para a reunião do Fórum de Pesquisadores de M'Boi Mirim<sup>2</sup>. O tema escolhido foi *Sustentabilidade, questões socioambientais e agricultura urbana na região de M'Boi Mirim*. Estavam previstas

---

1 A Fundação Julita foi criada em 1951, por iniciativa do fazendeiro Antônio Manoel Alves de Lima, com objetivo de abrigar famílias de migrantes da zona rural no modelo de cooperativa. Em 1993, o estatuto da Fundação Julita foi reescrito, a fim de considerar as novas demandas e necessidades da comunidade do Jardim São Luiz e bairros vizinhos, ampliando suas atividades de modo a atender crianças, adolescentes, suas famílias e a comunidade de forma integral. Hoje, a Fundação Julita atende diariamente cerca de 1.200 pessoas com idades entre quatro meses a 60 anos ou mais.

2 M'Boi Mirim é uma cobra pequena na língua tupi-guarani, uma estrada que liga São Paulo a Itapeverica e uma prefeitura regional que engloba dois distritos: Jardim Ângela e Jardim São Luiz. Juntos, esses distritos ocupam a área de 62,10 km<sup>2</sup> onde moram 563.305 pessoas, de acordo com dados da Prefeitura Municipal de São Paulo (consulta em 31 de maio de 2017). É área de ocupação recente, datando da década de 1970, com altos índices de exclusão social, segundo o Mapa da Exclusão/Inclusão Social do município de São Paulo (Sposati, 2013): o Jardim Ângela ocupa o quarto lugar e o Jardim São Luiz o 19º lugar entre os 32 distritos mais excludentes do município.

três apresentações. Os e as participantes provinham de afiliações distintas: academia, organizações não governamentais (ONGs), associações locais, secretarias municipais e serviços. Sem me estender na lista de participantes, é preciso, para situar meu argumento, pontuar que estavam presentes: jovens pesquisadoras de um projeto de formação do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP)<sup>3</sup>, pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” (Cejam)<sup>4</sup>, a organização social (OS) responsável por vários serviços de saúde da região, a gestora de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na qual estão sendo desenvolvidos projetos do Instituto Meio Ambiente Artificial Sustentável (Imaasus), uma pessoa do Projeto de Ambientes Verdes e Saudáveis (Pavs)<sup>5</sup> de outra OS, a Associação Monte Azul e, ainda, uma pessoa da Secretaria do Verde, duas do Imaasus, professores e alunos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Universidade de São Paulo e da Universidade de Santo Amaro. Éramos 32 pessoas.

---

3 Fundado em 30 de junho de 1984, o CDHEP surgiu da necessidade de se discutir e resolver problemas sociais da comunidade. Ao longo desses anos, desenvolveu vários projetos com apoio e parceria de toda a comunidade: cursos, debates, palestras e ações de diferentes naturezas nas áreas de educação popular, direitos humanos e participação ativa em várias iniciativas político-cidadãs.

4 O Cejam é uma entidade sem fins lucrativos, regida por estatuto próprio e pela legislação pertinente, e sem qualquer vinculação política ou religiosa. Foi criado em 20 de maio de 1991 por um grupo de profissionais do Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil do Hospital Pérola Byington. Atualmente, o Cejam é uma OS que atua com contratos de gestão e convênios, visando à saúde da família, com ênfase na mulher, na criança, no idoso e na pessoa com deficiência. Exerce a gestão em 42 unidades do Jardim Ângela: 28 UBSs, sete unidades de assistência médica ambulatorial, três hospitais-dia da Rede Hora Certa, dois centros de atenção psicossocial, um centro de referência e um hospital.

5 O Pavs surgiu, em 2005, da necessidade de se implementar políticas para inclusão de questões ambientais no conjunto das ações de promoção de saúde e melhoria da qualidade de vida da população, utilizando como estratégia as ações desenvolvidas pela Estratégia de Saúde da Família.

Três apresentações estavam previstas. A primeira, do Imaasus<sup>6</sup>, descrevia as decisões metodológicas relativas à avaliação de três dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Fiquei feliz. Eu já vinha trabalhando com eles e havia sugerido que, para poder desenvolver indicadores e avaliar as intervenções previstas, era fundamental ter mais foco. Optar por alguns ODSs e, mais importante, definir um local de atuação nesse vasto território que compreende as prefeituras regionais dos distritos de M'Boi Mirim e Campo Limpo, município de São Paulo – daí a presença da gestora da UBS do Jardim Capela, local escolhido para a intervenção.

A segunda apresentação foi a do Coletivo Dedo Verde<sup>7</sup>, que atua em múltiplas dimensões da questão ambiental na região, com destaque para a campanha de recolha de óleo de cozinha. O Coletivo Dedo Verde também tem atuação relevante na implantação de hortas comunitárias e pedagógicas. Trata-se, portanto, de um projeto de intervenção além da pesquisa. A terceira apresentação foi a de pesquisadores da FGV<sup>8</sup> sobre as atividades relacionadas à agricultu-

---

6 O trabalho que o Imaasus desenvolve na região é relacionado ao PNUD e, mais especificamente, aos ODSs pactuados pelos 193 países membros da ONU. Zelito Alves, da equipe do Imaasus, por vezes solicita meu apoio para desenvolvimento de indicadores para dar visibilidade a seus projetos e contabilizar suas atividades perante o PNUD.

7 O Coletivo Dedo Verde é atuante na área da educação, promovendo consciência e cultura ambiental. Tornou-se referência em questões ambientais na zona sul de São Paulo, desenvolvendo oficinas temáticas e pequenas intervenções, como limpeza, recuperação e ajardinamento de áreas degradadas, implantação de hortas comunitárias e didáticas em escolas públicas, produção de plantas comestíveis não convencionais, instalação de cisternas e microcisternas urbanas, articulação entre produtores e consumidores de cestas de produtos orgânicos e coleta e destinação de óleo de fritura residencial.

8 O projeto sobre agricultura urbana é coordenado pela professora Zilma Borges de Souza, da FGV de São Paulo. A pesquisa tem por objetivo analisar como os mecanismos e as institucionalidades criados para conduzir a aplicação de políticas públicas, visando à inserção produtiva e à diminuição da desigualdade de agricultores familiares, têm sido aplicados em uma lógica territorial.

ra urbana na região, com a finalidade de entender as interconexões entre os vários projetos desenvolvidos em quatro eixos: educação (as hortas em escolas), saúde (hortas nas UBSs e projetos para alimentação saudável), meio ambiente (preservação de espaços verdes) e geração de renda (agricultura urbana propriamente dita) (Diário de Campo, 26/5/2017).

Essa foi a 20ª reunião mensal desse fórum, criado em março de 2015, com intenção de promover a integração de pesquisadores, acadêmicos ou não, que atuam na região e, sobretudo, de propiciar a circulação de informação proveniente dos vários projetos de pesquisa. Com esse objetivo, criou-se a Estação de Pesquisa M'Boi Mirim, no Centro de Estudos em Administração Pública e Governo, da FGV. Trata-se de uma plataforma de informações geradas por pesquisadores que trabalham com questões urbanas nos distritos da região sul do município de São Paulo. Inclui dados censitários, informações sobre a região, legislações pertinentes, relatórios de pesquisa, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso.

Há, neste breve relato, pelo menos dois aspectos que dialogam com a proposta do eixo no qual este texto se enquadra: as questões teóricas e metodológicas na pesquisa, produção de conhecimento e/ou intervenções. Um concerne à postura ético-política que consideramos ser base de nossas atividades de produção de informações. O outro aspecto está relacionado à história da produção de conhecimento em psicologia social, particularmente com a reconfiguração da pesquisa-ação em contextos complexos.

### **Sobre a postura ético-política nas atividades de pesquisa**

Essas reuniões e iniciativas decorrem do compromisso ético-político que embasa as pesquisas do grupo que vem reunindo-se em M'Boi Mirim e assume um posicionamento próximo ao que Mary Jane Spink (2000) denominou “ética dialógica”. Adotando a perspectiva construcionista, Spink (2000, p. 12) propõe que “as pos-

turas construcionistas criam o cenário propício para a discussão da ética, a partir de **dentro** do próprio processo de pesquisa, pautadas na competência ética e apenas marginalmente dependente da ética prescritiva dos códigos”. Expõe, mais especificamente (a), que a pesquisa é uma prática social e, como tal, sujeita à reflexividade; (b) que, “sendo o conhecimento uma construção social presa aos contextos de produção ... a competência ética em pesquisa, na vertente construcionista, busca garantir a **visibilidade dos procedimentos** de coleta e análise dos dados como condição *sine qua non* de rigor”; e (c) que “a pesquisa ética nesta perspectiva parte do pressuposto de que a **dialogia** é intrínseca aos processos de coleta e interpretação dos dados, ressignificando a relação que se estabelece entre pesquisadores e participantes”.

Portanto, como pesquisadores comprometidos com a transformação social, partimos do pressuposto de que pesquisa é uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que a proximidade com moradores e lideranças permite que busquemos as informações necessárias aos objetivos de pesquisa, entendemos que também é nossa responsabilidade responder às demandas que nos são encaminhadas. Uma dessas demandas, decorrente de nossa inserção no Fórum em Defesa da Vida (FDV), quando iniciamos a pesquisa *Viver em área de risco: um estudo sobre gestão de riscos ambientais na ótica de pessoas em situação de vulnerabilidade*<sup>9</sup>, foi a de sistematizar a história da Sociedade Santos

---

9 A pesquisa *Viver em área de risco: um estudo sobre gestão de riscos ambientais na ótica de pessoas em situação de vulnerabilidade* retomou dois aspectos que nortearam o programa de pesquisa sobre risco e governamentalidade, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1998. Na perspectiva da governamentalidade, buscou entender como são estruturadas as ações da Defesa Civil, sobretudo no que se refere às comunidades que vivem em áreas de risco. No enquadre da vida cotidiana, teve por foco os sentidos de risco para pessoas que moram nessas áreas. A pesquisa objetivou a questão das moradias em áreas de risco no Jardim Ângela e Jardim São Luiz, Prefeitura Regional de M’Boi Mirim, região onde estavam localizadas 50 das 407 áreas de risco mapeadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em 2010. Considerando a extensão do território dessa subprefeitura (62,10 km<sup>2</sup>), a pesquisa realizou-se em três áreas: Jar-

Mártires e de suas muitas iniciativas em prol da região. Para isso, realizamos entrevistas com 18 interlocutores envolvidos nas atividades da Paróquia Santos Mártires e da Sociedade Santos Mártires. Por meio dessas, foi possível entender quando e com que objetivos foi criado o FDV. Sua criação data de agosto de 1996, época em que o Jardim Ângela era considerado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a região mais violenta do mundo. Nas palavras do padre Jaime Crowe, “eram 120 assassinatos por 100.000 habitantes. No ano anterior, as estatísticas indicavam que Cali, na Colômbia, era o lugar mais violento do mundo, com 80 por 100.000 habitantes”<sup>10</sup>.

O fórum funciona como articulação da sociedade civil organizada na região e conta com a participação de diretores das escolas, sociedades amigas de bairro, ONGs, professores de universidades que desenvolvem pesquisas no local, membros da corporação da polícia civil e integrantes do Ministério Público (MP) e de órgãos de governo. A participação nas reuniões mensais do fórum possibilitou conhecer e fazer amizade com muitos ativistas da região, alguns dos quais trouxeram outras demandas: desenvolvimento de

---

dim Capela, escolhido por estar sendo alvo de remoções da população que morava à beira de um córrego; Jardim Jangadeiro, pela possível canalização de um córrego para construção de uma avenida, com consequente demolição de um grande número de moradias; Favela Erundina, Jardim Ibirapuera, que havia sido palco de uma movimentação de solo que colocou 208 casas em risco de desabamento.

10 Informações fornecidas na entrevista realizada em 27 de maio de 2013. Padre Jaime chegou ao Brasil, vindo da Irlanda, em 1969. Assumiu, inicialmente, a paróquia em Embu das Artes. Com a divisão da paróquia de Embu, em 1976, assumiu (juntamente com Padre Eduardo, também da Ordem de São Patrício) a nova Paróquia de Todos os Santos, no Jardim Ângela. Por iniciativa desses, criou-se a Sociedade Santos Mártires, associação civil sem fins lucrativos que se especializou em abrigar as demandas da população local que, na década de 1980, não contava com políticas públicas para a comunidade. Com o passar dos anos, a Sociedade Santos Mártires passou a oferecer grande variedade de serviços para a população, militando no atendimento e na defesa de garantia de direitos, em especial de crianças e adolescentes. Hoje, a entidade atende à comunidade do Jardim Ângela e bairros vizinhos, por meio de 22 serviços, realizando aproximadamente seis mil atendimentos diretos e 18 mil indiretos por mês, em parceria com a municipalidade. É nesse contexto que teve início, em 1996, o FDV.

indicadores de ODSs para o Imaasus, formação de jovens pesquisadoras no CDHEP, informações para desenvolvimento de ações locais, entre outras.

## **A reconfiguração da pesquisa-ação-participante na interlocução com a Teoria Ator-Rede**

Revedo a literatura sobre pesquisa-ação e pesquisa-ação-participante por meio das reflexões de Maritza Montero (2006), parece-nos mais apropriado dizer que nossa forma de pesquisar está em algum meio de campo. Certamente, em nossas pesquisas, temos aderido a alguns dos princípios formulados por Kurt Lewin que, para muitos, foi quem primeiro introduziu, bastante precocemente (considerando a proeminência da pesquisa mais relacionada com o método hipotético-dedutivo na psicologia social do período pós-Segunda Guerra Mundial), a forma de pesquisar mais processual, na qual teoria e prática não estão cindidas, na qual há contínua retroalimentação entre a pesquisa empírica e a teorização. Como ensinava Lewin, (a) a melhor maneira de conhecer algo é quando buscamos transformá-lo e (b) não há nada mais prático do que uma boa teoria. Lewin é emblemático por representar um movimento significativo na psicologia social que decorreu da insatisfação com as formas de investigação dominantes das décadas de 1950 e 1960. O autor reconheceu que era necessário termos uma psicologia social mais capaz de levar à transformação social, à superação da dicotomia entre investigação e ação e da distância entre pesquisadores e “sujeitos” de investigação.

A reinterpretção da pesquisa-ação lewiniana na América Latina, entretanto, como aponta Maritza Montero (2006), tomará outros rumos, ditados certamente pelas circunstâncias enfrentadas por países com sérios problemas sociais. A história toma, assim, outros rumos, tendo por ícones o sociólogo colombiano Fals Borda e o educador brasileiro Paulo Freire. Emerge, nesse cenário, outra

forma de fazer pesquisa-ação, cujo teor é mais fortemente político – a pesquisa-ação-participativa. Nessa forma de pesquisar também está presente o circuito reflexivo lewiniano, mas, nesse enquadre, há maior envolvimento da população-alvo e um caráter político transformador mais intenso.

O objetivo de pesquisar de maneira ativa e participativa por certo está evidente nas pesquisas que temos desenvolvido em M<sup>o</sup>Boi Mirim. Porém, atuando em um extenso território impactado por ações “vindas de cima”, de órgãos governamentais de distintas esferas, e vindas “de baixo”, de interesses político-partidários de vereadores atuantes na região, assim como de empreendimentos vinculados ao tráfico de drogas, consideramos ser necessário ampliar o olhar – levar em conta a **rede heterogênea de atores (humanos e não humanos)** que se faz presente nesse território.

É por esse motivo que os aportes da Teoria Ator-Rede têm sido fundamentais. No caso da pesquisa recém-concluída sobre moradias em áreas de risco (Spink, 2014, 2017<sup>11</sup>), muitas das ações constantes das três áreas que foram foco do estudo são concomitantemente locais e dispersas. Os casos pesquisados, conseqüentemente, partem de ações locais – remoções, obras, deslizamentos –, desvelando conexões complexas nas quais há multiplicidade de órgãos governamentais de níveis diversos (local, municipal, estadual, federal e até mesmo internacional, como o caso da ONU e da Estratégia Internacional para Redução de Riscos de Desastres), uma diversidade de organizações de defesa dos direitos da população (MP, Defensoria Pública, ONG) e vários movimentos sociais sobre moradia.

Rede é um termo com significados diversos: (a) redes tecnológicas (como eletricidade e água), nas quais a circulação entre pontos

---

11 Spink, M. J. P. (2017). *Viver em área de risco: um estudo sobre gestão de riscos ambientais na ótica de pessoas em situação de vulnerabilidade*. (Relatório Técnico Final. Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Processo: 302542/2011-6, Vigência: 01/03/2012 a 28/02/2017, pp. 1-22).

é tornada compulsória por meio de caminhos rigorosos que dão a certos nodos um caráter estratégico; (b) redes sociais referentes às relações sociais de atores humanos (sua distribuição, proximidade, homogeneidade). Para a Teoria Ator-Rede, a noção de rede é mais próxima à de rizoma, na acepção de Deleuze e Guattari (1995): ao invés de pensar em superfícies (bidimensionais) ou esferas (tridimensionais), propõe-se refletir em termos de nódulos que possam ter tantas dimensões quanto conexões. Ou seja, são definidos por sua característica fibrosa, aramada, capilar, mais do que em termos de níveis, camadas, territórios, estruturas ou sistemas. Desfazem-se, assim, certas dicotomias típicas de “redes”: longe/perto; escala grande ou pequena; dento/fora. O que resta são **conexões** – articulações entre elementos híbridos.

Na teoria ator-rede, a noção de rede refere-se a fluxos, circulações, alianças, movimentos, em vez de remeter a uma entidade fixa. Uma rede de atores não é redutível a um único ator nem a uma rede; ela é composta de séries heterogêneas de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados. Por um lado, a rede de atores deve ser diferenciada da tradicional categoria sociológica de ator, que exclui qualquer componente não humano. Por outro, também não pode ser confundida com um tipo de vínculo que liga de modo previsível elementos estáveis e perfeitamente definidos, porque as entidades da quais ela é composta, sejam naturais ou sociais, podem a qualquer momento redefinir sua identidade e suas mútuas relações, trazendo novos elementos. (Moraes, 2004, p. 2)

O que está em pauta nessa concepção de rede é a circulação, o movimento: “... não se pode descrever a ação partindo de pontos de origem, que são pontos, estruturas, agentes, mas sim, através da circulação de um certo número de entidades que são mais importantes que os pontos ou as estruturas” (Callon, 2008, p. 308). Ou seja, as relações são mais relevantes que os pontos e são “coisas que circulam”. Ainda citando Callon (2008, p. 308),

A implicação importante na rede sociotécnica reside em que se quer saber o que é transportado entre os pontos, conhecer como são e de que maneira ocorrem os deslocamentos, o que está circulando, apreciar o que está em causa, o que está se fabricando como identidade, a natureza do que se desloca, etc.

Bruno Latour (2000, p. 178) complementa: “Chamarei de tradução a interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam.”

### **Sobre a rede de atores**

Ator, na Teoria Ator-Rede, é um actante – algo (humano ou não humano) ou a quem outros dão atividade. Não implica motivações de atores humanos ou não humanos individuais: é qualquer coisa que seja a fonte de ação; que tenha agência. Michel Callon (2008, p. 307) afirma que “não se pode compreender a constituição de coletivos sem levar em conta a materialidade, as tecnologias e os não humanos”.

Dessa forma, trabalhamos sempre com materialidades e socialidades, uma vez que, no enquadre da Teoria Ator-Rede, segundo John Law e Annemarie Mol (1995, p. 1), materialidades e socialidades são produzidas conjuntamente: “Quando olhamos para o social estamos também olhando para a produção de materialidades. E quando olhamos para os materiais, estamos testemunhando a produção do social.” Essa é a base da noção de materialidade relacional: “... materiais são constituídos interativamente. Fora de suas interações eles não têm existência; não têm realidade. Máquinas, pessoas, o mundo natural, o divino – são todos efeitos ou produtos” (Law & Mol, 1995, p. 4). Igualmente, as pessoas são efeitos relacionais. Elas podem ou não ser atores na rede de interações, e os atores nessa rede podem ser também não humanos. Decorre dessa asserção a revisão terminológica: socialidades ao invés de pessoalidades. A atenção passa, assim, a ser fixada nas conexões parciais, isto é, os materiais, as socialidades e as histórias que contamos sobre eles são como retalhos

costurados em uma colcha; como há muitas linhas possíveis e muitas tramas, a atenção desloca-se para os modos locais de costura.

De modo geral, nas pesquisas em psicologia social, damos prioridade aos humanos. Mas será que podemos, de fato, excluir os não humanos? Nascentes obstruídas em regiões de mananciais por construções ilegais; águas que se deslocam por córregos repletos de entulho, sacos de lixo e animais mortos; agentes infecciosos que causam doenças variadas; revólveres e fuzis contrastam, do lado positivo, com eventos musicais e saraus de poesia, todos agentes importantes na definição de ações nesse território. E, no caso dos indicadores de desenvolvimento sustentável do Imaasus, será necessário incluir hortas, escorpiões, óleo de cozinha. E nossas comunicações dão-se por WhatsApp e computador. Eles, no Imaasus, também produzem apresentações em *prezzi*, *folders*, imagens, e usam bombonas para recolha de óleo usado que, em determinadas quantidades, torna-se moeda social passível de troca, entre outras coisas, por cisternas para recolher a água de chuva.

### **Retomando o diálogo possível entre academia e periferia**

Finalizando, trazemos para discussão uma noção “complicada”, porém fundamental. Trata-se de problematizar a circulação das informações que produzimos e de criar suficiente “interessamento” para que possamos impulsionar ações transformadoras, seja nos territórios em que pesquisamos, seja na comunidade acadêmica. Trata-se, na Teoria Ator-Rede, da noção de translação.

Encontramos a expressão em um texto de Michel Callon, datado de 1986: *Some elements of a sociology of translation*. O texto tornou-se um clássico, permitindo entender alguns processos implicados na translação, a partir do instigante exemplo das vieiras da Baía de Saint-Brieuc, na França. Contudo, embora outros autores associados à Teoria Ator-Rede utilizem a noção de forma central (por exemplo, Camillis & Antonello, 2014), é por intermédio de Bruno Latour (1987, 2000) que a noção nos pareceu mais clara. Estando inserida

em um contexto de redes de associações, é fundamental, nessas teorizações, acompanhar os movimentos. Translação implica deslocamento, transposição de um lugar a outro na rede de associações que, por sua vez, nos fala de transformações.

Esse jogo de passagens não se dá por meio de intermediários. Para Latour (2005, p. 39), intermediários são actantes (humanos e não humanos) que transportam (sentidos ou forças) sem transformar: “definindo seus inputs é suficiente para definir seus outputs”. Já os medidores “transformam, traduzem, distorcem e modificam os sentidos ou os elementos que supostamente carregam”. Desse modo, a palavra “translação” assume um sentido especializado: “uma relação que não transporta causalidade, mas induz a que dois mediadores coexistam” (Latour, 2005, p. 108). Utilizando a metáfora do jogo de rúgbi, Latour (2000, p. 171) afirma que, à semelhança da bola no rúgbi, o objeto “é modificado à medida que vai passando de mão em mão. Ele não é só coletivamente transmitido de um ator para o próximo, como é também coletivamente composto pelos atores”.

Nesse processo, segundo Callon (2008), o passo fundamental é o “interessamento”, sem o qual não haverá possibilidade de translação. Em suma, “transladar interesses significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar as pessoas em direções diferentes” (Latour, 2000, p. 194). Vale, porém, lembrar que “interessamento” não resulta necessariamente de um processo de interação face a face. Essas interações, focos frequentes das “devolutivas” de nossos resultados de pesquisa, são pontos terminais de um grande número de actantes. Nas palavras de Latour (2005, p. 194):

O que foi designado com o termo ‘interações locais’ é a assemblagem de todas as demais interações locais distribuídas em outros lugares no tempo e espaço, que foram trazidas para a cena por meio de cadeias de vários atores não humanos.

Concluindo, o diálogo entre universidade, estado e sociedade, com base nas produções acadêmicas, é um fluxo sobre o qual temos pouco controle. O que podemos esperar é que possamos atuar como mediadores, promovendo transformações, algumas das quais poderão ser confluentes com nossos objetivos. Outras poderão gerar ações não previstas, como no caso do Fórum de Pesquisadores de M'Boi Mirim, propiciar conexões entre pontos da rede outrora distantes, gerando maior conectividade no território, incluindo-nos ou não.

## Referências

Callon, M. (1986). Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In J. Law (Ed.), *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* (pp. 196-223). London: Routledge.

Callon, M. (2008). Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*, 19, 302-321.

Camillis, P. & Antonello, C. S. (2014). Da Translação para o Enactar: a possibilidade que a Teoria Ator-Rede apresenta para pensar em termos de processos nas pesquisas em Administração. In *IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração*. Recuperado de <http://coloquioepistemologia.com.br/site/wp-content/uploads/2014/03/ADE110.pdf>.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). Introdução: Rizoma. In G. Deleuze & F. Guattari (Eds.), *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Ed. 34.

Latour, B. (2000). *Ciência em ação*. São Paulo: Editora UNESP.

Latour, B. (2005). *Reassembling the social*. New York: Oxford University Press.

Law, J. & Mol, A. (1995). Notes on materiality and sociality. *The Sociological Review*, 43(2), 274-294.

Montero, M. (2006). *Hacer para Transformar: el método em la psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.

Moraes, M. (2004). A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. *História, Ciências, Saúde*, 11(2), 321-33.

Spink, M. J. P. (2000). A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. *Psico*, 31(1), 7-22.

Spink, M. J. (2014). Vive rem áreas de risco: Tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(9), 3743-3754.

Sposati, A. (Org.). (2013). *Mapa da Inclusão/Exclusão da Cidade de São Paulo III*. São Paulo: CEDESP/PUCSP.

# **Psicologia social comunitária e educação popular nos movimentos sociais contemporâneos**

Bernardo Parodi Svartman

Luís Guilherme Galeão-Silva

Gustavo Martineli Massola

Este capítulo tem como objetivo discutir articulações entre o campo da psicologia social comunitária e as práticas de educação popular realizadas no contexto dos movimentos sociais contemporâneos. Estas reflexões estão apoiadas em pesquisas e atuações desenvolvidas em parceria com alguns Fóruns Sociais da cidade de São Paulo, espaços de articulação de lutas e movimentos sociais que desenvolvem, entre outras atividades, práticas de educação popular. A partir dessas experiências, apresentaremos três questões importantes que podem direcionar a reflexão sobre articulações entre os campos: (a) as finalidades políticas dos movimentos participantes demandam certa coerência em relação aos processos de ensino e aprendizagem nas práticas de educação popular, o que leva a uma

reflexão sobre as formas de participação e sobre os vínculos estabelecidos nesses projetos. Como os projetos pretendem apoiar iniciativas de resistência à dominação e à desigualdade social, não podem reproduzir práticas educativas de alguma forma ligadas à manutenção desses problemas. Assim, o foco sobre as formas de convivência no interior dos grupos e movimentos torna-se um aspecto importante das atividades pedagógicas; (b) a definição de assuntos abordados e estratégias pedagógicas nas práticas de educação popular devem apoiar a compreensão das mediações da totalidade social nos problemas vividos por grupos ou movimentos sociais específicos. Desvendar os processos históricos e estruturais envolvidos na formação dos problemas enfrentados torna-se um aspecto importante da compreensão desses, fazendo com que os enigmas e desafios sejam compreendidos em um contexto ampliado de espaço e de tempo; (c) apresentação de breves conclusões: as discussões assim estabelecidas podem encaminhar-se para uma luta por direitos, ou seja, para a compreensão prática de que a interseccionalidade dos processos de dominação (desigualdade de classes, racismo, sexismo e homofobia) impede a efetivação de uma sociedade democrática, e que apenas a partir de mobilização e lutas políticas é que poderemos nos aproximar de sua realização. No contexto dos atuais movimentos sociais, essas articulações e práticas estão necessariamente ligadas a uma análise da conjuntura política e econômica, o que fez com que algumas práticas de educação popular estivessem articuladas a tentativas de fortalecimento de movimentos de base e de incremento da participação popular na vida política. Passaremos ao exame dessas três dimensões.

### **A coerência entre finalidades políticas, práticas pedagógicas e formas de convivência e participação**

A Psicologia Social Comunitária desenvolvida no continente latino-americano estabeleceu, desde seu nascimento, importantes diálogos com o campo da educação popular. É largamente reconhecida

na literatura a influência que a educação popular e a teoria de Paulo Freire exerceram sobre as experiências práticas iniciais e sobre a delimitação desse campo teórico (Lane, 1996; Martin-Baró, 2009; Montero, 2005). Essa mesma literatura também permite constatar que as práticas de educação popular possuem um núcleo temporal, ou seja, respondem aos desafios de cada momento histórico, desenvolvem-se em diálogo com as características e transformações do contexto social e político. Esse núcleo temporal se reflete, por exemplo, nas próprias transformações e desenvolvimentos que podem ser encontrados ao longo da obra de Paulo Freire.

Como apresentou Carlos Rodrigues Brandão (Brandão, 1980), a junção dos termos “educação” ou “cultura” ao adjetivo “popular” indicou “um momento de renovação na história da educação no Brasil” (p. 11), uma prática que se assumiu como política e que pretendia “criar um espaço de prática política popular através da educação” (p. 12). As experiências ocorridas ao longo da década de 1960 buscavam de alguma forma realizar “a dimensão negada nos programas oficiais de educação e desenvolvimento” (p. 12); entre elas, o autor cita as mais emblemáticas, como

o Movimento de Educação de Base, a multiplicação de trabalhos culturais e pedagógicos feita pelos movimentos de cultura popular (MCPs) e pelos centros populares de cultura (CPCs), promovidos pela UNE e outras entidades regionais e locais do estudantado brasileiro; a montagem do Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura. (p. 12)

Para esse conjunto de movimentos, a crítica da educação hegemônica estava articulada à crítica de seu papel no interior do modo de produção capitalista, ou seja, sua forma de escamotear e legitimar a desigualdade de classes. Como afirmou Luiz Eduardo W. Wanderley (Wanderley, 1980), a educação popular é “produzida pelas classes populares ou para as classes populares, em função de seus interesses de classe” (p. 63).

O golpe de 1964 tem um papel fundamental para interromper esse processo de mobilização popular e de promoção de uma consciência de classe a respeito da desigualdade e da exploração. Se levarmos em conta o que alguns historiadores e sociólogos relatam sobre as práticas de educação popular retomadas na década de 1980, podemos perceber que militantes de esquerda utilizaram essa estratégia para se reaproximar dos movimentos sociais e realizar trabalhos de base, enfrentando assim a dura repressão política da época. Essa aproximação não se realizou sem desconfiças mútuas e tensões, como apontam a literatura e as lembranças dos militantes que viveram a época (Sader, 1988; Telles, 1994). Segundo Eder Sader (1988), a educação popular foi uma das maneiras encontradas para realizar esse processo. Nesse período de extrema perseguição política e tortura, “grupos de militantes desgarrados, dispersados com a desarticulação das organizações de esquerda, iam buscar novas formas de ‘ligação com o povo’, alternativas ao vanguardismo derrotado” (Sader, 1988, p. 167).

Nesse contexto de reorganização de trabalhos de base, temos a impressão de que um aspecto da teoria de Paulo Freire marcou fortemente o desenvolvimento da psicologia comunitária nesse momento: “é necessário que os oprimidos, que não se engajam na luta sem estar convencidos e, se não se engajam, retiram as condições para ela, cheguem, como sujeitos, e não como objetos a esse convencimento” (Freire, 2011, p. 75). A propaganda e a manipulação instrumental contrariam essa exigência, e por isso os movimentos sociais e as práticas de educação que lhes são correlatas devem sustentar a participação real das pessoas no processo de luta e transformação em que estão implicadas. A partir desse ponto de vista, torna-se contraditório supor que as transformações sociais deveriam ocorrer guiadas por lideranças que definiriam, em função de sua compreensão teórica, qual o melhor caminho a ser seguido por um grupo ou comunidade. Esse aspecto da teoria de Paulo Freire reverbera experiências de movimentos sociais do período e traz muitas consequências para um planejamento da entrada e do desenvolvimento de atividades dos psi-

cólogos em comunidades. As verdadeiras transformações ocorrem em pareceria e quando há relações complementares entre transformações da consciência e novas ações no mundo, incluindo, nesse campo das ações, os vínculos estabelecidos entre os participantes das iniciativas políticas. Nos movimentos sociais contemporâneos, temos observado que algumas vezes a interseccionalidade dos processos de dominação (Hirata, 2014) pôde ser discutida à luz das contradições inerentes às formas de participação e práticas políticas dos próprios grupos e movimentos. Quando isso ocorre, trata-se de um processo difícil, mas muito produtivo, pois envolve necessariamente transformações profundas nos vínculos dos participantes.

Em uma entrevista concedida por Paulo Freire a Maria Rosa Torres (Torres, 1987), podemos encontrar uma discussão sobre o princípio de coerência inerente aos projetos de educação popular: como criar as bases de uma transformação social radical nas quais os meios não sejam contraditórios com os fins? Meios opressivos de organização da luta não podem ser empregados para a construção de uma sociedade emancipada. Ou seja, aparece um desafio que articula o trabalho dos educadores e dos psicólogos sociais: como relacionar uma teoria crítica da sociedade, que aponte caminhos de transformação social, com a experiência vivida dos sujeitos envolvidos nas lutas contra a opressão social. Esse desafio implica a busca por vínculos e formas de convivência que apoiem da maneira mais encarnada possível o vislumbamento das transformações sociais emancipatórias, de forma que não sejam apenas discussões teóricas, e por isso podemos considerar que os psicólogos sociais têm algumas contribuições a esse debate.

Há um trecho do livro *Pedagogia do oprimido* (Freire, 2011) que lança luz diretamente sobre esse problema e cujas consequências para o campo da psicologia social merecem reflexão:

Enquanto tocados pelo medo da liberdade, se negam a apelar a outros e a escutar o apelo que se lhes faça ou que se tenham feito a si mesmos, preferindo a gregarização à convivência autêntica.

Preferindo a adaptação em que sua não liberdade os mantém à comunhão criadora a que a liberdade leva, até mesmo quando ainda somente buscada”. (Freire, 2011, p. 47)

O trecho citado permite entender que a luta pela liberdade não deve se separar de experiências e práticas libertárias, da máxima experiência possível em certo momento histórico, e por isso a própria organização da luta deve se aproximar do que podemos e desejamos vislumbrar como uma sociedade emancipada. Portanto, apenas na prática mais coerente possível com os fins políticos emancipatórios poderemos nos aproximar da liberdade. Isso envolve a consideração das formas de participação das pessoas nas lutas que encampam e nos processos de ensino e aprendizagem que surgem nessas lutas. Da mesma forma que a compreensão da interdependência dos processos de dominação envolve a revisão dos nossos vínculos, deveríamos supor como meta a construção de uma interdependência dos processos de resistência, nos quais seria possível vislumbrar a integração das lutas políticas. A busca de uma democracia efetiva na organização do trabalho aliada a práticas de educação críticas ao modelo bancário e alienante poderia ser um exemplo dessa integração.

No campo da psicologia também podemos mencionar uma teoria que ajuda a examinar a questão da coerência teórica e prática em contextos comunitários, exatamente por abordar as relações entre as tarefas dos grupos, processos de ensino/aprendizagem e práticas de transformação social: a teoria dos grupos operativos de Pichon-Rivière e José Bleger. A afinidade entre a teoria de Paulo Freire e a teoria dos grupos operativos foi examinada por pedagogos e psicólogos nas últimas décadas (Afonso, Vieira-Silva, & Abade, 2009; Oliveira, 2008; Quiroga, 2001) e chegou a ser notada pelo próprio Paulo Freire (Quiroga, 2001), indicando ser promissora a troca de influências entre as teorias nas experiências concretas de educação popular. A teoria dos grupos operativos inspira a tentativa de criação de um ambiente cooperativo de organização e realização de tarefas, partindo do pressuposto de que o trabalho em equipe pode ser

um resultado do trabalho do grupo, e não um ponto de partida já consolidado. Esse é um grande mérito da teoria: permite analisar com instrumentos psicossociais quando o grupo se aproxima ou se distancia de um trabalho cooperativo e como podemos ajudar e fortalecer essa característica de funcionamento do grupo. Como enfatizaram os autores citados acima, o objetivo dos grupos operativos é permitir que a tarefa seja realizada de uma forma “desalienante”, estimulando integração pessoal e a humanização dos participantes. Por isso, novamente está em questão um princípio de coerência: a maneira como se trabalha, como se faz a pesquisa, como se ensina e se aprende deve ser coerente com a ideia de humanização e desalienação. Ensino e aprendizagem são pensados como passos dialéticos inseparáveis, em virtude do princípio “segundo o qual não se pode ensinar corretamente enquanto não se aprende durante a própria tarefa de ensinar” (Bleger, 2007, p. 62). Isso envolve o abandono de uma atitude de onipotência: devemos ser honestos na valorização do que se sabe e do que não se conhece. Distante do proselitismo da ignorância, é uma atitude que está relacionada à diferença entre dispor de informações acabadas ou então se apropriar de instrumentos de investigação para enfrentar um certo campo de investigação. A coerência de um grupo operativo reside neste fato: buscar transformar os membros de “receptores passivos em co-autores dos resultados, conseguindo que utilizem, que se encarreguem de suas potencialidades como seres humanos” (Bleger, 2007, p. 66). Dessa forma, aprender não é uma operação intelectual, mas uma modificação mais ou menos estável de linhas de conduta. Como enfatizaram esses autores, é um trabalho de mudança do ECRO (Esquema Conceitual Referencial Operativo) grupal e individual.

Como em todas as tarefas enfrentadas pelos movimentos sociais existem processos de ensino e aprendizagem, essa teoria apresenta algo importante nesse sentido: os papéis de quem ensina e de quem aprende não devem ficar congelados; antes, uma educação não alienante pretende criar um ambiente cooperativo de investigação e de

construção do conhecimento que de alguma forma se refletirá na práxis do grupo e na coerência entre o que se aprendeu e o que se faz a partir disso. Essa compreensão pode ser fundamental para os projetos de educação popular, pois reúne aspectos da dinâmica grupal à compreensão de que o grupo tem um conjunto de tarefas a ser realizado. Nesse sentido, levando em conta as pesquisas realizadas por José Moura Gonçalves Filho (2007) sobre o problema da humilhação social, poderíamos dizer que os espaços comunitários de educação popular podem ser espaços propícios para a decifração dos processos históricos de dominação e para elaboração de sofrimentos relacionados a tais processos.

### **Conteúdo e estratégias de ensino: a compreensão das mediações da totalidade social nas questões enfrentadas**

Mesmo quando a mobilização de um grupo ou movimento social estiver relacionada a objetivos mais específicos e locais, a compreensão dos problemas a eles subjacentes e a organização de uma luta já envolve algum nível de compreensão de como processos mais gerais estão implicados nas experiências locais. Alguns exemplos podem ilustrar essa relação. A luta para acessar direitos sociais básicos, como o direito à moradia, saúde ou segurança (que neste último caso significa muitas vezes a luta contra a violência do Estado), envolve no seu conjunto uma discussão dos processos políticos e econômicos que definem a produção da cidade. Isso permite explicar a desigualdade de distribuição de recursos e equipamentos públicos pelos territórios, assim como a dinâmica de processos de desrespeito vividos pela população de certos bairros ou regiões. A discussão dessa desigualdade já se configura como uma investigação da relação entre diversos aspectos da totalidade social com experiências e vivências locais. Milton Santos (1997) afirma que o próprio sentido do conceito de região se alterou com a internacionalização do capital, pois atualmente “uma região é, na verdade, o locus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado” (p. 66). Quando discu-

timos por que as operações urbanas se concentram em áreas que já recebem investimentos e possuem boa infraestrutura, é preciso analisar os interesses do capital imobiliário e da especulação na determinação das obras e investimentos, algo que já remete à dinâmica do capitalismo financeiro global (Fix, 2009). Além disso, a destruição e reconstrução de cidades mostrou-se uma forma eficiente de acumulação do capital em geral no início do século XXI (Harvey, 2014). Quando discutimos o direito à informação e a democratização da mídia, em um trabalho de educação popular, devemos discutir como a formação dos oligopólios nos meios de comunicação representa interesses econômicos e políticos específicos e possui uma grande influência na formação da opinião pública. Conforme artigo publicado no site da organização Intervezes, é possível observar como a formação das redes televisivas brasileiras, ou seja, a concentração da mídia em poucas mãos e a relação entre as emissoras principais e suas afiliadas, configura uma verdadeira situação de oligopólio (Marioni, 2015). Se acrescentarmos à análise os aspectos históricos ligados a essa concentração será possível considerar também os interesses econômicos e políticos representados por esses grupos.

Esse aspecto do trabalho coloca uma interessante questão do ponto de vista do conteúdo das atividades de educação popular: como organizar e estimular uma investigação do grupo a respeito dos processos históricos e dos aspectos estruturais que fazem a mediação das experiências que desencadeiam as lutas dos movimentos? Como apresentar de forma concreta a noção de totalidade social quando discutimos uma análise histórica dos processos de dominação? Respostas a esse problema envolvem discutir a noção de totalidade na teoria marxista e sua pertinência para o planejamento de atividades de pesquisa, ensino e aprendizagem.

A principal consequência dessa reflexão é que os projetos político-pedagógicos de educação popular não podem estar desarticulados de uma teoria crítica da sociedade. Esta possibilidade de uma compreensão estrutural e histórica dos assuntos discutidos, que permita

a compreensão da gênese e da inter-relação dos processos de dominação, é o que pode apoiar uma articulação profunda de lutas e, na medida do possível para cada grupo ou movimento, a recusa de práticas voluntaristas, pontuais ou por demais segmentadas.

Nesse ponto é possível lembrar-se de algumas lições de Adorno (2007) proferidas no seu curso de *Introdução à sociologia*. Observa-se ali a importância concedida pelo autor às pesquisas empíricas em sociologia, já que elas são fundamentais para indicar a validade ou não das reflexões teóricas e as tendências de transformação da sociedade. No entanto, sem deixar de valorizar o esforço da pesquisa empírica, Adorno discute como elas perdem sua validade e se transformam em ideologia quando deixam de estar orientadas por uma teoria da sociedade, ou seja, quando já não é mais possível compreender a mediação da totalidade na formação do dado ou do fenômeno descrito. Nesse caso, a mera reunião de informações brutas por meio dos mais diversos instrumentos de pesquisa não permite a compreensão das relações funcionais entre as partes na sua configuração do todo, e assim se nega um aspecto fundamental da reflexão sociológica, o elemento vinculador e histórico da teoria social. Os dados assim isolados recaem na simples confirmação ou aprimoramento do funcionamento do sistema. No livro *Temas básicos de sociologia* (Horkheimer & Adorno, 1973b), os autores discutem no capítulo dedicado aos estudos de comunidade (Horkheimer & Adorno, 1973a) que os estudos empíricos foram motivados em alguma medida pela intenção de encontrar no objeto aspectos que pudessem abarcar a aparente complexidade do funcionamento social. Esta espécie de ilusão, a de que seria possível encontrar refletida em um estudo exaustivo de cidades ou comunidades, como em um espelho côncavo, a imagem da totalidade, mantinha a premissa equivocada de que os dados se bastariam e de que explicitariam em si mesmos a dinâmica contida naquele espaço. Ficava prejudicada a compreensão da mediação da totalidade na conformação dos dados e fenômenos observados. Esse problema na investigação reflete a relação equivocada estabelecida

de antemão entre teoria e observação empírica, entre pensamento e observação. Interessante levarmos em conta um exemplo desse autor e que muita relação estabelece com trabalhos em educação popular: o que aparece como mais imediato é o que está mais mediatizado, exatamente como o que chega na intimidade do lar, está mais mediado por processos históricos e estruturais de concentração de poder político e econômico.

Essa orientação pode ter importantes consequências para os trabalhos de educação popular: ajudar a romper a falsa imediatez, a falsa familiaridade com aquilo que é próximo, ajudando a construir a compreensão dos processos de mediação dos fenômenos e que fazem com que seja possível diminuir a submissão e a manipulação. Se no texto *Educação após Auschwitz* (Adorno, 2003) Adorno dizia que, em uma situação em que temos pouco poder de transformar aspectos objetivos da existência, deveríamos fortalecer os indivíduos para que eles possam resistir e não aceitar simplesmente o jogo ou se submeter a interesses irracionais, vê-se nas práticas de educação popular que levem em conta essa possibilidade talvez um trabalho de fortalecimento e resistência das pessoas implicadas nesses processos. Se os espaços de educação popular forem ao mesmo tempo espaços de participação e de reflexão dialogada, sem dúvida ajudarão nesse processo de fortalecimento.

### **Breves conclusões: luta por direitos e a compreensão prática da interseccionalidade dos processos de dominação (desigualdade de classes, racismo, sexismo e homofobia)**

Quando observamos as finalidades, os conteúdos e as estratégias de ensino nos projetos de educação popular contemporâneos, é possível observar a confluência de distintos objetivos para essas atividades. Em alguns casos, trata-se da capacitação de lideranças políticas já consolidadas nos movimentos, que se reúnem para pensar os desafios políticos e estratégias de luta. Em outros casos, trata-se de uma

forma pela qual um grupo ou movimento procura sensibilizar ou conscientizar um número maior de pessoas a respeito de problemas enfrentados, e, nesse caso, espera-se o aumento de mobilização popular ou a formação de novas lideranças.

A luta social envolve a afirmação de uma posição de dignidade e respeito a grupos que, por serem oprimidos historicamente, são desconsiderados e desrespeitados na sociedade. A educação popular é um importante meio para a estruturação das demandas por dignidade e respeito dos oprimidos. Ao enfatizar o repertório dos oprimidos e, ao mesmo tempo, o seu letramento nos códigos e normas da sociedade, permite que esses demandem as suas pautas (organizadas na dialogicidade e compartilhamento) como respeito aos seus direitos. A educação popular permite essa transmutação da condição de opressão em um discurso articulado com um vocabulário e formas de expressão que ampliam o alcance das reivindicações populares, de ganhos pontuais para demandas por respeito generalizado.

Essas demandas não estão divididas à moda da classificação acadêmica de questões específicas para cada grupo oprimido: mulheres, negros, indígenas, homoafetivos e pobres. Por outro lado, na realidade social ocorre uma interseccionalidade de vulnerabilidade e dominação (Hirata, 2014).

Podemos constatar diferenças e semelhanças nos diferentes tipos de trabalhos em educação popular. A semelhança é que sempre buscam uma forma de apoiar e qualificar lutas contra processos de dominação. Em algumas situações, as pessoas são sensíveis aos temas e muitas vezes já acumulam experiências e reflexões, mas também é possível que encontremos um público não familiarizado com essas discussões. Nesse segundo caso, devemos levar em conta que não se trata apenas de apresentação de conteúdos intelectuais, mas a apresentação de um tema que por algum motivo mobilizou resistências também emocionais contra sua compreensão. Sobre esse tema, a longa tradição de estudos e reflexões no campo da psicologia que articula marxismo e psicanálise pode oferecer contribuições: é preciso

levar em conta que as repressões e violências impostas pelo sistema, entre eles o sistema escolar, deixam suas marcas na formação da personalidade. As dificuldades encontradas nos processos pedagógicos que abordam o tema da dominação podem estar relacionadas a poderosos mecanismos inconscientes de negação ou sofrimento psíquico. Será preciso em cada caso encontrar uma forma de iniciar um diálogo e uma reflexão que permita enfrentar essas resistências sem que as pessoas interrompam ou abandonem o processo.

Algumas pesquisas recentes indicam essa tendência de diminuição da consciência de classe. Como apontou uma pesquisa recente realizada pela Fundação Perseu Abramo (2017) sobre percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo, “a rotina agitada e sufocante” de trabalho dos entrevistados dificulta uma reflexão sobre a política, e, nesse contexto, os assuntos pensados e discutidos são aqueles veiculados pela mídia hegemônica. Aparece claramente entre os entrevistados uma tendência de negação da luta de classes e da oposição entre capital e trabalho como elementos importantes para a compreensão da vida social e política. Além disso, as entrevistas também indicaram grande desconhecimento em relação às atribuições e competências das esferas políticas municipais, estaduais e federais, assim como em relação às especificidades e relações entre os poderes legislativo e executivo. A polarização dos conflitos e tensões não se faz entre as classes sociais, mas entre a “sociedade”, supostamente homogênea, e o governo. As igrejas aparecem como o espaço que supre a necessidade de experiências comunitárias e que organiza a vida de um ponto de vista ético e moral. A ideologia neoliberal parece amplamente incorporada e aceita, por exemplo, no fato de a competência individual ser a principal explicação para fracassos ou dificuldades na vida. Como afirma o estudo, “a própria relação com o público está mediada por interpretações mercantis”, já que a noção de público fica associada ao que é gratuito.

Esses resultados corroboram uma tendência já constatada pelas pesquisas sociais no campo da teoria crítica: a integração e adapta-

ção repressivas acarretam uma diminuição da consciência de classe. Como afirmou Marcuse (1993), “a reprodução espontânea, pelos indivíduos, de necessidades superimpostas não estabelece a autonomia; apenas prova a eficácia dos controles” (p. 38). No momento histórico atual, além do papel que as novas formas de organização da igreja desempenham nessa situação (levando em conta as especificidades das correntes mais importantes no cenário político atual), também é preciso investigar como a diminuição de espaços efetivos de participação popular incide sobre o acréscimo dessa tendência. O aumento da importância da propaganda política como pré-requisito para a manutenção ou chegada ao poder (fato confirmado pela crescente importância das campanhas eleitorais e das formas de arrecadação de recursos para elas) também é um indicativo da diminuição da experiência política popular e participativa. É justamente frente a esse quadro de aumento da reificação que os projetos de educação popular assumem sua importância contemporaneamente. Nos Fóruns Sociais da cidade que acompanhamos, os trabalhos educativos estimulam reflexões sobre a história dos problemas enfrentados e articulam esse estudo com mobilizações e lutas populares. Essa forma de relacionar o passado, o presente e o futuro nas práticas educativas, essa forma que tende a buscar coerência no exame de processos de dominação, envolve na prática uma articulação entre processos de enraizamento e lutas por reconhecimento, formando a base comunitária para que as experiências de desrespeito e de humilhação se transformem no motivador para efetivas lutas emancipatórias.

## Referências

- Adorno, T. W. (2003). *Educação após Auschwitz* (3ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Adorno, T. W. (2007). *Introdução à sociologia*. São Paulo: Fundação Editora UNESP.
- Afonso, M. L. M., Vieira-Silva, M., & Abade, F. L. (2009). O processo grupal e a educação de jovens e adultos. *Psicologia em Estudo*, 14(4), 707-715. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722009000400011>

- Bleger, J. (2007). *Temas de psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brandão, C. R. (1980). Apresentação. In *A questão política da educação popular* (pp. 11-15). São Paulo: Brasiliense.
- Fix, M. (2009). Uma ponte para a especulação: ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. *Caderno CRH*, 22(55), 41-64. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000100003>
- Freire, P. (2011). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Fundação Perseu Abramo. (2017). Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo. São Paulo: Autor. Acesso em: 23 de julho, 2017, em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>
- Gonçalves, J. M. (2007). Humilhação social: humilhação política. In B. P. Souza (Org.), *Orientação à queixa escolar* (pp. 187-222). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73.
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1973a). Estudos da comunidade. In *Temas básicos de sociologia* (pp. 151-171). São Paulo: Cultrix; USP.
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1973b). *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix; USP.
- Lane, S. (1996). Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Ed.), *Psicologia Social Comunitária. da solidariedade à autonomia* (pp. 27-32). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Marcuse, H. (1993). *El hombre unidimensional: ensayo sobre la ideología de la sociedad industrial avanzada*. Barcelona: Planeta-Agostini.
- Marioni, B. (2015). Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung. Acesso em: 23 de julho, 2017, em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12117.pdf>

Martin-Baró, I. (2009). Para uma psicologia da libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda (Eds.), *Psicologia social para a América Latina* (pp. 181-197). Campinas, SP: Alínea.

Montero, M. (2005). *Introducción a la psicología comunitária*. Buenos Aires: Paidós.

Oliveira, E. S. (2008). Paulo Freire e Pichon-Rivière: aproximações conceituais em torno da educação e da psicologia. *Vozes em Diálogo*, 2(2). Acesso em: 23 de julho, 2017, em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/vozesemdialogo/article/view/925/856>

Quiroga, A. P. (2001). *El universo compartido de Paulo Freire y Enrique Pichon-Rivière*. Buenos Aires: Ediciones Cinco.

Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra. Acesso em: 30 de março, 2013, em [http://books.google.com.br/books/about/Quando\\_novos\\_personagens\\_entraram\\_em\\_cen.html?id=baEyAAAAMAAJ&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/Quando_novos_personagens_entraram_em_cen.html?id=baEyAAAAMAAJ&redir_esc=y)

Santos, M. (1997). *Espaço e método*. São Paulo: USP.

Telles, V. (1994). Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In L. Kowarick (Ed.), *As lutas sociais e a cidade* (pp. 217-253). São Paulo: Paz e Terra.

Torres, R. M. (Ed.). (1987). *Educação popular - um encontro com Paulo Freire [Entrevista]*. São Paulo: Loyola.

Wanderley, L. E. W. (1980). Educação popular e processo de democratização. In C. R. Brandão (Ed.), *A questão política da educação popular1* (pp. 62-78). São Paulo: Brasiliense.

# O trabalho no contexto brasileiro atual e os compromissos da Psicologia

Marcia Hespanhol Bernardo

Maristela de Souza Pereira

O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. (Walter Benjamin)

No ano em que este livro é publicado, o Brasil vive um contexto político bastante conturbado, com sérios ataques a direitos conquistados, a duras penas, pela classe trabalhadora ao longo do último século. Por isso, o subtítulo do XIX Encontro Nacional da ABRAPSO – “enfrentamentos em tempos de exceção” – se mostra extremamente significativo e servirá de eixo para o presente capítulo.

Entendemos que uma tarefa que se impõe a todos nós, investigadores sociais, independente de nossa área de atuação, é analisar o cenário mais amplo no qual estamos inseridos como sujeitos histó-

ricos, tendo em consideração as lutas anteriores que conformaram o momento atual e também os fatos que se desenvolvem diante dos nossos olhos e nos quais tomamos parte. Trata-se de realizar a tarefa que W. Benjamin (1940/1994) define como “escovar a história a contrapelo” (p. 225), buscando compreender que a história “não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras” (p. 229). Desse modo, procuramos analisar neste texto alguns aspectos políticos do tempo presente e como eles se articulam com eventos circunscritos ao período identificado pelo modo de produção capitalista, os quais incidem de diversas formas sobre todos nós.

Um aspecto curioso do momento em que vivemos é que ele possibilita visibilizar de forma contundente como os interesses do capital são antagônicos aos dos trabalhadores. No século XIX, quando Marx analisou o cenário capitalista, tal antagonismo era bastante evidente nos países em que a indústria começava a deslanchar, com clara desvantagem para os trabalhadores, como se pode observar nos escritos de Engels (1845/2010) sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra.

O contrato e as leis foram os instrumentos utilizados pelo capitalismo para controlar a população. Sendo assim, de acordo com o cientista político Harold Laski (1936/1973), as novas relações materiais da época do início do liberalismo “deram origem a novas relações sociais” (p. 9) e “seu instrumento foi a descoberta daquilo a que se pode chamar de Estado Contratual” (p. 13). Ainda segundo o autor, apesar de alardear a ideia de liberdade, o liberalismo “nunca foi capaz de reconhecer completamente que a liberdade de contrato jamais é genuinamente livre, enquanto as partes contratantes não dispuserem de igual poder de negociação e barganha” (p. 13). Conclui, assim, que

Toda a ética do capitalismo, numa palavra, resume-se em seu esforço para libertar o proprietário dos instrumentos de produção da necessidade de obedecer às leis que inibem a sua plena exploração desses instrumentos. A ascensão do liberalismo é a ascensão

de uma doutrina que procura justificar o funcionamento dessa ética. (Laski, 1936/1973, p. 18)

A partir de então, ainda que o capital detivesse maior poder nessa relação, os trabalhadores identificavam que seus interesses eram opostos aos de seus empregadores e, dentro das limitações dos marcos do “Estado Contratual”, conquistaram instrumentos legais que os protegiam minimamente da exploração.

Todavia, ao longo das últimas décadas, passou a haver um movimento do lado do capital para obscurecer o conflito entre seus próprios interesses e os dos trabalhadores, divulgando uma ideologia de que seria possível que ambas as classes compartilhassem interesses comuns. Desse modo, conforme afirmam Boltanski e Chiapello (1999), o discurso empresarial mudou, incorporando temas que, antes, eram pautas de disputa. Como exemplos, podem ser citadas as noções de autonomia e de participação dos trabalhadores na empresa, trabalhadores esses que, aliás, também passaram a ser denominados como “colaboradores” (Bernardo, 2009). A incorporação de tal discurso, que distorce o significado histórico desses temas, visou a legitimar modelos de organização do trabalho que exigem maior envolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras. A palavra de ordem passou a ser “flexibilidade”, sempre apresentada como positiva para todos e, especialmente, para a classe que vive do trabalho. Todavia, essa palavra polissêmica representou diversas mudanças que ampliavam a exploração da força de trabalho, incluindo tentativas diretas de “flexibilizar” as leis trabalhistas.

Nessa guinada discursiva, muitos autores da Psicologia Organizacional, juntamente com os de outras áreas, nomeadamente da Administração, têm assumido um papel intelectual que, para Gramsci (1989), cumpre uma função organizadora da sociedade, legitimando tal discurso ao dar-lhe um tom de cientificidade (Bernardo et al., 2017).

Mas, de outro lado, estão estudiosos e profissionais críticos de diferentes áreas, especialmente das Ciências Sociais, que discutem

as reais consequências dos modelos hegemônicos de organização do trabalho, exercendo a função de intelectuais orgânicos, que, como destaca Gramsci, se unem às demais classes dominadas para ampliar conjuntamente com essas a consciência sobre o mundo social<sup>1</sup>. Na Psicologia, esse papel tem sido desempenhado, dentre outros, por aqueles que adotam a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho (Coutinho, Bernardo, & Sato, 2017)<sup>2</sup>.

O cenário atual, no entanto, parece colocar um novo desafio mesmo àqueles que sempre exerceram a crítica ao analisar o mundo do trabalho. Expliquemos. Na última década, em diversos países, sob o pretexto do enfrentamento da “crise” econômica que os atingiu, observa-se uma radicalização política com ampliação da participação de representantes de movimentos de direita e a entrada cada vez maior de pessoas – em geral, grandes empresários – que se dizem “gestores” e não “políticos” e que se apresentam como capazes de serem mais “eficientes” no atendimento dos anseios da população, especialmente das classes intermediárias. Nesse sentido, a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos é exemplar.

O que se observa na prática, no entanto, é a adoção de medidas que afrontam direitos sociais, acompanhadas de um discurso de que mudanças são inevitáveis e necessárias “para o bem de todos” e, do mesmo modo que Laski (1936/1973) mostra ter ocorrido desde o início do liberalismo, o fazem em nome da “liberdade”. Assim, como destaca Gallino (2012), o que se vê nos últimos anos é uma expressão da luta de classes, mas, em vez de ser a classe trabalhadora que enfrenta o capital pela garantia de direitos, o que vem ocorrendo é

---

1 Como aponta Burawoy (2010), Gramsci era atento à cilada de que o intelectual orgânico se mostrasse cego às experiências da classe trabalhadora e pudesse converter-se assim em um tipo de déspota esclarecido que agiria de forma a manipular os trabalhadores. Por isso, aqui estamos discutindo esse papel como o de alguém que irá pensar conjuntamente com os trabalhadores, e não proporcionar algum tipo de “conscientização” desses.

2 Coutinho, M. C., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2017). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes. (no prelo)

uma contraofensiva do capital para retirar direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras no último século. Tal processo evidencia uma inversão, sendo agora a luta de classes conduzida do alto, para recuperar o “terreno perdido”, representado pelas conquistas e melhorias nas condições sociais obtidas pela classe trabalhadora.

Contudo, se é possível identificar um recrudescimento da ofensiva neoliberal de forma ampla no mundo ocidental, no Brasil, ela ganha proporções que eram difíceis de imaginar há alguns anos. O golpe contra o governo de Dilma Rousseff foi um primeiro passo para intensificar uma agenda de implantação de medidas, especialmente no plano legislativo, que atendem descaradamente aos interesses de grandes empresas, buscando aniquilar os (ainda incipientes) direitos laborais. As propostas que afetam diretamente os trabalhadores e trabalhadoras são as mais diversas, sendo as chamadas reformas previdenciária e trabalhista as principais. Algumas leis são discutidas e aprovadas pelo Congresso na calada da noite sem qualquer informação para a sociedade. As medidas propostas, que se multiplicam a cada dia, abarcam pontos como a terceirização irrestrita pelas empresas, redução de tempo de descanso para os trabalhadores, ampliação da jornada de trabalho, prevalência do negociado sobre o legislado, dentre outras. Tudo em nome da “modernização” da legislação do país, apelo de cunho ideológico, que oculta da população o fato de que o real objetivo é voltar ao passado, pois nossas leis trabalhistas, atacadas pelos político-empresários sob o argumento de serem ultrapassadas, foram na verdade conquistadas pelos trabalhadores para protegê-los minimamente, oferecendo-lhes garantias que, se fossem deixadas a cargo da “livre negociação”, dificilmente seriam obtidas.

O que se observa é que as propostas de mudanças constitucionais, leis e decretos, visam a um enfraquecimento ainda maior da classe trabalhadora com relação ao capital e ampliação dos privilégios desse. Ao contrário do que é propalado, muitas dessas mudanças propõem um retorno a situações vividas no país há mais de um século,

como, por exemplo, a redução dos critérios para a definição de “trabalho análogo à escravidão” ou o projeto apresentado pelo deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) – que não por acaso é membro da bancada ruralista do Congresso Nacional – de que o trabalhador rural pudesse receber “remuneração de qualquer espécie”, como habitação ou comida, em vez de salário (PL 6442/2016). Ainda que ele tenha reformulado o texto depois de alegar ter sido “mal compreendido”, esse tipo de proposta mostra claramente o descaramento que o capital vem adotando na imposição de uma legislação que, conforme afirmou o Procurador Geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, “revoga a Lei Áurea” (Nunes, 2017).

Ao mesmo tempo, observa-se que, em nome da “criação de empregos” (outro argumento falacioso que tenta dar maior palatabilidade para as mudanças), também são encaminhadas medidas que favorecem diretamente as grandes empresas, como generosos planos de refinanciamento de dívidas referentes a impostos não pagos, cujos valores excedem o total do “rombo” das contas públicas, apresentado para justificar a reforma da legislação previdenciária. Em geral, a quase a totalidade dos juros e multas é perdoada e o valor original parcelado em décadas, condição que não é oferecida a nenhum trabalhador endividado. Importante destacar é que muitas dessas empresas são os próprios bancos para quem o governo paga valores exorbitantes de juros pela dívida pública.

Cabe, então, indagar: por que a população afetada não se rebela? Etienne La Boétie (1577/1982) nos oferece uma pista para responder a essa questão. Ainda no século XVI, ele buscava descortinar os fundamentos do que denominou servidão voluntária e apontava alguns aspectos importantes para se compreender a sujeição da população aos tiranos que detinham o poder. Embora esse autor se refira ao período anterior ao liberalismo, seus argumentos se mantêm com uma surpreendente atualidade e podem ajudar a compreender o cenário que vivemos no Brasil atualmente. Um dos aspectos destacados por ele é o interesse da classe intermediária, que sonha em

ascender ao nível superior, em assumir o poder. Se analisamos o momento presente, tal argumento mostra-se ainda bastante atual, posto que a classe média tem se colocado abertamente a favor das medidas neoliberais, as quais, ainda que possam trazer impactos negativos também para os membros dessa classe, representam o aprofundamento da desigualdade social, portanto servem para diferenciá-los das camadas mais baixas da classe trabalhadora.

Já com relação àqueles que estão nos segmentos inferiores da sociedade, a aceitação da dominação, segundo esse autor, se dá por motivos diversos: “de bom grado o povo não acusa o tirano do mal que sofre, mas aqueles que o governam” (La Boétie, 1577/1982, p. 37). Em outras palavras, no nosso contexto, as pessoas parecem não compreender que o tirano maior a que estamos todos submetidos é o capital, o qual determina as ações dos governantes. Assim, presenciemos agora o discurso generalizado de que é a corrupção o mal maior do Brasil, quando, na verdade, essa não é a causa dos problemas, mas uma consequência do poder do capital sobre todos os níveis da sociedade, inclusive sobre a categoria dos políticos. A população acaba, assim, fazendo coro com os empresários e com os detentores do capital, que são de fato aqueles que decidem os rumos da economia e do país, enquanto grande parcela dos políticos é constituída apenas por representantes de seus interesses. Tal engano é sustentado em boa parte pela ação direta da grande mídia – constituída essencialmente por empresas privadas – que atua veiculando as notícias de forma parcial e com o firme propósito de convencer o povo de que as medidas amargas são necessárias para seu próprio bem. O caráter ideológico dessa atuação midiática encontra-se justamente na apresentação dos interesses da classe dominante como interesses universais, mas vai além, como explicita Bourdieu (1998): o que se busca de fato é o ofuscamento e a ocultação da existência de classes sociais antagônicas.

Contudo, apesar do discurso reproduzido incansavelmente de que todas as medidas que vêm sendo adotadas ou propostas representam

uma inevitável modernização da legislação e irão ampliar empregos, parece-nos que, por outro lado, o cinismo com que ocorrem possibilita evidenciar de forma ímpar quais são os verdadeiros interesses do capital e seu descaso com a classe trabalhadora. E essa pode ser uma “arma” para desmascarar a falácia do discurso ideológico veiculado e colocar às claras o conflito entre capital e trabalho.

Diante disso e considerando o propósito deste capítulo, cabe o questionamento sobre como nós, psicólogos, podemos agir. Quais são os compromissos que nos são requeridos no cenário atual? Quais estratégias devem guiar nossas ações? Discutiremos a seguir alguns elementos que podem nortear possíveis respostas a essas indagações, tomando em consideração o mundo do trabalho, ao qual estamos todos ligados.

### **Quais ações cabem ao psicólogo nesse contexto?**

Iniciamos este tópico lembrando dois dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo, que são bastante significativos com relação à realidade presente em que vivemos:

II - O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de **negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão**.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, **analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural** (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7, grifos nossos).

Levando em conta esses princípios e o cenário apresentado na primeira parte do capítulo, entendemos que um primeiro aspecto a ser considerado pelos psicólogos refere-se à busca por uma nova perspectiva analítica, posto que, como discutido, o momento atual impõe a necessidade de revermos e ultrapassarmos nossas reflexões relacionadas ao campo do trabalho. Como discute Praun (2016), as

mudanças no processo produtivo provocam mudanças na sociabilidade, no consumo, na legislação educacional, enfim, em todas as instâncias da vida social. Tal perspectiva coaduna-se com as ideias de Gramsci, para quem a estrutura produtiva e econômica não visa apenas à produção e à reprodução dos objetos materiais, mas, sobretudo, à produção e à reprodução das relações sociais (Coutinho, 2011).

Desse modo, ao assistirmos ao levante neoliberal e ao desmonte brutal dos direitos trabalhistas, previdenciários e democráticos, sabemos que as relações produtivas serão completamente redesenhadas, gerando repercussões em todas as dimensões da vida privada e coletiva. Portanto, algumas das principais tarefas que se colocam para os psicólogos são a elucidação e a denúncia desse processo.

Ao abordar esse tema na área da Psicologia, também não podemos deixar de citar Martín-Baró, que lutou para que, na América Latina, essa ciência assumisse um caráter político, considerando as características vividas pela população dessa região, e tomasse partido daqueles que estão na posição mais frágil. Nesse sentido, ressalta o seguinte:

Pressupõe-se que, ao tomar partido se abdica da objetividade científica, confundindo deste modo a parcialidade com a objetividade. Que um conhecimento seja parcial não quer dizer que seja subjetivo; a parcialidade pode ser consequência de interesses, mais ou menos conscientes, mas também pode ser uma opção ética. E enquanto todos nós estamos condicionados por nossos interesses de classe, que parcializam nosso conhecimento, nem todos nós realizamos uma opção ética consciente que assume uma parcialização coerente com os próprios valores. (Martín-Baró, 1986, p. 228)

O psicólogo, ao refletir sobre como a radical ofensiva neoliberal incide no aprofundamento das desigualdades sociais e na intensificação da exploração da classe trabalhadora, terá elementos para problematizar essas questões junto aos demais atores sociais com os quais trava contato no cotidiano, sejam esses outros profissionais que atuam nas políticas públicas, membros de entidades sindicais, órgãos

de classe, assim como os trabalhadores, de um modo geral. Tal ação traduz a função do intelectual orgânico, não no sentido de legitimar as propostas, mas de fazer frente e resistência às ações dos dominadores. Como bem aponta W. Benjamin (1940/1994), esse papel é vital, pois significa resgatar as centelhas da esperança e lembrar que ninguém está a salvo se o inimigo vencer, sendo que “esse inimigo não tem cessado de vencer” (p. 225).

Há, ainda, que se estar atento também para um ponto, que certamente emerge nesse processo: a passividade e apatia de alguns ou vários desses atores sociais frente à realidade que está se construindo diante de nós e com a participação e sustentação de segmentos da própria sociedade civil, o que Martin-Baró (1986) refere como “fatalismo”. Essa apatia, bem como a passividade diante das reformas em curso, acaba por contribuir para que tais medidas sejam aprovadas. Desse modo, se não agimos para reduzir as diferenças sociais, acabamos contribuindo tacitamente para sua manutenção. O psicólogo pode e deve contribuir para ajudar a elucidar os mecanismos que sustentam essa postura fatalista em vastos segmentos da população. Nessa tarefa, novamente podemos partir das reflexões de Gramsci, por meio do conceito de hegemonia, que situa fundamentalmente uma posição de concordância dos dominados, indicando um tipo de aceitação da dominação, a qual, como salienta Secco (2006), é predominantemente consensual.

Todavia, há um aspecto fundamental, que não foi considerado por Gramsci. Para esse autor, a hegemonia é explícita, sendo que o dominado reconhece e consente sua submissão, e, por ser explícita, pode ser subvertida pelo intelectual orgânico (Burawoy, 2010). Já para Bourdieu (2012), tal submissão dos dominados não é consciente, mas fruto de uma violência simbólica, cuja raiz está na distribuição desigual de poder, embora em sua aparência remeta a uma condição meritória (Bourdieu, 2011). Ocorre, então, que o dominado não reconhece sua submissão enquanto tal, posto que a violência simbólica funda-se no recalque da dominação, de forma que a sub-

missão ao capitalismo é profunda e porta elementos inconscientes (Burawoy, 2010). O papel do intelectual para Bourdieu seria justamente desmascarar a violência exercida sobre a classe trabalhadora<sup>3</sup>. Sugerimos, assim, que um dos papéis do psicólogo, entendido como um agente de transformação social, é atuar no desvelamento dessa dominação simbólica, por meio da denúncia de seus efeitos sobre a sociedade e sobre os sujeitos.

Conforme apresentado na primeira parte deste capítulo, o cenário atual brasileiro é francamente desfavorável à classe que vive do trabalho e apresenta a manipulação da ideia de “crise” como uma das expressões mais contundentes da violência simbólica, de tal modo que os trabalhadores – desempregados ou ameaçados de perderem seus postos de trabalho – “negociam” com os capitalistas uma abdicação de seus direitos em favor de sua sobrevivência como se não houvesse outra condição possível. Mas, por outro lado, é justamente o descaramento das investidas do capital que oferece elementos que permitem a identificação da manipulação e da falsificação dos fatos e, portanto, o desvelamento da dominação. Segundo Brum (2017), a resistência nesse contexto ocorre na medida em que deixamos de “reagir por reflexo” e passamos a “reagir a partir da reflexão” e, nesse sentido, os psicólogos podem e devem agir no sentido de promover esse tipo de resistência, nos mais diversos âmbitos em que atuem.

Esse papel não é tão simples assim, posto que também o psicólogo encontra-se dentro da estrutura social e sob os mesmos mecanismos de ilusão e submissão, como aponta Pereira (2015). Por isso, Martin-Baró (2011), ao afirmar que um dos papéis da Psicologia é promover a libertação dos oprimidos, ressalta que ela própria deve submeter-se a um “processo de libertação”. Nesse sentido, “devemos

---

3 Bourdieu acreditava que esse papel deveria ser desempenhado pelos intelectuais, longe da classe trabalhadora, ao passo que para Gramsci esses atuariam em íntima ligação com os trabalhadores (Burawoy, 2010).

libertar a nós, psicólogos latino-americanos, de todas aquelas travas que nos impedem de colocar-nos a serviço dos povos oprimidos e oferecer o melhor de nossa capacidade científica para a transformação de nossas sociedades” (p. 214).

Portanto, é fundamental que esse agente problematize a todo o momento as questões que lhe são colocadas cotidianamente, seja pela mídia, pelos pares e pelo seu próprio fazer profissional, independentemente do tipo de atividade que exerça e de onde ela ocorra. Com isso, apontamos a necessidade de que o psicólogo possa empreender uma crítica reflexiva sobre a realidade histórica em que está inserido e também sobre suas práticas profissionais, as quais participam na constituição de subjetividades (Pulido-Martínez, 2015) e na construção da realidade social. Consideramos, então, que um desafio importante que se coloca para o psicólogo é rever suas práticas e manter-se atento para o fato de que essas não são neutras, mas sempre fundamentadas em um caráter político. Nesse sentido, deve orientar-se a partir da questão colocada por Paulo Freire: “A quem sirvo com minha ciência?” (Freire, 2006, p. 36).

No que tange às especificidades do mundo do trabalho, temos que outro papel do psicólogo é direcionar suas práticas para promover o fortalecimento dos trabalhadores e trabalhadoras, ao invés de contribuir para sua manutenção em relações de submissão e dominação. Para tanto, as intervenções junto a eles devem se dar na direção dos aspectos coletivos que perpassam os processos de trabalho, e não ficarem restritas apenas ao tradicional atendimento clínico individual dos sujeitos afetados nesse processo sem contextualizá-lo ou, o que pode ser ainda pior, atuar junto aos dominadores, colaborando com a manutenção do *status quo*. Com isso, queremos dizer que o psicólogo deve estar atento às condições e formas de trabalho às quais os trabalhadores e trabalhadoras estão submetidos, e como essas afetam a subjetividade, a saúde e a vida dessas pessoas (Pereira, 2017) antes de efetuar qualquer intervenção. Na maioria das vezes, as ações requeridas devem ser justamente sobre tais aspectos do trabalho, os

quais são potencialmente adoecedores e alienadores. Há que se considerar, ainda, a participação e o saber dos trabalhadores e trabalhadoras (Oddone, Marri, Briante, Chiattella, & Re, 1986), que devem ser sujeitos ativos nessa relação, e não meros objetos de intervenção pelos *experts*. Se esses aspectos não forem considerados, a atuação desse profissional poderá ter um viés psicologizante, no sentido de atribuir a causas individuais questões que possuem origem social, e contribuir para a culpabilização dos sujeitos em relação aos problemas dos quais eles são vítimas.

Entendemos, assim, que uma ação importante a ser empreendida pelos psicólogos é buscar aglutinar esforços com outros profissionais e com os trabalhadores e procurar parcerias com as instâncias responsáveis pelas ações coletivas no mundo do trabalho. Lembrando mais uma vez Martin-Baró (2011), isso deve ser feito “sem ingenuidades e falsos redencionismos” (p. 214), já que não somos os únicos responsáveis por resolver todos os problemas.

Nesse sentido, diversos projetos podem ser empreendidos conjuntamente com sindicatos, associações de trabalhadores, Ministério Público do Trabalho, Universidades, Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e outros agentes sociais que compartilhem a visão crítica sobre esse cenário. Podem ser promovidas ações diversas, desde eventos voltados para a discussão de problemáticas relacionadas ao trabalho, passando por estágios e práticas psicossociais, até a formação de coletivos para atuação organizada em direção a mudanças nos contextos de trabalho.

Por fim, há que se pensar também em maneiras de se contribuir com a formação dos futuros psicólogos, que agora estão cursando faculdades e universidades Brasil a fora, com o intuito de promover tais discussões, colocá-los em contato com a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras e evidenciar para eles que há inúmeras questões que atravessam e ultrapassam as pessoas que serão alvos de suas intervenções profissionais. Sobretudo, deve-se levá-los a compreender, como salienta Ramos (2012), que ideológico é acreditar

que outra realidade não é possível. Essa é a proposta deste capítulo e do evento do qual ele resulta.

## Referências

- Benjamin, W. (1994). Sobre o conceito da História. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 222-232). São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1940)
- Bernardo, M. H. (2009). *Discurso flexível, trabalho duro: o contraste entre a vivência de trabalhadores e o discurso de gestão empresarial*. São Paulo: Expressão Popular.
- Bernardo, M. H., Oliveira, F., Souza, H. A., & Sousa, C.C. (2017). Linhas paralelas: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 34(1), 15-24.
- Boltanski, L. & Chiapello, E. (1999) *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bourdieu, P. (2011). *A distinção*. Porto Alegre: Zouk.
- Bourdieu, P. (2012). *O poder simbólico* (F. Tomaz, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brum, E. (2017, 29 de maio). Cotidiano de exceção: como lutar pela democracia aprendendo sobre a tirania. *El País* (Brasil). Acesso em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/29/opinion/1496068623\\_644264.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/29/opinion/1496068623_644264.html)
- Burawoy, M. (2010). *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, DF: Autor.
- Coutinho, C. N. (2011). *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo.

- Engels, F. (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo. (Original publicado em 1845)
- Freire, P. (2006). Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In C. R. Brandão (Org.), *Pesquisa Participante* (pp. 34-41). São Paulo: Brasiliense.
- Gallino, L. (2012). *La lotta di classe dopo la lotta di classe*. Roma: Laterza.
- Gramsci, A. (1989). *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- La Boétie, E. (1982). *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1577)
- Laski, H. J. (1973). *O liberalismo europeu*. São Paulo: Mestre Jou. (Original publicado em 1936)
- Martín-Baró, I. (1986). *Hacia la psicología de la liberación*. San Salvador: UCA Editores.
- Martin-Baró, I. (2011). Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda (Orgs.), *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp.199-219). Campinas, SP: Alínea.
- Nunes, D. (2017, 05 de maio). PL do trabalho rural “revoga a Lei Áurea”, diz procurador. *Carta Capital (on line)*. Recuperado de: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pl-do-trabalho-rural-201crevoga-a-lei-aurea201d-diz-procurador>
- Oddone, I., Marri, G., Briante, S. G. G., Chiattela, M., & Re, A. (1986). *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Pereira, M. S. (2015). *As concepções sobre saúde do trabalhador, as práticas profissionais e o contexto de atuação dos psicólogos organizacionais*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pereira, M. S. (2017). Trabalho, vida e adoecimento: as múltiplas faces da violência contra trabalhadores. In C. A. Fernandes (Org.), *A violência na contemporaneidade, do simbólico ao letal* (pp. 85-111). São Paulo: Intermeios.

Praun, L. (2016). *Reestruturação produtiva, saúde e degradação do trabalho*. Campinas, SP: Papel Social.

Pulido-Martínez, H. C. (2015). Del empleo al post-empleo: O de la plasticidad de la psicología en la producción de la subjetividade laboral. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 15(3), 322-331.

Ramos, C. (2012). Tirando a venda dos espertos: reflexões sobre a formação de psicólogos em tempos de cinismo. In M. H. S. Patto (Org.), *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da psicologia* (pp. 153-172). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Secco, L. (2006). *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda.

# **Neoliberalismo e superexploração do trabalhador, reflexão prioritária para a psicologia social do trabalho**

Cássio Adriano Braz de Aquino

Dímitre Sampaio Moita

Ao longo das últimas três décadas do século XX, vimos constituir-se um cenário bastante nebuloso para o mundo do trabalho. Rápidas e profundas transformações confrontavam teóricos de diferentes disciplinas com a necessidade de delineamento dos desdobramentos do que se operava no âmbito laboral, desdobramentos, contudo, não restritos ao campo do trabalho, mas que traziam reverberações em diferentes contextos sociais.

A psicologia social do trabalho não passou incólume a esse desafio de compreender e antecipar as consequências dessas mudanças, cada vez mais aceleradas. Curiosamente, o que hoje se caracteriza por um processo de desfiliação (Castel, 1998) – que ameaça os desprovidos de uma remuneração regular em franco processo de exclusão e aqueles que, mesmo incluídos, são afetados pela precariedade e veem

ameaçadas suas condições laborais – nasceu das discussões sobre o fim do trabalho. Tais debates, engendrados pelas novas possibilidades que, na Europa, traziam à tona a perspectiva de liberação dos trabalhadores de uma atividade alienante, a potência da organização coletiva que possibilitava a participação dos trabalhadores nas decisões que lhes diziam respeito e, ainda, o uso da tecnologia em prol da redução da jornada de trabalho, são tomados contemporaneamente como promessas não cumpridas (Livszyc, 2003).

Em aproximadamente 40 anos, o que parecia a consolidação das bases de um cenário profundamente favorável ao trabalhador tem se configurado num pesadelo do qual não terminamos de despertar. Como afirmam Garcia-Ramos, Diaz-Juarbe e Santiago-Estrada (2013), os efeitos das mudanças nesse cenário expandem-se para a subjetividade do trabalhador, para o sentido e significado do trabalho, além de promover profundas implicações psicossociais. Desvelar e enfrentar tais evidências se torna o principal desafio a ser enfrentado pela psicologia.

Paralelamente ao que tem inspirado a reflexão dos psicólogos do trabalho que se filiam à via mais social da psicologia (Bendasolli, 2011), em meados dos anos 1970, era publicada no Brasil a obra *Dialética da dependência*, escrita por Ruy Mauro Marini, tendo como principal foco a discussão da categoria superexploração do trabalho e principal aporte a teoria da dependência descrita por Marx. Não é nosso intuito fazer uma discussão profunda dessa contribuição importante para o pensamento crítico latino-americano, mas usá-lo como referência para uma leitura mais contemporânea daquilo que vemos configurar-se como cotidiano de exploração da classe trabalhadora.

Em termos sucintos, a proposta de Marini era fazer uma análise da “condição subdesenvolvida (dependente) do capitalismo latino-americano” (Santana & Balanco, 2012). Para tanto, o autor lança mão dos mecanismos de exploração da classe trabalhadora apontados por Marx no livro I do *Capital*, tomando-os como forma

de enfatizar o uso de tais mecanismos por parte dos capitalistas latino-americanos, que visam a garantia de um nível considerável de lucratividade, o que permitiria, assim, a permanência na seara da concorrência num mundo cada vez mais globalizado (Nascimento, Dillenbourg, & Sobral, 2012).

Os mecanismos apontados por Marini (1973), e que serão tomados por nós nessa tentativa de entender os desafios que se apresentam à psicologia diante desse recrudescimento da exploração dos trabalhadores que estamos vivendo contemporaneamente, seriam: (i) a intensificação do trabalho; (ii) o prolongamento da jornada de trabalho; e (iii) a redução do salário abaixo do valor da força de trabalho. É importante ressaltar que, como já destacado anteriormente, não é nosso intuito fazer neste espaço a problematização do pensamento de Marini, mas utilizar os mecanismos que ele aborda como elementos de recorte para analisar o que tem sido cada vez mais evidenciado como formas de exploração dos trabalhadores.

Diante desse quadro acelerado de mudanças laborais e reconhecendo certo *delay* das disciplinas científicas em enfrentar o cenário que está se configurando em torno das transformações do trabalho, temos por desafio tentar antecipar consequências e ser mais preditivos ou, pelo menos, nos permitir ousar nas análises dos desdobramentos dos fenômenos que hoje ocorrem.

No Brasil, os dois últimos anos têm sido especialmente agressivos no que tange a condição de vida dos trabalhadores. Após um breve período de algumas conquistas e avanços – embora para nichos prioritariamente invisibilizados – nos quais foi possível perceber uma alteração favorável do quadro de trabalho, estamos hoje diante de um período de ataque direto às conquistas obtidas mais recentemente, que ocorre concomitantemente a uma série de propostas de enfrentamento aos ganhos já consolidados na esfera jurídica e que implicaram garantias e direitos aos trabalhadores. O que parecia colocar nosso país, ao longo dos primeiros anos do século XXI, na contramão da tendência global, principalmente diante das denomi-

nadas economias centrais ou do norte, para usar uma referência de Boaventura dos Santos (1988), tornou-se uma breve promessa de futuro promissor não realizado e com chances cada vez menores de realização, dado o contexto político e econômico que hoje experimentamos. Os avanços recentes mal se estabeleceram e já são hoje vistos como impedimentos para uma (re)tomada de crescimento econômico, que para ser ratificada necessita de mais sacrifício do trabalhador em nome da ordem do capital. Como destaca Krein (2014, p. 1):

Do ponto de vista dos direitos e/ou da regulação do trabalho, os principais avanços estão relacionados com a política de valorização do salário mínimo, a incorporação das domésticas no mesmo estatuto dos demais trabalhadores, a ampliação do seguro desemprego, a regulamentação do estágio e a criação de incentivos para assegurar a seguridade social aos autônomos, donas de casa e pescadores.

A despeito de algumas melhoras, os trabalhadores brasileiros ainda estão representados por contingentes significativos dos chamados “trabalhos atípicos” (Vasapollo, 2005), estabelecidos na condição de subempregos, empregos/trabalhos precários, intermitência, informalidade e até ilegalidade. Esses trabalhadores tendem à invisibilidade não só no âmbito econômico, mas também são preteridos nos estudos da psicologia organizacional e do trabalho como se essa disciplina só tivesse potencial de conhecimento nos territórios da formalidade e economias estáveis. O grande desafio que se nos revela é o da aproximação dessa realidade que muda rapidamente e não termina de se apresentar de forma clara para que pensemos estratégias de resistência e enfrentamento.

O espaço de produção do conhecimento da psicologia do trabalho hoje deve ser, prioritariamente, o da seara política. Isso não significa negar nossas ferramentas de trabalho, nossas bases epistemológicas e campos de aplicação já constituídos, mas fundamentalmente situá-los em outro território. Enquanto este texto é produzido, porém, o Projeto de Lei n. 6.787/2016, que, dentre outras propostas, prevê

que acordos coletivos e convenções de trabalho tenham força de lei, avança no Senado, após aprovação do relatório na primeira comissão – Assuntos Econômicos –, prevendo um ataque frontal aos tímidos avanços conquistados (Lei n. 6.787/2016).

Nesse contexto de pura ebulição, cabe-nos trazer à tona a obra de Marini e, como recurso para enfrentar a crise econômica globalmente estabelecida, atualizá-la diante das evidências que repousam na (super)exploração dos trabalhadores. Ratificamos o propósito de tomá-la como ferramenta de reflexão, antes do que promover uma discussão profunda de seu valor epistêmico para a economia política.

Inicialmente, gostaríamos de refletir a partir das questões relativas a jornadas de trabalho e da intensificação do trabalho para posteriormente lançarmos algumas luzes sobre a questão de diminuição do preço da força de trabalho abaixo do seu valor. Tal como pontuam Nascimento et al. (2012), é importante ressaltar que essas são estratégias utilizadas por qualquer economia capitalista, não sendo privilégio das economias latino-americanas, assim como enfatiza Marini, mas podem ser tomadas como um recurso privilegiado por essas últimas, numa tentativa de compensar perdas de mais-valia para as economias mais avançadas, principalmente num cenário de competição global, como o que vivemos. Apesar de a obra de Marini ter mais de 40 anos, ela se adéqua como uma crítica à realidade contemporânea brasileira, na qual a aliança da política e da economia, seguindo o receituário neoliberal, tem permitido a ampliação das formas de exploração dos trabalhadores.

Os dois primeiros mecanismos nos interessam de perto porque compõem nosso espectro de estudo sobre a reverberação da temporalidade laboral como instrumento de análise das transformações do mundo do trabalho. O recurso do tempo como elemento de análise das mudanças da ordem social, com especial destaque do trabalho, é o que investigamos desde princípios dos anos 2000, no Núcleo de Psicologia do Trabalho da Universidade Federal do Ceará, onde atuamos.

Jornadas laborais e intensificação do trabalho são mecanismos que podem ser muito bem compreendidos quando vinculados à questão temporal, ademais de revelar-se como estratégia de controle e vigilância dos trabalhadores e fundamentalmente de exploração da sua força de trabalho.

Até os anos 1970, a jornada de trabalho era um instrumento de negociação do tempo. Dois conjuntos de fatores permitiam essa caracterização: as ideias geradas no seio do Estado de bem-estar, vinculadas às garantias e direitos sociais, e a abundância obtida com o aumento da produtividade por meio dos recursos tecnológicos.

O paradigma das oito horas diárias nos países desenvolvidos foi o parâmetro utilizado na definição da jornada laboral “universal” e constituiu a referência de organização produtiva das empresas. A transformação operada na organização do trabalho e as frequentes crises econômicas mudaram esse perfil estratégico da jornada laboral. Não desapareceram os fins anteriores – recuperação fisiológica e distribuição do tempo com outras atividades sociais –, mas se impôs de forma mais destacada sua dimensão mais política por meio do caráter manipulatório do capital sobre o tempo.

O papel mais político da jornada segue redimensionando a temporalidade vinculada ao trabalho, porém a ideia de uma duração fixa e estável como modelo de organização das atividades laborais parece perder força. Até mesmo a noção de unificação da duração das jornadas como ação global, ou pelo menos entre os países com níveis semelhantes de desenvolvimento, parece não ser algo mais viável. Em alguns países (Suécia, Dinamarca e Holanda, por exemplo) segue-se a tendência à redução da jornada laboral, mas em outros (Estados Unidos da América, Inglaterra e Nova Zelândia, para citar alguns deles) essa parece haver alcançado limites, com um novo ciclo de crescimento da jornada de trabalho. Bosch (1999) atribui o aumento da jornada ao fenômeno de acentuação das desigualdades de renda e à adoção de medidas que têm levado à desregulamentação do mercado laboral.

Nos países em desenvolvimento, a própria evidência da diminuição do setor estruturado da economia ante o crescimento da informalidade conduz à constatação do aumento da jornada. Na América Latina, por exemplo, o crescimento das microempresas e dos trabalhadores autônomos justifica o aumento da duração do trabalho, já que tradicionalmente as longas jornadas sempre foram a marca da temporalidade nesses setores da economia.

É difícil tentar estabelecer um padrão de compreensão das mudanças da jornada laboral no mundo. Entretanto, dois fatores parecem estar na base dessa transformação: a desregulamentação do mercado laboral, por meio de vulnerabilização dos direitos trabalhistas, e a alteração da noção da espaço-temporalidade que marcou o período industrial e vem sendo substituída por “desterritorialização” e “destemporalização”.

Com relação ao primeiro fator, está clara a pressão do capital, exigindo a adaptação à nova ordem produtiva, promovendo redução e expansão em função dos seus interesses. Com relação ao segundo fator, a superação da necessidade de sincronizar o processo produtivo e o tempo dos trabalhadores aliada à crescente utilização dos recursos tecnológicos de informação que remetem a uma virtualização do espaço de trabalho alteram a tradicional compreensão mecânica e concreta do tempo e do espaço.

É importante ressaltar que vínculos pautados numa dimensão diferenciada de tempo, tais como jornadas parciais e contratos por tempo determinado, são reconhecidos como novos modelos de organização do tempo de trabalho que vêm se estabelecendo, até mesmo como única (e precária) forma de inserção de determinados contingentes de trabalhadores, nos quais ganham destaque, por exemplo, os jovens. A ideia que emerge é que tais modos de organização do tempo de trabalho surgem da necessidade de flexibilização laboral e que, se num determinado momento da sociedade salarial eram tidos como exceção, passam a ser legalmente reconhecidos como formas frequentes de vínculos de trabalho. O que durante

muito tempo vigorou à margem da legislação, agora se encontra cada vez mais embasado por força da lei. É essa realidade que vivemos hoje no Brasil.

Ambas as estratégias operam um corte na temporalidade atrelada ao trabalho. O tempo parcial, como o próprio qualificativo denota, transforma a atividade laboral numa atividade “não completa”, impondo uma perda do domínio temporal do trabalho numa escala que pode ser atribuída ao critério diário, semanal ou anual. Tal concepção, segundo alguns teóricos dos tempos sociais – Sue (1995), Pronovost (1996), Gasparini (1990) –, afeta a noção de centralidade do trabalho e a perspectiva do seu caráter de prevalência como elemento organizador da ordem social.

O contrato por tempo determinado, por seu turno, atribui à atividade laboral um caráter de efemeridade, tendo impacto sobre o horizonte temporal. Está claro que, dada a complexidade dos vínculos e das condições de negociação da força de trabalho, há exceções entre atividades e contextos de emprego, mas é impossível não reconhecer que existe uma tendência generalizada de impor o critério da precariedade a esses modelos de vínculo laboral pautados no redimensionamento das jornadas.

Os efeitos do deterioro gerado pelos vínculos parciais e temporais são muitos, assim como a ampliação de jornadas derivadas de contratos e vínculos cada vez mais débeis ou flexíveis.

A ideia do tempo também tem reverberações sobre outro mecanismo proposto por Marini, a saber, a intensificação. Castillo (2001), discorrendo sobre a condição de trabalho, recorda uma famosa citação do ergonômista francês Alain Wisner, da qual se pode extrair o princípio básico da compreensão da intensificação do trabalho: “Se pode estar mais cansado com uma hora de trabalho intenso, que por quatro de trabalho relaxado”. A intensificação é resultado tanto da eliminação dos chamados “tempos mortos”, como do acúmulo de atividades antes distribuídas entre distintos trabalhadores que passam a ser executadas por um número reduzido desses. Tal como

apregoava Marx (1984), a intensificação é percebida como uma compressão da massa de trabalho executada numa dada dimensão de tempo. Para que isso se efetive “em determinado tempo de trabalho se materializa uma quantidade de trabalho maior do que na jornada de intensidade normal” (Araújo, 2015, p. 592).

As consequências mais notórias dessa intensificação para o trabalhador seriam a debilitação das condições de saúde e um desgaste crescente da sua capacidade produtiva que atua como uma rápida “depreciação”, tornando-o pouco atrativo ao sistema produtivo, quando não, prematuramente descartável. Percebe-se que a intensificação atua como um mecanismo de aumento da produtividade. Araújo (2015) destaca isso:

Como método de incremento da taxa de mais-valia a intensificação do trabalho opera de forma semelhante ao aumento da produtividade, isto é, permite o encurtamento do tempo de trabalho necessário e, em consequência, a ampliação do tempo de mais-trabalho. A semelhança entre os dois métodos no tocante à forma como promovem o aumento do grau de exploração do trabalho é claramente apontada por Marx. (p. 593)

Tanto a dimensão das jornadas como a intensificação do trabalho integram aspectos da temporalidade em seu intento de aumentar a produtividade. Em conjunto, esses mecanismos acentuam a exploração dos trabalhadores e afetam negativamente o valor da força de trabalho. As consequências dessa estratégia, como bem apontam Santana e Balanco (2012), são um considerável aumento do desgaste físico e mental do trabalhador, desgaste esse – até mesmo sob a visão econômica – não compensado pela questão salarial e que, segundo esses autores, viola a lei “do valor da força de trabalho e a reprodução atrofiada da mesma” (Santana & Balanco, 2012, p. 5). O efeito sobre a vida útil, e por extensão a vida total do trabalhador que se encontra sob essa forma de exploração, é também uma apropriação temporal no presente do futuro daqueles que trabalham. Dito de outra maneira, a vida futura das pessoas é consumida antecipadamente

pelas formas de exploração engendradas pela organização produtiva do capitalismo contemporâneo.

A articulação desses mecanismos – jornada, intensificação do trabalho e salários – promove o desgaste do sujeito trabalhador e traz à tona o conceito de superexploração, que apropriaremos aqui como tentativa do esgotamento da própria condição humana em nome dos interesses do capital, pondo destaque ao que o próprio Marini (1973) define como mecanismo de remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor real.

Marini (1973) explica isso de forma clara:

A superexploração se define ... pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere abaixo de seu valor real. (pp. 92-93)

É possível inferir, a partir dessa articulação dos mecanismos anteriormente abordados, que a precarização atua como elemento privilegiado de compreensão e problematização da superexploração. Curiosamente, quando essa precarização assume caráter legal, tem-se que no processo de enfrentamento da crise capitalista a incidência sobre os trabalhadores, mediada pela interferência do Estado, coloca-os cada vez mais vulneráveis aos desígnios do mercado e das decisões econômicas. Ante o quadro de isolamento, individualismo e competição defendido pelo ideário neoliberal, o esgotamento e a obsolescência parecem ser o destino que os aguarda.

## **A (super)exploração, a reforma trabalhista brasileira e a resistência**

Quando ao interesse das corporações se alia a figura do Estado, vemos configurar-se o cenário de um golpe de Estado em termos laborais. Se durante parte da sociedade salarial, em um contexto de Estado de bem-estar, o Estado atuou como mediador dos interesses

divergentes do capital e do trabalho, com a ascensão do neoliberalismo vemos surgir a noção de um Estado mínimo (mais que mínimo, com interesses flutuantes e tendendo ao capital) cada vez mais ausente de um perfil social.

A situação iniciada em 2016 no Brasil, a partir do impedimento da presidente eleita Dilma Rousseff, representa claramente o anseio dos governos neoliberais que visam a ratificar o poder dos empresários em detrimento dos convênios coletivos viabilizados pela destruição dos direitos trabalhistas. A denominada reforma trabalhista brasileira constitui um ataque sem precedentes aos direitos dos trabalhadores, reforça os mecanismos de (super)exploração que tratamos nesse texto e revela as reais condições de enfrentamento que vigoram no contexto do nosso país.

A exemplo dos projetos de reformas laborais mais recentes de alguns países centrais (Espanha, 2014; França, 2016), a reforma brasileira centra-se na concepção de que os problemas relativos ao mercado de trabalho e, por consequência, da condição do trabalho resultam da excessiva rigidez da legislação laboral, atribuindo pouca ou nenhuma implicação do modelo produtivo (Benach, Tarafa, & Recio, 2014). Dito de outra forma, é preciso diminuir a proteção que na concepção dos nossos legisladores é sempre favorável ao trabalhador. A reforma se volta sempre a uma interpretação equivocada da situação laboral que culpabiliza o direito dos trabalhadores e insiste em concentrar o poder das decisões nos empresários.

A relação dos baixos salários com as novas estratégias de vínculo laboral – pautados em diferentes modalidades de jornada e distintos modos de intensificação do trabalho – ademais de ressaltarem mecanismos de exploração aqui abordados, levam à banalização de formas de trabalho cada vez mais precárias, na quais os ingressos praticamente garantem apenas a sobrevivência desses sujeitos.

O momento das reformas no nosso país ratifica, ainda, um modelo excludente e de agravamento das condições precárias, no qual contingentes já debilitados são as maiores vítimas – embora, infe-

lizmente, a intenção seja a expansão desse contingente – das consequências advindas das mudanças no estatuto do trabalhador, que passam a ver legalizadas suas condições débeis de vínculos. Cañada (2014), discutindo a reforma laboral espanhola, destaca que “... la reforma laboral no es ‘una mera acción técnica’, sino un laboratorio para disciplinar la clase obrera, un instrumento de poder empresarial que busca ‘generalizar una nueva clase asalariada precaria’” (p. 18).

Alterar essa situação não será uma tarefa fácil, mas é necessária. É preciso pensar em formas de resistência. Como, diante desse contexto, implicar a psicologia social do trabalho? Mais que conclusões, encerramos esse texto com reflexões.

É impossível, diante desse quadro de enfrentamento claro do capital e do trabalho, negar-se a assumir uma postura política. É fundamental assumir que a crise do trabalho, tal como a vivemos, é uma crise da democracia, como já afirmava Rosas (2012). A resistência e o enfrentamento não podem se dar de forma isolada, para isso é necessário resgatar o sentido coletivo do trabalho, algo que foi fragilizado pelo modelo neoliberal. É preciso criar novas formas de unidade.

Esse esforço só é possível se deslocarmos o foco da psicologia social do trabalho para uma teorização mais ampla que aprofunde os problemas relativos ao mundo do trabalho nos diversos contextos específicos nos quais atua (Andrade, 2013).

O enfrentamento carece da decisão em priorizar políticas sociais e de trabalho antes das políticas econômicas básicas. O grande desafio é colocar a psicologia a serviço de compreender a experiência subjetiva do trabalho, tal como apontam Serrano, Moreno e Crespo (2001), e viabilizar a percepção de uma dimensão mais social, na qual a utilidade prevaleça sobre a noção de troca e por meio da qual se possa entender o significado de trabalho em termos de cidadania social.

Estamos na iminência de uma hegemonização da precarização e os efeitos dela derivados implicam na ausência de qualquer projeto de futuro para os trabalhadores. A simples imagem de uma classe trabalhadora sem projeto de vida seria o mais nefasto dos cenários de-

rivados da superexploração que hoje vivemos. Refletindo a partir da teoria dos tempos sociais, pensar a ausência de expectativas futuras é fazer repousar na barbárie do presente o projeto de uma sociedade em construção. Precisamos nos opor a isso.

## Referências

- Andrade, V. (2013). Creando subjetividades laborales: implicaciones del discurso psicológico en el mundo del trabajo y las organizaciones. *Psicología & Sociedade*, 25(1), 185-192.
- Araújo, E. S. (2015). Os mecanismos da superexploração da força de trabalho. *Revista de Políticas Públicas*, 19(2), 587-598. doi: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v19n2p587-598>
- Benach, J., Tarafa, G., & Recio, A. (Eds.). (2014). *Sin trabajo, sin derechos, sin miedo*. Barcelona: Icaria.
- Bendassolli, P. F. (2011). Crítica às apropriações psicológicas do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 75-84.
- Bosch, G. (1999). Tendencias y nuevos aspectos de la duración del trabajo. *Revista Internacional del Trabajo*, 118(2), 147-167.
- Cañada, M. (2014). La dignidad vence el miedo. In J. Benach, G. Tarafa, & A. Recio (Eds.), *Sin trabajo, sin derechos, sin miedo* (pp. 15-23). Barcelona: Icaria.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Castillo, J. J. (2001). Intensificación del trabajo: doce puñaladas. *Revista de salud laboral de CCOO*, 12.
- García-Ramos, T., Díaz-Juarbe, R. O., & Santiago-Estrada, S. (2013). Historicidad crítica de la psicología industrial/organizacional: hacia una nueva psicología del trabajo y las organizaciones. *Psicología desde el Caribe*, 30(1), 146-176.
- Gasparini, G. (1990) *Tempo, cultura e società*. Milano: Angeli.
- Krein, J. D. (2014). Formalização e flexibilização: avanços e retrocessos no mundo do trabalho. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, 441. Recuperado de [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5451&secao=441](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5451&secao=441)

Livszyk, P. (2003). Crisis en el mundo del trabajo. *Ciencias Sociales*, 52, 17-32.

Marini, M. (1973). *Dialética da dependência*. México: Era.

Marx, K. (1984). *O capital: crítica da economia política* (Volume 1, tomo 2). São Paulo: Abril Cultural.

Nascimento, C. A., Dillenburg, F. F., & Sobral, F. M. (2012). Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini. In Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Org.), *XVII Encontro Nacional de Economia Política* (pp. 1-25). Porto Alegre: URGs. Recuperado de [http://www.vies.ufc.br/wa\\_files/Explora\\_C3\\_A7\\_C3\\_A3o\\_20e\\_20Superexplora\\_C3\\_A7\\_C3\\_A3o\\_20da\\_20for\\_C3\\_A7a\\_20de\\_20trabalho\\_20em\\_20Marx\\_2.pdf](http://www.vies.ufc.br/wa_files/Explora_C3_A7_C3_A3o_20e_20Superexplora_C3_A7_C3_A3o_20da_20for_C3_A7a_20de_20trabalho_20em_20Marx_2.pdf)

*Projeto de Lei 6.787*, 23 de dezembro de 2016. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília (DF): Congresso Nacional.

Pronovost, G. (1996) *Sociologie du temps*. Bruxelles: De Boeck Université.

Rosas, J. C. (2012). *O caminho da regressão*. Recuperado de <https://viverramalde.wordpress.com/2012/04/18/o-caminho-da-regressao>

Santana, P. M. & Balanco, P. (2012). Superexploração do trabalho, dependência e (sub) desenvolvimento capitalista: elementos para um debate quase esquecido. In Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Org.), *Encontro Nacional de Economia - ANPEC*. Porto de Galinhas: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Recuperado de [https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files\\_1/i1-55823cf6f0ae6e03037d329353cc4a6f.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_1/i1-55823cf6f0ae6e03037d329353cc4a6f.pdf)

Santos, B. S. (1988). *Um discurso sobre as ciências*. Porto (PT): Afrontamento.

Serrano, A., Moreno, F., & Crespo, E. (2001). La experiencia subjetiva del trabajo en una sociedad en transformación. In E. A. Tomás & A. O. Bernal (Coords), *Trabajo, individuo y sociedad: perspectivas psicosociológicas sobre el futuro del trabajo* (pp. 49-63). Madrid: Ediciones Pirámide.

Sue, R. (1995). *Temps et ordre social*. Paris: PUF.

Vasapollo, L. (2005). *O trabalho atípico e precariedade*. São Paulo: Expresso Popular.

# Sonho, história, loucura? Economia Solidária: um movimento de resistência no mundo do trabalho

Cris Fernández Andrada

Egeu Gómez Esteves

*Provar que a gente é capaz de ter o controle de todo o processo de produção. Os trabalhadores organizados em Economia Solidária, de forma coletiva. Isso é mexer na estrutura da sociedade. Isso é você de fato construir algo que o capitalismo não te tira, nenhum outro sistema te tira. É importante pra gente, é importante pro mundo ... Tu pode acreditar que o mundo pode mudar, não nas belas palavras, mas porque está mudando aqui, e porque também ele está mudando numa dimensão maior. Tu consegue derrubar aqueles mitos e provar que a sociedade só é desse jeito porque tem ganância, porque tem alguém que está ganhando sobre a exploração do outro. (Nelsa Nespolo, Cooperativa Univens/Justa Trama)(Andrada, 2013, p. 201)<sup>1</sup>*

---

1

As falas foram extraídas da tese de Cris Andrada (2013), salvo exceções indicadas.

Precisamos de uma psicologia social capaz de respeitar as capacidades coletivas expressas em saberes, práticas e ações organizativas, com a disposição e a competência de entrar na luta para as utopias, capaz de compreender as redes solidárias, a autogestão e a solidariedade. (Spink, 2008, p. 90-91)

## **Luta, organização e resistência nos escombros do capitalismo<sup>2</sup>**

A Economia Solidária brasileira surgiu num momento de profunda crise econômica e social, a crise do emprego dos anos 1980 e 1990 (Pochmann, 2001; Singer, 2002). Emergiu dos escombros do mundo do trabalho, das ruínas de uma das crises sistêmicas do capitalismo, como um movimento de resistência de trabalhadores/as por ela atingidos, amparados por instituições e movimentos sociais importantes, como setores da Igreja (movimento eclesial de base), sindicatos de trabalhadores e universidades (Souza, 2011).

Até então, as lutas operárias haviam sido capazes de conquistar direitos fundamentais para os trabalhadores assalariados, dadas a expansão da hegemonia do capitalismo e a conseqüente inevitabilidade do assalariamento. Por meio da organização sindical ao longo do século XX, conseguiram que o Estado regulasse e intermediasse a relação capital-trabalho, mais precisamente a exploração da força de trabalho: limitação da jornada, salário-mínimo, além de garantias de seguridade social (Singer, 2002). Embora importantes, essas conquistas enfraqueceram as críticas à alienação e ao desenraizamento que o

---

2 Nos últimos 20 anos, envolvemo-nos com a Economia Solidária da graduação ao pós-doutorado, sempre a partir da psicologia social do trabalho. Nesses trabalhos, contamos com a estimulante orientação de Leny Sato (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo) e, no pós-doutorado, de Egeu Esteves, com a supervisão de Peter Spink (Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas). Esses estudos representam as principais fontes das reflexões deste texto e serão de grande valia frente ao desafio de escrevê-lo. Primeiro porque se tratou de pesquisas com forte ênfase na experiência empírica, ou seja, possibilitaram viver o campo de perto, ao longo desses anos. Segundo, porque permitiram alcançar sínteses surgidas de questões autóctones a ele, que em parte apresentaremos aqui.

trabalho assalariado inflige ao trabalhador nas organizações capitalistas cujos efeitos à saúde e à subjetividade são especialmente danosas: “Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e a sua ampliação” (Singer, 2002, p. 109).

Sylvia Leser de Mello (2005), referência importante do encontro entre a psicologia social e a Economia Solidária, analisa a crise da sociedade salarial e o empenho dos trabalhadores em resistir a ela:

Seria injusto esperar que, mais uma vez, aqueles trabalhadores que não possuem nada tenham que encontrar sozinhos e com os seus próprios recursos econômicos, físicos e psicológicos, a disposição e a força necessárias para lutar num espaço dominado pelo ‘mercado’, que só os reconhece ou como ‘carne de trabalho’<sup>3</sup> ou como consumidores. Mas, paradoxalmente, e para nossa surpresa, eles o fazem, desenvolvendo táticas e até mesmo estratégias de inserção que permitiram que resistissem às mais extremadas formas de opressão econômica, social e cultural. (p. 48-49)

Com efeito, com a crise dos anos 1990, agravada pela globalização neoliberal, ocorreu o ressurgimento, ou melhor, a reinvenção de relações autogeridas, coletivas e democráticas de trabalho, inicialmente como reação ao desemprego e não apenas no Brasil (Santos, 2002). Reinvenção porque, embora tenha conexões com o socialismo utópico e com a escola associativista do século XIX (como a posse coletiva e o controle dos meios de produção por parte dos trabalhadores), as experiências contemporâneas deram especial ênfase à igualdade e à participação democrática nos processos de gestão e organização do trabalho: “O programa da Economia Solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (Singer, 2002, p. 112).

---

3

A expressão é de Simone Weil (Mello, 2005, p. 49).

Portanto, por consistir em outro modo de trabalhar, produzir, obter crédito e comercializar, a Economia Solidária é, em suas origens, princípios e bases, uma ética e uma prática francamente anticapitalista<sup>4</sup>; um movimento social de resistência ao capitalismo tramado nas fendas do sistema, por trabalhadores dele excluídos ou em franca recusa às mazelas do assalariamento, com vistas a superá-lo: “A Economia Solidária só existe porque existe o capitalismo. O capitalismo é tão injusto que privatiza os meios de produção desde o início. Por isso há e sempre houve um movimento de resistência”<sup>5</sup>. Ou, como nos disse uma trabalhadora do movimento:

*O que a gente não quer, de jeito nenhum, é repetir o que está aí [trabalho precário]... Se não for pra ser melhor que o capitalismo não vale a pena. Não digo no começo de uma cooperativa, que tu está te estruturando. Ali você tem que dar tudo, te sacrificar mesmo. Mas depois tem que ser melhor... Melhor pra saúde, pras condições de trabalho, de vida de cada um.* (Idalina Boni, Fio Nobre/Justa Trama) (Andrada, 2013, p. 23)

---

4 Pode-se dizer, em suma, que se trata de experiências de trabalho e de vida social diversas que comungam de uma racionalidade comum, pautada não apenas por princípios econômicos, mas também por valores e preocupações de ordem social, política e comunitária. Na Carta de Princípios, aprovada na III Plenária Nacional da Economia Solidária, em 2003, lê-se que: “Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência: a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade” (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2013, p.2).

5 Fala em mesa-redonda no II Encontro Nacional de Pesquisa sobre Economia Solidária da Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária. Singer, P., Mello, S. L., Leite, M. P. Leite, & Silva, M. L. C. (2012). *A Economia Solidária em construção e análise* [Mesa]. In Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (Org.). *II ENPES*. São Paulo: ABPES.

## **Economia solidária: composição original de lutas antigas**

Com efeito, as reuniões isoladas de trabalhadores/as em experiências de autogestão paulatinamente foram ganhando adesões importantes que, por sua vez, alimentaram os ânimos do movimento para pleitear mais voz e direitos em arenas políticas cada vez mais largas<sup>6</sup>. Esse desenvolvimento em espiral sintetiza como se deu o adensamento político e institucional da Economia Solidária nos últimos 20 anos no Brasil. E deveu-se, ao menos em parte, à ampliação da agenda de reivindicações dos novos movimentos sociais – da luta pela democracia e da defesa dos direitos humanos à luta pelos direitos civis, políticos e sociais na era pós-democratização e pós-constituente de 1988 (Chauí, 2003; Souza, 2011).

Resgatar esse processo é relevante porque ajuda a caracterizar a Economia Solidária como um movimento de segundo grau, posto que ela atrai, põe em rede e aglutina trabalhadores/as de outros movimentos sociais, com reivindicações e processos organizativos próprios: trabalhadores assentados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores, ribeirinhos, agricultores familiares, trabalhadores de fábricas recuperadas, catadores de resíduos urbanos, artesãs, artistas de rua, usuários de serviços de saúde mental, membros de comunidades tradicionais encontraram-se e, de alguma forma, amalgamaram suas lutas na Economia Solidária. E nesse mosaico espelham a diversidade do mundo do trabalho e da classe trabalhadora em suas múltiplas dimensões. Como disse Paul Singer: “Hoje nós nos tornamos complexos: temos conosco indígenas, quilombolas, quebradeiras de cocos e uma infinidade de pessoas

---

6 Em 2003, instituíram-se a Senaes, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A Senaes significou a conquista de um lugar no poder público nacional com vistas à proposição de políticas públicas para o setor. Já o FBES representou o engajamento articulado do movimento em um fórum público diverso e capilarizado.

com quem caminhamos juntos.”<sup>7</sup> Ou, segundo Boaventura de Sousa Santos (2002):

De par com a globalização neoliberal, e em grande medida por reação a ela, está emergindo uma outra globalização, constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes campos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição ambiental e da biodiversidade, o desemprego, a contra-reforma agrária ... Contra a marginalização e a exploração selvagem existem, hoje, muitos movimentos e experiências em que as classes populares formulam alternativas à produção e distribuição capitalistas. (p. 13)

No tocante à Economia Solidária, essas alianças aconteceram, em parte, porque ela oferece instrumentos e marcos importantes para a organização do trabalho, da produção, do crédito e da distribuição coletivos que fortalecem as lutas de trabalhadores/as em diversos contextos e realidades. Além disso, promove eventos políticos e econômicos aglutinadores, como as reuniões dos fóruns de Economia Solidária e as feiras de comercialização, que representam espaços fecundos para trocas materiais e simbólicas entre representantes de diferentes movimentos que mantêm a identidade original, ao passo que conformam outra, comum àqueles que vivem sob a égide de relações de trabalho solidárias.

A reunião de lutas convergentes possibilitada pela Economia Solidária, por sua vez, permitiu a elaboração de propostas para a regulação do trabalho associado em bases coerentes com a autonomia que caracteriza seus coletivos. Uma vez reunidas as pautas, o movimento pôde exercer a pressão social necessária para que essas propostas

---

7 Cunha, L. (2011). *Secretaria Nacional de Economia Solidária completa 8 anos*. Recuperado de <http://fbes.org.br/2011/06/28/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-completa-oito-anos/>.

de regulação se tornassem portarias, leis ou ações governamentais, como ocorreu com a criação, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da figura do contribuinte “trabalhador associado” (Instrução Normativa INSS/DC nº 89/2003), com a aprovação da lei específica das Cooperativas de Trabalho (Lei nº 12.690/2012) ou com os programas governamentais que dão preferência nas compras públicas às associações e cooperativas de agricultores familiares e de catadores de resíduos sólidos urbanos. Essas ações políticas justificam a necessidade histórica do movimento social da Economia Solidária e ilustram como seus trabalhadores se somam à luta geral pelo direito ao trabalho coletivo digno, regulado e com direitos sociais, ou seja, em posição de resistência ao avanço do neoliberalismo.

### **Sobre fragilidades e ambiguidades: campo diverso e multifacetado**

No entanto, como em qualquer movimento social de resistência, suas práticas correm num terreno irregular, acidentado e muito tenso, cravejado de disputas ideológicas e políticas. Logo, é fácil identificar toda sorte de ambiguidades e contradições, nem sempre suas fontes e centros de poder. Esse panorama impõe severos desafios aos pesquisadores que, não raro, incorrem em imprecisões no trato com a Economia Solidária e seus sujeitos (Cruz, 2010; Gaiger, 2014; Souza, 2011). A seguir, destacamos três delas.

Uma imprecisão é quanto à **informalidade**. É certo que há muitos coletivos de trabalho informais na Economia Solidária. Muitas vezes são agrupamentos transitórios, formados por trabalhadores/as que se unem para realizar um evento, como uma feira ou um festival, e assim experimentarem, por um período, relações de trabalho democráticas para depois decidirem se vão ou não formalizar suas práticas. Outras vezes, coletivos de trabalho solidário emergem no seio de atividades informais preexistentes em meio a relações de trabalho familiares ou comunitárias. Um olhar desatento pode entender a Economia Solidária como um campo de relações de

trabalho informais e precárias em si, quando o que se passa, muitas vezes, é o contrário: representa a busca por formas organizativas que possibilitem a conquista do direito ao trabalho coletivo digno e regulado.

Outra confusão corrente é com relação ao empreendedorismo. Contudo, a ética e o discurso empreendedor são a antítese da ética e do discurso solidário – enquanto os primeiros propalam a força do indivíduo e estimulam a competição, os segundos baseiam-se na força da coletividade e incentivam a cooperação; enquanto os primeiros pretendem o lucro e a acumulação, os segundos estimulam a participação e a distribuição parêla dos resultados aos trabalhadores. A Economia Solidária “... é um projeto de organização socioeconômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*” (Oliveira, 2008, p. 9).

Por fim, a imprecisão mais frequente: a tomada do cooperativismo como sinônimo de Economia Solidária. Ainda que cerca de 10% de seus empreendimentos sejam cooperativas (Sistema de Informações da Economia Solidária [Senaes], 2013), não se pode reduzir um movimento social a uma de suas formas organizativas. Nesse reducionismo, abdica-se de boa parte das dimensões histórica e política que forjaram o campo e que tratam da dinâmica da luta de classes que caracteriza o mundo do trabalho contemporâneo. Essa imprecisão desconsidera algo patente para os trabalhadores/as da Economia Solidária: a necessidade de diferenciar as cooperativas autênticas, que praticam autogestão, das fraudulentas, que se utilizam da figura jurídica da cooperativa para formalizar ilegalidades. São exemplos as “cooperativas corporativas” (que ocultam poderosos cartéis em vários setores econômicos) e as “coopergatos” (que disfarçam empresas de intermediação e exploração de mão de obra). Como bem resume e alerta Peter Spink (2008, p. 89): “Cooperativismo é muito mais cooperativismos.”

Porém, ainda que se tome como universo apenas o conjunto de empreendimentos tidos pelo movimento da Economia Solidária como autogeridos ou solidários, permanece-se diante de um cenário

multifacetado. Estudos recentes da psicologia social e da sociologia do trabalho sobre o campo atualmente o descrevem como um panorama vasto, heterogêneo, de crescente complexidade (Gaiger, 2014; Leite, 2009; Oliveira, 2007; Souza, 2011)<sup>8</sup>.

André Souza (2011) analisa os dados do mapeamento realizado pela Senaes em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Deles advém a constatação da considerável precariedade de muitas dessas iniciativas. Márcia Leite (2009) também aponta severas dificuldades enfrentadas pelos coletivos, destacadas por estudiosos da área e sintetizadas por Antônio Cruz (2010):

A Economia Solidária contraria tudo que está nos manuais de economia e de administração: teoricamente, ela não poderia existir. Suas escalas de produção são muito pequenas; a falta de capital leva a uma baixa produtividade; suas preocupações morais produzem deseconomias de todo tipo: perda de oportunidades em função de escrúpulos e princípios ideológicos, processos produtivos de rendimentos limitados, utilização intensiva de trabalho e aposta no aproveitamento de mão de obra pouco qualificada. Os manuais não sabem que, na maioria das vezes, para os empreendimentos de Economia Solidária, essa conjuntura não resulta de uma escolha entre outras possíveis, mas sim que se trata da única alternativa para uma dada situação. (p. 375)

De fato, os riscos e as vulnerabilidades a que estão submetidos os trabalhadores/as da Economia Solidária são imensos. Expostos a um cenário infausto, lutam para resistir num mundo do trabalho excludente, de hegemonia capitalista, tendo em mãos poucos recursos. “*Nós tiramos leite de pedra todo dia aqui, há anos*”, como diz Sr. Lino, agricultor da Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural (Adec) (Justa Trama) (Andrada, 2013, p. 85). Não contam com marcos tributário e legal adequados e as políticas públicas dirigidas

---

8 Segundo a Senaes (2013), havia no país cerca de um milhão e meio de trabalhadores associados em mais de 19 mil empreendimentos.

ao setor são tímidas, quando comparadas aos benefícios concedidos aos empreendimentos capitalistas (Cruz, 2010). Em resumo, como sistema econômico, a Economia Solidária é uma fragilidade de futuro delicado, o que não significa previsível.

Nesse sentido, as experiências relatadas a seguir não devem ser tomadas como casos típicos. Pelo contrário, muitas vezes são representadas como **modelos** ou **referências de vanguarda** para o movimento, apesar de também passarem por dificuldades. O que gostaríamos de frisar é o fato de, ainda assim, existirem e resistirem. De seus trabalhadores/as fazerem tanto com tão pouco. Ou, em outras palavras, de serem também história, parte das lutas de resistência do mundo do trabalho contemporâneo (Andrada, 2013).

A intenção maior deste texto não é, pois, derivar conclusões ao horizonte futuro da Economia Solidária, até porque, como sugere Márcia Leite (2009), é impróprio, atualmente, pensar em termos dualistas quanto às potencialidades e aos limites dessas iniciativas:

sendo o contexto de expansão das experiências associativas o de crise generalizada (crise ambiental, de um modo de acumulação, do trabalho assalariado, de uma forma de estar no mundo), tais experiências carregam consigo as disjuntivas de risco e possibilidades, de velho e de novo, emergindo, portanto, como portadoras a um só tempo de um conjunto de potencialidades e de limites. (p. 33)

Porém, como afirma André Souza (2011), embora frágil, a Economia Solidária é uma realidade: “não se trata de uma miragem. Ao tempo caberá a resposta quanto ao crescimento de sua amplitude e de sua relevância social” (p. 182-183).

## **Da dialética dessa história: exemplos de resistência e de transformação**

*Os maiores desafios que eu vejo vêm de que nós não somos regra, nós somos exceção ... E ser exceção é ter que enfrentar um mundo de coi-*

*sas contrárias*. (José Ribeiro, Coopertêxtil/Justa Trama) (Andrada, 2013, p. 177).

As experiências de autogestão organizadas por trabalhadores/as no mundo do trabalho atual são, portanto, processos marcados por dificuldades de toda ordem que tendem a variar localmente devido a múltiplos fatores. Logo, o conjunto de recursos de que dispõe cada coletivo da Economia Solidária, nas diferentes regiões do país, é singular, ou seja, podem-se prever histórias de desenvolvimento muito distintas. O que nos cabe enfatizar é que foi possível a trabalhadores/as de coletivos do movimento alcançar patamares de desenvolvimento e de estabilidade admiráveis, mesmo em cenário tão adverso.

Em pesquisa desenvolvida junto às costureiras gaúchas da Cooperativa Univens, identificamos uma série de repercussões psicossociais da vivência da autogestão nessas condições, chamadas de **permanências**, na medida em que compuseram um campo estável de referências para essas trabalhadoras, capaz de salvaguardar a manutenção da vida familiar e o poder de intervenção de suas ações políticas no cotidiano. Sem dúvida, significaram benefícios importantes para a saúde e a subjetividade das trabalhadoras (Andrada, 2009).

Uma vez amparadas pelo coletivo (repercussão chamada de **per-tencimento ao grupo**), as trabalhadoras não mais se deparam individualmente com as dificuldades do mundo do trabalho. Dirigem-se a ele não com a oferta de suas forças de trabalho, mas com um produto em mãos. Esse fato atrelou fortemente o destino de uma ao das outras. Ou seja, todas dependem de cada uma e são atingidas pelos resultados das ações de todo o grupo ou, ainda, como repetem os trabalhadores/as de uma cooperativa industrial: “*estão todos no mesmo barco*” e “*vão todos chegar ao mesmo lugar*” (Esteves, 2013a). Essa repercussão, aliada a outra característica da autogestão, a condição de sócio-trabalhador, foi capaz de resguardá-las, ainda que parcialmente, do risco do desemprego – enquanto a cooperativa apresentar um desempenho econômico satisfatório (repercussão chamada de **direito ao trabalho**).

Outro aspecto que identificamos é que, se há elementos próprios de uma maior **flexibilização** do processo de produção, estão orientados principalmente a servir às necessidades das trabalhadoras marcadas pela condição feminina (repercussão chamada **possibilidade de adaptar o trabalho à pessoa**). Em geral, promovem maior bem-estar pessoal e familiar, ou ainda, minimizam os efeitos insalubres das altas jornadas. A possibilidade de trabalhar no espaço doméstico, junto dos filhos, e a autonomia de que dispõem para alterar os horários para buscá-los na escola ou levá-los ao médico, são exemplo disso.

No entanto, se na autogestão a tensão entre capital e trabalho não é vivida no interior das relações de produção, ela opera nas relações entre a cooperativa e o mercado. Ou seja, as cooperadas são exigidas a conciliar constantemente os interesses da produção (padrões de qualidade, custos e prazos de entrega) com os interesses como trabalhadoras (remuneração, condições de trabalho, atendimento de necessidades pessoais e familiares) e, dessa tensão de interesses, buscam promover as melhores condições de vida possíveis. A necessidade que o vínculo associativo impõe ao trabalhador/a, de alternar simbolicamente os interesses dessas posições, representa precisamente a superação possível da alienação laboral presente no vínculo empregatício (Esteves, 2013a).

É justamente aí que se localiza um dos maiores benefícios da autogestão: a possibilidade de promover esses ajustes com autonomia, em busca de um controle coletivo das circunstâncias, sem atender aos interesses de intermediários laborais, como as classes gerencial e patronal, com seus modelos padronizados de gestão. Para isso, têm a seu favor os saberes próprios da condição de trabalhadores/as. Em contrapartida, precisam desenvolver outras habilidades, técnicas e políticas que, nas relações empregatícias, encontram-se apartadas de seus cotidianos (Sato & Esteves, 2002): “[antes da cooperativa] *Eu não sabia se eu tinha algum dom, dom de falar, ou dom de entender as coisas ... Existem trabalhos em que a pessoa pode ficar anos sem que nin-*

*guém pergunte a opinião dela sobre aquilo.”* (Julieta Tejada, Univens) (Andrada, 2009, p. 178).

Chamamos a atenção, porém, para um potencial limite. Como demonstramos em outra pesquisa, quando a autogestão no cotidiano da produção é impedida pela permanência das formas **tayloristas-fordistas** de organização do trabalho, as possibilidades de realizar essas adequações são mais limitadas (Esteves, 2013b).

Como outra repercussão psicossocial desse modo de viver o trabalho observamos, ainda, que foi possível, para as cooperadas da Univens, aprofundar o pertencimento e o **enraizamento** (Weil, 1996) não apenas em seus espaços de trabalho, mas também em outros onde já exerciam uma participação política ativa, como na cidade e no bairro em que vivem, por meio da ocupação dos fóruns do Orçamento Participativo local<sup>9</sup>.

Devido a esses achados, concluímos que experiências como essas são capazes potencialmente de (re)organizar os modos de viver o trabalho e a vida social comunitária com grande permanência e estabilidade, do ponto de vista material e simbólico, mesmo em condições adversas. É interessante notar, ainda, como os aspectos conquistados pelo trabalho autogestionário desses coletivos seguem uma lógica inversa daquela que conforma o trabalho heterogerido, pautado pelo neoliberalismo, como a incerteza na gestão do tempo, a insegurança

---

9 As cooperadas da Univens revelaram relações complexas entre **trabalho e política**. No caso delas, a autogestão na experiência política comunitária antecedeu e inspirou a autogestão no trabalho. Concluímos, ainda, que a segurança conquistada pelas trabalhadoras no plano do trabalho lhes permitiu desenvolver ações políticas em horizontes mais amplos (Andrada, 2009). Exemplo disso foi a proposição da rede Justa Trama – a primeira cadeia produtiva autogerida de algodão agroecológico do país, notável realidade hoje, que reúne cerca de 600 famílias em seis estados brasileiros, experiência-foco de outra pesquisa também citada aqui. A Justa Trama revelou-se num só tempo uma organização política de resistência e uma organização de trabalho. Concluímos que a política no cotidiano da autogestão da rede pode ser entendida como trabalho. E o trabalho, nesse contexto, pode ser tomado como objeto da prática política dos trabalhadores/as (Andrada, 2013; Andrada & Sato, 2014).

e a precariedade dos vínculos e das condições de vida e de trabalho. Lógica poderosa que, se hegemônica, não é única, como demonstram essas trabalhadoras.

## **A não alienação como loucura: outra inversão perversa do capitalismo**

Em suma, um dos maiores encantos da Economia Solidária, para nós, é a possibilidade que porta de reaproximar os trabalhadores/as da condição de coautores/as da história, da história de vida e de trabalho de cada um, da história de seu grupo, da história *lato sensu*, a partir das circunstâncias que encontram. E, assim, devolver ao trabalho o seu sentido maior, como nos ensinou Sylvia Leser de Mello, amparada em Marx e em seu profundo engajamento com o campo (Andrada, 2013).

A olhos distantes, porém, pode ganhar outros contornos. Nas andanças pelo campo, notamos um curioso fato, sintetizado nas palavras de Idalina Boni (cooperada da Fio Nobre): “*fomos chamadas de loucas muitas vezes*” (Andrada, 2013, p. 152). Isso ocorreu com as pioneiras da rede Justa Trama e com as fundadoras da Univens (Andrada, 2009). Os ânimos necessários para fundar na atualidade, sem muitos recursos, um coletivo em autogestão podem assemelhar-se a desatino, dado o cenário de hegemonia capitalista. E se a iniciativa não surge de início escorada em grandes instituições, o disparate parece ainda maior, uma falta severa de adequação aos ditames da realidade. Ouçamos as trabalhadoras a esse respeito:

*Tem gente que não se dá o direito nem de sonhar. E elas sonharam e sonharam alto. Porque tu imaginar que tu pode, dentro do mercado de trabalho que está agora, que não absorve nem aqueles que têm estudo, quem dirá pessoas que não tinham estudo, que não tinham mais nem idade de estar no mercado de trabalho, ou por serem jovens demais ou por estar velho demais, ou por não ter qualificação profissional. E ainda sem nunca ter feito um tipo de negócio desse? Aí de repente resolveram, botaram na cabeça que podiam fazer. E sem*

*ter um outro grupo pra se espelhar ... Por isso que eu digo, é como se fosse um bando de loucas, que botaram uma ideia na cabeça e que todo mundo ficava assim, ó: 'Mas o quê isso?! Estão pensando o quê, essas mulheres? Que vão revolucionar o mundo agora?'. (Terezinha Maciel, Univens) (Andrada, 2009, p. 101-102)*

*Fomos pro Fórum [Social Mundial, de 2005] e inscrevemos uma oficina. E já começamos a falar do pouco que tínhamos feito. E loucamente lançamos uma marca, que não tinha nem nome ... Pra ver como nós somos loucas. Sim, somos loucas! ... Não tínhamos nem o algodão, criatura! [Dizíamos] 'E tem que ser com algodão orgânico!'. (Idalina Boni, Fio Nobre/Justa Trama) (Andrada, 2013, p. 152)*

*Elas tinham feito um retalho com as primeiras bolsas ... Os fios no chão, assim, colocados pra que as pessoas que passassem vissem aquilo ali. E elas conversando sobre os sonhos, as ideias loucas. [risos] Primeiro elas causam um impacto de admiração, de espanto. Depois ... existe muito a coisa da rejeição, principalmente da pessoa que é mais técnica, mais prática. Então a primeira coisa que eu senti, quando eu vi elas conversando ali, quando elas contavam aquele sonho pras pessoas, e que as pessoas traziam elas pra realidade, foi pensar 'como é bom você crer no teu sonho!' Eu acho que a Justa Trama só está acontecendo e acontece porque ela é um sonho que alimenta a elas e a gente. (Dalvani Souza, Açaí/Justa Trama) (Andrada, 2013, p. 153)*

*Se você for olhar do ponto de vista econômico-financeiro, parece uma loucura competir com o mercado capitalista. Isso é loucura ... A Economia Solidária vem restituir à pessoa aquilo a que realmente ela tem direito, ou seja, aquilo que ela produziu. (José Ribeiro, Coopertêxtil/Justa Trama) (Andrada, 2013, p. 153)*

O descolamento dos limites e das normas de uma dada realidade faz parte das definições típicas de loucura. Romper com as previsibilidades da reprodução social – sair do rol das condutas prescritas nos papéis sociais fortemente guardados pelas instituições – é infringir uma ordem. Nesses casos, há o risco de receber ou assumir

a insígnia de desajustado, louco ou delinquente. Ainda que os sujeitos o façam de modo astuto, como resistência tramada junto às fissuras do sistema, aquelas ações não estavam previstas, fugiram às peias do controle social.

Como bem coloca Ecléa Bosi (2003), os psicólogos sociais têm se dedicado muito aos estudos sobre o conformismo e a insubmissão, desde Salomon Asch e Dante Moreira Leite. Segundo ela, o conflito entre forças antagônicas e desiguais é comum em nosso cotidiano: “E um exame da História nos prova que a obediência causou males maiores que a rebeldia (como aconteceu no nazismo)” (Bosi, 2003, p. 129). O que importa frisar é que o ceticismo frente à possibilidade de resistir e de construir algo fora do prescrito pelas forças dominantes tem servido historicamente à reprodução capitalista. Segundo Agnes Heller (1982, p. 141), “... a sociedade capitalista oprimiu completamente todas as formas de espontaneidade que – num novo mundo socialista – é preciso construir novos espaços para essas formas.”

Não afirmamos, com isso, que ações de pequenos grupos de trabalhadores/as representam, em si, ameaças revolucionárias. Seria preciso uma organização política anti-hegemônica maior, sistêmica (Andrada & Sato, 2014). Apenas, e em companhia novamente de Paul Singer, alertamos para a força surpreendente, do ponto de vista histórico, que pode haver na reunião de um coletivo solidário de trabalhadores/as politicamente orientados/as e conscientes (Heller, 1982):

Finalmente, cabe um registro da loucura dos sonhos. Os seres humanos sonham enquanto dormem e alimentam sonhos enquanto acordados. O sonhar acordado é uma consequência inevitável da racionalidade própria da humanidade, que lhe permite pensar o futuro como desejo e ao mesmo tempo arquitetar ações que permitam tornar o sonho acordado realidade. O que as costureiras da Univens e a cientista que as estudou concluíram é que para gente humilde, rica em ânimo, mas pobre de recursos, a partilha dos sonhos é essencial para resgatá-los do reino da loucura e trazê-los

ao reino das reais possibilidades. Sonhos só parecem loucos aos olhos dos que ignoram os laços de solidariedade que unem as sonhadoras. (Singer, 2009, p. 13)

## Referências

Andrada, C. F. (2009). *O encontro da política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre a autogestão das trabalhadoras da Univens*. Porto Alegre: ABRAPSO Sul.

Andrada, C. F. (2013). *Trabalho e política no cotidiano da autogestão: o caso da rede Justa Trama*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Andrada, C. F. & Sato, L. (2014). Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justa Trama. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 3-13.

Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.

Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. Brasília (DF): Presidência da República.

Chauí, M. S. (2003). *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez.

Cruz, A. (2010). A rede Justa Trama: os fios e o tecido de uma cadeia produtiva na Economia Solidária. In L. Moraes & A. Borges (Orgs.), *Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras* (pp. 343-384). São Paulo: Instituto Polis.

Esteves, E. G. (2013a). Todos são iguais, todos são responsáveis e todos estão no mesmo barco: os (des)entendimentos da autogestão cooperativa. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(1), 135-148.

Esteves, E. G. (2013b). Taylorismo: herança ou permanência? Crise de identidade em um fábrica recuperada pelos trabalhadores. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1027-1037.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2013). *Carta de princípios do fórum brasileiro de Economia Solidária*. Recuperado de [http://base.socioeco.org/docs/carta\\_de\\_principios\\_do\\_fb.es.pdf](http://base.socioeco.org/docs/carta_de_principios_do_fb.es.pdf)

Cunha, L. (2011). Secretaria Nacional de Economia Solidária completa 8 anos. Recuperado de <http://fbes.org.br/2011/06/28/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-completa-oito-anos/>

Gaiger, L. I. (2014). Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a Economia Solidária. *Otra Economía*, 8(14), 99-111.

Heller, A. (1982). *Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia. Entrevista a Ferdinando Adornato*. São Paulo: Brasiliense.

*Instrução Normativa INSS/DC nº 89/2003*, de 11 de junho de 2003. Dispõe sobre a contribuição para o financiamento da aposentadoria especial do cooperado filiado a cooperativa de trabalho ou de produção e do adicional na retenção sobre serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, o recolhimento da contribuição do contribuinte individual que presta serviço à empresa, a extinção da escala transitória de salário-base e o processamento eletrônico de dados para o registro da escrituração contábil e financeira e alterações na Instrução Normativa INSS/DC nº. 68, de 10 de maio de 2002. Brasília: Instituto Nacional do Seguro Social.

Leite, M. P. (2009). A Economia Solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69), 31-51.

Mello, S. L. (2005). Saber e fazer, fazer e aprender: escola itinerante, política pública e Economia Solidária. In S. M. P. Kruppa (Org.), *Economia Solidária e educação de jovens e adultos* (pp. 47-56). Brasília: INEP.

Oliveira, F. (2007). Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 75-83.

Oliveira, P. S. (2008). Economia solidária: entrevista com Paul Singer. *Estudos Avançados USP*, 22(62), 289-314.

Pochmann, M. (2001). *O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo

Santos, B. S. (2002). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Sato, L. & Esteves, E. G. (2002). *Autogestão: possibilidades e ambiguidades de um processo organizativo peculiar*. São Paulo: ADS/CUT.

Sistema de Informações da Economia Solidária (SENAES) (2013). *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES*. Recuperado de <http://sies.ecosol.org.br/atlas>

Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Singer, P. (2009). Prefácio. In C. F. Andrada (Editor), *Encontro da política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre autogestão a partir da experiência das trabalhadoras da Univens*. Porto Alegre: ABRAPSO Sul.

Singer, P. (2011) A Economia Solidária no Governo Federal. In E. Benini, M. S.Faria, H. T. Novaes, & R. Dagnino (Orgs.), *Gestão pública e trabalho associado: fundamentos e perspectivas* (pp 407-412). São Paulo: Outras Expressões.

Singer, P., Mello, S. L., Leite, M. P. Leite, & Silva, M. L. C. (2012). A Economia Solidária em construção e análise [Apresentação oral]. In Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (Org.), *II ENPES*. São Paulo: ABPES.

Souza, A. R. (2011). Um exame da Economia Solidária. *Outra Economia*, 5(9), 173-184.

Spink, P. K. (2008). Redes solidárias, autogestão e solidariedade. In N. Guareschi, (Org.), *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo* (pp. 78-92). Rio de Janeiro: Centro Edelman de Pesquisas Sociais.

Weil, S. (1996). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

# Ativismo e mídias sociais: dinâmicas de vigilância e resistências

Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Luciana Santos Guilhon Albuquerque

Ana Paula da Cunha Rodrigues

As inquietações que mobilizaram esse texto tiveram início durante as manifestações de junho de 2013, que cobriram as ruas de inúmeras cidades no Brasil com milhares de pessoas protestando contra o aumento do preço da passagem de ônibus. Os primeiros protestos foram organizados pelo Movimento Passe Livre<sup>1</sup>, em torno da luta pela qualidade nos transportes públicos e, à medida que foram ganhando visibilidade na mídia, terminaram por abarcar outras pautas.

---

1 Movimento social autônomo, horizontal, independente e apartidário que luta por um transporte público gratuito e de qualidade, sem catracas e sem tarifa; como eles se definem em sua página no Facebook. *Movimento Passe Livre – MPL (2005). Tarifa Zero.* Facebook. Recuperado de <https://www.facebook.com/MovimentoPasseLivrempl/info>.

A utilização de atos nas ruas como forma de protesto não chega a ser novidade. Como lembra Melgaço (2016), já em 1904 um grande número de pessoas saiu às ruas da cidade do Rio de Janeiro para protestar contra uma campanha governamental de vacinação obrigatória contra a varíola, evento que ficou conhecido como “Revolta da Vacina”, envolvendo até o enfrentamento de forças policiais e a depredação de patrimônio público e privado. Acreditamos, no entanto, que em junho de 2013 algo novo emergiu e as manifestações nas ruas tiveram uma potência de acontecimento, de provocar rupturas, de produzir singularidades, de potencializar as diferenças.

Dentre essas novidades, queremos destacar a mobilização e o ativismo por meio das redes sociais. Muitos atos foram marcados pelo Facebook<sup>2</sup>, introduzindo uma mudança, sobretudo nas práticas de mobilização dos indivíduos, tradicionalmente ao encargo de organizações sindicais, estudantis e partidos políticos, tais como panfletagem, divulgação de material impresso, assembleias e promoção de atos públicos. O que presenciamos, em 2013, foi a entrada em cena de outros atores, humanos e não humanos, produzindo algumas diferenças e participando na construção de outra realidade e dinâmica social.

As ruas passaram a dialogar fortemente com o mundo virtual. A possibilidade de participar das manifestações pela internet fez vários indivíduos engajarem-se na atividade política por meio da divulgação de ideias e atos, muitas vezes sem a necessidade de estar concretamente presente nos protestos. A popularização do celular com câmera fez proliferarem imagens e vídeos pelo YouTube<sup>3</sup> e Mídia Ninja<sup>4</sup>. O Facebook tornou-se uma plataforma de luta importante

---

2 Rede social que chegou ao Brasil em 2007 e teve rápido crescimento a partir de 2011. (Altermann, 2011; Felitti, 2011).

3 Youtube é um site de compartilhamento de vídeos enviados pelos usuários por meio da internet.

4 A Mídia Ninja é um grupo de mídia alternativa que ganhou visibilidade durante

para muitas organizações políticas e coletivos que começaram a se formar durante esse processo. Mas isso tudo não se deu sem tensões.

Queremos explorar, neste texto, justamente as dinâmicas de vigilância e as estratégias de resistência produzidas nesse período, a partir das conexões entre os diversos atores (ativistas, policiais, jornalistas, advogados, internet, celulares, câmeras, redes sociais) que participaram dos eventos em 2013 e como isso reverbera até os dias atuais. Nossas reflexões são atravessadas pela Teoria Ator-Rede (TAR) e pela Cartografia das Controvérsias, além de se apoiarem num trabalho anterior<sup>5</sup>, em que foram realizadas entrevistas com ativistas, policiais, jornalistas e advogados.

Seguimos esses atores a partir das recomendações da TAR, que propõe refletir sobre as conexões entre tecnologia e sociedade longe de qualquer determinismo, entendendo que sociedade e tecnologia não são exteriores uma a outra, mas compõem um “tecido inconsútil”, o tecido sociotécnico. Com a TAR, argumentamos que não é suficiente dizer que a tecnologia é uma criação humana: é preciso reconhecer a agência dos objetos técnicos, ou seja, sua capacidade de produzir (em nós e conosco) transformações, participando da construção da realidade social. A TAR valoriza todas as entidades que fazem a realidade, priorizando sua localização histórica, material e cultural e, desse modo, “permite produzir alguns efeitos que você não obteria por meio de alguma outra teoria social” (Latour, 2012, p.208), sobretudo devido a alguns de seus enunciados: (a) os não humanos desempenham o papel de actantes, pois estabelecem conexões e participam

---

as manifestações de 2013, apostando numa atuação colaborativa. Como eles se definem em sua página: “Somos a Mídia NINJA – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando”. *Mídia Ninja*. (2013). *Bate papo com a equipe da Mídia Ninja*. Facebook. Recuperado de <https://www.facebook.com/events/610203152501510/>.

5 Albuquerque, L. S. G. (2016). *Facebook, ativismo e vigilância: conexões e controvérsias vividas nas manifestações de 2013*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

do curso da ação; (b) o social é efeito de associações, e é movimento; (b) os enunciados produzidos pela pesquisa possibilitam reagregar o social de modo a produzir um coletivo em que mais vozes possam falar. Nesse sentido, a proposta da TAR é rastrear as associações, reforçando a importância das conexões, dos atores e mediadores.

A Cartografia das Controvérsias é uma metodologia que se associa à TAR, ao entender que a realidade não se constitui uma estrutura estável, cujas características poderiam ser delineadas na construção de uma representação fiel de seus contornos. Seu foco não está nas regularidades ou no que se repete e pode ser, de antemão, categorizável; mas no que se disputa, nos argumentos e jogos de forças por meio dos quais alguns enunciados e algumas práticas vão se estabilizando. O conceito de cartografia nos remete à ideia de realidade atravessada por fluxos e forças que a transformam constantemente. Cartografar controvérsias, então, é percorrer esse processo, seguir o movimento de construções e desconstruções e acompanhar os atores e suas conexões, envolvidos na produção de certas versões de realidade. Nesse sentido, a Cartografia de Controvérsias é uma “ferramenta” para o estudo prático das redes.

Seguir os atores implica em se juntar a eles e descrever seus movimentos e articulações, observando os detalhes e focalizando o local, para daí extrair uma configuração mais geral. Ao abandonar a ideia de social como contexto delimitado onde a ação se dá, pretende-se descrever as ações que delineiam o social, entendido como coletivo. Não se pretende estabelecer relações de causa e efeito. Trabalha-se com o conceito de mediação, que se refere à capacidade de os atores se afetarem, de agirem sobre a ação do outro, de produzirem alguma diferença (Latour, 2001).

Como nossa cartografia visou a acompanhar as mudanças que vão se delineando e desfazendo-se sem intenção de extrair uma verdade absoluta e capaz de esgotar o entendimento sobre a realidade, ela se propõe como um recorte no tempo e no espaço, capaz, apenas, de configurar entendimentos parciais e provisórios – ou seja, versões

da realidade. Procuramos descrever a complexidade das conexões construídas entre os atores envolvidos nas manifestações de 2013, refletindo um pouco sobre alguns efeitos, em nossa dinâmica social, que podem ser percebidos até os dias de hoje.

## **Dinâmicas de vigilância**

Ao se tornar palco de atividade política que alimentava a movimentação dos protestos nas ruas, a internet transformou-se em objeto de monitoramento das instâncias governamentais. Uma das justificativas para tal monitoramento, extraída das entrevistas, seria a função da polícia de garantir o direito à manifestação e manter a ordem durante os atos. A Polícia Militar, responsável pelo patrulhamento ostensivo, muitas vezes não era avisada do trajeto das manifestações, o que tradicionalmente acontecia e é exigido por lei<sup>6</sup>. Policiais militares entrevistados, que trabalharam no Rio de Janeiro, contaram que o trajeto poderia mudar durante o percurso, por meio de discussões e decisões tomadas por meio das redes sociais, Mídia Ninja e Facebook, principalmente. Para poder contornar essa imprevisibilidade, as equipes de inteligência passaram a monitorar os espaços virtuais nos quais essas decisões eram tomadas.

No início, essa era uma atividade nova e pouco sistematizada pelos policiais, que foram aprendendo a utilizar essas ferramentas no decorrer do processo. Esse monitoramento avançou muito por parte da polícia, principalmente a partir de 2013, quando se tornou, também, mais conhecido pelos manifestantes, como desenvolveremos mais adiante.

---

6 O item XVI do artigo 5º da Constituição Brasileira diz: “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”.

Outra justificativa para o monitoramento digital foi a investigação, pela Polícia Civil, dos atos violentos – chamados de “vandalismo” – ocorridos durante os protestos. Mais acostumada a trabalhar em conexão com o mundo virtual, a Polícia Civil recolheu dados da internet, principalmente do Facebook, juntamente com dados de quebra de sigilo telefônico autorizada pelo Poder Judiciário, material coletado em mandados de busca e apreensão, também com autorização judicial, e depoimento de testemunhas, para formular um inquérito que levou 23 ativistas à prisão.

Um dos delegados de polícia entrevistado argumentou que a investigação não foi direcionada às manifestações, mas aos atos violentos ocorridos durante seu percurso, como depredação de patrimônio público e privado e incêndio em ônibus, uma vez que estaríamos vivendo num estado democrático de direito.

Contudo, o sentimento produzido entre os ativistas foi de cerceamento. Ao qualificar a ação direta (tática empregada por alguns grupos, que consiste na destruição de instituições que simbolizam o capitalismo) como crime, a polícia e a mídia tradicional esvaziaram o caráter político e reivindicatório que ela carregava, além de produzirem medo e insegurança durante os eventos nas ruas.

A conexão entre vigilância e segurança tem se configurado de forma cada vez mais estreita, e a segunda parece justificar a primeira. Não à toa as manifestações em 2013 se tornaram fonte de preocupação do governo, em uma época em que o país estava se preparando para receber grandes eventos de cunho internacional, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Uma reportagem de 8 de junho de 2013 (Goulart & Werneck, 2013) revela que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) emitiu um boletim elevando o risco para a segurança desses grandes eventos, após manifestações ocorridas em algumas capitais. Além disso, passou a utilizar agentes infiltrados, com o objetivo de identificar e monitorar os indivíduos responsáveis pela mobilização via redes sociais.

As prisões, decorrentes do inquérito policial, surpreenderam muitos ativistas, que passaram a se preocupar com a vigilância governamental e a perceber que a exposição de fotos, dados e opiniões na internet poderia ser motivo de suspeição, além de ser utilizada como prova de crimes. O que antes se configurava como lugar de “liberdade”, onde se sentiam à vontade para expor suas opiniões, passou a ser visto como lugar de risco, alimentando a paranoia de estar sendo monitorado o tempo todo pelo governo e abrindo espaço para que a preocupação com segurança se tornasse tema de discussão em alguns coletivos.

A percepção desse monitoramento pelos ativistas trouxe tensão entre a possibilidade de dar visibilidade a causas defendidas e colocar sua própria segurança em risco. Em algum nível a visibilidade é desejada, pois ela dá existência e legitimidade a ideias, pessoas e realidades. No entanto, ela comporta o risco daquilo que é exposto ser usado contra você. Além de estratégias individuais – como ter cuidado com o que se posta em redes sociais, fazer um perfil falso ou, simplesmente, não ter uma conta –, alguns coletivos organizaram oficinas para que seus integrantes ficassem mais preparados para interagir com essas tecnologias e suas dinâmicas de vigilância de forma mais segura, cautelosa e anônima.

Uma característica que percebermos, por meio de nossa pesquisa, foi que o investimento em tecnologias mais sofisticadas de monitoramento ocorreu no nível federal, como no Exército, por exemplo. Segundo reportagem de Sassine (2013), o Exército usou um software de fabricação nacional para filtrar informações postadas nas redes sociais e identificar manifestantes que estariam na linha de frente dos protestos. Já no nível estadual, não tivemos acesso a quais tecnologias estariam sendo empregadas, além da “ronda virtual”, ou seja, navegar pelas redes, como usuário comum, em busca de informações.

O fato é que essas tecnologias talvez não tenham feito tanta falta, uma vez que os dados disponibilizados voluntariamente pelos ati-

vistas nas redes sociais foram suficientes para alimentar o trabalho da polícia. Isso nos faz pensar o quanto redes sociais, como o Facebook, funcionam como dispositivos tecnológicos que nos incitam a expor nossa vida íntima na internet e a monitorar a vida alheia. Ao disponibilizar seus dados na rede, os usuários colocam-se à disposição da vigilância alheia e nem sempre têm total consciência e controle sobre os caminhos que esses dados vão percorrer nem que efeitos podem produzir. Isso nos leva à discussão sobre a ética envolvida no uso desses dados, mesmo que tenham sido expostos pelo próprio indivíduo. O fato de serem públicos e fornecidos pela pessoa a que se referem, essa parece autorizar seu uso irrestrito, mas cabe refletirmos sobre os limites envolvidos nessa prática, se podemos fazer essas informações circularem e como. Pois, como nos lembram Bezerra e Waltz (2014, p. 162):

A privacidade e a intimidade são direitos fundamentais presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República de 1988. A privacidade refere-se a tudo o que o indivíduo não pretende que seja de conhecimento público, reservado apenas aos integrantes de seu círculo de convivência particular, enquanto a intimidade diz respeito única e exclusivamente ao indivíduo. Esses direitos se estendem ao domicílio, à correspondência, às comunicações e aos dados pessoais.

A quantidade de dados gerados pelos usuários, em sua atividade diária na rede, é impressionante<sup>7</sup>. Além disso, esses dados parecem ser confiáveis. Segundo levantamento feito por Nascimento (2009), muitas pesquisas realizadas com o público jovem no contexto americano revelam que a quantidade de informações verdadeiras postadas

---

7 O documentário *Sujeito a termos e condições* (Hoback, 2013) revela que o Facebook conseguiu disponibilizar e coletar mais dados pessoais de cidadãos comuns do que a CIA (*Central Intelligence Agency*) e FBI (*Federal Bureau of Investigation*) poderiam almejar. Em 20 de junho de 2015, uma de nós (Luciana) seguiu os passos que o documentário sugere e baixou um arquivo com todas as informações que o Facebook dispunha sobre seu perfil, desde sua entrada em 2011, com o tamanho de 5,96 MB.

espontaneamente é significativa, e podemos supor que no contexto brasileiro isso não seja muito diferente.

É claro que o uso de determinados softwares pode ajudar as instâncias governamentais nessa navegação pela rede e, principalmente, no tratamento dessa grande quantidade de dados, mas queremos chamar a atenção para o fato de estarmos, na contemporaneidade, experimentando modos de ser em um mundo marcado pela naturalização da exposição da intimidade. E essa forma de ser traz, entre outras coisas, o risco de estar sob monitoramento constante.

No caso da atividade política, esse monitoramento constante é percebido de modo controverso. Enquanto para um dos policiais entrevistados, por exemplo, o monitoramento é visto como parte de um trabalho que visa a proteger os direitos e a democracia, para os manifestantes entrevistados, o efeito político desse monitoramento é o cerceamento da liberdade de expressão e da possibilidade de fazer críticas ao governo. Produziu-se uma sensação de insegurança no exercício da oposição política e na expressão de ideias antagônicas, uma vez que tais atitudes poderiam ser criminalizadas. Para um dos ativistas entrevistados, o grande medo do Estado não foram os atos de depredação, mas a possibilidade oferecida pelas redes sociais de amplificar as narrativas críticas e isso reverberar em atos e protestos nas ruas contra o governo e os grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas.

Esse apontamento nos faz refletir sobre a criminalização da oposição política e a fragilidade do nosso sistema democrático, tema que surgiu espontaneamente durante as entrevistas, chamando a nossa atenção para uma discussão não prevista no início da pesquisa: o quanto a democracia brasileira é atravessada por práticas autoritárias, típicas de um regime de exceção. O que não poderíamos adivinhar, naquele momento, é que presenciaríamos, em tão pouco tempo, um golpe que tiraria a presidenta eleita por meio de manobras legalmente questionáveis, afundando o país numa crise política e explicitando a fragilidade das instituições e conquistas sociais duramente construídas.

O que temos assistido, desde 2013, é o quanto as redes sociais e certos espaços na internet têm mobilizado e afetado quem está no poder, devido à visibilidade das críticas que esses dispositivos são capazes de ajudar a ampliar. Como exemplo recente, podemos citar a equipe de advogados contratada pelo prefeito de São Paulo, João Dória, que têm analisado *posts* recebidos de simpatizantes e enviado notificações extrajudiciais a usuários do Facebook que publicam conteúdos considerados ofensivos ao prefeito (Vecchioli, 2017). E a intenção do presidente Michel Temer em proibir os *emojis* (carinhas que expressam emoção) de vômito no Facebook a fim de impedir a onda de “vomitação” (inúmeras carinhas de vômito) a cada publicação em sua página, uma vez que essa tem sido uma das formas encontradas pelos usuários de manifestar descontentamento com as medidas tomadas pelo governo (Russel, 2016).

### **Estratégias de resistência: contravigilância e contranarrativas**

Cabe a esta altura pensar em que medida os mesmos dispositivos que potencializaram a vigilância do governo sobre manifestantes nos eventos de 2013 – redes sociais, celulares, câmeras, internet – permitiram a contravigilância dos ativistas em relação ao governo e polícias, bem como a construção de contranarrativas para se opor ao discurso hegemônico das grandes mídias.

O celular com câmera e banda larga, cada vez mais acessível e popular, gerou, como um de seus efeitos, a crescente possibilidade de qualquer pessoa ter sua imagem capturada, digitalizada e lançada na rede. Com isso, a exposição, muitas vezes involuntária, está cada vez mais inevitável e menos sob nosso controle. Não bastasse isso, temos presenciado o aumento do número de *drones* (aeronaves não tripuladas) com câmeras, potencializando essa exposição.

A visibilidade das redes não deixou apenas os manifestantes vulneráveis; seu potencial de risco também atingiu policiais e jornalistas.

Uma das estratégias de resistência à vigilância governamental, cartografada por meio das entrevistas, foi a construção de táticas de contravigilância ou *sousveillance*, termo popularizado por Steve Mann (Fernback, 2013), que tem o sentido de inverter a lógica tradicional de governo apontada por Foucault (1987). No panóptico foucaultiano, a vigilância se daria de forma hierarquizada, de cima para baixo, em que os governantes vigiariam os cidadãos. Já a *sousveillance* seria uma forma de abraçar a transparência como uma arma para desafiar a vigilância estatal, convocando os cidadãos a deixarem de ser apenas vítimas para “serem produtores ativos de discursos, imagens e dados observados” (Fernback, 2013, p. 14). Atualmente, já experimentamos dinâmicas de vigilância facilitadas pelas novas tecnologias de comunicação digital, em que os cidadãos também passam a vigiar os governantes e outros vigilantes. Haggerty e Ericson (2000) propõem a noção de *surveillant assemblage* para designar esse modelo menos hierárquico, em que cada um é simultaneamente sujeito e objeto de vigilância. Podemos citar, como exemplo, a organização não governamental Transparência Brasil, que tem como missão, dentre outras coisas, criar ferramentas na internet para monitorar a atuação dos governos e o fenômeno da corrupção<sup>8</sup>.

Colocar aquele que vigia em cena, utilizando celulares para fotografar e filmar a atitude de policiais durante as manifestações foi uma forma encontrada pelos manifestantes para deixar os “álgozes” na berlinda, uma vez que tornar o outro visível pode significar torná-lo mais vigiado, controlado, ameaçado e vulnerável. Assim, nas Jornadas de Junho, as câmeras de celulares dos ativistas estiveram apontadas para policiais. Muitas vezes o celular assumia o papel de arma, usado para intimidar os policiais ou para tentar agir sobre sua ação, inibindo atos violentos direcionados aos manifestantes. O problema, percebido por meio das entrevistas, é que o alvo alcançado

---

8 Para mais informações: Transparência Brasil (2015). *Estrutura*. Recuperado de <https://www.transparencia.org.br/quem-somos>.

por essa dinâmica foram os policiais individualmente, que sofreram as consequências dessa exposição, como punições administrativas e desenvolvimento de doenças. A instituição e sua forma de atuar, apesar de alguns questionamentos, permaneceram fortes e intactas.

Jornalistas de veículos tradicionais de mídia também foram alvo das estratégias de contravigilância, sendo muitas vezes hostilizados, agredidos e até mesmo perseguidos nas ruas e na rede virtual, a ponto de serem retirados das ruas por suas emissoras, que consideraram um risco seus profissionais trabalharem identificados. Percebemos que uma das razões para esse fato é a crítica e revolta contra a hegemonia que poucas empresas, no Brasil, têm para produzir um discurso sobre a realidade que tenha valor de verdade, além de um grande alcance populacional. Por mais que possamos afirmar que qualquer relato seja uma versão da realidade (Mol, 2008), a força da grande mídia acaba por produzir um efeito de descrição fiel e verdadeira sobre o mundo e, assim, impor-se a outros enunciados devido a todo seu aparato material e humano.

Diante disso, uma estratégia de resistência produzida durante as manifestações foi a construção de outros discursos sobre os acontecimentos. A popularização do celular com câmera e internet também permitiu que cidadãos comuns atuassem um pouco como jornalistas. Individualmente ou em coletivos de mídia alternativa ou ativista, inúmeras imagens e narrativas proliferaram na internet, produzindo uma espécie de contradiscurso a partir do olhar de quem estava participando *in loco* das manifestações, às vezes com transmissão ao vivo. Como destacaram Pádua, Rossottie e Bicalho (2013), esses sujeitos não estavam cobrindo as manifestações como a grande mídia, mas vivenciando os protestos e transmitindo essa experiência.

Esse material produziu outras versões da realidade, diferentes da hegemonia discursiva das grandes empresas de comunicação. É claro que essa disputa permanece assimétrica, uma vez que o alcance de um jornal veiculado na televisão é enorme; no entanto as grandes corporações não permaneceram incólumes a essa nova situação. De

acordo com um jornalista entrevistado, as manifestações de 2013 abriram os olhos dos demais profissionais da área para a importância do Facebook e de outras redes sociais como fontes de informação e pesquisa para a confecção de uma matéria. Esses canais se mostraram estratégicos para tornar visíveis e públicas as pautas dos manifestantes e construir outra versão da realidade.

Para além da produção de outras versões da realidade, as contranarrativas instrumentalizaram a visibilidade como resistência aos excessos das forças repressivas, como ressalta Melgaço (2016):

Ao transmitir os protestos em tempo real, aqueles jornalistas alternativos não só tiveram o papel de trazer uma alternativa às representações e interpretações dos protestos promovidos pela grande mídia convencional, como também conseguiram evitar um número ainda maior de casos de abusos e prisões arbitrárias. (p. 268)

## Considerações finais

A partir do que vimos descrevendo até aqui, podemos afirmar o quanto é complexa nossa conexão com a tecnologia, que pode produzir efeitos controversos. Acreditamos que, ao explorar essa complexidade, é possível perceber as relações produzidas e problematizá-las, abrindo espaço para reconfigurá-las.

As redes sociais abriram várias possibilidades para a luta e a organização política de diversos grupos que compõem nossa sociedade. Elas ajudam a difundir e propagar ideias, a mobilizar as pessoas para atos nas ruas, a permitir uma comunicação mais imediata e mais ampla e que atinja mais pessoas. Por isso, tornou-se espaço de vigilância e monitoramento por parte das instâncias governamentais.

Ao ampliarem a visibilidade das críticas e oposição política, as mídias sociais tornam-se uma ameaça para quem ocupa lugares estratégicos no governo. O monitoramento torna-se uma arma de controle e combate de tudo que pode desestabilizar o *status quo*. A partir

disso, passam a também se constituir como espaço de risco e vulnerabilidade, exigindo de seus usuários a reflexão sobre formas mais seguras de se conectar a elas.

Assim, não podemos considerar que a tecnologia, internet ou as redes sociais têm *a priori* uma essência autoritária ou democrática, mas essas características constituem-se como efeitos a partir das conexões que estabelecemos com elas. Nesse sentido, parece-nos estratégico sustentar uma postura atenta nas possibilidades e limites proporcionados por essa rede sociotécnica que vai se construindo e às mudanças engendradas nas formas de atuação política. Pois a democracia não está dada e estabelecida, mas constitui uma construção diária – uma construção que, na atualidade, não se faz apartada dos dispositivos tecnológicos. E se queremos construir uma sociedade democrática, temos que estar também atentos às práticas autoritárias produzidas com as mesmas ferramentas digitais que também podem proporcionar vivências democráticas.

## Referências

Albuquerque, L. S. G. (2016). *Facebook, ativismo e vigilância: conexões e controvérsias vividas nas manifestações de 2013*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Altermann, D. (2011). #2011: Facebook chegou ao Brasil! Mas e o Google? *Mediatismo* (Blog). Recuperado de: <http://www.midiatismo.com.br/2011-facebook-chegou-ao-brasil-mas-e-o-google>.

Bezerra, A. C. & Waltz, I. (2014). Privacidade, neutralidade e inimizabilidade da internet no Brasil: avanços e deficiências no Projeto do Marco Civil. *Revista Eptic Online*, 16(2). Recuperado de: <http://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/2276/1954>.

Felitti, G. (2011). O Facebook vem ao Brasil para ganhar dinheiro. *Revista Época Negócios*. Recuperado de: <http://colunas.revistaepocanegocios.globo.com/tecneira/2011/08/18/o-facebook-vem-ao-brasil-para-ganhar-dinheiro/>.

Fernback, J. (2013). Sousveillance: communities of resistance to the surveillance environment. *Telematics and Informatics*, 30, 11-21.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Goulart, G. & Werneck, A. (2013, jun, 07). Após protestos coordenados, ABIN eleva risco para grandes eventos. *O Globo*. Acesso em 16 de maio, 2017, em <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-protestos-coordenados-abin-eleva-risco-para-grandes-eventos-8627202>

Haggerty, K. & Ericson, R. (2000). The surveillant assemblage. *British Journal of Sociology*, 51(4), 605-622.

Hoback, C. (Dir.). (2013). *Terms and conditions may apply*. [Documentário]. Indb. 79 min. Estados Unidos da América: Hyrax Films.

Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora*. São Paulo: Edusc.

Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator rede*. Salvador: Edufba; São Paulo: Edusc.

Melgaço, L. (2016). Protestos na era da informação: panóptico, visibilidade sinóptica e outras formas de ver e ser visto. *Liinc em Revista*, 12(2), 258-269.

Mídia Ninja. (2013). Bate papo com a equipe da Mídia Ninja. *Facebook*. Recuperado de: <https://www.facebook.com/events/610203152501510/>. Acesso em: 16 maio 2017.

Mol, A. (2008). Política ontológica: algumas idéias e várias perguntas. In J. Nunes & R. Roque (Orgs.), *Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. (pp. 63-75). Porto: Edições Afrontamento.

Movimento Passe Livre [MPL]. (2005). Tarifa Zero. *Facebook*. Recuperado de: <https://www.facebook.com/MovimentoPasseLivrempl/info>.

Nascimento, L. C. (2009). *Participação e vigilância nos sites de rede social: um estudo do Facebook.com*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Pádua, N. M., Rossotti, B. G. P. P., & Bicalho, P. P. G. (2013). A nuvem, a névoa e o nevoeiro: sobre outros “Vandalismos”. *Polis e Pique*, 3(3), 5-23.

Russel. (2016). Michel Temer quer proibir emoji de vômito no Facebook, para acabar com o 'vomitação'. *Blastingnews. Política*. Recuperado de: <http://br.blastingnews.com/politica/2016/11/michel-temer-quer-proibir-emoji-de-vomito-no-facebook-para-acabar-com-o-vomitaco-001272975.html>.

Sassine, V.(2013, jul, 16). Exército monitorou líderes de atos pelas redes sociais. *O Globo*. Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/brasil/exercito-monitorou-lideres-de-atos-pelas-redes-sociais-9063915#ixzz3fm0nlSeT>.

Transparência Brasil (2015). *Estrutura*. Recuperado de: <https://www.transparencia.org.br/quem-somos>.

Vecchioli, D. (2017, mai, 03). Advogados de Doria notificam usuários que ofendem ou ameaçam o prefeito via Facebook. *Uol Notícias. Cotidiano*. Recuperado de: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/05/03/advogados-de-doria-notificam-usuarios-que-criticam-o-prefeito-via-facebook.htm>.

# Psicologias e transexualidades: escritos e escrituras da psicologia brasileira

Bárbara Guimarães Costa Pacheco

Emerson Fernando Rasera

Marco Aurelio Máximo Prado

Flavia do Bonsucesso Teixeira

“A gente não caminha muito, e o sofrimento das pessoas trans tem pressa”. (Luciana Vieira, 2016)<sup>1</sup>

Este trabalho une os/as autores/as no entrecruzamento de um conjunto de reflexões sobre as políticas públicas e a produção do cuidado integral em saúde para a população de pessoas transexuais no Brasil. As nossas trajetórias se atravessam no compromisso de

---

1 Fala proferida na Mesa “Dispositivos Clínicos e Diversidade” durante a II Conferência Internacional de Psicologia LGBT e campos relacionados: Enfrentar o impacto da discriminação contra pessoas LGBT em todo o mundo realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), nos dias 08 a 11 de março de 2016.

produzir e avaliar uma pesquisa como requisito para a pós-graduação e se enredam na construção ético-política de um debate sobre a quem (não) interessa a despatologização das transexualidades. Tomamos como ponto de partida para essa discussão alguns resultados da dissertação de mestrado que analisou os trabalhos publicados na interface entre Psicologias e Transexualidades que circularam e impactaram a produção científica da Psicologia brasileira no período de 1997 a 2015, através da metodologia de Revisão Sistematizada Descritiva de Literatura (Pacheco, 2017).

Elegemos dois argumentos para pensar na interação entre as psicologias e as transexualidades: o primeiro seria identificar e discutir a perspectiva que parece hegemônica ao circular no campo da Psicologia, enquanto o segundo seria analisar como o lugar de produção desse conhecimento impacta no atrelamento das transexualidades a um diagnóstico.

Em março de 2016, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) sediou a II Conferência Internacional de Psicologia LGBT e campos relacionados: enfrentar o impacto da discriminação contra pessoas LGBT em todo o mundo<sup>2</sup>. A chamada para envio de trabalhos e também para compor a programação, ao mesmo tempo que desafiadora, era também desestabilizadora: que saberes/sujeitos performam uma psicologia LGBT? Como as transexualidades seriam enunciadas nessa psicologia e a partir de que posição?

Ainda num cenário que antecedia o processo que definiria a interrupção democrática no Brasil com o afastamento definitivo da presidenta eleita em agosto de 2016 e a eleição de um pastor evangélico para chefe do executivo no Rio de Janeiro, Sérgio Carrara, pesquisador do Centro de Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), ressaltou o cenário político, marcado por grandes retrocessos nos direitos LGBT, principalmente decorrentes

da acirrada disputa na esfera entre psicologia e religião, Estado e laicidade. Mesmo que o Projeto de Decreto Legislativo nº 234 de 2011 da Câmara dos Deputados (PDC 234/11) que estabelecia a sustação da Resolução CFP 001/99 já tivesse sido arquivado em 02/07/2013, suas implicações reverberavam, como bem analisado por Teixeira (2014). Em 2017, os/as pesquisadores/as participantes da mesa-redonda **“Laicidade do Estado, Religiões e Sexualidades”** no *I Colóquio Psicologia, Gênero e Sexualidades*<sup>3</sup>, sediado na Universidade Federal de Minas Gerais, corroboravam a pertinência dessa discussão e contribuíram com suas preocupações sobre a interferência das religiões no campo da psicologia, destacando as diversas versões da chamada “cura gay”, do fundamentalismo religioso e da “psicologia cristã”.

Outro ponto de contato entre os eventos citados acima seria a temática das transexualidades; embora abordada em outros momentos, foram destinados espaços específicos para essa discussão. A sessão especial “Despatologização da transexualidade”, coordenada por Marco Aurelio Prado em 2016, retornou com um recorte instigante no evento organizado por ele em 2017: **“Despatologização: uma questão para Psicologia?”**. Não somente para esse pesquisador, a relação entre a Psicologia e as transexualidades parece desafiadora. Diferentes pesquisadores/as transitaram nos referidos eventos e, não sem razão, são também identificados/as como sujeitos enunciadores/as nesse campo. Entre as discussões, os entraves e os caminhos propostos pelos/as pesquisadores/as e as pesquisas de Borba (2014) e Oliveira (2013), que problematizaram as atuações do psicólogo na clínica com transexuais, surgiu materializado um abismo.

Nossa escolha pelo uso do termo psicologias anuncia nosso entendimento da psicologia enquanto um campo plural, com formas distintas de compreender a própria psicologia e atuar nela, campo

---

3 <https://coloquionuh.wordpress.com/>

discursivo no qual verdades operam objetos, métodos de investigação e abordagens. Compreendemos também, sem estabelecer dualismos, a psicologia como espaço de produção de saber/fazer em disputa que se expressa na clínica com transexuais não apenas produzindo vida e potência, mas também, muitas vezes, sofrimento e opressão. Nosso interesse, nesse momento, é descrever alguns aspectos sobre as publicações que circulam no campo da psicologia brasileira e problematizar a aparente hegemonia da prática clínica das transexualidades, identificada nos estudos de Borba (2014) e Oliveira (2013).

Foram analisados 81 trabalhos, sendo 12 teses, 31 dissertações e 38 artigos científicos. Conforme anunciado anteriormente, utilizamos aqui os resultados da revisão sistemática e, portanto, não retomaremos a discussão da metodologia que está acessível no texto original (Pacheco, 2017, p. 51).

## **Um campo em construção**

A Resolução do Conselho Federal de Medicina (Resolução n. 1482/1997) inseriu oficialmente a prática da Psicologia como um componente obrigatório na identificação desse suposto desvio/transtorno, definindo inclusive suas atribuições. Essa inclusão convocou pesquisadores/as do campo *psi* para explicitar os discursos sobre sexualidade/gênero/normalidade/patologia, o que parece ter provocado desdobramentos na academia.

Os trabalhos identificados na revisão demonstram essa recente introdução das experiências das transexualidades como questão para o campo da psicologia. O primeiro trabalho defendido em Programa de pós-graduação foi no ano de 2004. Dias (2015) também identificou a presença de estudos sobre a transexualidade posteriores a 2002 em todas as áreas do conhecimento, embora em forma de artigos tenham sido publicados a partir dos anos 2000.

No entanto, reconhecer que o tema das transexualidades foi inserido recentemente como preocupação dos/as pesquisadores/

as brasileiros/as da área da psicologia não significa afirmar que ela não esteve presente nos discursos e práticas de psicólogos anteriormente. A psicologia sempre produziu gênero. Os discursos sobre o gênero, a diversidade sexual e as sexualidades dissidentes também seriam engendrados por um “agenciamento de saberes/verdades ... pautados e produzidos em redes de interdições, de normas morais e de uma suposta ‘verdade’ sobre o sexo” (Melo & Barreto, 2014, p. 686) que sempre informou quem é o sujeito na/para a psicologia. Esse pensamento psicológico disciplinar que teria emergido ainda no século XIX com foco nos problemas de ordem individual, na ordem da identificação e categorização do anormal, do patológico e do conflitivo (Detoni, Marques, Soares, & Nardi, 2011) se constituiu acionando o gênero e a sexualidade como um dos balizadores das fronteiras de uma suposta normalidade.

O reconhecimento/denúncia da psicologia como espaço de legitimação de práticas normativas parece ter alcançado uma posição importante. Se observarmos bem, muitos dos estudos desenvolvidos no campo psi sobre as experiências trans reconhecem a psicologia como um espaço de legitimação de práticas normativas. Essa posição, por um lado, nos parece importante, pois permite descrever historicamente os elementos discursivos e as práticas psi que participaram na construção das normatividades de gênero e das sexualidades; por outro lado, a aliança com ativistas LGBT e outros/as pesquisadores/as do campo pode potencializar ainda mais um espaço de subversão e produção de outras psicologias, produzindo ranhuras ainda mais densas na relação entre prática psi e normatividades de gênero.

Tomando a revisão da literatura que ancora este artigo, pode-se compreender que o vínculo entre a produção acadêmica, as práticas psi e o ativismo LGBT indica que tem sido um fundamental potencializador de novas práticas não normalizadoras do gênero. Nessa revisão, observamos que os/as principais interlocutores/as do campo da psicologia com as transexualidades estão na academia, embora os

posicionamentos teórico-políticos em torno da defesa da autonomia das pessoas trans e o questionamento do diagnóstico das transexualidades e seu atrelamento aos marcadores patológicos não são homogêneos e nem mesmo traduzem consenso no campo, como sintetizamos no panorama traçado a seguir.

Para exemplificar essas multiplicidades, foram identificadas pesquisas que objetivavam estabelecer medidas e avaliações para determinar características específicas para transexuais (Andreazza et al., 2014; Fontanari, 2015; Fontanari et al., 2013; Leri, 2015), bem como trabalhos que posicionavam a psicologia como capaz de identificar um distúrbio/transtorno e então autorizar ou não a realização da cirurgia de transgenitalização (Abreu, 2005; Miranda, 2015; Monteiro, 2009; Pinto, 2008; Saadeh, 2004; Sampaio & Coelho, 2012; Teixeira, 2006, 2012a, 2012b; Verduguez, 2009). Ao mesmo tempo, pesquisas apresentavam críticas ao diagnóstico, inicialmente como norteador do acesso à saúde e, posteriormente, à condição de patologia atribuída à transexualidade (Amaral, 2007; Arán & Amaral, 2009; Arán, Murta, & Lionço, 2009; Araújo, 2010; Barbosa, 2010, 2013; Jesus, 2013; Lionço, 2006; Silva, 2013), e outros trabalhos parecem alinhados com as diretrizes da APA (2015) e buscam alternativas para que o psicólogo possa desenvolver competências para atuar com as pessoas transexuais, buscando informações sobre identidade de gênero e sexualidade (Araújo, 2010; Cossi, 2010, 2014; Cunha, 2013; Porchat, 2014).

Atravessando as discussões das transexualidades do campo da saúde e dos limites do diagnóstico, outros trabalhos denunciam a transfobia como elemento central nos processos de discriminação e estigmatização que marcam a trajetória das pessoas transexuais (Barbosa, 2015; Bonfim, 2009; Monteiro, 2015; Peres & Toledo, 2011; Silva & Cerqueira-Santos, 2014; Torres, 2012; Torres & Prado, 2014). Alguns trabalhos denunciavam o cerceamento dos direitos das pessoas transexuais como efeitos de normativas e legislações (Cordeiro, 2012; Lima, 2013; Pereira, 2015).

O maior número de pesquisas identificadas resulta de dissertações, o que geralmente implicaria menor aprofundamento nas discussões teóricas do campo disciplinar e também em menor tempo para o seu desenvolvimento, quando comparadas às exigências das teses. No entanto, alguns/algumas pesquisadores/as permaneceram investigando essa temática e contribuindo com a consolidação de diferentes linhas de pesquisa no doutorado (Pacheco, 2017, p. 79). Esses resultados contribuem para pensar que, mesmo sendo um campo incipiente, com poucos/as pesquisadores/as, esses estão envolvidos/as na formação de novos/as pesquisadores/as e na produção/circulação desses conhecimentos. Em relação aos artigos científicos, parte significativa resultou das pesquisas de mestrado e doutorado de seus autores principais e, em outra parte, o/a primeiro/a autor/a é docente no ensino superior, sendo que, entre esses docentes, a maioria também atua na pós-graduação.

A produção acadêmica identificada na revisão poderia ser considerada pouco expressiva, considerando o quantitativo; no entanto, a sua circulação tem ocupado espaços de reconhecimento, uma vez que mais de 70% dela circula em revistas com estratos que oscilam entre A1 e B2, considerando a classificação *Qualis* (Pacheco, 2017, p. 99).

Embora a classificação dos artigos nos indicadores A1 até B2 possa sugerir o alinhamento com a necessidade de responder às exigências dos programas de pós-graduação, considerando que a publicação resulta de processo de avaliação pelos pares, as revistas científicas são consideradas como “um elemento de contribuição para o progresso científico de um campo do conhecimento” (Costa & Yamamoto, 2008, p. 23). As publicações, no formato artigo, indicam também a possibilidade de que estudantes de graduação, pesquisadores/as e docentes tenham acesso a essas discussões produzidas no campo disciplinar.

A produção sobre transexualidades na psicologia brasileira parece resultado de um esforço de poucos/as pesquisadores/as. Essa parece ser uma questão importante, pois, por um lado, temos uma política

pública que considera o psicólogo como profissional obrigatório em uma equipe de trabalho que executa uma parte significativa da oferta de cuidado às pessoas transexuais e, por outro, essas experiências ocupam pouco espaço de reflexão no campo de atuação psicológica, mesmo nos espaços de formação da/o psicóloga/o.

## **Lugares e sujeitos**

Diferentemente das pesquisas sobre travestis, que são realizadas ou iniciadas a partir dos espaços de prostituição (Amaral, Cruz, Silva, & Toneli, 2014), quase metade dos estudos identificados na revisão acessaram os/as participantes da pesquisa em eventos científicos e de militância, áreas de lazer, salões de beleza, parques e praças, moradia, entre outros, todos considerados parte da rede de sociabilidades dos/as colaboradores/as dos estudos. Não nos passaria despercebida a quantidade de trabalhos que acessaram os/as participantes a partir dos lugares de atenção transespecífica, numa somatória que corresponde a quase metade da totalidade dos estudos identificados (Pacheco, 2017, p. 96).

Considerando o número reduzido de serviços que oferecem cuidados específicos para as pessoas transexuais no Brasil, sendo que oficialmente seriam, até junho de 2017, cinco serviços credenciados para a oferta da Modalidade Ambulatorial e Hospitalar e quatro somente para a modalidade Ambulatorial, consideramos pertinente identificar os serviços onde foram realizadas as pesquisas, sendo que todos seriam Hospitais, exceto em Brasília, cujo serviço ambulatorial não se encontrava credenciado no momento de encerramento desta análise.

Convidamos a pensar acerca dos efeitos dos discursos que circulam nos espaços de cuidado especializados em saúde na produção/circulação de saberes sobre as transexualidades.

Nesses atravessamentos entre sujeitos e lugares, não somente os/as participantes são chamados/as a falar a partir de seu ingresso/demanda por serviços especializados como também parte significativa dos/

as pesquisadoras/as integra ou integrava esses serviços. Se ainda a referência espacial para iniciar as pesquisas com travestis permanece vinculada à prostituição, e pensamos no impacto do atrelamento de sentidos entre travestis e prostituição (Teixeira, 2013), a centralidade dos centros de referência possibilita pensar nos efeitos disso para a manutenção das verdades ancoradas na disforia e na patologia. Não nos parece acaso que as pesquisas que questionam os serviços, incluindo a atuação da psicologia e seu atrelamento à patologia, foram realizadas por pesquisadores que não compunham equipes e não estavam vinculados ao campo *psi* (Borba, 2014; Oliveira, 2013; Tenenblat, 2014).

É nesse lugar de poder-saber forjado pelo campo *psi*, particularmente a psicologia, ou através dela, que as pesquisas participam das cenas em disputa sobre a despatologização das transexualidades. É sobre esse fluxo de narrativas demarcando o que a psicologia tem produzido que nosso interesse se desdobra.

## **Problemas d(n)a saúde**

A transexualidade é inserida no circuito discursivo a partir de um saber sobre “a doença”, e foi nesse contexto que também a psicologia foi “convidada a atuar” a partir de um discurso do outro (Teixeira, 2017). Essa correlação é pertinente para contextualizar os resultados da revisão em relação às temáticas identificadas. Para analisar os resultados, seguimos a estratégia metodológica proposta por Bardin (1995) na Análise de Conteúdo, cujos procedimentos foram explicitados por Pacheco (2017). Para a discussão aqui proposta, trabalharemos apenas com as categorias que se relacionam diretamente à questão da saúde.

Uma primeira categoria, a maior delas, foi inicialmente nomeada como Transexualização e Saúde Mental. O uso do termo “transexualização” foi inspirado na produção de Silva e Oliveira (2015), que o propuseram como um processo de reconhecer-se transexual e

na produção de uma identidade transexual a partir das experiências pessoais: estudos sobre a constituição psíquica e a produção de uma identidade transexual; estudos sobre autorreconhecimento das pessoas transexuais envolvendo processos de subjetivação e identidade; estudos sobre percepção de masculinidades e feminilidades, e processos de reconhecimento do próprio corpo. Foram também agrupados nessa categoria os trabalhos que discutem a transexualidade e a psicopatologia ancorados na psicanálise.

A segunda categoria, nomeada como Processo Transexualizador, reuniu os trabalhos que tratavam as questões envolvendo a cirurgia de redesignação sexual e suas condições de realização no Brasil. Somaram-se os trabalhos sobre a assistência em saúde para as pessoas transexuais que acabam atravessadas pelo processo transexualizador, incluindo aqui a discussão sobre HIV/aids e fatores relacionados.

Mantivemos como discussões atreladas ao campo da saúde os trabalhos que demarcavam como problema de investigação as relações afetivo-sexuais de pessoas transexuais. Embora em pequeno número, eles informam que as práticas e desejos sexuais das pessoas transexuais permanecem como objeto de investigação para a psicologia e que as pessoas transexuais permanecem “condenadas” a um inquérito sobre suas sexualidades. Os trabalhos compuseram a categoria Vivências Afetivo-Sexuais.

Em menor número, apenas três produções, sendo uma tese e duas dissertações, compuseram a categoria nomeada como Despatologização. Foram reunidos aqui os trabalhos cujos temas centrais questionavam o reconhecimento da transexualidade como transtorno mental. Referiam-se à defesa da autonomia dos sujeitos, ao questionamento do diagnóstico “psi” e seus efeitos sobre as práticas de saúde para essa população.

A hegemonia das discussões oriundas da/na saúde parecia auto-explicativa e também poderia estar associada ao local de acesso dos/as participantes da pesquisa, bem como de alguns/algumas pesquisadores/as. No entanto, quando em confronto com a questão

inicial sobre quais saberes têm sido produzidos/circulados na produção acadêmica sobre as psicologias e as transexualidades, afirmar que esses saberes estão ancorados no campo da saúde tornou-se insuficiente.

Todas essas categorias sugeriam que uma nova categoria deveria ser construída no sentido de garantir a exclusão mútua e homogeneidade. Assim, reagrupá-las em uma única categoria denominada “Problemas d(n)a saúde” parecia ter se tornado fértil (Bardin, 1995). Nessa categoria foram incorporadas as produções anteriormente distribuídas nas categorias transexualização e saúde mental, o processo transexualizador, as vivências afetivo-sexuais e a despatologização.

Percebemos um deslocamento das discussões sobre as transexualidades que inicialmente tratavam de questões relativas à transexualização e saúde mental das pessoas transexuais e foram incorporando as problematizações sobre a patologização das identidades transexuais e seus dissensos sobre o diagnóstico. Ainda que trabalhos recentes defendam o diagnóstico a ser realizado na perspectiva de identificação de “um transexual verdadeiro”, inclusive com a aplicação de testes, eles são minoria nesse campo.

É no contexto de pensar o acesso aos serviços de saúde que a questão do diagnóstico da transexualidade parece estabelecer consenso entre os estudos identificados. Os questionamentos da manifestação do desejo da cirurgia como critério diagnóstico e do diagnóstico como porta de acesso ao serviço parecem alinhar um conjunto de trabalhos na defesa da despatologização da transexualidade.

A recusa ao diagnóstico parece ter forjado um consenso; no entanto, ela é atravessada ainda por um conjunto de posições ambíguas em defesa de uma clínica psicológica da transexualidade, mesmo que aparentemente respaldando a perspectiva da não patologização da transexualidade. Nesse lugar escorregadio, temos a produção de um silêncio sobre a compulsoriedade do tratamento psicológico e o tempo mínimo de atendimento, também previstos a partir da Resolução do CFM e incorporados à Portaria do Processo Transexualizador.

## Concluindo

Poucos trabalhos desamarram as transexualidades do campo da saúde e dos limites do diagnóstico. São esses os que parecem ter maior comprometimento com a perspectiva da despatologização das transexualidades quando aportam seus olhares nas lutas por visibilidade e outras esferas de sociabilidade das pessoas transexuais. Denunciam a transfobia como elemento central no cerceamento dos direitos das pessoas transexuais. Embora sejam ainda em menor quantidade de trabalhos apresentados, parecem indicar perspectivas de futuras pesquisas importantes e alinhadas à trajetória da psicologia e das transexualidades no cenário internacional da Psicologia. O movimento pelo questionamento das transexualidades como patologias e da prática diagnóstica parece estar ancorado em um alinhamento das diretrizes internacionais, inclusive divulgadas em documento da própria American Psychological Association (APA) intitulado “Guidelines for Psychological Practice with Transgender and Gender Nonconforming People” (American Psychologist Association, 2015).

## Referências

- Abreu, F. G. O. (2005). *Transexualismo: um estudo sobre a representação de si no método de Rorschach*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.
- Amaral, D. M. (2007). *A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Amaral, M. S., Silva, T. C., Cruz, K. O., & Toneli, M. J. F. (2014). “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 301-311. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a07v26n2.pdf>.
- American Psychological Association. (2015). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. *American Psychological*

*Association*, 70(9), 832-864. Recuperado de <https://www.apa.org/practice/guidelines/transgender.pdf>.

Andreazza, T. S., Costa, A. B., Massuda, R., Salvador, J., Silveira, E. M., Piccon, F. Carvalho, R. et al. (2014). Discordant Transsexualism in Male Monozygotic Twins: Neuroanatomical and Psychological Differences. *Archives of Sexual Behavior*, 43, 399-405. Recuperado de <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10508-013-0151-8>.

Arán, M., Amaral, D. M., & Lionço, T. (2009). Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1141-1149. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>.

Arán, M. & Amaral, D. M. (2009). Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1), 15-41. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003>.

Araújo, L. R. (2010). *Transexualidade: dos transtornos às experiências singulares*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barbosa, B. C. (2010). *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Barbosa, B. C. (2013). “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 14, 352-379. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200016>.

Barbosa, B. C. (2015). *Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Bonfim, P. T. S. (2009). *Discriminação e preconceito: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.

Borba, R. (2014). *(Des)aprendendo a “ser”: trajetórias de socialização e performances narrativas no processo transexualizador*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-

graduação em Lingüística Aplicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Cossi, R. K. (2010). *Transexualismo, psicanálise e gênero: do patológico ao singular*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cossi, R. K. (2014). Desvinculação da experiência transexual do diagnóstico psicanalítico de psicose. *Revista Psicologia e Saúde*, 6(1), 9-17 Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X201400100003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X201400100003&lng=pt&tlng=pt).

Cordeiro, D. M. (2012). *Transtorno de identidade sexual em adultos e justiça: laudo psicológico para mudança de prenome*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psiquiatria, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Costa, A. L. F. & Yamamoto, O. H. (2008). Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação *Qualis* de Psicologia. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 13-24. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722008000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000100003).

Cunha, E. L. (2013). Sexualidade e perversão entre o homossexual e o transgênero: notas sobre psicanálise e teoria Queer. *Revista EPOS*, 4(2), 08. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X201300200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X201300200004&lng=pt&tlng=pt).

Detoni, P. P., Marques, D. M., Soares, L. V., & Nardi, H. C. (2011). As formas do “fazer psi” e a constituição das políticas públicas associadas à diversidade sexual. *Psicologia política*, 11(22), 279-294. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2011000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200007).

Dias, R. B. (2015). *Identidade de Gênero Trans e Contemporaneidade: representações sociais nos processos de formação e educação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

Fontanari, A. M. V. (2015). Impacto dos eventos traumáticos em aspectos clínicos da transexualidade. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psiquiatria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Fontanari, A. M. V., Andreatza, T. S., Costa, A. B., Salvador, J., Koff, W., Aguiar, B., Ferrari, P. et al. (2013). Serum concentrations of brain-derived neurotrophic

factor in patients with gender identity disorder. *Journal of Psychiatric Research*, 47, 1546-1548. Recuperado de [http://www.journalofpsychiatricresearch.com/article/S0022-3956\(13\)00138-6/abstract](http://www.journalofpsychiatricresearch.com/article/S0022-3956(13)00138-6/abstract).

Jesus, B. M. (2013). *Campanha pela despatologização da transexualidade no Brasil: seus discursos e suas dinâmicas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Lerri, M. R. (2015). *Caracterização de pacientes portadores de Transtorno de Identidade de Gênero*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ginecologia e Obstetrícia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Lima, M. L. C. (2013). *O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Lionço, T. (2006). *Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Melo, R. A. M. & Barreto, D. J. (2014). Formação em Psicologia: discursos e saberes sobre experimentações de gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(3), 676-689. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932014000300676](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000300676).

Miranda, E. R. (2015). Transexualidade e sexuação: o que pode a psicanálise. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 7(1), 52-60. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.18370/2176-4891.2015v1p52>.

Monteiro, I. R. L. (2015). *A exclusão democrática de travestis e transexuais na gestão educacional: um estudo das relações entre gênero, sexualidade e hierarquia*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Monteiro, M. P. (2009). Transamérica: na encruzilhada da sexuação. *Estudos de Psicanálise*, 32, 111-116. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372009000100013&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372009000100013&lng=pt&tlng=pt).

Oliveira, M. J. (2013). *Confissões da carne: uma experiência clínica de atendimento psicoterapêutico a transexuais*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Pacheco, B. G. C. (2017). *Psicologias e transexualidades: o estado da arte da produção teórica brasileira*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, MG.

Pereira, V. M. (2015). *Entre corpos abjetos e zonas de monstruosidade: traçados e passeios pela legislação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Peres, W. S. & Toledo, L. G. (2011). Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 261-277. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2011000200006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200006&lng=pt&tlng=pt).

Pinto, M. J. C. (2008). *A vivência afetivo-sexual de mulheres transgenitalizadas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Porchat, P. (2014). O corpo: entre o sofrimento e a criatividade. *Revista EPOS*, 5(1), 112-130. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2014000100007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100007&lng=pt&tlng=pt).

*Resolução CFM n. 1.482*, de 10 de setembro de 1997. (1997). Autoriza, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo. Recuperado de: [http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482\\_1997.htm](http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482_1997.htm).

Saadeh, A. (2004). *Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psiquiatria, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sampaio, L. L. P. & Coelho, M. T. Á. D. (2012). Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. *Interface*, 16(4), 637-649. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-2832012000300005&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-2832012000300005&lng=en). <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832012000300005>.

Silva, A. L. (2013). *Processo de transsexualização: uma análise inter e intrageracional de histórias de vida*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Silva, A. L. & Oliveira, A. A. S. (2015). Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida sobre a Infância. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 484-508. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812015000200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200004&lng=pt&tlng=pt).

Silva, B. B. & Cerqueira-Santos, E. (2014). Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Revista da SPAGESP*, 15(2), 27-44. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000200004&lng=pt&tlng=pt).

Teixeira, F. B. (2013). *Dispositivos de dor: saberes/poderes que (com)formam as transexualidades*. São Paulo: Annablume.

Teixeira, F. B. (2017). (Des)Engano: revisando as Portarias do Processo Transexualizador no SUS. In A. P. Uziel & F. L. Guilhon (Orgs.), *Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos* (pp. 313-352). Rio de Janeiro: EdUERJ.

Teixeira, M. C. (2006). Mudar de sexo: uma prerrogativa transexualista. *Psicologia em Revista*, 12(19), 66-79. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682006000100007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682006000100007&lng=pt&tlng=pt).

Teixeira, M. C. (2012a). Os transexuais e o sexo pra chamar de seu. *Revista aSEPHallus*, VII(14). Recuperado de [www.isepol.com/asephallus](http://www.isepol.com/asephallus).

Teixeira, M. C. (2012b). *“A pessoa que se é”: sobre as relações entre personalidade e corpo numa sexuação transexualista*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Teixeira, N. B. V. (2014). *“Cura gay é o meu cavalo!”: a normalização da homossexualidade e a resolução CPF 1/99*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Tenenblat, M. J. T. (2014). *A assistência à saúde de pessoas transexuais: aspectos históricos do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Torres, M. A. (2012). *A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direito nas figurações sociais contemporâneas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Torres, M. A. & Prado, M. A. (2014). Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders. *Educação & Realidade*, 39(1), 201-220. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000100012>.

Verduguez, E. R. U. (2009). *Aspectos da psicosssexualidade e da personalidade de pacientes autodenominados transexuais masculinos e femininos avaliados pelo teste projetivo de Szondi*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo.

# Desafios para a manutenção da despatologização das homossexualidades na psicologia brasileira

Sandra Elena Sposito

A difícil e contínua resistência aos esforços de (re)patologização da homossexualidade nos espaços políticos e de atuação profissional se faz rotineira na psicologia brasileira. A despatologização, antes de ser um fato, é um processo que não se encerra nas publicações dos consensos científicos, na extração dos rótulos e na imposição de normas que inibam a associação das homossexualidades com doenças e anormalidades.

O processo de despatologização foi se consolidando a partir da retirada gradual do item “homossexualismo” dos grandes manuais de patologias (DSM e CID). E, concomitantemente, com a emergência da luta por direitos dos homossexuais e o enfrentamento da homofobia.

Contudo, não se trata de um processo contínuo, nem progressivo. Há atravessamentos, retrocessos ou impedimentos que, constante-

mente, recolocam a pauta das homossexualidades no contexto do desvio, da anormalidade, do desregramento, da antinatureza, e, ainda, da patologia.

Há iniciativas de alguns grupos religiosos fundamentalistas e conservadores que se articulam nos campos políticos e jurídicos, atuando em parceria para impedir o avanço dos direitos da população LGBT e, ainda, consolidar padrões de conduta violentos dirigidos a esse grupo minoritário. E sobram também ataques com repercussões no âmbito da Psicologia.

Gayle Rubin (1993), no texto “Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade”, discutiu, na realidade norte-americana, algumas estratégias em que a política de Estado e as legislações foram artífices da gestão da sexualidade, buscando interferir nos campos que se referem à reprodução e às práticas sexuais divergentes da heterossexualidade matrimonial, reprodutiva e não comercial.

As discussões de Rubin (1993) forneceram-nos elementos possibilitadores de reconhecer, na realidade brasileira, algumas similaridades na gestão política da sexualidade nos dias atuais, bem como a influência que os acontecimentos estadunidenses tiveram por aqui. Ao relatar a história dos ataques políticos no âmbito da questão da educação sexual, explicitou a influência religiosa/conservadora na gestão da pauta política.

Na análise de Rubin (1993), a concepção de sexo/sexualidade subjacente às propostas legislativas e à gestão política da educação sexual é fortemente essencialista, concebendo-o como uma instância natural, imutável e perene. A definição do sexo como uma entidade biológica possibilitou que houvesse pouca resistência a essas medidas, pois tratava de, somente, garantir que essa (suposta) naturalidade fosse preservada sem os atravessamentos de ameaças (como a masturbação, a homossexualidade), as quais desviariam homens e mulheres de uma vida saudável.

No Brasil, essa ideologia vem compondo a agenda política de modo cada vez mais explícito a partir da articulação de iniciativas de grupos conservadores e expressões religiosas de caráter fundamentalista. *Nas análises do contexto brasileiro, realizadas no livro Religião e política de Lopes e Vital (2012), é possível identificar algumas estratégias de atuação dos grupos religiosos fundamentalistas, no âmbito da política nacional, em atuações frente aos direitos das mulheres e LGBT. Primeiramente, é importante destacar que, apesar do forte apelo religioso, há adesões a essa vertente oriundas dos grupos conservadores.*

Entendemos que essa observação é fundamental porque o foco da controvérsia aqui apresentada não se fixa a um embate entre valores religiosos e seculares. O que se apresenta como central são as tensões em busca da definição de uma política sexual no Brasil. Revelar que essa questão não está localizada, nem delimitada entre os parlamentares evangélicos, não implica em reduzir a importância que eles têm na condução dessa agenda. Se esses posicionamentos não devem ser pensados como religiosos, mas como referentes a um campo conservador mais amplo que engloba as justificativas religiosas, isso não significa que devemos fechar os olhos para quem, em geral, entra nessa disputa em sua dimensão pública. (Lopes & Vital, 2012, p. 119)

*O Congresso Nacional brasileiro conta com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), responsável por mapear as pautas e projetos de lei que indicam a defesa dos direitos sexuais, reprodutivos, das mulheres e dos LGBT e se articula para impedir avanços nessas áreas: “Na atual legislatura, 70 deputados federais e 03 senadores compõem a Frente Parlamentar Evangélica — número que oscila ao longo do mandato (o que é comum em outras frentes parlamentares no Congresso Nacional)” (Lopes & Vital, 2012, p. 46).*

Nessa instância política, responsável por estabelecer as normas legais que regem o Estado brasileiro, tanto a FPE quanto os grupos conservadores advogam explicitamente em favor de uma proposta religiosa e pautada em valores retrógrados. Tais representantes,

quando questionados sobre temas como a laicidade do Estado e o respeito à diversidade religiosa, alegam que têm tanto direito quanto os outros grupos (homossexuais e mulheres, por exemplo) de defender sua proposta de sociedade. E que qualquer impedimento dessa iniciativa seria um cerceamento do direito de expressão e liberdade de ideais. Nessa lógica, defendem, inclusive, a laicidade e a diversidade, pois tais paradigmas permitem que várias vozes ou discursos se manifestem na arena política. Não há dicotomias como ciência *versus* religião; há uma profusão de discursos de verdade que estão no mesmo patamar de legitimidade política e devem ser reconhecidos e colocados em discussão nos espaços decisórios.

O trunfo que esse argumento contém é que ele dispõe a religião como um grupo de pressão entre tantos outros. O discurso religioso tal qual está sendo apresentado relativizaria o seu lugar como produtor da verdade, assim como o lugar da ciência de vocalizador da verdade na modernidade passaria a ser mais uma das correntes de pensamento a oferecer um discurso sobre ela. Nesse sentido, religião e ciência estariam disputando, em princípio, em posição de igualdade, a visão da verdade. E isto não é pouco.

Isto amplia o desafio, em termos políticos e filosóficos, para os que buscam desconstruir o lugar da religião como um grupo de pressão entre outros porque, para tanto, os críticos da religião teriam que defender um lugar hierárquico nos discursos sobre a verdade para a ciência ou para outro grupo em oposição ao lugar do religioso. Dizemos que essa não é uma questão menor porque boa parte dos críticos do religioso no espaço público e de seu avanço em direção à política são críticos também da ciência, relativizando seu lugar como produtor de verdade, contribuindo para a própria ideia de igualdade entre saberes e formas de produção de conhecimento. (Lopes & Vital, 2012, p. 8)

A produção histórica de críticas ao modo de construção do conhecimento científico como um discurso de verdade que deve ser questionado e contextualizado no âmbito histórico, social, político e econômico é recolocado por esses grupos religiosos/conservadores

para dar amparo à sua própria legitimidade enquanto discurso, que também é uma das produções de verdades em igual posição em relação à ciência. Dessa forma, simplesmente colocar os argumentos científicos como referência para a contraposição pareceria retomar a ciência enquanto produção da verdade, desrespeitando a sua própria autocrítica.

Para Lopes e Vital (2012), a estratégia mais adequada para fazer frente aos argumentos discursivos dos grupos religiosos/conservadores é evidenciar que suas ações incitam a violência, o preconceito, mantendo as hierarquias no âmbito dos gêneros e da sexualidade ao negligenciar ou negar os desníveis no acesso aos direitos e às políticas públicas desses segmentos.

Nessa conjuntura, analisaremos suas repercussões na psicologia brasileira. Os grupos religiosos/conservadores elegeram como alvo a Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 01/99), pois, além de confirmar a posição despatologizante das homossexualidades, ainda impede os profissionais de atuarem em tratamentos e na divulgação de posições discriminatórias. Para visibilizar as tentativas de invalidar essa normativa ética, é importante retrocedermos historicamente, a fim de situar o contexto que gerou a necessidade dessa publicação do CFP e seus desdobramentos.

No contexto brasileiro, a necessidade de publicar uma regulamentação que confirmasse, no âmbito de uma categoria profissional, as diretrizes já reconhecidas cientificamente nas instâncias oficiais internacionais foi marcada pela urgência de um posicionamento ético-político da Psicologia frente às iniciativas de profissionais vinculados a grupos religiosos que propunham a “cura” ou “reversão” da homossexualidade, baseados em pressupostos oriundos da moral religiosa e/ou então respaldados pela ciência psicológica já ultrapassada, que não resistiu aos novos avanços dos estudos acerca da sexualidade.

O CFP, inicialmente, tomou conhecimento de tais fatos a partir de uma denúncia formulada pelo movimento social de defesa dos homossexuais, representado na época pelo Grupo *Gay* da Bahia

(GGB), por meio de ofício enviado por um de seus membros, o antropólogo Luis Mott. Segundo Marcus Vinícius de Oliveira, então membro da diretoria do Conselho Federal de Psicologia, a denúncia de Mott se referia a um grupo vinculado a uma igreja evangélica que executava um projeto chamado “*Êxodus*”, em que os psicólogos lá atuantes prometiam fazer o “êxodo dessas pessoas, desta condição negativa para uma outra” (Conselho Federal de Psicologia, 2011, p. 218).

Em entrevista realizada em abril de 2000 na Revista Veja, a então Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Bock, discutiu amplamente a Resolução CFP 01/99 e seus impactos na realidade brasileira, confirmando a influência da questão religiosa:

Em geral, os psicólogos que tratam o homossexualismo como doença estão ligados a grupos religiosos. Há clínicas que prometem cura para a homossexualidade e existem psicólogos envolvidos nesses tratamentos. No ano passado, houve um grande congresso de um grupo religioso em Viçosa que prometia curar *gays*. Nós soubemos do envolvimento de psicólogos e foi a partir daí que decidimos adotar a resolução. Não nos interessava naquele momento perseguir os psicólogos, na medida em que nem tínhamos uma orientação oficial. O que fizemos foi construir essa norma. (Granato, 2000, p. 14)

No Conselho Federal de Psicologia, à época dos fatos, vigorava uma intensa discussão dos Direitos Humanos em interface com a Psicologia, tendo sido instalada no ano anterior a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) nessa entidade. Para Marcos Vinícius de Oliveira, a denúncia apresentada pelo GGB era representativa de uma discussão mais ampla que a referida Comissão estava aprofundando no âmbito do sofrimento mental imposto a determinadas expressões identitárias.

O direcionamento ético-político dado pelo CFP à denúncia trazida pelo GGB foi mais amplo, não se reduziu a um papel meramente punitivo de identificar os profissionais da Psicologia envolvidos na

atuação de “cura” da homossexualidade e processá-los, até porque tal medida, além de demorada, não se constituiria um dispositivo preventivo, que resultasse em trazer novamente à tona a discussão da patologização da homossexualidade

Sendo assim, a Resolução CFP 01/99 emergiu de um contexto em que se destacava a presença do vínculo religião e prática da Psicologia em uma associação que patologizava a homossexualidade e propunha seu tratamento, atendendo, assim, às demandas religiosas por meio de e com a ajuda da ciência psicológica. Cabe apontar que não se tratava somente de psicólogos/as isolados/as que propagavam e defendiam tais práticas; havia também grupos organizados de profissionais vinculados a igrejas e grupos religiosos dedicando-se ao tratamento e à cura de homossexuais.

Segundo Natividade (2009), existem no Brasil diversos grupos religiosos cristãos que condenam a homossexualidade, propõem práticas que visam a extinguir tal comportamento e contam com a participação efetiva de profissionais da Psicologia. Dentre esses, o autor cita o CPPC – Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos, que divulgou diversos artigos nos quais se buscava compreender a causa da homossexualidade e, dessa maneira, facilitar o seu tratamento. O autor ainda ressalta que a Psicologia se apresenta nesse contexto como uma das expressivas fontes de explicação das origens da homossexualidade.

Convém apenas observar a relativa porosidade destas perspectivas teológicas em relação a certas teorias psicológicas (especialmente aquelas em relativo desuso no campo *psí*), as quais operam com significados negativos acerca da homossexualidade numa zona de hibridização entre estes campos. A própria fixação em discutir as “origens” desta forma de vivência da sexualidade pode ser tomada como sinal de uma visão patologizadora, que postula certa forma de heterossexualidade como “norma” e se dedica a tentar colonizar todas as expressões da sexualidade que diferem desta convenção. (Natividade, 2009, p. 135)

O CPPC publica, semestralmente, uma revista chamada *Psicoteologia* e, no primeiro semestre de 2008, essa publicação tinha como temática central a homossexualidade, na qual foi possível identificar relatos dos impactos da Resolução CFP 01/99 no contexto evangélico-cristão bem como observar a manutenção das práticas de tratamento da homossexualidade.

Nesse número da revista, também há um balanço de evento realizado em 2007, chamado “II Fórum Interno sobre Homossexualidade”. Tal artigo, assinado por uma psicóloga, Fátima Fontes, apresentou a síntese dos resultados dos tratamentos realizados pelos profissionais do CPPC e anunciou a escassez de sucesso de seus tratamentos na reversão da homossexualidade e, ainda, afirmou que algumas pessoas a eles submetidas chegaram a enlouquecer. Em uma postura totalmente oposta às diretrizes éticas da prática da Psicologia, que visam ao bem-estar do indivíduo, suas práticas acarretavam sofrimentos enlouquecedores.

Apesar de demonstrarem preocupação com a Resolução de 1999, nesses nove anos (a revista é de 2008) que se passaram desde sua publicação, não se observaram mudanças significativas nas práticas profissionais dos psicólogos e psicólogas participantes dos tratamentos de cura, conforme relato do próprio grupo. Ou seja, a busca da reversão da homossexualidade ainda mostrou-se corriqueira.

Atualmente, as ligações entre Psicologia, religião (de caráter fundamentalista) e sexualidade revelam essa face que se apresenta explicitamente oposta aos pressupostos da Resolução CFP 01/99 e aos paradigmas fundamentais da prática psicológica calcados nos princípios éticos embasados nos direitos humanos. Trata-se de um vínculo periculoso, no qual está em jogo o papel social do profissional da Psicologia na sociedade brasileira, que vem se consolidando em uma atuação com vistas à emancipação e à garantia de direitos, mas que, nessa trama da religião com a sexualidade aliada às teorias psicológicas, tem contribuído muito mais para a prevalência do sofrimento, do sentimento de rejeição, do preconceito, enfim, da homofobia.

O atravessamento dos pressupostos religiosos em aspectos da prática profissional do/a psicólogo/a é um fato notório nos discursos produzidos nos grupos cristãos, como o CPPC e outros semelhantes, aos quais tais profissionais estão vinculados. E essa situação requer uma atenção mais demorada no que tange ao mapeamento da conjuntura que acarretou e ainda favorece o amalgamar das práticas psicológicas com os preceitos fundamentalistas e conservadores.

Esse tensionamento no campo profissional da Psicologia está articulado com os grupos religiosos/conservadores que também buscam impedir avanços dos direitos homossexuais e promovem a visão preconceituosa, incentivando a possibilidade de mudança de orientação sexual de homossexual para heterossexual, sendo a prática psicológica entendida como um locus privilegiado e qualificado para proceder essa mudança.

Dessa forma, destacamos três ações político-jurídicas que visaram a questionar ou invalidar a Resolução CFP 01/99 nos últimos anos em que as interferências das concepções religiosas/conservadoras vão tomando corpo. A primeira foi uma tentativa do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro de sustar partes da referida resolução e que encaminhou, ao Conselho Federal de Psicologia, uma ação civil pública em 2011; a segunda ocorreu no âmbito do Congresso Nacional com a formulação do PDC 234/11 (Projeto de Decreto Legislativo nº 234, 2011), visando a sustar alguns artigos da normativa do CFP, ficando conhecido como o projeto da “cura *gay*”<sup>1</sup>. E a terceira trata-se do PDL 539/16 (Projeto de Decreto Legislativo nº 539, 2016), que propõe a sustação completa da Resolução.

---

1 Ver notícias relacionadas:

<http://site.cfp.org.br/trf-2a-regiao-decide-favoravelmente-a-resolucao-do-cfp-no-00199/>  
<http://site.cfp.org.br/nota-do-cfp-sobre-decisao-da-5a-vara-da-justica-federal-do-rio-de-janeiro/>  
<http://site.cfp.org.br/posicionamento-do-cfp-sobre-projeto-que-sugere-sustar-artigos-da-resoluo-n-00199/>  
<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Parecer-PDC-234.pdf>

As primeiras duas ações são mais antigas e articuladas, na medida em que têm o mesmo objeto alvo, ou seja, os artigos da Resolução que impedem o tratamento da homossexualidade e o pronunciamento, em público, de profissionais da Psicologia com uma visão incitadora do preconceito. São eles: o parágrafo único do artigo 3º e o parágrafo 4º.

Apresentamos, abaixo, a Resolução CFP 01/99 e colocamos em itálico os itens que foram questionados.

Resolução CFP 01/99

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o psicólogo é um profissional da saúde;

CONSIDERANDO que na prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, o psicólogo é frequentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade;

CONSIDERANDO que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;

CONSIDERANDO que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

CONSIDERANDO que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente;

CONSIDERANDO que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações;

RESOLVE:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discrimina-

ção e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

*Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.*

*Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.*

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 22 de março de 1999.

ANA MERCÊS BAHIA BOCK  
(Conselho Federal de Psicologia)

Tais iniciativas de fazer cair artigos da Resolução não obtiveram sucesso, sendo derrubadas nas instâncias jurídicas subsequentes. Todavia, o PDC 234/11 alcançou grande repercussão na mídia, até pela lógica construída na argumentação dos grupos evangélicos que conduziram o projeto. Alegavam que não estavam retomando a patologização da homossexualidade, mas sim garantindo o direito de tratamento das pessoas que voluntariamente querem deixar de ser homossexuais.

Trata-se do apontamento de que as pessoas homossexuais são acometidas por sofrimentos psíquicos decorrentes da sua orientação sexual, sendo uma das formas mais adequadas de tratamento possi-

bilitar-lhes saírem da condição homossexual. Essa postura indicou a completa ausência de discussão acerca dos elementos que motivam as pessoas a almejem deixar de ser homossexuais, que seriam as diversas formas de preconceito e discriminação vivenciadas no seu cotidiano, inclusive no âmbito das religiões que agenciaram essas ações contra a Resolução. E também retoma o viés patologizante, sem, contudo, fazê-lo explicitamente, conduzindo o raciocínio para o entendimento de que são os sofrimentos decorrentes da homossexualidade que poderão ser minimizados, e não a mesma em si. Tal distorção é bem visível no PDC e na ação do MPF do RJ, na medida em que não questionaram os artigos da Resolução confirmadores da despatologização e tentaram sustar aqueles ligados ao tratamento e à possibilidade de se pronunciar publicamente acerca da existência de formas de alterar a orientação sexual.

Contudo, na terceira ação ainda em trâmite no Congresso Nacional, o PDL 539/16, que tem o objetivo de sustar a Resolução CFP 01/99 por completo, o argumento utilizado é que há cerceamento da liberdade de expressão do profissional da Psicologia, inclusive indicando que o Conselho Federal de Psicologia extrapolou sua capacidade de legislar, na medida em que violou um preceito constitucional (liberdade de expressão). Nesse PDL, o Congresso busca desautorizar o CFP e tomar para si a incumbência de regulamentar a profissão de psicólogo/a no Brasil.

Nesse processo, é importante destacar que, historicamente, a patologização da homossexualidade vai desaparecendo das ações e preocupações que envolvem a Sexologia, encontrando abrigo e novo impulso nos grupos religiosos e conservadores. Essa movimentação parece refletir as aspirações presentes no contexto religioso e conservador cujo projeto de humanidade implica a forte manutenção dos paradigmas heteronormativos, masculinos, capitalistas e ocidentais. As quebras desses padrões são consideradas ameaçadoras à ordem do sistema vigente, e o exercício do controle sobre as vidas dos fiéis no que tange à sexualidade é importante estratégia de docilização e

homogeneização de seus estilos de vida, facilitando formas de submissão aos dogmas e preceitos religiosos e morais.

A prática da Psicologia, nesse contexto, conforme observamos (nos relatos do CPPC), pode estar atrelada aos paradigmas apregoados pelos grupos evangélicos-cristãos fundamentalistas e conservadores e com eles em concordância, inclusive legitimando uma visão da profissão em desacordo com preceitos éticos, distanciando-se das contribuições mais atuais e críticas da ciência psicológica.

Destacam-se nesses processos (PDC 234/11 e PDL 539/16) duas linhas argumentativas em relação à ciência psicológica. A primeira é a afirmação de que a diversidade teórica da ciência psicológica representa uma falta de clareza metodológica e dá margem ao surgimento de versões distintas e, às vezes, inconciliáveis, proporcionando ao profissional total liberdade de conduzir seu trabalho conforme a abordagem escolhida, o que contribui para uma simplificação do campo ético-político da profissão, reduzindo-o a uma questão de autonomia teórica (Câmara dos Deputados, 2012, 2013).

A segunda é a defesa de concepções teóricas oriundas da Psicologia e ciências afins, que afirmaram em outros momentos históricos que as homossexualidades eram patológicas ou desviantes de um padrão normal de desenvolvimento. Trata-se de uma visão a-histórica e desatualizada do conhecimento científico e das práticas.

Não há como negar que, se recorrermos aos postulados teóricos no âmbito da Psicologia que remontam ao primeiro momento da Sexologia, encontraremos largas contribuições à patologização, não só das homossexualidades, mas de outras formas de comportamentos, tanto no âmbito sexual quanto em outras áreas. Contudo, tais posições foram sendo revisadas, nas diferentes vertentes teóricas ao longo do século XX, possibilitando a superação de vieses ideológicos e normatizadores em várias áreas de atuação, em um processo que ainda perdura, visto que a Psicologia se encontra, constantemente, servindo a vários propósitos, nem sempre adequados à sua ética e, em vários momentos, carecendo de criticidade.

Enfim, o esforço do Congresso Nacional brasileiro em invalidar a Resolução CFP 01/99 representa também a instauração de um poder cuja finalidade é legislar sobre a ciência (psicológica, no caso), definindo através de projetos de leis o paradigma científico no qual as práticas dos/as profissionais deve se assentar.

## Referências

Câmara dos Deputados. (2012). Relatório da Comissão de Seguridade Social e Família sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 234/11. Brasília, DF: Autor. Acesso em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1048492](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1048492)

Câmara dos Deputados. (2013). Relatório da Comissão de Direitos Humanos e Minorias sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 234/11. Brasília: Autor. Acesso em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop>

Conselho Federal de Psicologia. (2011). Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos. Brasília, DF: Autor.

Granato, A. (2000, 26 de abril). A guerra ao preconceito [Entrevista com Ana Bock]. Revista Veja, pp. 13-15; Acesso em <http://origin.veja.abril.com.br/260400/entrevista.html>

Lopes, C. & Vital, P. V. L. (2012). Religião e política: uma análise da atuação dos parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll.

Natividade, M. (2009). Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana, 2(1), 121-161.

Resolução CFP n. 001, de 22 de março de 1999. (1999). Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Acesso em

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf)

Rubin, G. (1993). Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In H. Abelhove et al. (Orgs.), *The Lesbian and Gay Studies Reader* (pp. 03-44). Londres: Routledge.

**SEÇÃO III**  
**Resistências nos campos  
e nas cidades**

# Para esquecer futuros salvíficos e permanecer com o problema

Dolores Galindo  
Danielle Milioli



Registros da dança/pesquisa Ninho (2014-2016), Danielle Milioli.

Uma das questões para as pesquisas contemporâneas em Psicologia Social que entendem as mídias como tecnologias compostas por viventes das mais diversas ontologias consiste em dar conta das mutações que bagunçam as fronteiras entre as/os viventes nas narrativas que escrevemos sobre os mundos que habitamos. Mundos atravessados por práticas colonialistas eurocentradas. Mundos que conjugam ruína e criação. Mundos que exigem uma arte de contar histórias capaz de inventar a vida a partir dos restos em fermentação, ao calor dos processos de compostagem, tal qual imagina Donna Haraway no livro *Staying with the trouble* que dá subtítulo ao presente manuscrito.

Nossa proposta neste texto é tecer uma cama de gato, um jogo de barbantes cujo padrão de disposição das figuras que o compõem é o de pequenas histórias que podem passar de uma a outra sem que exista um necessário ponto de início e de chegada argumentativos. É um jogo repleto de complicações e complicadores, um deles é a heterogeneidade e heterogênesse das/os parceiros/as de jogo que implica um necessário cuidado com os processos de dar e receber. A cada pequena história que narramos, buscamos lembrar de nos desfazermos do *direito de não ter cuidado*, alerta que nos traz Isabelle Stengers e que pode ser traduzido por uma exigência a resistir a julgar e por um convite a problematizar as maneiras que encontramos para escapar da arte de ter cuidado a fim de evitá-las.

Interessa-nos indagar quais formas de vida sobrevivem e florescem nas zonas implodidas e densas da devastação ecológica quando estranhemos as alternativas infernais que se organizam como escolhas duais cujas alternativas já estão dadas a princípio e onde o horizonte de invenção é reduzido a traçar cenários menos piores num horizonte definido de antemão. Alternativas infernais são conjugadas à produção de medos, igualmente infernais e previsíveis, conforme nos alerta Isabelle Stengers (2015), em *No tempo das catástrofes*.

A proposta deste texto se desenha como uma maneira de abordar zonas de florescimento entre espécies num mundo marcado pela

devastação ambiental cuja principal retórica vem sendo o recurso a denúncias que são presas aos regimes de espetacularização midiáticos nos quais os pequenos acontecimentos são editados e descartados, perdendo-se aí toda uma complicada gama de práticas de composição das formas de vida que cedem a narrativas salvacionistas em prol de um futuro de certezas ou, o que é ainda mais grave, cedem também a discursos que visam a resgatar teorias criacionistas e minar as bases para a imaginação inventiva por meio de narrativas salvíficas.

Ao longo deste texto, dentre as pequenas histórias, narramos uma história situada de pesquisa na qual nossos parceiros de jogo principais foram os pombos urbanos, aves cuja história está profundamente ligada a práticas colonialistas de domínio eurocêntrico, que se imiscuem em narrativas de defesa dos direitos animais, são objeto de investimentos de higienização e banidos como pragas ou, ainda, centro da atenção de criadores. Nosso trabalho de figuração especulativa com pombos iniciou-se antes que lêssemos a aposta que Donna Haraway também fez nesses animais para pensar sobre práticas de justiça ambiental inusitadas no trabalho da artista Beatriz da Costa, que adotou pombos, animais associados à poluição urbana, para medir índices de poluição. Para Donna Haraway, Beatriz da Costa joga figuras de cordas com as espécies companheiras, fazendo emergir padrões surpreendentes de relações humanos/as e pombos/as.

### **Objetividade forte, difração e figurações**

Donna Haraway, desde a década de 1980, a partir das contribuições de Sandra Harding, defende uma objetividade feminista que tem como uma das suas tarefas cartografar as linhas de força da barriga do monstro no qual se situa. Obviamente, a barriga do monstro não está dada de antemão, participamos da sua construção quando a indicamos, quando a habitamos, quando fazemos parentelas entre seres díspares, por exemplo, entre o rato produzido pela Dupont e uma personagem de ficção científica, desfazendo dicotomias entre o hard e o soft na ciência. Está colocado um olhar distinto daque-

le da objetividade fraca pautada pelo decalque. Vinculada à visão crítica e estereoscópica, a objetividade pode revelar-se como algo da ordem da corporificação específica; como objetividade encarnada. Nesse tipo de objetividade, nós nos responsabilizamos (somos capazes de prestar contas) pelos monstros que criamos, por aquilo que aprendemos a ver, pelas práticas visuais que produzimos, já que estamos tratando de localização, e não de transcendência e divisão entre sujeito e objeto.

Donna Haraway (1995) aprendeu parte das lições sobre objetividade encarnada passeando com a cadela Cayenne e refletindo sobre como seria o mundo visto por olhos não humanos, o mundo “sem a fóvea e com poucas células na retina para proporcionar a visão em cores, mas com uma enorme área de processamento neuronal e sensorial dos cheiros” (p. 21). Deslocar o olhar humano e experimentar enxergar a partir da mirada de um cão conduz a visões ativas e não às alegorias da mobilidade infinita. Donna Haraway se inscreve, firmemente, na tradição das epistemologias feministas nos estudos em ciência, tecnologia e sociedade, que perguntam sobre o “para que”? para quem? antes de se perguntarem sobre critérios internalistas de consistência epistêmica. Para Donna Haraway (1995, p. 23), a visão das/dos subjugadas/os “tem ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento - com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo”.

As tecnociências pedem metáforas óticas e Donna Haraway propõe a difração; um recurso ótico capaz de fazer visualizar as diferenças radicais, os locais de transformação e heterogeneidades para compor narrativas em linhas de fraturas sem que as tenhamos que unificar. Contar histórias como uma prática repleta de complexidade narrativa num campo de nós; que efetuam figuras e desviam a ordem estabelecida dos mundos mortíferos. O que está em jogo é a produção de desvios e a abertura a vetores de sentidos para reconfigurar o que conta como conhecimento.

Donna Haraway (1995) se interessa pelas experiências de produção de saberes que não podem ser antecipados e que nos inserem no plano da confusão, onde os eixos de dominação perdem força de organização, onde objetividade e heterotopias estão em pleno exercício compositivo. Narrar desde posições situadas é um processo que não se concebe autonomamente, já que uma localização é um território espaço-temporal concebido coletivamente, sempre coabitado (Stengers, 2015).

O exercício de criação de figurações possibilita inventar novos mundos, proposições, articulações. Figurações pertencem à representação gráfica e às formas visuais em geral e, por isso, são um assunto extremamente relevante para a cultura tecnocientífica visualmente saturada em que vivemos. Essas podem ser definidas como “nós semiótico-materiais nos quais diversos corpos e significados coconstituem” (Haraway, 2008, p. 4, tradução nossa). Para Donna Haraway (2008), que por muitos anos tem escrito a partir de poderosas figurações (como os ciborgues, macacos e símios, rato do câncer e cães), as criaturas que habitam os seus textos são “uma possibilidade imaginada e criaturas de uma feroz e ordinária realidade; as dimensões se enredam e requerem resposta” (p. 4, tradução nossa). Estamos habitadas/os e desabitadas/os por figurações e lê-las requer alfabetismos mesclados e diferenciais, sem recair nas narrativas de desastres apocalípticos que levam a histórias de salvação doutrinárias.

## **Permanecer com o problema e nas margens de indeterminação**

Diante de dilemas que nos são apresentados como alternativas infernais entre viver ou morrer, não ceder a respostas dualistas é um incômodo e chama por um ruminar conjunto ao invés de uma decisão derivada de ato voluntarista individual. Permanecer com o problema “requer aprender a ser verdadeiramente presente, não como pivô de fuga entre passados horríveis ou edênicos e futuros apocalípticos ou salvíficos” (Haraway, 2016, tradução nossa). E também requer toda

uma arte de narrar na qual os pequenos detalhes importam e dizem respeito a questões de vida e de morte: quais formas de vida são compostas nos parentescos? Quais linhas conectam os/as viventes? O que/quem entra em conexão? Quais viventes entram em conexão e vivem nas nossas histórias, quais seres se perdem? As figurações são ferramentas importantes neste jogo.

Guardar uma margem de indeterminação ao colocarmos um problema é ao que convida Donna Haraway a fazermos em nossas narrativas, o que ela traduz na expressão “permanecer com o problema”, e que nos convoca a fazer parentes em linhas de conexão inventivas de modo a aprendermos a morrer e viver bem umas/uns com as/os outros/as em tempos marcados por grandes devastações ambientais nos quais a vida mesma se vê em perigo. Já não estamos, nem precisamos estar, tão seguras/os do que nos tornaria humanas/os por meio de uma diferenciação das/os demais animais; mais bem nosso foco pode deslizar para as contaminações e infecções mútuas entre humanas/os e outras/os viventes.

Para permanecer com o problema, Donna Haraway (2016) mescla linhas de histórias factuais, fabulações especulativas e realismo especulativo. Histórias nas quais os/as jogadores/as multiespécie estão enredados em traduções parciais e falhas, refazendo modos de viver e morrer sintonizados com os ainda possíveis finitos florescimentos. Donna Haraway propõe o termo SF como um sinal para ficção científica, feminismo especulativo, fantasia científica, fabulação especulativa, fato científico, e também para figuras de corda. Nos trabalhos de Donna Haraway (1989, 2004), encontramos, pelo menos, dois desenvolvimentos potentes do recuso à ficcionalização. Um primeiro uso reside na mobilização da ficção como teoria política capaz de propor mundos alternativos interessantes, porém nem sempre atualizáveis (ilustração pode ser encontrada no recurso a figuras possíveis na ficção como a personagem macho/fêmea que foge à heteronorma, a paixão por Ursula le Guin). Um segundo uso consiste na leitura da ciência como ficção e é empregado para mobilizar narrativas cientí-

ficas realocando-as em novos contextos não previstos (exemplo pode ser encontrado na leitura da *Primatologia* entremeada às narrativas de Asimov, ou, ainda, na leitura que a pesquisadora efetua de trabalhos artísticos como o de Patrícia Piccinini, Beatriz da Costa).

Para que fabulações especulativas contribuam para processos de decolonização éticos das relações entre viventes, orientações temporais devem ser reconsideradas. Moldadas pela temporalidade cristã, as sociedades brancas europatriarcais especistas se voltam para o futuro, ou seja, preocupam-se com os objetivos-tarefas a serem cumpridos. O passado é sempre algo ultrapassado que deve ser esquecido e superado. Nessa temporalidade, o presente é apenas um ponto de transição para o que está por vir, seja destruição ou redenção, eis o que pondera Donna Haraway (2007).

No tecer histórias fabulativas, somos, de certa maneira, criadoras de caso, por nos imiscuirmos em terrenos disciplinares variados. Enveredamos por histórias e acompanhamos as coisas enquanto ocorrem sendo companheiras delas; eis que esta última formulação a trazemos de Katie King (2016), que foi aluna de Donna Haraway e pesquisa ecologia das mídias. Para Katie, mídias são sempre compostas e conjugam viventes, trocas entre real e fabulado, misturas de presente e passado.

## **Os pequenos guardiões, figurações de Piccinini**

No trabalho da artista australiana Patrícia Piccinini, Donna Haraway (2007) vê a possibilidade de pensar um descolonizar ético das relações entre espécies em débito com práticas de cuidado que respondem por gerações de emaranhados de entidades humanas e não humanas. Piccinini viveu e trabalhou na Austrália e, como Donna Haraway, também, é herdeira das colônias brancas, de suas práticas de fronteira, sua imigração em curso, e suas más lembranças e discursos encrocados de indianidade, pertencimento, apropriação, terrenos baldios, progresso e ruína.

Piccinini, em suas obras, cria histórias escultóricas e gráficas de criaturas terrenas cujos *habitats* evolutivos e ecológicos são a instalação, o *shopping*, o laboratório ou mesmo residências habituais como a de qualquer ocidental eurocentrado. Para Donna Haraway, Piccinini cultiva uma prática de “atenção responsiva”, de descolonização do olhar antropocêntrico já que humanas/os são seres invasivas/os no universo fabulativo da artista. “Atenção responsiva” é um termo criado pela etnógrafa Deborah Pássaro Rose para nos ajudar a mobilizar práticas de descolonização, a ver alternativas às práticas colonialistas dos brancos australianos nos chamados “lugares malditos” e “selvagens” no qual visam a constituir um projeto de país e de relação entre viventes. Toda prática colonialista passa pelo estabelecimento violento de modos de relação entre viventes humanas/os e não humanas/os.

A temporalidade nos trabalhos de Piccinini, diferentemente da temporalidade cristã, propõe que encaremos o passado como um tempo pelo qual temos que responder; um tempo que exige cuidados continuados num presente povoado por formas de vida que pedem passagem para afetos inesperados: como não se apaixonar pelos guardiões mutantes herdeiros dos marsupiais australianos? As figuras humanas dão cria a seres que rompem o que entendemos por formas humanoides e já não sabemos a quem devemos temer, a quem situar nos limites do monstruoso. Piccinini desfaz monstros e nos nina no tempo presente. Inserimo-nos em outras nascentes de tempo onde se mobilizam matrizes multidimensionais de relacionamentos. Aquilo que foi feito no passado, por nossos ancestrais, bom ou ruim, deve ser assumido por todos; nossos ancestrais aqui não são apenas humanas/os, nem nossas/os descendentes.

As obras de Piccinini fazem visualizar novos modos de relação para espécies que vivem em mundos devastados. A artista nos faz entrar em contato com premissas biocientíficas, com práticas de manipulação e alteração dos seres vivos, com uma ecologia tecnologicamente recriada. Tudo isso, para Haraway (2007), reorienta a flecha do tempo e provoca um questionamento onto-ético do cuidado

para as gerações multiespécies. Haraway (2007) ressalta a potência do cuidado entre espécies tecido na família de Piccinini; uma família diferente da família nuclear heterossexual eurocentrada da imaginação dos colonos cristãos que chegaram à Austrália.

Nas obras de Piccinini, nós não temos a oposição natureza e tecnologia, e o que importa é quem e o que vive e morre, onde, quando e como. Sua arte é sobre cultivar a capacidade de amar nossas heranças, mesmo as indesejadas. O povo de Piccinini cuida dos seus “fracassos”, bem como das suas realizações. E cuidar é nutrir o inesperado, é acolher o confuso exigindo o melhor de nós. O amor de Piccinini não é o amor romântico, mas um amor para a reconciliação multiespécie no viver e morrer juntas/os.

Piccinini inventa tempos e lugares para as criaturas vulneráveis de diversas espécies e gerações. As sociedades dos colonos e seus herdeiros são familiarizadas com a categoria “espécie em extinção”, mas essas criaturas que emergem dos fracassos da modernidade não são acolhidas como família. As práticas dos colonos de introdução de espécies que adicionam problemas a aqueles que supostamente deveriam resolver aparecem no cotidiano das ambiências de Piccinini que permanece com o problema do viver e morrer juntas/os sem apresentar-nos soluções. A artista introduz um bestiário de espécies protetoras ficcionais junto com as espécies australianas oficialmente ameaçadas de extinção. E esses protetores não são completamente reconfortantes.

*Bodyguard*, de 2004, primeiro trabalho da série *Nature's Little Helpers* (Pequenos ajudantes da natureza), foi projetado para proteger a ave *Golden Helmeted Honeyeater*. Há apenas quinze pares dessa ave fora de cativeiro, e os programas de reprodução em cativeiro estão trabalhando duro para reverter a extinção da espécie. Os *HeHos*, como são chamadas essas aves, possuem hábitos alimentares bastante estranhos.

O guardião foi geneticamente modificado para ser um protetor feroz e leal para os *HeHos*. As narrativas ecológicas de *Nature's Little Helpers* parecem nos contar sobre uma tarefa muito mais relacional

e mundana. Esses “pais” protetores não cuidam de filhos “naturais” e mostram uma abertura para novos tipos de cuidado, para o florescimento naturalcultural. É uma arte que nos conta sobre cuidar de parentalidade e não sobre reprodução; sobre cuidar de gerações próprias ou não. *Aloft*, de 2001, uma escultura que pesa aproximadamente 100 quilos, foi construída a partir de uma vasta gama de materiais, incluindo fibra de vidro, cabelo humano, cabo de aço, silício, crina de cavalo, roupas e motores eletrônicos.

*Aloft* é um enorme ninho do tipo casulo, que está suspenso por uma rede. O ninho em si contém um menino pequeno que olha para os espectadores, bem como uma coleção de larvas gigantes. Para Patrícia Piccinini, o trabalho é uma infestação gigantesca dentro do espaço da galeria. Uma materialidade grotesca à geometria organizada do espaço. Desarrumado, orgânico e fluido, propõe uma beleza estranha e somos chamados a questionar quem está infestando quem. Segundo a artista, o sentido humano do direito é tão arraigado que nos sentimos afrontados quando alguma outra criatura se instala em nossa casa, mesmo sendo nós quem infesta os habitats de todas as outras criaturas do planeta, com o nosso direito moderno de não ter cuidado. Em *Aloft* a situação se inverte, e isso é uma das fontes do mal-estar que provoca.

Para se alimentar de néctar e seiva de árvores, os *HeHos* têm um relacionamento com um tipo de gambá que morde o tronco de árvores de goma, fazendo com que a seiva escorra, possibilitando a alimentação das aves. À medida que os ambientes naturais desses animais são invadidos por humanos, há menos árvores de gomas, e menos gambás e menos *HeHos*.

## **Ninho, dança-pesquisa com pombos**

Desloquemo-nos em direção a uma história localizada, uma história sobre pombos da qual fazemos parte como espécies companheiras. Passemos a uma história situada, um projeto de criação em pes-

quisa que consistiu em produzir, ao longo de dois anos, um ninho de proporções humanas e habitá-lo num processo lento de convivência com os pombos que ia da observação dos seus movimentos à aproximação física com esses animais.

Pombos, conta Ferreira Gullar (2004), movimentam a “alma” das cidades, poetizam o urbano com suas revoadas e grunhidos. Caminhar e tropeçar num pombo se alimentando, senti-lo confortável junto aos nossos pés, com a nossa presença é, para Gullar (2004), descobrir o bom sujeito que está em nós esquecido. Existem na atualidade mais de 300 espécies de pombos, curiosamente originários de uma única espécie, a pomba da rocha (Jerolmack, 2007).

Os pombos que habitam as cidades hoje podem ser chamados domésticos, comuns ou urbanos, mas para a ornitologia são todos *Columbia Livea*. A cada plano de domesticação, e de prática colonialista, uma diferente modalidade de relação com os pombos foi mobilizada: alimento, adubo, mensageiro, herói de guerra, esportista e parceiro no laboratório científico são algumas delas. Vejamos pequenas histórias sobre alguns desses planos de domesticação e a sua respectiva importância dada aos pombos.

As histórias das relações humanas/os-pombos são intensas. Os pombos estão entre as primeiras aves a serem domesticadas pelo humano. Isso porque os pombos são considerados bons animais domésticos em função de sua fácil reprodução, resistência, velocidade e “fidelidade ao lar”. Estudos nos contam que os pombos, mesmo de olhos vendados, sempre encontram o caminho de volta para casa... Quando dançamos-pesquisamos com pombos, dançamos toda uma história de amor e de colonialidade.

O processo de criação da dança/pesquisa “Ninho”, de 2014, nos aproximou dos pombos; habitamos construções semelhantes e criamos um parentesco com esses animais fora do aparelho biológico de reprodução. “Ninho” está vinculado às figurações regenerativas, que são aquelas que impulsionam modificações estruturais e restauração

de funções. Nos processos de regeneração, lidamos com diferença e potência, e não reprodução. Foram dois anos para que os primeiros galhos, obtidos das podas de Oiti (*Licania tomentosa*) realizadas pelos moradores locais, começassem a ser coletados e empilhados.

Ninhos de aves não são apenas lugares de procriação; ninhos são seus “lares”, ou seja, lugares que produzem referências, territórios familiares para onde esses animais voltam. Ornitólogos (biólogos especializados em aves) utilizam os ninhos para identificar a presença de uma espécie em determinado lugar (<http://www.wikiaves.com.br/ninhos>). O ninho dos pombos não é um lugar que prolifera pureza e higiene como nos ideais de “lar familiar”. Seus ninhos mal-arranjados são feitos com gravetos colocados um por cima do outro desordenadamente. O ornitólogo Luiz Fábio Silveira (2012a, 2012b) comenta que os ninhos dos pombos são ninhos frágeis, mas que vão ganhando consistência sólida com as fezes dos filhotes que formam uma liga entre os gravetos.

Precisávamos que nossos galhos virassem um ninho, o que só aconteceria se esses obtivessem uma forma circular mais definida. Seguindo parcialmente o movimento dos pombos, colocando os galhos uns sobre os outros, porém buscando uma forma circular mais definida (com exceção da parte central, onde colocamos os galhos de modo aleatório e ainda algumas folhas, para uma maior consistência), o palco/solo/ambiência/ninho, que ao final adquiriu aproximadamente 1 metro de largura e 35 cm de altura, foi se fazendo.

E a construção do ninho aconteceu a partir da observação da construção de outro ninho por um casal de pombos numa calha de uma residência vizinha, de um encantamento pelo modo bagunçado como o casal estabelecia uma parceria na colocação dos gravetos naquele espaço apertado, de um encantamento por visualizar uma construção sobre uma construção (algo que parecia arriscado às duas construções). Algo que nos pareceu o que Haraway (2008) chama *composto*: “um invólucro, dentro do qual existe uma residên-

cia ou uma fábrica”, “ou, talvez, uma prisão ou templo” (p. 250, tradução nossa). Haraway (2008) também pontua que um composto pode ser ainda um compósito, uma mistura onde duas entidades adquirem propriedades impossíveis em suas individualidades.

Um ninho podia, afinal, ser feito por mãos humanas, mas não sem consequências. Os galhos que foram coletados não estavam completamente secos e por isso alguma maleabilidade suavizava, mas não evitava resistência. Esse não foi um processo harmonioso; colocar os galhos não era uni-los, acomodá-los ou encontrar alguma proporcionalidade natural. Muito esforço, medida e interferência foram necessários. Em discussões sobre o trabalho do artista belga de *Land Art*, Bob Verschueren, com seus galhos de árvore, Despret (2011) fala-nos das aproximações entre arte e agência vegetal. Os vegetais, na obra do artista, não se dobram as suas necessidades:

Trata-se bem de experimentar. “E se eu tentasse isto?” Cada etapa da obra é uma questão endereçada às coisas que vão entrar em sua composição: “o que me propões? Que limites me impõe? Que surpresas me reservas?” Os galhos resistem às tentativas de docilização das mãos que querem manipulá-los e conduzem-nas a contentar com a imposição dos limites estabelecida pelo vegetal. Trata-se de “Deixar-se guiar pela vontade das coisas, por suas resistências, aproveitando todas as oportunidades que elas concedem, deixar-se contrariar, deixar-se surpreender, negociar. (s/p)

Também era frágil nosso ninho. Não apenas porque os galhos se quebravam (inclusive a sonoridade desse processo foi importante à dança), mas porque os deslocamentos produzidos pela nossa presença desfaziam sua forma. Não era grande o seu interior, o que dificultava os improvisos de um corpo acostumado com espaços maiores. Menos chão, menos lugares de apoio, mais desequilíbrios que fatalmente bagunçavam os galhos. Alguma solidez temporária foi adquirida com a colocação de um pano embaixo do ninho. Mas era preciso dançar com os pombos.

Para a continuidade do ninho, passamos a diminuir (quase eliminar) os deslocamentos e movimentos com as pernas e a explorar movimento de braços. Os movimentos dos pombos no solo sincronizam cabeça e pernas. O movimento da cabeça e a estabilização da visão acontecem para que essas aves possam caminhar em bases de apoio relativamente pequenas sem perder o equilíbrio (suas “pernas” e “pés” são pequenos na relação com seu corpo). Pombos fazem pausas a fim de aumentar a estabilidade dos movimentos no solo (Fugita, 2002), aprendemos com eles ao habitar-mos seus ninhos.

Nas improvisações, algumas técnicas de movimentar os braços do balé clássico foram acionadas. Posições de braços são importantes à estabilidade dos movimentos na dança. Mas nossos companheiros pombos mobilizavam outros movimentos, mais mundanos. A princípio, os experimentos com os braços aconteceram dentro do ninho. Buscávamos o fortalecimento, o exercitar diferenças de velocidade, bem como pausas com os braços abertos e movimentos mínimos dos ombros. Criar braços/asas potentes. Deixar o ninho, criar espaço, antes que esse fosse completamente destruído. Uma corda de sisal foi pendurada acima do ninho. Seria possível, com os braços fortalecidos, agora voar? Um balanço. Uma brisa. Um suspiro. Observar o ninho de cima. As pernas, com mais espaço para ampliar seus movimentos, tramaram o risco, a surpresa, a invenção do novo. Em algum momento, a forma-ninho precisou ser reconsiderada, coinventada pelo balanço. E só depois, descendo novamente ao ninho, o corpo/pombo anunciou a possibilidade do refúgio reconstituído. A suavidade dos pombos com a qual fazemos arranjo refere, portanto, a sua capacidade de conectar a autonomia de voo fundamental às desterritorializações e à construção de territórios, fundamentais à continuidade da vida (Rolnik, 2015).

O composto de galhos formou um plano de um parentesco estranho, porém ativo, regenerativo entre humanos/as, pombos/as e outros/as animais. Corpo-pombo que não pode mais habitar ter-

ritórios de purezas e interdependências relativos ao lar, à família e seus genes. Seu território agora é húmus, adubo no qual tipos-como-arranjos florescem: multiespécie.

Dançar/pesquisar com pombos é adentrar nas situações nas quais animais, nem naturais nem culturais, efetuam ativamente a si mesmos nas convivências recíprocas. É olhar e olhar recursivamente para a “espécie” até entrar em contato com a *respicere*: onde e quando as espécies se encontram (Haraway, 2008). *Ninho* foi apresentado em evento realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis). Os galhos e as cordas foram instalados com alguma antecedência à execução da dança, e relações de viventes com a instalação aconteceram, incluindo um gato que por ali ficou por um longo tempo gerando comentários, risadas e muitas fotos: gata/o que se aninhou fazendo parentela e chamando humanos e humanas para a continuidade da dança.

Ainda não sabemos o destino dos pombos nas relações com humanas/os. Mas, sem o resgate dos afetos alegres possíveis na convivência multiespécie, dificilmente nós produziremos saídas menos devastadoras do que o acionamento de práticas para extermínio de “pragas urbanas”.

## **Nas margens parcialmente domadas, muitas histórias**

Há muitas histórias acontecendo nas margens parcialmente domadas, para utilizar uma expressão de Ana Tising, das naturezas-culturas que vivemos. Há muitas histórias sendo gestadas nos encontros entre humanos e não humanos que não necessariamente subentendem dominação, não necessariamente criam famílias fronteiriças. Contá-las é, para nós, engendrar transformações nos modos de viver individuais e coletivos que estamos criando; é inserir-nos enquanto pesquisadores e pesquisadoras em psicologias, no *socius* que inclui as naturezasculturas que nos afetam e que, por isso, não podemos mais ignorar.

Para Isabelle Stengers (2015), na difusão e celebração das conquistas dos que nadam contracorrente pode estar nossa chance de êxito, nossa saída de um futuro bárbaro. Isabelle Stengers (2015) nos provoca a efetuar forças para a criação de vidas que valem a pena ser vividas, o que difere de um final feliz no qual tudo acabará bem. Queremos, além das alternativas infernais, aquilo que Isabelle Stengers (2015), no rastro de Espinosa, chama de alegria, isto é, um aumento da potência de agir, de pensar, de imaginar juntos, com os outros, graças aos outros/as. Nas palavras da autora (p. 152), “a alegria, poderíamos dizer, é a assinatura do acontecimento por excelência, a produção-descoberta de um novo grau de liberdade, conferindo à vida uma dimensão complementar, modificando assim as relações entre as dimensões já habitadas. Alegria do primeiro passo, mesmo inquieto”.

A alegria da qual falamos passa por habitar vários mundos, pelo menos mais do que um (Chue, 2017); por pensar a discussão sobre direitos e justiça ambiental a partir de viventes humanos/as e não humanos/as, percorrendo cada complicação que se coloca. Para finalizar o texto, deixaremos excerto de uma narrativa sobre a lagoa Yaku.

### **Uma lagoa indócil, Yaku**

O documentário de Ernesto Cabellos, *Filha da Lagoa* (2015), narra a história de Nélide, uma camponesa indígena dos Andes peruanos que se muda para a cidade de *Cajamarca* para estudar Direito e lutar pelas comunidades indígenas que vivem nos arredores dessa cidade. Essas comunidades são exploradas e dizimadas principalmente em função do extrativismo do ouro por mineradoras multinacionais. As cenas do documentário acontecem em diferentes paisagens e, ainda, esse articula pequenas histórias que acontecem na Bolívia e Amsterdã-Holanda.

Em Amsterdã, vemos o contraste entre o luxo das joias de ouro que circulam nos corpos de modelos negros excentricizados por tradu-

ções de cultura distantes da realidade; vemos uma designer de joias de ouro falar das dificuldades de trabalhar apenas com ouro “sustentável”, de sua preocupação com o futuro da natureza e a acompanhamos numa visita a uma região de extrativismo na Amazônia.

Com Nélide, camponesa indígena, que cursa Direito para defender direitos ancestrais, entramos em contato com a cosmologia dos povos andinos; com suas narrativas acerca da agência da “Mãe Água” e das formas de vida que dela dependem e a ela protegem. Já na primeira cena temos a primeira de muitas conversas de Nélide com a Mãe Yaku:

A água é o sangue da terra. E, sem seu sangue, a terra não teria vida. Nenhum vivente poderia viver na terra. E eu me pergunto e digo: quando destruírem as lagoas, onde os donos das lagoas vão viver? Não as pessoas, mas os duendes. Porque eles estão ali, cuidando de você, Mãe Água, mamãe Yaku. E não pedem nada. Não nos pedem nada. Não nos dizem: ouça, eu quero que cuidem de mim! Simplesmente eles estão ali. Se as lagoas forem destruídas, onde eles vão viver? Não sei.

Nélide lembra que quando bebemos água, ou seja, quando retiramos algo da natureza, precisamos recompensá-la, caso contrário, adoecemos; nossa “alma” é tomada pela Mãe Água. “Mãe água, sempre temos que levar-te uma fruta, um doce ou um pouquinho de açúcar. Porque só gosta disso, mamãe Yaku. Se não, depois, você toma nossa alma, até pagarmos”.

Na cidade, Nélide comenta sobre a impossibilidade de gostar daquele modo de vida; do concreto, do barulho; dos carros. Nélide quer formar-se e voltar aos campos, já que sente muita falta da terra, dos animais, da chácara, da família: “Não se vive bonito na cidade”. Como é possível se alimentar na ausência da terra e da água? Ali também fala com mamãe Yaku, perguntando-lhe sobre o porquê de tanta injustiça contra ela: “Por acaso, não entendem que tu és um ser vivente?”

Uma das cenas do documentário acompanha Nélide na “Marcha Nacional pela Água” que aconteceu na capital do Peru, Lima. Centenas de pessoas, diferentes comunidades indígenas caminham pela defesa da água, que passa por sua não comercialização. A Marcha tem como foco lutar contra uma das maiores mineradoras da América Latina e seu Projeto Conga, o qual visa a explorar um depósito de ouro localizado abaixo das lagoas situadas na comunidade indígena *Sorochuco - Cajamarca*. As/Os militantes argumentam que a decisão deve ser tomada pelos povos que serão afetados, e não por representantes do governo.

“Mamãe Yaku, em tuas estranhas guardas ouro”. Nélide reflete, junto com a Mãe água, sobre as reservas de ouro acumuladas nos Bancos: um ouro que não se bebe, não se come, mas que por ele se derrama sangue. Para a Nélide, se o ouro é tão importante para os poderosos, que usem o que já está em suas reservas, deixando assim a Mãe Água em paz. Em uma manifestação nas Lagoas de Conga, os camponeses, mesmo sob ameaça de morte constante dos funcionários da mineradora, reforçam que não deixarão suas terras, as quais são suas propriedades legais. Mais de 200 policiais ameaçam intervir, e funcionários do Ministério Público, numa tentativa de negociação, sugerem que os camponeses procurem lugares seguros para viver, ou seja, o Estado não protegerá a comunidade. Nélide pede proteção a Mãe Yaku. Pede que através de seus rios, ventos e duendes as palavras cheguem aos ouvidos dos policiais para que saibam que os camponeses não querem sangue. Os policiais se retiram.

As manifestações contra o Projeto Conga acontecem também em *Cajamarca*, onde o governo decreta Estado de Emergência por 60 dias e coloca a polícia nas ruas contra os manifestantes. Cinco militantes são mortos e vemos Nélide, à beira de uma das lagoas de Conga, contar o assassinato à Mamãe Yaku ao mesmo tempo em que coloca sobre as águas flores e fotos dos militantes mortos. Diz ainda que, certamente, os motoristas de tratores que passam por ali em direção às mineradoras certamente alimentam a lagoa com torrões

de açúcar para que ela os deixe passar. Diz que se recorda dos tratores que foram engolidos por mãe Yaku. Na cena final do documentário, ao constatar que forças policiais e tratores haviam ido embora, depois de mais uma vez ameaçarem os povos originários da região, Nélida entra na lagoa, molha as mãos e indaga: “eles se foram, mas voltarão. Como vamos fazer para cuidar de ti? Por que não te deixam em paz?”

\*\*\*

Estamos mergulhadas numa ecologia de viventes cujas biografias requerem mídias responsivas o suficiente para ultrapassar o ressentimento colonialista que torna humanas/os e não humanas/os, algumas/uns mais do que outras/os, refêns de futuros salvíficos que são tão somente uma das alternativas infernais que nos apresentam nossos responsáveis.

## Referências

- Cabellos, E. (2015). *Filha da Lagoa* [Vídeo documentário, 88 min]. Peru: Guarango. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=thHY0chdlQM&t=252s>
- Chue, S. (2017, junho). Conflitos e resistências chiquitano. Comunicação Oral apresentada no *I Seminário Internacional da União Latinoamericana de Psicologia*, Assunção, Paraguai.
- Fugita, M. (2002). Head bobbing and the movement of the centre of gravity in walking pigeons (*Columba livia*). *Journal of Zoology*, 25(7), 373-379.
- Gullar, F. (2004). *Coleção melhores crônicas*. São Paulo: Global.
- Haraway, D. (1989). *Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science*. New York; London: Routledge.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7- 41.
- Haraway, D. (2004). *Testigo Modesto Segundo Milenio. Hombrebembra Conoce Oncoración “Feminismo y Tecnología”*. Barcelona: UOC.

- Haraway, D. (2007). *Speculative Fabulations for Technoculture's Generations: Taking Care of Unexpected Country*. Recuperado de: <http://www.patriciapiccinini.net/writing/30/373/45>
- Haraway, D. (2008). *When species meet*. London: University of Minnesota Press.
- Haraway, D. (2016). *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham, NC: Duke University Press.
- King, K. (2016). *Pastpresents: Playing Cat's Cradle with Donna Haraway*. Recuperado de: <http://playingcatscradle.blogspot.com.br/2010/10/katie-king-womens-studies-university-of.html>
- Jerolmack, C. (2007). Animal archeology: Domestic pigeons and the natureculture dialectic. *Qualitative Sociology Review*, 3(1), 74-95.
- Jerolmack, C. (2008). How Pigeons Became Rats: The CulturalSpatial Logic of Problem Animals. *Social Problems*, 55(1), 72-94.
- Silveira, L. F. (2012a). Tempo de ninhos! *Cães e Cia*, 400, 48 - 49.
- Silveira, L. F. (2012b). *Apostila Ornitologia Básica*. São Paulo: USP. (Museu de Zoologia). Recuperado de: [http://www.ib.usp.br/~lfsilveira/pdf/d\\_2012\\_ornitologiabasica.pdf](http://www.ib.usp.br/~lfsilveira/pdf/d_2012_ornitologiabasica.pdf)
- Stengers, I. (2015). *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify.

# Por uma psicologia decolonial: (des)localizando conceitos

Rafael Siqueira de Guimarães

Quantas vezes silenciámos, como pessoas educadoras, os discursos que poderiam nos ajudar a decolonizar a história da psicologia brasileira, dando a ela um sentido mais amplo de tarefa efetivamente comprometida com a libertação dos esquadrihamentos colonizadores? Quantas vezes inserimos efetivamente debates que se distanciam dos lugares clássicos do pensamento “universal” para construir trajetórias outras? Quantas vezes privilegiamos aquelas e aqueles que não tiveram o privilégio estabelecido no processo colonizador em nossas aulas, intervenções, debates, mesas?

O trabalho de Grada Kilomba me ajuda a construir algumas possibilidades de (mesmo inconclusivas) respostas a essas questões. Em *The mask* (A máscara), parte de sua obra *Plantation memories* (Kilomba, 2016), a artista afro-portuguesa apresenta alguns entendimentos sobre esse artefato utilizado pelo colonizador:

Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/ as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal

função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura. (Kilomba, 2016, p. 172)

Como bem apontado por Maia (1998), a história da psicologia constitui-se como uma história da ciência do controle, e aqui complemento: um controle por meio do ideário eurocentrado. O controle, por meio da máscara, evidencia-se como prática de controle do corpo negro no trabalho forçado das plantações, na psicologia, por meio da construção de teorias e técnicas para controle da subjetividade e, como eurocentradas, baseadas no expansionismo e na colonização, voltam-se como forma de análise e esquadrinhamento das pessoas colonizadas por meio de uma psicologia e de uma psicanálise que estruturam o desenvolvimento do psiquismo na ideia de família (eurocentrada), hierarquizando (valorando) num sistema-mundo (Quijano, 2005) que se instituiu por meio das hierarquias binárias como normal/patológico, civilizado/selvagem.

O jovem antilhano é um francês convocado a viver continuamente com seus compatriotas brancos. Ora, a família antilhana praticamente não mantém nenhuma relação com a estrutura nacional, isto é, francesa, europeia. O antilhano deve então escolher entre sua família e a sociedade europeia; em outras palavras, o indivíduo que ascende na sociedade – a branca, civilizada – tende a rejeitar a família – a negra, a selvagem – no plano do imaginário. (Fanon, 2008, p. 133)

Grada foi leitora de Fanon porque uma professora da graduação em psicologia em Lisboa lhe emprestou um exemplar de *Pele negra, máscaras brancas* em francês. O texto do psiquiatra antilhano não lhe fora apresentado na metrópole e não fora também apresentado a mim na graduação em psicologia feita no Brasil dos anos 1990 porque aprendi, como ela, que a verdade universal é a eurocentrada. Nas palavras de Grosfoguel (2008), “verdades ocidênticas” que embasam, nesse sistema-mundo colonial/moderno (Quijano, 2005),

todos os arcabouços científicos, e não seria diferente com a psicologia, que consegue estabelecer-se como ciência desde os cânones das ciências naturais modernas constituídas na Europa desde o século XVII (Maia, 1988; Santos, 2006).

Por meio de uma ideia construída de família normal (branca), monoparental, nucleada em torno da propriedade privada, bem nutrida, de inteligência média, Édipo bem resolvido, bem apropriada da simbologia do sistema linguístico desse sistema-mundo, definimos o que é uma família (e um ente dela) devidamente estruturada, capaz de prover adequadamente a fim de satisfazer as necessidades básicas devidamente hierarquizadas, conforme as fases da vida, para o correto/normal desenvolvimento psíquico do sujeito. A própria ideia de raça advém do mesmo tempo, do mesmo modo, nesse sistema-mundo que se arrefece na conquista da América e que desdobra os antigos modos de hierarquização que vinham sendo construídos até então.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. (Quijano, 2005, p. 118)

O controle da boca, por meio da máscara, é obstrução violenta, no uso de um artefato que coloca sujeitos brancos como detento-

res do privilégio de receber salários por seu trabalho, pessoas com alma e com personalidade compatível com a normalidade que se constitui desde uma ciência do controle, e sujeitos negros, naturalmente violentos, agressivos, indolentes, a quem se deve emudecer. É aceito que assim seja, já que é uma situação “natural” de inferioridade, pois psíquica e cultural. A máscara, como bem anuncia Grada Kilomba, representa todo o colonialismo, pois indica quem é que pode, quando pode e o que pode falar. Ao passo que a psicologia constitui-se como profissão e ciência no Brasil desde suas origens e bebendo das fontes europeias também constrói parâmetros bastante fundamentados nessas teorias que, conforme evidenciamos aqui, são estruturadas e estruturantes desse sistema-mundo. Nesse sentido, só a Europa tem direito a uma história e a própria resistência política nas Américas constituiu-se a partir de fundamentos eurocentrados, muitas vezes desde uma perspectiva da luta de classes, a partir de um modelo da exploração de uma classe trabalhadora que não viveu, ao menos na modernidade, o processo de escravidão ou genocídio sistemático.

Por mais que possamos indicar a grandeza dos trabalhos na psicologia social advindos de leituras marxistas/marxianas, pois efetivaram deslocamentos bastante importantes para descentrar o entendimento do “outro”, trazendo consigo a reflexão sobre a categoria classe social, o entendimento que trago aqui é que é preciso refletir mais profundamente sobre a construção da modernidade relacionada à ideia de classe social, em específico às formas como a divisão técnica do trabalho se deu na América e constituiu um primeiro sistema global. Trata-se de uma “história outra”, distinta das reflexões revolucionárias da Europa, pois se estabelece a partir de outro lugar de dominação, advindo do processo de expansionismo e conquista por meio da colonização.

Localizar o início do “sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu” em 1492 tem repercussões significativas para os teóricos da decolonialidade. A mais evidente é

o entendimento que a modernidade não foi um projeto gestado no interior da Europa a partir da Reforma, da Ilustração e da Revolução Industrial, às quais o colonialismo se adicionou. Contrariamente a essa interpretação que enxerga a Europa como um contêiner – no qual todas as características e os traços positivos descritos como modernos se encontrariam no interior da própria Europa –, argumenta-se que o colonialismo foi a condição *sine qua non* de formação não apenas da Europa, mas da própria modernidade. (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016, p. 17)

Assim, o colonialismo clássico conformou a própria Europa e conformou o processo colonizador que constituiu toda uma forma de organização do trabalho próprio do espaço das colônias, inserindo aí a desapropriação dos povos originários das Américas e a escravidão dos negros africanos. Daí desdobra-se todo o conjunto de entendimentos conceituais sobre a subjetividade branca e a subjetividade não branca, revertendo o processo de tomada violentamente, criando explicações a partir da hierarquização que esse sistema-mundo permite. O colonizador toma para si a propriedade da terra, escraviza o sujeito negro e nega-lhe o acesso à produção: trata-se de outra forma de alienação, distinta dos meios industriais europeus que serviram de base para a análise marxista, porque se trata de outra forma de exploração. É mais que exploração da força de trabalho e alienação, é também violência física, exclusão sistemática, tortura, silenciamento. Há a reversão moral sistemática permitida pelo sistema colonial-moderno, por meio da criação de diversas categorias psicológicas criadas para explicar o sujeito negro.

Fantasia-se que o sujeito negro quer possuir algo que pertence ao senhor branco, os frutos: a cana-de-açúcar e os grãos de cacau. Ela ou ele quer comê-los, devorá-los, desapropriando assim o mestre de seus bens. Embora a plantação e seus frutos, de fato pertençam ‘moralmente’ à (ao) colonizada/o, o colonizador interpreta este fato perversamente, invertendo uma narrativa que lê tal fato como roubo. “Estamos levando o que é deles(as)” torna-se “eles/elas estão tomando o que é nosso.” Estamos lidando aqui com um

processo de recusa, no qual o mestre nega seu projeto de colonização e o impõe sobre o(a) colonizado(a). (Kilomba, 2016, p. 172)

Segundo Quijano (2005), como não fomos capazes, na América Latina, de perceber a nós mesmos, devido às nossas formações históricas fruto de uma construção surgida do processo colonizador, temos dificuldade de lidar conosco como realmente somos, com a multiplicidade que somos. A colonialidade do poder eurocentrada configurou-nos como imagens com pouca semelhança, mas que tentam enquadrar-se aos modelos europeus. Daí advém todo o nosso interesse e esforço em promover ciências nascidas desde as matrizes eurocêntricas aos nossos espaços cotidianos.

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. (Quijano, 2005, p. 130)

Nós, como sociedade latino-americana, mestiça, impura, múltipla, multirracial, não branca, internalizamos a representação do mal como sendo negra, advinda da perspectiva eurocentrada europeia que, pela via da colonialidade do poder, estabelece-se como verdade universal, ocidêntica. Dar-se conta disso, tanto para pessoas brancas como para pessoas não brancas, no nosso país, é absolutamente necessário para que possamos assumir a tarefa que, devido às distorções apontadas por Quijano, não conseguimos.

Nas profundezas do inconsciente europeu elaborou-se um emblema excessivamente negro, onde estão adormecidas as pulsões mais imorais, os desejos menos confessáveis. E como todo homem se eleva em direção à brancura e à luz, o europeu quis rejeitar este não-civilizado que tentava se defender. Quanto a civilização europeia entrou em contacto com o mundo negro, com esses povos

selvagens, todo mundo concordou: esses pretos eram o princípio do mal. (Fanon, 2008, p. 161)

Há que se refletir sobre o processo colonizador, sobre as formas de opressão/violência/exploração de nossas subjetividades que ocorreram nesse processo. Trata-se de descobrir-se negro, branco, mestiço ou indígena no Brasil. Trata-se de, para além dos operadores pobreza/classe operária, pensarmos o nosso processo de construção desde uma (pós) crítica profunda sobre como muitas das psicologias críticas latino-americanas constituíram-se por meio de operadores teóricos que se configuraram, desde uma perspectiva eurocentrada e que, por isso, não alcançam a complexidade de nossos cotidianos. É preciso também criar um modo outro de compreender os movimentos políticos das pessoas que resistem a esse sistema-mundo colonial moderno.

A subjetividade que resiste com frequência expressa-se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/ as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. (Lugónes, 2014, p. 940)

Para além das perspectivas críticas em psicologia social e das perspectivas interseccionais, uma psicologia decolonial, além de avaliar as hierarquias de opressões, trata de compreender como se dá a colonialidade, ou seja, como os processos coloniais permanecem em curso mesmo após o fim das colônias. Nenhum entendimento de subjetividade passa ao largo dessa noção, já que os processos de subjetivação que se constituem, incluindo suas políticas do desejo e sua práxis, livram-se do processo colonial que não parou.

A colonização nunca parou, apenas foram mudando suas formas, dinâmicas e procedimentos, junto com as mudanças do regime capitalista. Em sua versão financeirizada, o capitalismo vem logrando expandir seu projeto colonial a ponto de englobar o conjunto do planeta. Assim, chamar de “colonial-capitalístico” o regime inconsciente que nos orienta na contemporaneidade é dar nome aos bois. (Rolnik, 2016, p. 24)

Assim, a autora nos ajuda a compreender melhor como se engendram inconscientemente políticas do desejo absolutamente determinadas por esse sistema-mundo que controla nossas relações sociais, financeiras, mantém nosso racismo presente nas relações cotidianas, porque a colonialidade, a perspectiva ocidêntica, permanece viva. Para uma psicologia decolonial, há de se buscar o processo de reconhecimento e de reparação, apontar especificamente o lugar, para o branco, da percepção de sua branquitude; para o não branco, do processo de vivência do racismo, no interior do sistema-mundo colonial/moderno.

Reconhecimento segue a vergonha; no momento em que o sujeito branco reconhece sua própria branquitude e/ou racismo. Este é, portanto, um processo de reconhecimento. O indivíduo finalmente reconhece a realidade ao aceitar a realidade e a percepção de outros(as). Reconhecimento é, neste sentido, a passagem da fantasia para a realidade – já não se trata mais da questão de como eu gostaria de ser visto(a), mas sim de quem eu sou; não mais como eu gostaria que os ‘Outros’ fossem, mas sim quem eles/elas realmente são.

Reparação então significa a negociação do reconhecimento. O indivíduo negocia a realidade. Neste sentido, é o ato de reparação do mal causado pelo racismo através da mudança de estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas, relações subjetivas, vocabulário, ou seja, através do abandono de privilégios. (Kilomba, 2016, pp. 179-180)

O abandono de privilégios leva a uma posição ativa no processo, numa perspectiva política, em ampliação ao colocado por Grada Ki-

lomba, num entendimento da ampla miríade que envolve o processo colonial: “em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas “pela situação”. Deve incluir “aprender” sobre povos.” (Lugónes, 2014, p. 940). Trata-se de, efetivamente, uma disposição intercultural que envolve organizar/analisar como a colonialidade do poder toca a cada um/a de nós de forma distinta, expondo a cada um/a de acordo com os lugares geopolíticos em que fomos colocadas/os no processo colonizador a opressões, nos carimbando com uma posição de sujeito dada: isso vale para todas as diferenças que formam o espectro que somos. Como aponta Grosfoguel:

Contrariamente ao que afirma a perspectiva eurocêntrica, a raça, a diferença sexual, a sexualidade, a espiritualidade e a epistemologia não são elementos que crescem às estruturas económicas e políticas do sistema-mundo capitalista, mas sim uma parte integrante, entretecida e constitutiva desse amplo “pacote enredado” a que se chama sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu. (Grosfoguel, 2008, p. 124)

Mais que considerar a “diversidade”, como advoga o sistema-mundo colonial/moderno, ou como se propõe desde uma teoria crítica marxiana clássica, catalisar, desde a opressão de classe, todas as diferenças, trata-se de conceber as distintas nuances dos atravessamentos desse sistema complexo e fundante da modernidade na vida das pessoas, engendrá-las num (re)conhecimento comum, a partir de suas diferenças, de seus privilégios, promover um encontro e não um processo de conscientização de classe propriamente dito. No processo colonial/moderno, os saberes subalternos alijaram-se de possibilidade e, concordando com, Grosfoguel (2008), Lugónes (2014) e Quijano (2005), trata-se de promover a construção de saberes outros que desloquem, desde as fronteiras do conhecimento, o pensamento (ou a racionalidade) do sistema epistemológico eurocêntrico, não porque ele é totalmente inválido, mas porque não dá conta da multiplicidade do que somos. O Estado-nação,

como aponta Grosfoguel (2008), dá respostas mais fundamentalistas, embasadas no sistema-mundo colonial/moderno, até mais fundamentadas que os próprios Estados-nação europeus, que alteraram suas formas de organização pelo contato com as colônias: “Os fundamentalismos do Terceiro Mundo respondem à imposição da modernidade eurocentrada enquanto desenho global/imperial com uma modernidade antimoderna que é tão eurocêntrica, hierárquica, autoritária e antidemocrática como aquela” (Grosfoguel, 2008, p. 138).

E então se encontra o nosso dilema: a inserção do profissional de psicologia (social) se dá (também e mais efetivamente nos últimos anos) no âmbito das políticas públicas. É preciso transfronteirizar o Estado-nação desde dentro: suas perspectivas universalistas-fundamentalistas embasam-se no entendimento de família eurocentrada, monoparental, numa perspectiva de controle social e de direitos absolutamente controladora e pouco emancipadora, mesmo que tenha havido avanços para reconhecimento das demandas das pessoas mais vulneráveis de nossa sociedade.

Há que, desde dentro, se criar um espaço para a “micropolítica ativa” (Rolnik, 2016), buscando uma “conservação da potência do vivo” (Rolnik, 2016, p. 16). Corroborando Rolnik, a ideia de pensamento crítico de fronteira, pensado por Mignolo (2000), baseado no pensamento de Gloria Anzaldúa (1987) e Jose David Saldívar (1997), pode ser um operador potente para que possamos refletir sobre como a colonialidade do poder incide tanto sobre nossa prática no interior dessas políticas como sobre nosso pensamento colonial/psicológico/moderno.

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistêmica do subalterno ao projecto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado

oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações económicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica. (Grosfoguel, 2008, p. 138)

Porque, ao invés de separar-se do modelo económico, indo ao encontro de um modelo psicológico, mas sem, contudo, buscar uma revolução desde uma superação da luta de classes, mas do entendimento sobre um sistema-mundo que nos atravessa, é uma possibilidade de ação para a psicologia (social) decolonial. Isso porque engloba entendimentos sobre governabilidade das questões psi e as ultrapassa para a construção de um modo de saber/fazer/ser num sentido de resistência a um sistema-mundo complexo e amplo que nos exige a construção de um conhecimento outro, desde nosso lugar de colonizados.

Termino este ensaio com um trecho de *Hibisco foxo*, de Chimamanda Ngozi Adichie, também porque, como Grada Kilomba, essa escritora nigeriana me ajuda a construir conhecimentos transfronteiriços, pois reflete sobre a construção, desde sua perspectiva da realidade contemporânea no seu país, atravessado pelo sistema-mundo colonial moderno, que trouxe a religião cristã, a universidade, a branquitude, o Estado-nação:

— Ouvi dizer que, quando eles construíram essas casas, alguns professores brancos, e todos os professores eram brancos naquela época, quiseram chaminés e lareiras — disse tia Ifeoma. Ela deu a mesma risada indulgente que Mama dava quando falava de pessoas que consultavam curandeiros. Depois, apontou para a casa do vice-reitor, para os muros que a cercavam, e disse que a casa antes tinha uma cerca bem cuidada de cerejeiras e ixo-

ras, até o dia em que estudantes, ao fazer um protesto, haviam pulado as árvores e queimado um carro dentro da propriedade. — Por que eles estavam protestando? — perguntou Jaja. — Por causa de luz e água — disse Obiora, e eu olhei para ele. — Faltou luz e água por um mês — acrescentou tia Ifeoma. — Os alunos disseram que não podiam estudar naquelas condições e pediram que as provas fossem adiadas, mas a administração se opôs. — Esses muros são horrorosos — disse Amaka em inglês. (Adichie, 2011, p. 141-142)

Eu também acho esses muros todos horrorosos.

## Referências

- Adichie, C. N. (2011). *Hibisco roxo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Anzaldúa, G. (1987). *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute.
- Bernardino-Costa, J. & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 15-24.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 115-147.
- Kilomba, G. (2016). A máscara (J. O. Jesus, Trad.). *Cadernos de Literatura em Tradução*, 16, 171-180.
- Lugónes, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 22(3), 935-952.
- Maia, A. F. (1998). Apontamentos sobre ética e individualidade a partir da Mínima Moralidade. *Psicologia USP*, 9(2), 151-177.
- Mignolo, W. (2000). *Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latinoamericanas* (pp. 118-142 ). Buenos Aires: Colección Sur Sur.

Rolnik, S. (2016). *A hora da micropolítica*. São Paulo: N-1 Edições.

Saldívar, J. D. (1997). *Border Matters*. Berkeley: University of California Press.

Santos, B. S. (2006). *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez.

# Cartas indígenas

Casé Angatu Xucuru Tupinambá (Carlos José  
Ferreira dos Santos)

Este capítulo compila publicações de Casé Angatu Xucuru Tupinambá divulgadas em mídias sociais e que são, aqui, organizadas como cartas indígenas. Transitam entre registros ligados a memórias ancestrais, práticas cosmológicas rituais e defesa de direitos em tempos marcados por retrocessos nos processos demarcatórios das terras indígenas, tempos também marcados pelo acirramento da violência genocida e etnocida.

As cartas indígenas são o testemunho da resistência autônoma de Casé Angatu, docente indígena da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus e morador no Território Tupinambá de Olivença. São endereçadas a uma audiência ampla, não devendo ser restritas a psicólogos e psicólogas sociais que estudam questões indígenas. São compiladas como um chamado a repensar o lugar da produção intelectual dos povos indígenas na Psicologia Social. Quantos textos indígenas constam nos currículos que são ensinados nos cursos de Psicologia Social? Quais dimensões das lutas indígenas figuram nos estudos, pesquisas e práticas da área?

Deve-se pontuar que foi efetuada uma curadoria das publicações, de modo que as “Cartas Indígenas” ora apresentadas não correspondem à totalidade das publicações do autor no período, e que estas tampouco tinham este título quando divulgadas<sup>1</sup>.

## **Olivença, 03 de maio de 2017**

### *O silêncio que fala!*

Quando um índio está na natureza não fica sozinho. Lá, em meio ao silêncio, ele ouve as palavras encantadas de seus ancestrais e das Encantadas...Encantados. Os parentes mortos e vivos emitem suas palavras, seus sons através das plantas, águas, bichos, céu, sol e Jacy (Lua): o sagrado.

Nós os índios conhecemos o silêncio. Não temos medo dele. Na verdade, para nós ele é mais poderoso do que as palavras faladas.

O silêncio da natureza tem suas palavras encantadas ... é um silêncio que fala e dele surge a nossa palavra: a palavra de índio. “A terra está sempre nos falando e deveríamos ficar em silêncio para escutá-la. Existem muitas vozes além das nossas. Muitas vozes. Só vamos escutá-las em silêncio” - assim nos falou o ancião Dave Águia Lakota.

Estas são as palavras deste índio que nascem do silêncio.

Quando deixarmos esta forma física humana... encantaremos. Continuaremos a habitar a grande maloca que é a natureza.

Seremos ancestrais de kuñatás, kurumins, kuñas e awas que espalharam nossas sementes. Falaremos com eles pelos sons da natureza... por um arco íris...

Em silêncio...

---

1 Nota dos Organizadores: Nesse processo de curadoria, efetuou-se também uma revisão do texto, resultando em pequenas modificações em relação ao material já publicado, mas sem alteração do conteúdo original

## **Olivença, 02 de maio de 2017**

Povo gamela (Maranhão): Covardemente espancado, torturado, cortado no facão e baleado no dia 30 de abril de 2017.

O estado, a justiça, o atual governo golpista e parlamento brasileiro também são culpados.

Localizado no município de Viana – Maranhão, o povo Gamela foi brutalmente atacado no dia 30/04/2017 pelos invasores de seu Território.

Existem várias formas de matar, espancar, torturar e cortar a carne de alguém. Uma delas é quando os que estão no poder oferecem sinais aos violentos que eles possuem aliados e não se oporão às suas atrocidades. Talvez esta forma seja a mais cruel porque libera a crueldade. Quem mata, espanca, tortura e corta a carne de outro não são somente aqueles que apertam o gatilho, empunham o facão e o porrete. Vocês “donos do poder”, em suas três esferas (executivo, legislativo e judiciário), tem responsabilidade com o que ocorreu com o povo Gamela.

Culpa do Estado e da justiça por deixarem de cumprir seu papel na demarcação dos territórios indígenas, incluindo o do povo Gamela.

O Estado brasileiro não realizou o justo processo de reconhecimento étnico e demarcatório do povo Gamela, que há anos reivindica seu território originário invadido para a criação de pastos para búfalos. Um povo, como outros povos indígenas, que luta pelo justo direito de ter seu território de volta. Como narra o material informativo organizado pelo Conselho Missionário Indígena (CIMI):

O povo Gamela foi considerado extinto. Porém, vem desde 2013 lutando pelo reconhecimento étnico e territorial. O território, que compreendia mais de 10 mil hectares, foi doado pelo Império português ao povo Gamela. Porém, atualmente

o povo vive em apenas 552 hectares, parcela que restou de um violento processo de grilagem ocorrido nos anos 70. Esse pedaço de chão, onde esse povo vive e tira dele seu sustento está novamente sendo objeto de ataques disputa e de fraude. (CIMI, 2017)

A demora no reconhecimento étnico e no processo demarcatório que deveria ser feito pela sucateada Fundação Nacional do Índio - FUNAI fez com que o povo Gamela realizasse a autodemarcação. Um processo feito através de retomadas, colocando em risco a própria vida como aconteceu. Autodemarcação para evitar que o desmatamento de suas terras continuasse ocorrendo. Portanto, autodemarcação também em nome da natureza sagrada.

Por isto pensamos que a não efetivação do reconhecimento étnico e demarcação do território do povo Gamela, algo que deveria ser realizado pela FUNAI e o Estado brasileiro, é um dos fatores geradores que contribuíram e muito com a violência que lá ocorreu e ocorre. Um processo que, de tão moroso, deveria ser cobrado pela justiça.

### **Nomeação de um ministro da justiça e de um presidente da FUNAI vinculados à bancada ruralista e conservadora: o governo golpista fortalecendo o discurso de ódio contra índios e os que lutam pela terra**

Ao nomear como Ministro da Justiça Osmar Serraglio (PMDB), um dos representantes mais radicais do fundamentalismo ruralista, bem como empossar como presidente da FUNAI o pastor Antônio Toninho Costa, indicado por este mesmo grupo e pelos setores mais conservadores do congresso (o “novo” presidente da FUNAI, segundo a *Carta Capital*, foi assessor parlamentar do deputado Marco Feliciano PUC/SP-, o governo golpista de Temer sinalizou que todo processo de demarcação estava cancelado e seriam revistas mesmo as demarcações já realizadas.

Em 18 de janeiro de 2017, quando da indicação do Pastor Toninho Costa para presidir a FUNAI já assinalávamos:

“A não ser que me engane muito: os novos indicados irão agir atendendo aos interesses fundamentalistas, ruralistas, evangélicos, conservadores e truculentos. Como sempre digo, conforme o ditado popular: ‘nada é tão ruim que não possa piorar’. Porém, pergunto: o que esperar de um governo golpista, conservador e truculento?”

Porém, estas nomeações não apontam somente a forma autoritária e conservadora do governo golpista. Demonstraram também que a violência contra os que lutam pelo direito ao território e direito à terra estava liberada. Falamos isto porque o discurso de ódio contra os povos indígenas e aqueles que lutam pela terra faz parte da fala das bases do atual Ministro da Justiça e do partido que indicou o Presidente da FUNAI.

E a violência contra os que lutam pela terra não tardou em ocorrer. No último 20 de abril de 2017 aconteceu uma chacina num assentamento do Mato Grosso na área rural de Coloniza. Lá nove trabalhadores rurais foram mortos a tiros de espingarda e golpes de facões. Mortes, ao que tudo indica, antecedidas de tortura, a ponto de um dos mortos ter a orelha decepada.

Assim, pensamos que o discurso de ódio e violência que marca a fala e prática da bancada ruralista no congresso está respaldado pelo atual governo golpista. Isto fica claro, entre outras falas, na nota do Ministério da Justiça assinalando que averiguará o que aconteceu no Maranhão. Na nota, o Ministério disse que tratava-se de disputa entre “pequenos agricultores e supostos indígenas”. Num novo texto a palavra “supostos índios” foi retirada. Porém, pensamos que isto não foi um ato falho e sim a indicação da parcialidade que o atual Ministério da Justiça possui. Chamar os Gamela de “supostos índios” revela o quanto aquele Ministério já tem

posição contrária à demarcação daquelas terras, negando os direitos do povo Gamela.

## **SOMOS TODOS GAMELA**

Por isto, vocês “donos” dos chamados três poderes são culpados sim em conjunto com os capangas e fazendeiros locais com o que ocorreu com nossos parentes Gamela. Vocês sustentam o discurso de negação de direitos originários aos povos indígenas e de ódio. Mas saibam que agora, mais do que nunca:

**SOMOS TODOS GAMELA NA LUTA POR SEU TERRITÓRIO SAGRADO!**

Cada corte, perfuração, fratura no corpo dos parentes Gamela é um corte, perfuração e fratura na Anga (Alma) de todo índio que reside neste lugar que alguns chamam de país.

Estamos sofrendo juntos, mas com a certeza que as dores em nossos corpos fortalecem mais ainda nossa Anga Gwarini Atã (alma guerreira e forte) na luta pelo território ancestral e sagrado.

Oh devolvam nossas terras  
Estas terras nos pertencem  
Nela mataram e ensanguentaram  
Nossos pobres parentes!

**DEMARCAÇÃO JÁ DO TERRITÓRIO DO POVO GAMELA!  
DEMARCAÇÃO JÁ DE TODOS OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DO BRASIL !**

**GARANTIAS AOS TERRITÓRIOS JÁ DEMARCADOS !  
AIËNTÊN PARENTES GAMELA  
ESTAMOS JUNTOS!**

## **Olivença, 01 de maio de 2017**

UM COCAR NA CABEÇA NÃO FAZ DE ALGUÉM UM ALIADO!

NÃO QUERO TROCAR A COROA PORTUGUESA PELA ADMINISTRAÇÃO JESUÍTICA.

## **Olivença, 24 de abril de 2017**

DEMARCAÇÃO JÁ!

Uma Nheengara que é uma Oca Coletiva!

DE ARREPIAR

EMOCIONAR

LUTAR

MEDITAR

DEIXA O ÍNDIO!

DEMARCAÇÃO JÁ!

DEMARCAÇÃO JÁ !

Uma Nheengara que é uma Oca Coletiva!

(Republico um texto escrito em dezembro/2016 quando ainda o vídeo e a música “Demarcação Já!” estavam em gravação)

A canção de Carlos Rennó e Chico César foi construída como se fosse uma oca cujo barro foi escolhido com o maior carinho para oferecer força e proteção.

Os pés que pisaram este barro, as mãos que o colocaram nas paredes cruzadas de madeira amarradas pelo cipó e a música que se misturou neste fazer ... manifestam a intensidade desta nheengara. Diz, canta e poetiza uma parte da letra:

Já que diversos povos vêm sendo atacados,

Sem vir a ver a terra demarcada,

A começar pela primeira no Brasil

Que o branco invadiu já na chegada:  
A do Tupinambá  
Demarcação já!  
Demarcação já!”

“Demarcação Já !” - a canção -, nos dá vontade de também cantar:

“Quebra cabaça  
Espalha semente”

Fica então um pequena homenagem a Rennó que nos deu a honra de ouvir “Demarcação Já!” quando ainda estavam iniciando as gravações.

Para Carlos Rennó  
Nheengara Baiá Curupora

“Encantos das Encantadas  
Encantados  
Ecoando em todos Cantos Encantos  
Você Curupira  
Caipora  
Abrindo caminhos desta Cantoria  
Nheengara dos silêncios ancestrais  
Das Matas  
Fazendo todos cantarem num só yapu.

Demarcação Já!  
Demarcação Já!  
Curupira Caipora  
Encantados  
Cantam através de Rennó Nheengara Baiá  
Demarcação Já!  
Demarcação Já!”

Sem traduções ao pé da letra:

- \* Baiá: cantar/músico/poeta numa pessoa só
- \* Curupora: mistura de Curupira com Caipora
- \* Nheengara: fala/canto/cantiga/cântigo/porta voz/emissário
- \* Yapu: som

## **Olivença, 28 de fevereiro de 2017**

NEM TODOS SÃO AMADOS  
EM TERRAS DE JORGE AMADO!  
MAS, AINDA RESTAM DOIS DENTES!

Pronto... “dias atrás” (26/02/2017) fui de bicicleta pra São Jorge dos Ilhéus (Bahia) num mercado que fica no bairro chamado Nelson Costa. Foram cerca de 14 km pra ir e 14 km pra voltar para minha Olivença Encantada e Indígena – onde, com muita honra, moro. Depois dos primeiros 14 km parei numa cabana de praia lá pelas redondezas da Praia dos Milionários (apesar do nome é uma praia bem popular). Nesta praia só passo de passagem porque sei qual é o meu lugar ... e ele é lindo: Olivença.

Além disso, a dita praia de lá tem muita rede de esgoto dos condomínios “bacanas” da classe média alta, mas de diminuta sensibilidade ambiental, desaguando no mar. Aquela praia, na minha modesta opinião: não é limpa.

Escolhi aquela cabana porque sabia que lá vendia a cachaça Rio do Engenho. Numa outra ocasião um conhecido, professor da universidade onde também trabalho, convidou-me para bebermos naquela mesma cabana e lá tinha esta cachaça que é a mais fina flor de Ilhéus. Além de boa a ‘Rio do Engenho’ tem muitas histórias de resistências indígenas e negras - um dia, caso queiram, conto pra

vocês. Porém, caso também deseje me dar um presente fica a sugestão: Rio do Engenho.

Quando estava chegando ao balcão logo me perguntaram em tom nada amigável: “qual a sua mesa índio?”

Respondi que “estava de bicicleta e iria beber em pé mesmo”. De pronto o rapaz disse: “*mostra o dinheiro índio?*”

Mostrei ... acho que, infelizmente, já me acostumei com este tratamento por aqui. Não foi e acho que nem será a última vez. O rapaz então pediu para moça do balcão se “*podia servir a cachaça pro índio que está em pé?*”

A moça com cara de desprezo respondeu para o garçom o seguinte: “*não é pra servir não porque senão estes Índios pegam o costume de beber na beira do balcão e cuspir no chão*”. OBS: eu não cuspo no chão e sim ofereço um trago que ainda está no copo para a Mãe Terra e minhas/meus Encantadas/Encantados. Quando a cachaça está em minha boca só sai se for com um beijo de quem amo. Porém, nem tentei explicar nada.

Quando o rapaz veio me dizer a negativa em servir a cachaça ... eu já tinha ouvido o que a moça falou, até porque ela disse em voz alta. Então me adiantei e desconversei “beleza então, mas, por favor, mudem a forma de fazer a cabana porque ela era feita usando a tradição indígena”.

Quando já tinha desistido mesmo de tomar a cachaça e montava na bicicleta para prosseguir a pedalada... o rapaz chamou e disse:

“*Oh índio ... a moça liberou ... pode beber, mas lá no cantinho. A gente faz assim porque vocês são folgados demais ... mas bebe lá de cantinho porque tem muita gente que não gosta de vocês.*”

De pronto respondi que “não queria mais porque perdi a vontade”.

Quando ia prosseguir a pedalada ... novamente o rapaz falou agora em tom respeitoso (acho que consegui um novo amigo): “*Oh índio! Se ligue nesta estrada que tem uma rama de gente que não gosta de vocês.*”

Pensei comigo mesmo: “não sou bom de retórica e nem nesta coisa de responder na hora as coisas. Mas só sei dizer que: eles passarão e nós passarinhos ...”

Deixa eu falar outra coisa ... a Bahia, como o Brasil, é cheia de preconceitos ... não se iludam não. Para me deixar mais triste ainda nesta história que narrei até aqui ... ninguém era branco, nem a moça do balcão.

São as “microfísicas do poder que perpassam as malhas da sociedade”. Aproveitando lanço um desafio: sabe em qual filósofo francês que estou pensando quando digo isto? Vou dar uma chance: o primeiro nome começa com M e o segundo com F. É isto mesmo: Michel Foucault. Como não lembrar das minhas tentativas de indianizar alguns conceitos deste pensador?

O dominador não domina só pela força física ... ele incute na cabeça do dominado a dominação que, por vezes, a reproduz com mais crueldade ainda. Lembrei dos capitães do mato...

Pedalei de volta para minha Olivença Indígena e Encantada. Até fiquei feliz porque percebi no rapaz que me atendeu a possibilidade dele pensar diferente sobre nós ... os índios ... assim eu acho.

Lembrei também da música que cantamos no *Porancy* (ritual indígena Tupinambá) que diz:

Somos índios guerreiros  
Por nossas terras vamos lutar  
Espalhar nossas sementes  
Solo germinar.  
Somos índios guerreiros  
Por nossas terras vamos lutar  
Somos geniosos,  
mas temos bom coração.

Este caso que aqui narro demonstra a falta de conceito e conhecimento: preconceito. Por isto, em outra ocasião, irei até o local

(perceba que evitei escrever o nome) e tranquilamente conversarei. Acredito que neste caso, como em vários, vale o diálogo.

Além disso, prefiro não utilizar das leis do Estado e sua justiça que tanto nos oprimem. Não quero me igualar ao meu opressor usando suas mesmas armas.

Só escrevi este relato para exercitar reflexões entre elas: o rapaz no final acabou me alertando dos perigos. Ou seja, sinto mesmo que nos tornamos amigos e, quem sabe, a visão preconceituosa dele diminua e/ou um dia não mais exista.

Além disso, o relato revela mais o inconsciente existente aqui na região em relação aos índios. Os dois que me “atenderam” explicitaram o que, por vezes, é implícito. Algo que, isto sim, precisa mudar.

Os donos do poder econômico, político e jurídico aqui no Sul da Bahia e no Brasil ... estes sim são os que, historicamente, dão origem ao ideário de preconceito contra os povos indígenas. Estes são os que precisam ser denunciados ... mas, mesmo contra eles, não usaria as leis deles porque não sou igual.

Por fim, pensei também, num diálogo entre meu parente ancestral Aymoré com um viajante europeu Expilly no século XIX. Estou atualmente muito influenciado pela fala deste meu parente. Explicando: os Aymoré também moraram aqui nas redondezas de São Jorge dos Ilhéus, onde eu moro. Este povo era odiado pelos brancos porque praticavam a antropofagia, poligamia, não aceitaram a colonização e muito menos a catequização.

Este meu parente Aymoré ao qual me refiro, estava aprisionado por capitães do mato após ter fugido de um aldeamento capuchinho onde tentavam catequizá-lo aqui nesta nossa região. Vale destacar que a conversa dele com o viajante francês só aconteceu após o caraíba (branco) oferecer um copo de cachaça ao nosso parente preso. Porém, antes de beber ofereceu ao chão ... Mãe Terra onde moram nossas Encantadas, Encantados e Ancestrais.

Numa certa altura da conversa o caraíba (branco) Expilly pediu para os capitães do mato desamarrarem meu parente Aymoré. Os capitães do mato disseram:

“Que o senhor francês, em todo o caso, tenha cuidado. Ainda restam dois dentes a este velho canibal, e já faz quatro anos que esses dois dentes não mordem carne de cristão” (EXPILLY, 1977, p. 176).\*

Enfim, depois de lembrar desta história fiquei retado de orgulhoso por não ter sido atendido na referida cabana de praia. Não vou mentir que fiquei com vontade de tomar a cachaça Rio do Engenho, mas fica pra outra ocasião.

Em terras de Jorge Amado,  
nem todos são amados,  
especialmente, quando se é índio...

A ignorância deles fortalece meu orgulho de minha ancestralidade. Até porque:

“ainda restam dois dentes”

AIÊNTÊN !!!

\* OBS 1: o trecho de conversa citado é entre um índio Aymoré (povo também conhecido como Ambaré, Guaimuré, Embaré, Guerén, Grên ou Kren, apesar dos invasores juruá/caraíba chamarem nossos parentes ancestrais genericamente de Botocudos) com um branco viajante de nome Expilly. O dialogo encontra-se em: EXPILLY, Jean Charles Marie (1935/1977). *Mulheres e costumes do Brasil* (G. Peralva, trad., prefácio e notas, p. 176). São Paulo: Cia. Editora Nacional.

\* OBS 2: narrei esta história depois de alguns dias dos acontecimentos porque tento escrever textos que possam exercitar algum tipo de reflexão. Por isto deixo as ocorrências maturarem para não escrever sobre impulso do momento. As vezes o impulso é fundamental, porém, a ponderação pode levar a compreensões mais profundas. Aprendi isto com os anciões: penso que eles tem sabedoria também porque suas ideias amadurecem com o tempo.

**Cuiabá, 17 de fevereiro de 2017**

**Conversar de índio!**

Curva quem tem é rio  
Prosa de índio é reta  
Clara e densa

Numa outra temporalidade  
Falamos de tempos  
atemporais  
ancestrais  
imemoriais  
naturais  
O silêncio nos fala  
Só com o ouvido da anga (alma)  
Se pode escutar  
Escutar ... que somos a terra  
Das nossas bocas cantam as Encantadas  
Ecoam os Encantados  
Sem vinganças  
Falam as lembranças  
Da Terra,  
águas,  
matas,  
bichos,  
ancestrais

Para:

Oráculo Naine Terena,

Anarrory Yudja Sant Anna,

Ukuyó Terena ,

Casé Angatu Xukuru Tupinambá

No dia que palestramos juntos ... por nossos lábios falaram nossas  
angas ancestrais imortais ... fomos uma só voz...

Todo índio tem ciência

Todo índio tem ciência

Oh Tupã por que será?

Oh Tupã por que será?

Tem a ciência divina

Tem a ciência divina

No tronco da Jurema.

No tronco da Jurema.

AIÊNTÊN!!!!

# Rumo a uma abordagem psicossocial da florestalidade (ruralidade) amazônica

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

As discussões que buscam integrar os distintos campos da Psicologia e Psicologia Social aos fenômenos inerentes ao mundo rural têm paulatinamente ganhado espaço nos debates acadêmicos latino-americanos do século XXI, seja por meio de produções escritas ou eventos científicos. Essa articulação de temáticas rurais e psicossociais não é nova, como lembra Landini (2015a), pois já havia publicações sobre isso desde o primeiro quarto do século passado. Entretanto, a maneira como se está abordando essas temáticas parece estar ganhando uma nova configuração, especialmente pela maneira crítica como na América Latina se tem desenvolvido conhecimento e atuação psicossocial voltados às questões rurais.

A prova concreta do esforço latino-americano na forma de eventos, agregando pessoas de distintas áreas interessadas nesse campo interdisciplinar e que têm mantido vinculações entre si, foram: I Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural (out./2013, Posadas, Misiones, Argentina); 5ª Conferência Internacional de Psico-

logia Comunitária (set./2014, Fortaleza, Ceará, Brasil); GT Psicologia Social e ruralidades no XVIII Encontro Nacional da Abrapso (nov./2015, Fortaleza, Ceará); II Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural (out./2016, Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil); GT processos psicossociais rurais-urbanos no V Encontro Regional Norte Nordeste da Abrapso (nov./2016, Boa Vista, Roraima). Com exceção do primeiro, tivemos oportunidade de participar dos demais eventos, trazendo nossas contribuições a partir do ponto de vista oriundo do contexto amazônico. Assim, o presente texto é fruto da participação nesses eventos, onde tivemos férteis parcerias e discussões com colegas de várias disciplinas e países. Por meio desses frutíferos debates, chegamos à conclusão de que o campo de temas e problemas ligando aspectos psicossociais aos rurais não são apenas mais uma área reservada às ciências psicológicas, como defenderemos mais adiante.

Em linhas gerais, nesses eventos se tem discutido as possibilidades de articulação das distintas ciências psicológicas (Psicologia Ambiental, Psicologia Comunitária, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Educação, Psicologia da Libertação, Psicologia da Saúde, Psicologia Política, Psicologia Social etc.) e de áreas afins às questões e problemas próprios do mundo rural e desses em relação ao mundo urbano. Pelo fato de esse ser um campo de interesse interdisciplinar, tem havido integração com estudantes, profissionais e pesquisadores de muitas áreas, além de participantes de movimentos sociais, interessados em conhecer e discutir processos psicossociais relacionados às ruralidades. Para ilustrar como as temáticas rurais têm sido amplas, abrangentes e interdisciplinares, o II Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural abarcou os seguintes eixos: agricultura familiar, extensão rural e trabalho rural; saúde e contextos rurais; educação do campo e Psicologia; movimentos sociais, grupos étnicos e povos tradicionais; gênero e geração; ambiente e sustentabilidade (Gonçalves, Landini, Leite, Calegare, & Monteiro, 2016).

Mas o que se entende por rural e todas suas variações? E o que seria a Psicologia Rural? Haveria uma perspectiva latino-america-

na que articule questões rurais aos processos psicossociais? Haveria também uma particularidade dessa articulação ao contexto amazônico? Diante dessas questões, escrevemos este texto como forma de respondê-las e de dar continuidade aos debates a respeito dos temas rurais e Psicologia Social, especialmente na Amazônia.

## **Compreendendo Rural-Urbano**

Já descrevemos em outro momento (Calegare, 2015) que a dicotomia entre rural-urbano existe atualmente em nosso cotidiano por alguns fatores imbricados entre si e só separados didaticamente, que devem ser colocados em questão. Recuperaremos aqui alguns desses fatores. O primeiro deles é decorrente de um entendimento dicotômico/dicotomizante produzido na modernidade, que marca nossa forma de pensamento e que fundamenta a cisão entre corpo/alma, sujeito/objeto, homem/natureza, teoria/prática, religioso/profano, ciência/senso comum, civilizado/selvagem e muitas outras dicotomias. Dentre essas separações figura também aquela entre rural/urbano.

Outro fator remete a uma dimensão histórica relacionada à modernidade e ao surgimento da sociedade industrial que estimulou o crescimento das cidades a partir da migração cada vez mais intensa de pessoas que viviam no campo, como lembram Froehlich e Monteiro (2002) e Carneiro (2012). A vida nas cidades representava todas as promessas de bem-estar, conforto, lazer e segurança que uma sociedade em vias de modernização podia proporcionar. Por outro lado, projetava-se a imagem de antigo, atraso, carência, miséria, pobreza e solidão à vida no campo. No século XIX, essa construção do imaginário sobre a cidade e o campo foi acompanhada por uma distribuição desigual do acesso a serviços, bens e direitos sociais. Em suma, o atraso atribuído ao campo promoveu o desinteresse e ocultamento da vida campestre, sua diversidade cultural, seus modos de vida e valores relacionados ao entorno físico-social. Assim, o mundo urbano, com todos seus elementos, caracterizava a vida na

cidade, enquanto o mundo rural, com todos seus atributos, caracterizava a vida no campo.

No século XX, a adoção de políticas desenvolvimentistas acentuou ainda mais a dicotomia rural-urbano, o que foi pernicioso às populações rurais. Aqui temos mais um dos fatores para a cisão rural/urbano existente no presente. A ânsia por modernização e desenvolvimento econômico está fundamentada no princípio hegemônico de progresso, que apresenta uma direção à vida cultural, econômica, social e técnica. Tal direcionamento se opera na distinção e superação de um estágio inferior (atrasado, primitivo, selvagem e incivilizado), identificado com o rural, para um estágio superior (evoluído, sublime e civilizado), identificado com o urbano. Nos processos de reprodução e manutenção do sistema capitalista, entendido como aquele que perpassa e se impõe a toda sociedade global, reproduz-se com força a ideia de que o mundo rural está atrasado em relação ao mundo urbano. Neste movimento, o mundo rural seria apenas um elemento residual no domínio completo da urbanização e da industrialização (Wanderley, 2012).

Essa realidade distinta entre rural e urbano, que se apresentava cada vez mais acentuada em meados do século XX, despertou o interesse acadêmico, e nesse bojo emergiu, por exemplo, a Sociologia Rural, que entendia haver particularidade do mundo rural que justificava uma subdisciplina da Sociologia. Posteriormente, buscou-se romper a contraposição rural-urbano, passando-se a focar na noção de um *continuum* espacial e social entre os polos rural e urbano, pois haveria gradientes e interferências recíprocas entre as lógicas dessas polaridades (Silva & Rocha, 2011). Nesse sentido, surgiram também novas tentativas de não reduzir a dimensão do rural pela referência ao urbano, com a proposição de termos como rurano ou periurbano, que se referem à dinâmica rural-urbano-rural enquanto vida social que não se transforma em um sentido único, pois há tanto movimentos de urbanização do rural quanto de reruralização do urbano.

Apesar dessa reconsideração acadêmica, a tradição normativa hegemônica continuou mantendo uma visão dicotômica de rural-urbano, que fez e continua fazendo com que rural e urbano sejam tratados como categorias operatórias. Em outras palavras, uma compreensão que está na base de elaborar políticas públicas, programas e projetos sociais, classificações e ordenamentos do espaço e das pessoas que nele habitam, enquanto separados (Anjos & Caldas, 2008).

Como uma tentativa de superar as cisões de rural/agricultura/campo e urbano/indústria/cidade, Biazzo (2008) propõe a seguinte compreensão: cidade e campo são espaços empiricamente observados, formas, fixos, materialidades e sistemas de objetos que se concretizam em paisagens e infraestruturas contrastantes. Rural e urbano são fluxos, práticas sociais, relações sociais, representações sociais e sistemas de ações que modelam universos simbólicos e o convívio social. Desse modo, rural (ou ruralidade: a qualidade do rural) e urbano (ou urbanidade: a qualidade do urbano) seriam categorias analíticas – e não operatórias – que se prestam para examinar práticas sociais na sociedade, que podem acontecer tanto na cidade quanto no campo.

Nessa linha, compreendemos que há distintas ruralidades. Entendemos por ruralidades a especificidade das relações humanas (práticas socioculturais, econômicas, políticas etc.) que ocorrem em função das vivências e representações de determinado espaço, sejam elas imaginadas ou concretas, que alimentam e são alimentadas pelo cruzamento de aspectos geofísicos, culturais, socioeconômicos e políticos, configurando diversos universos simbólicos, identidades e práticas sociais – como também discutem Carneiro (2012), Moraes e Vilela (2013) e Moreira (2005). Essa compreensão pode ser simplificada pela definição de mundo rural de Wanderley (2010), que o entende como um lugar de vida. Em suma, fica claro nesse debate a perspectiva psicossocial presente na definição do rural/ruralidades, tal como o entende Landini (2015b), para o qual o rural se refere a

uma configuração dos espaços e ao modo pelo qual esses são apropriados pelas pessoas.

Em suma, o imaginário social de rural-urbano sustentou políticas públicas, programas governamentais e intervenções com desvantagem para o rural. Como vimos, atualmente se tem questionado o uso operatório dessas categorias, para pensá-las de modo analítico. Isso tem levado ao questionamento das justificativas de levar desenvolvimento às comunidades rurais, acreditando-se que nesses lugares deveria haver progresso, geração de renda e inserção no sistema econômico a nível local, nacional e até global para saírem da condição de atrasados. Por outro lado, para além da apreensão dicotômica de rural-urbano, se vem ponderando que os processos de globalização também constituem a base para a indagação sobre o modo de vida rural. Tem-se questionado como no campo a lógica da (re) produção socioeconômica, a reestruturação produtiva, as estratégias de exploração dos recursos naturais e o modo de vida mais próximo à natureza sofrem ou resistem às influências do sistema econômico das sociedades envolvidas.

## **Processos psicossociais e mundo rural: psicologia rural latino-americana**

Anteriormente dissemos que a articulação de temáticas rurais e psicossociais não configura uma nova subdisciplina da Psicologia ou Psicologia Social, como parece apontar o nome dos eventos recém-mencionados: Psicologia Rural. Também mencionamos que esse é um campo de convergência e de interesse que aparece em forma de publicações e eventos científicos, na América Latina, com clara expressão no século XXI. No entanto, Gonçalves et al. (2016) apontam que provavelmente a primeira menção a essa suposta subdisciplina foi cunhada por Childs e Melton, no livro *Rural Psychology*, publicado em 1982 nos Estados Unidos. Posteriormente, nesse país, Canadá e Austrália tem havido crescente interesse das temáticas rurais pela Psicologia, havendo também programas de

formação profissional específicos e associações profissionais dedicadas às questões rurais.

Mas o que se entende, porém, como Psicologia Rural pelos latino-americanos? Quintanar (2009) já apontava que a ciência psicológica foi desenvolvida em sociedades urbanas e quando o psicólogo passou a lidar com a cultura, sociedade e vida rural, deu-se conta que seu ponto de vista era inadequado ao ambiente rural. Ou seja, esse contato com pessoas fora do contexto urbano fez os psicólogos nitidamente perceberem que as tradições e teorias da Psicologia – e podemos enquadrar a Psicologia Social nisso – foram criadas, generalizadas e universalizadas sem questionar que estavam sendo desenvolvidas no palco urbano. Passamos a nos dar conta disso ao voltar atenção às pessoas e comunidades rurais, que parecem não obedecer às mesmas leis e fenômenos psicossociais dos cidadãos. Assim sendo, a autora tem defendido a necessidade de desenvolver uma Psicologia embasada no ambiente rural, ou seja, que ressalta que o contexto onde os fenômenos acontecem é o mundo rural.

Landini (2015b) segue essa mesma argumentação de que a Psicologia tem sido uma ciência urbana e que deve haver um contrabalanceamento a essa urbanização histórica, por meio de estudos e práticas voltados ao rural. Além disso, o autor sugere que não se deve pensar a Psicologia Rural como uma nova subdisciplina, mas sim “como campo de problemas que articulam Psicologia e ruralidades” (p. 28). Desse modo, a Psicologia Rural é entendida como um campo interdisciplinar diverso, flexível e plural que agrega um conjunto de acontecimentos, problemas e temáticas para os quais é relevante considerar a articulação da dimensão psicossocial à rural. Isso faria com que a compreensão e intervenção dos psicólogos no mundo rural, a partir de suas múltiplas perspectivas psicossociais, não estejam limitadas em sua relevância, isto é, limitadas pelo viés urbano.

Há três grandes áreas temáticas que Landini (2015b) considera pertinentes a esse campo interdisciplinar chamado de Psicologia Rural: os temas próprios ao mundo rural; temas que não são próprios

do mundo rural, mas que nele se manifestam de modo particular; e a adaptação e aplicação de conhecimentos gerados no contexto urbano ao mundo rural. Diante disso, o autor considera que o desafio latino-americano ao desenvolvimento dessa Psicologia Rural envolve: (a) gerar espaços de encontro e formação que vinculem as problemáticas psicossociais à ruralidade; (b) ser um campo de incentivo a pensar, criar e gerar ações transformadoras e críticas voltadas à população rural latino-americana e a seu bem-estar; (c) refletir sobre o que é o rural, desideologizando-o e abandonando a ideia de lugar atrasado, idílico e de paz; (d) não reproduzir ou adaptar acriticamente conhecimentos psicossociais nos contextos rurais, sem o questionamento de sua origem urbana e suas devidas reformulações; (e) termos consciência de nossa limitação subjetiva urbana, ao lidarmos com o mundo rural; (f) articular ações e práticas junto a instituições, organizações e comunidades rurais, com estratégias e dispositivos que levem em conta esse marco territorial.

Tal como há particularidades na Psicologia Rural dos países de fala inglesa – que não abordamos neste texto –, há uma especificidade que parece ter ficado clara aos latino-americanos ao longo dos intercâmbios científicos já mencionados. A Psicologia Rural latino-americana se caracteriza por sua perspectiva social com enfoque comunitário e por sua preocupação com as populações mais desfavorecidas, isto é, aquelas oriundas dos contextos rurais de nosso continente (Gonçalves et al., 2016).

### **Ruralidades amazônicas: ou deveríamos falar em florestalidades?**

Feitas essas contextualizações, daremos prosseguimento a algumas discussões a respeito dos processos psicossociais vividos por agentes sociais da região em que estamos inseridos: a Amazônia, e mais especificamente o estado do Amazonas. Portanto, ao adaptar a discussão de ruralidades ao contexto amazônico, nos parece mais pertinente falarmos em florestalidades, pois rios e florestas são ele-

mentos marcantes do cenário onde acontece o modo de vida dos habitantes das cidades e dos interiores da Amazônia (Calegare & Higuchi, 2016).

Diferente de outros contextos brasileiros, em que os limites das cidades não são facilmente visualizáveis e se confundem com a zona rural, no Amazonas a paisagem impõe um limite bastante claro: as cidades estão cravadas no meio das florestas e rios – sendo forçoso referir-se a estes últimos como “campo” e aos processos psicossociais inerentes a esse espaço como “rurais”. Seguindo Bertrand (2004), entendemos que a paisagem é o resultado da combinação dinâmica e instável, em determinada porção de espaço, de elementos antrópicos, biológicos e físicos que, ao reagir dialeticamente uns sobre os outros, fazem-na um conjunto único, indissociável e em perpétua evolução. Desse modo, as paisagens florestais e citadinas são marcadamente diferentes ao observador, mas isso não significa que sejam mundos diferentes, tal qual se pensou com o rural e urbano.

O mundo florestal (rural) e o mundo urbano são também intimamente implicados um com o outro. Isso significa que os processos psicossociais relacionados à urbanidade e à florestalidade dependem do entendimento de florestal-urbano que não se reduz à contraposição entre um e outro. Ou seja, mesmo que cidade e floresta/rios sejam paisagens marcadamente diferentes, há processos psicossociais tanto particulares quanto compartilhados em ambos contextos, que amalgamam o universo amazônico. Portanto, é importante que entendamos essas florestalidades e urbanidades amazônicas pelo ponto de vista das próprias pessoas que habitam nesse universo, com todas as suas redes de significados e práticas, vivências específicas e padrões regulares de comportamento.

Além disso, partimos do entendimento que o florestal não é homogêneo, como supunha o pensamento dominante na modernidade a respeito do rural. Mais além, a diversidade de compreensões do que é o florestal promove várias possibilidades de entendimento do modo de vida dos povos da floresta, da aproximação entre esses

e os citadinos, do trânsito entre citadinos e interioranos nas comunidades do interior e nas cidades, bem como de variados modos de relacionar a Amazônia com o Brasil, América Latina e as frentes de globalização. Assim sendo, é importante discutirmos a respeito do mundo florestal amazônico desde uma perspectiva que busque superar a dicotomia entre o florestal e o urbano tal como costuma se apresentar ainda nos debates e na definição de políticas públicas, por exemplo.

Em suma, entendemos por florestalidade a especificidade das relações humanas (práticas socioculturais e políticas) que ocorrem em função das vivências e representações das florestas, rios e terras, sejam elas imaginadas ou concretas. Essas são produtoras/produzidas pelo cruzamento de aspectos culturais, geofísicos, históricos, políticos e socioeconômicos, configurando universos simbólicos, identidades e práticas sociais. Assim, o mundo florestal é entendido como um lugar de vida, e, ao abordá-lo numa perspectiva psicossocial, estamos nos referindo ao florestal como uma configuração de florestas/rios/terras e ao modo pelo qual esses são apropriados e vivenciados pelas pessoas.

## **Florestal-urbano pelos amazônidas**

Para as pessoas que habitam em outras regiões brasileiras, é comum se fazerem imagens de que os habitantes da Amazônia Legal – estados da região norte mais Mato Grosso e parte do Maranhão, correspondendo a 59% do território brasileiro – vivem no meio da grande floresta, com hábitos de povos pré-colombianos. Mesmo sabendo-se que há cidades, tanto as capitais como as localidades de interior, não se imagina que esses centros urbanos são muito semelhantes, quando não iguais, a qualquer outro centro brasileiro. Isto é, o modo de vida urbano é bastante parecido, apesar de haver algumas peculiaridades regionais resultantes de fatores culturais, econômicos, históricos, sociais, políticos etc. Mesmo que essas imagens sejam parcialmente equivocadas, a vida das pessoas que habitam na Amazônia é sim marcada pelo trânsito constante entre o mundo florestal e o

mundo urbano, pois as cidades estão cravadas na floresta e é inegável a presença da natureza amazônica no cotidiano cidadão. Portanto, o que viver na Amazônia nos traz é a presença marcante do cenário onde as cenas acontecem. Em outras palavras, não se consegue negar que as cidades e a vida urbana estão marcadas pelo mundo florestal. Daremos dois exemplos disso.

O primeiro é que no Amazonas esse imaginário brasileiro irrita profundamente seus habitantes, especialmente os cidadãos da capital, pois são representações que igualam a floresta ao antiquado, atrasado e incivilizado, ao lugar de cabocos e indígenas, dois grupos sociais estigmatizados negativamente e tidos enganosamente como inferiores há tempos. Como as cidades, e especialmente Manaus, são símbolos concretos do progresso civilizatório, há forte negação de quaisquer elementos da vida urbana que remetam à florestalidade, mesmo que estejam presentes e inegáveis na vida do amazonense – seja pela herança cultural, seja pela genética. Em função disso, não é raro ao habitante de comunidades do interior que vem aos centros urbanos passar por situações de discriminação e humilhação social, como apontaram Fernandes, Zakabi e Calegare (2016).

Um segundo exemplo vem dos trabalhos que temos desenvolvido em comunidades do interior, que mostram claramente que a vida nessas localidades apresenta particularidades do modo de vida do mundo florestal. Entretanto, pelo fato de as pessoas se dirigirem mensalmente às cidades e estarem em constante interação com as benesses do mundo urbano presentes nas próprias comunidades, é bastante difícil de se diferenciar o que pertence a cada um dos mundos. Por isso Monteiro, Figueiredo, Monteiro e Brandão (2016) debatem que para compreender a realidade de uma comunidade indígena é preciso abandonar a dicotomia rural-urbano, adotando-se uma perspectiva rurbana, pois já não há como entender a complexidade da vida nessas localidades pelos antigos paradigmas e perspectivas.

Por esses dois exemplos fica claro que, mesmo que haja particularidades do mundo florestal e do urbano, é difícil negar que

um exista sem o outro. Por isso temos destacado a importância de a Psicologia Social colocar em discussão os processos psicossociais e vivências dos habitantes da região amazônica – os amazônidas –, que estão em trânsito constante entre as cidades e os rios e florestas. É trânsito constante entre mundo urbano e florestal, amalgamando o universo amazônico. Portanto, para esse debate, se deve adotar um ponto de vista que busque situar a pessoa como ser engajado em sua própria história, inserido na história coletiva de sua comunidade/sociedade e contextualizado no ambiente físico-social. Assim, a Psicologia Social pode contribuir ao debate interdisciplinar de questões amazônicas ao colocar em questão as pessoas que vivem as florestalidades e sua relação com o mundo urbano, e vice-versa. Se considerarmos que cada vez mais psicólogos estarão lidando com situações de produção e reprodução de ruralidades (e florestalidades, no caso amazônico), é de suma importância travarmos essas reflexões a respeito de experiências relacionadas a essas temáticas.

Em suma, a Psicologia Social pode contribuir com o debate a respeito do florestal-urbano, pois essa suposta dicotomia é marcada não apenas por fatores demográficos, econômicos, geográficos e sociológicos, mas por motivações, representações e sentimentos presentes no agir das pessoas no contexto amazônico. Mais do que isso, a dinâmica de ocupação do espaço geográfico, os conflitos e as tensões no mundo florestal comprometem eticamente os psicólogos a tomar este tema como uma de suas preocupações teórico-práticas. Isso insere a Psicologia Social dentro das particularidades que referimos anteriormente da Psicologia Rural latino-americana.

## **Conclusão**

Neste capítulo pudemos discutir que o mundo rural se configura como um campo de estudos interdisciplinar e que, na América

Latina, alguns psicólogos e profissionais de áreas afins têm se reunido para debater as interações desse campo com os processos psicossociais. Processos esses tradicionalmente tratados pelas diversas abordagens do que chamamos de ciências psicológicas, onde incluímos a Psicologia Social. Também vimos que a junção de temáticas psicossociais às rurais tem sido chamada, por alguns psicólogos, de Psicologia Rural, sem que isso signifique necessariamente a configuração de uma subdisciplina das ciências psicológicas. O mundo rural, entendido como lugar de vida, e as vivências da relação rural-urbano são processos complexos que requerem olhares interdisciplinares. Entretanto, nossa contribuição latino-americana tem se configurado pela perspectiva social com enfoque comunitário e por ações transformadoras direcionadas às populações mais desfavorecidas. Temos desenvolvido nossos trabalhos em comunidades seguindo essa tendência.

Esperamos também ter deixado claro que a dicotomia rural-urbano existente no presente decorre de uma série de fatores, sustentados por seu uso enquanto categoria operatória para ordenamento da realidade. Entretanto, as considerações acadêmicas têm apontado para a superação dessa dicotomia e avaliado que as práticas sociais inerentes ao rural/ruralidade e urbano/urbanidade, considerados como categorias analíticas, acontecem tanto nas cidades quanto no campo, havendo, portanto, integração entre ambos os contextos. Ao adaptarmos a discussão a respeito das ruralidades à Amazônia e ao Amazonas, ponderamos ser mais pertinente falarmos em florestalidades. Isso porque o contexto regional se apresenta por uma paisagem bastante clara com limites nítidos entre floresta/rios/terras e cidades, mas o mundo florestal e o urbano se processam imbricados em ambos os espaços, amalgamando assim o universo amazônico.

Por fim, a Psicologia Social pode contribuir com a compreensão do universo amazônico, seja dando maior acento ao mundo florestal ou ao urbano, mas sempre ponderando a interação dinâmica entre

ambos pela vivência das pessoas, que integra elementos da história particular, daquela do grupo/sociedade e da relação com o entorno físico-social. Tais compreensões não podem vir desacompanhadas do compromisso ético-político vivido no cenário amazônico: alijamento de direitos sociais básicos, conflito de perspectivas estritamente desenvolvimentistas e econômicas contra aquelas ambientalistas e ligadas aos direitos humanos, intolerância generalizada entre distintos grupos sociais, radicalismo de posições político-partidárias. Nesse sentido, um dos desafios enfrentados na sociedade amazonense é aquele que entrelaça, numa fórmula complexa e sem solução simples, alguns elementos: conservação da natureza, direito de acesso e uso dos recursos naturais, paradigmas de desenvolvimento, respeito aos grupos sociais ligados à floresta e garantia de (re)produção do modo de vida dessas pessoas.

## Referências

Anjos, F. S. & Caldas, N. V. (2008). O rural brasileiro: velhas e novas questões. *Teoria & Pesquisa: revista de ciência política*, 17(1), 49-66.

Bertrand, G. (2004). Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *RA E GA*, 8, 141-152.

Biazzo, P. P. (2008). Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária [Trabalho completo]. In *4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP* (pp. 132-150). São Paulo: ENGRUP. Recuperado de: [http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo\\_p\\_p.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf)

Calegare, M. G. A. (2015). Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social. In A. F. Lima, D. C. Antunes, & M. G. A. Calegare (Orgs.), *A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil* (pp. 473-457). Porto Alegre: Abrapso. Recuperado de: [http://www.abrapso.org.br/download/download?ID\\_DOWNLOAD=461](http://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=461)

Calegare, M. G. A. & Higuchi, M. I. G. (2016). Apresentação. In *Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais* (pp. 7-13). Curitiba: CRV.

Carneiro, M. J. (2012). Do 'rural' como categoria de pensamento e como categoria analítica. In *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira* (pp. 23-50). Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj.

Fernandes, S. L., Zakabi, D., & Calegare, M. G. A. (2016). Humilhação social e comunidades rurais [Trabalho completo]. In *II Congresso Latinoamericano de Psicologia Rural* (pp. 01-20). Seropédica, RJ: UFRRJ.

Froehlich, J. M. & Monteiro, R. C. (2002). Reconstrução social do espaço rural no contexto de transição para a sustentabilidade [Trabalho completo]. In *I Encontro da ANPPAS* (pp. 1-12). Indaiatuba, SP: ANPPAS. Recuperado de: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro1/gt/dimensoes\\_socio\\_politicas/Rosa%20Cristina%20Monteiro.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/Rosa%20Cristina%20Monteiro.pdf)

Gonçalves, B. S., Landini, F., Leite, J., Calegare, M. G. A., & Monteiro, R. C. (2016). Construyendo un abordaje psicossocial de la ruralidad desde América Latina: contribuciones desde el 2do Congreso Latinoamericano de Psicología Rural [Editorial]. *Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas*, 7(12), 6-16.

Landini, F. (2015a). Introducción. In *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp. 11-17). Buenos Aires: Clacso.

Landini, F. (2015b). La noción de Psicología Rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano. In *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp. 21-32). Buenos Aires: Clacso.

Monteiro, R. C., Figueiredo, C. M., Monteiro, D., & Brandão, E. G. (2016). Modos de existência rurais, urbanos, rurbanos: uma abordagem psicossocial em Umariacú, Tabatinga/AM. In M. G. A. Calegare & M. I. G. Higuchi (Orgs.), *Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais* (pp. 193-207). Curitiba: CRV.

Moraes, M. D. C. & Vilela, S. L. O. (2013). Trilhas de um debate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo. *Revista FSA*, 10(1), 59-85.

Moreira, R. J. (2005). Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 15-40). Rio de Janeiro: DP&A.

Quintanar, C. S. (2009). De la cultura que dejamos atrás. In *Psicología en ambiente rural* (pp.19-34). Ciudad de México, DF: Plaza Y Valdés.

Silva, C. A. & Rocha, F. G. (2011). Contribuições da sociologia rural norte-americana e europeia aos conceitos de rural, urbano e suas relações. *Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía*, 20(2), 9-19.

Wanderley, M. N. B. (2010). A Sociologia Rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. *Revista Alasru*, 5, 17-44.

Wanderley, M. N. B. (2012). Prefácio. In M. J. Carneiro (Org.), *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira* (pp. 15-17). Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj.

# **Pesquisa e atuação da psicologia na cidade e no campo: apontamentos e deslocamentos produzidos desde a categoria espaço**

Ana Paula Soares da Silva

Cidade e campo são conceitos abordados, a partir de algumas áreas do conhecimento, como expressão de paisagens distintas. Muitos são os esforços na tentativa de captar essas paisagens e modos de vida correspondentes, ora concebidos como polaridades complementares ou dicotômicas, ora como um *continuum* (Wanderley, 2009) ou como hibridizados, simultaneamente distintos e unificados (Rua, 2001).

Do ponto de vista histórico, para Moreira (2012), é possível identificar transformações nas relações campo-cidade por meio de um movimento que fez transitar formas de organização social, predominantemente rurais e agrárias, para sociedades urbanizadas. O excedente de produção, acompanhado pelo desenvolvimento dos meios técnicos e pelo processo de crescente industrialização, e a decorrente possibilidade de liberação de parte dos sujeitos em re-

lação ao trabalho agrícola estariam na origem desta transição do domínio econômico, político e cultural do campo para a cidade (Lefebvre, 2001).

A cidade, em sua forma, função e estrutura, surgiu como um espaço da troca, cuja racionalidade acabou por valorizar o trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual. Nesse cenário e na ordem hegemônica centro-periferia, paulatinamente, a cidade transformou-se em centro difusor na organização da vida material e simbólica, tornando o modo de vida urbano um fenômeno que, como aponta Lefebvre (2001), extrapola os limites da cidade; na atualidade, o rural estaria, assim, nas margens de uma força que se expande a partir da produção econômica, científica e cultural na cidade.

Esse processo colaborou com a construção do imaginário social acerca do rural e do urbano (e do campo e da cidade), sendo essas categorias, portanto, um efeito do movimento histórico: o significado de urbano associou-se a progresso; reservou-se ao rural “o lugar do atrasado, do rude, do não civilizado” (Tassara, 2007, p. 25).

Para teóricos que depositam na urbanização e na industrialização a centralidade das explicações sobre o momento atual de organização social, a expansão urbana globalizou-se a tal ponto que a ruralidade constituiu-se em categoria residual ou pretérita (Lefebvre, 2001). Ao depositarem na urbanidade uma hegemonia irreversível, restariam, conforme E. T. O. Tassara (comunicação pessoal, maio, 2013), simulacros de um rural imaginado, ou vazios que o processo de urbanização, na sociedade capitalista, contraditória e intencionalmente, não incorpora. Hoje, no estágio do capitalismo planetário, seria pertinente a dúvida se a dominação econômica e cultural do urbano teria completado seu esgotamento, sucumbindo diferenças nos modos de vida das populações.

Outros autores advogam, ao contrário, a capacidade de renovação do rural; para essa linha de argumentação, o rural estaria sofrendo transformações orientadas para sua recriação, compondo as chamadas novas ruralidades (Carneiro, 2003, 2011; Wanderley,

2000), expressão de novas territorialidades. Essa leitura resulta de uma compreensão da dinâmica de ocupação dos espaços que não desconsidera o papel ativo de seus sujeitos sociais e coletivos (Carneiro, 2011) nem as particularidades da expansão capitalista que, embora unifique o território, não destrói suas especificidades, uma vez que lhe é própria a produção de desigualdades e que são diferenciadas as negociações locais com os processos globais (Rua, 2001). Assim, as mudanças sofridas no espaço rural demonstrariam sua capacidade de resistir, reorganizar-se e modificar-se frente aos novos determinantes da relação campo-cidade, sem completamente se fundir e confundir com o urbano. Esta leitura endereça sua crítica àqueles autores que, ao não reconhecerem esse processo, imprimem no rural uma visão estática, não histórica e pouco reativa, além de negarem que também a cidade renova-se, ora no atendimento, ora na restrição do acesso aos bens citadinos, produzindo-se, também nela, situações de exclusão, violação de direitos e diversidades múltiplas. Para Lefebvre (2001), teria havido uma implosão das promessas contidas no projeto da cidade, tendo sofrido certa falência na efetivação de uma socialização democrática.

Em nosso país, e em geral na América Latina, é necessário associar a esse debate o caráter conflituoso do campo e da vida nas cidades. O campo é cenário de morte, destruição e violência, numa guerra que, historicamente, serve a interesses da concentração da terra e do poder econômico, imprime sofrimento às suas populações, reproduz a pobreza e a miséria, expulsa seus sujeitos que, desenraizados, acabam por se somar às camadas empobrecidas da cidade, mais especificamente às camadas que habitam suas margens. No avanço do modelo concentrador, articulado à agricultura filha da “revolução verde”, seja mantendo-se no campo ou nas periferias da cidade, a *margem* (geográfica e simbólica) é lugar de destino das populações rurais empobrecidas. Também é ela o lugar das populações empobrecidas nas cidades, na mesma sintonia em que atuam os condicionantes da constituição do espaço rural, produzidos na lógica capitalista

que transforma o espaço urbano em mercadoria e negócio e retira as possibilidades de participação dos sujeitos na gestão de seus territórios. Nesse processo, criam-se zonas de segregação, fragmentos espaciais vinculados a classes sociais e a grupos étnico-raciais, a excluir os pobres da vivência dos benefícios que a vida na cidade promete e a violar completamente o direito à cidade.

Entendo que essas breves considerações, que falam sobre movimentos e tensões coconstitutivas entre campo e cidade, são fundamentais quando a Psicologia toma para si, como questões de pesquisa e atuação, os processos psicossociais que ocorrem no espaço, seja ele rural ou urbano. Especialmente na última década, tem ocorrido um movimento intencional de articulação dos pesquisadores que trabalham com a Psicologia Rural, mobilizados, no Brasil, pelo Conselho Federal de Psicologia (2013) e, na América Latina, pelos esforços empreendidos pelo pesquisador Landini (2015). Entre nós, tornou-se comum afirmar que a existência de uma matriz fundamentalmente urbana na constituição da profissão explicaria, em parte, certo silenciamento da produção psicológica acerca dos modos e tempos de vida da população que reside em área rural (Albuquerque, 2002; Lopes, 2007).

Antes de negar essas afirmações, as considerações levantadas as complexificam, instigando-nos a ampliar nossas chaves de leitura – críticas da nossa própria atuação – e a abordar campo e cidade como totalidade, materialidades não fragmentadas, complexas, cujas histórias são interdependentes, necessariamente coconstitutivas. Esse movimento passa pela consciência e assunção de que a dinâmica campo-cidade resulta de processos amplos relativos à produção do espaço.

Aceitar esse convite significa reposicionar nosso foco, não voltado ao rural, ou à cidade em si, mas, principalmente, aos modos de ocupação do espaço na contemporaneidade e suas relações com a produção das subjetividades. A questão que abre este debate no enfrentamento desse desafio é a seguinte: a que nos serve considerar

o espaço como essencial no horizonte explicativo da constituição subjetiva na contemporaneidade, no campo e na cidade?

## **Espaço, território e produção das subjetividades**

O conceito de espaço adotado aqui se ancora nas definições dadas pela Geografia. Segundo Santos (1996), o espaço é o sistema de ações e objetos indissociáveis. Essa definição é portadora da concepção de que existe uma estreita relação entre a produção do espaço, a produção da vida e a constituição de sujeitos. Para Carlos:

Partindo da premissa de que o processo de constituição da humanidade contempla a produção do espaço, chegamos à ideia segundo a qual a 'produção do espaço' é *condição, meio e produto da ação humana*. Esse movimento triádico sugere que é através do espaço (e no espaço), que, ao longo do processo histórico, o homem produziu a si mesmo e o mundo como prática real e concreta. Objetiva em sua materialidade, tal prática permite a realização da existência humana através de variadas formas de apropriação dos espaços-tempo da vida. Ao se realizar nesse processo, a vida revela a imanência da produção do espaço como movimento da realização do humano (de sua atividade). (Carlos, 2015, p. 14)

No caso da Psicologia, é necessário reconhecer que a temática da relação entre sujeito e meio não é nova. Ao contrário, ela é estruturante em diferentes correntes, adquirindo matizes diferenciados, a depender das definições que são dadas a cada um dos termos dessa relação e das questões próprias a cada área. A Psicologia Ambiental é exemplo de uma área inteira dedicada a investigar as relações pessoa-meio.

O que de novo se apresenta, na atualidade, é um movimento de maior aproximação da área ao conceito de espaço e de alinhamento ao chamado giro espacial (Boyer, 2007; Carlos, 2015; Velazquez Ramirez, 2013), talvez como forma de admitir aspectos mais dinâmicos e, ao mesmo tempo, menos abstratos da constituição dos su-

jeitos. Trata-se, portanto, de uma velha questão que se recoloca com base em novos termos, ainda na tentativa de superar dicotomias ou simplificações e de re-conhecer a estreita relação entre os sujeitos e os contextos que os constituem e são por eles construídos. O conceito de espaço carrega possibilidades de pensar a relação entre os sujeitos e os mundos por eles objetivados por meio das atividades práticas e das relações humanas; permite falar de formas, de processos e de conteúdos intrinsecamente vinculados.

Essa definição, que associa forma, processo e conteúdo, remete à coexistência de tempos diferenciados num mesmo espaço, além da transformação/conservação do espaço e de diferentes poderes dos grupos na sua apropriação. Nessa dinâmica, os conceitos de território e territorialidade tornam-se instrumentais para a compreensão do movimento constante de (re)produção da vida pessoal e coletiva, situada espaço-temporalmente, no campo ou na cidade. O território, espaço apropriado, comporta condições materiais e simbólicas, relações de classe, de gênero, etárias; implica disputas. A territorialidade é expressão das formas de ocupação do espaço na consolidação ou na (des)construção dos territórios.

A aproximação da Psicologia a esses conceitos implica repensar a concepção de sujeito e a relação pessoa-meio, mas não apenas pela incorporação da análise do poder nas relações e interações socioespacialmente situadas, aspecto já bastante discutido na literatura que recorre ao conceito de território, a partir de diferentes abordagens teórico-metodológicas.

Para Tassara (2013), os entendimentos correntes em Psicologia sobre a relação pessoa-meio estariam, na maioria das vezes, circunscritos a abordagens que buscam conhecer o homem *e* o território; segundo ela, “uma abstração, portanto, construída sobre teorias que estabelecessem estas vinculações” (Tassara, 2013, p. 13). Na superação dessa abstração, a autora propõe uma busca mais complexa, identificando o homem *do* território e as implicações sobre as dinâmicas históricas e psicossociais a ele correspondentes.

Nessa proposição, Tassara articula de forma coconstitutiva sujeito e território: o sujeito produz *o* e é produto *do* território; o território produz *o* e é produto *da* ação do homem. As relações sociais e os sujeitos projetam-se, definem-se e sustentam-se em territórios. Uma vez que o conceito de território refere-se às parcelas de espaço apropriadas por sujeitos e grupos, a formulação de Tassara implica que só é possível falar de sujeito encarnado no espaço e de espaço encarnado no sujeito, nas tramas, nas relações de força, nas formas e conteúdos que os constituem. Este sujeito encarnado, território em movimento, carrega consigo significados do espaço que constrói.

Nesses termos, ao adotar conceitos como espaço e território, a Psicologia passaria a contemplar a “concretude da experiência humana no ambiente”, entendendo o ambiente como “espaço total” (Tassara, Rabinovich, & Goubert, 2004, p. 332); estaria interessada nos processos de formação e de dinâmicas psicossociais de sujeitos e grupos territorializados, sem desconsiderar processos de ordem macro que incidem na produção dos territórios. Como apontam Tassara, Rabinovich e Goubert (2004), essa perspectiva nos faz, fundamentalmente, considerar, de forma inseparável: a totalidade do espaço, os fragmentos geográficos e a ação de seus sujeitos.

Informada por esses entendimentos, a inserção da Psicologia, seja no campo ou na cidade, deveria “manter um olho no peixe e outro no gato”; ou seja, compreender a produção das subjetividades, na contemporaneidade, como parte da produção do espaço total na sociedade capitalista, mas, ao mesmo tempo, da expressão de particularidades dos fragmentos territoriais e da conformação singular das ações dos sujeitos individuais e coletivos, na produção de seus territórios (rurais ou urbanos). Por esses motivos, campo e cidade passariam a ser vistos como formações socioespaciais que compõem paisagens interconectadas e complexas, em cujas dinâmicas se sobrepõem urbanidades e ruralidades. Enquanto campo e cidade referem-se a formas no espaço, rural e urbano são categorias representativas das formas de relação social (Biazzo, 2008), possíveis de terem expressão

em campos e cidades com materialidades múltiplas. São também interpenetráveis, uma vez que a produção do espaço configura-se por centros, mas também por fronteiras borradas, por margens que diluem as distinções materiais e simbólicas.

## **Espaço total e diferentes escalas na produção da subjetividade**

Conceber assim o espaço desde as contribuições de Santos (1996) e a partir das provocações de Tassara (2005, 2007) permite enfatizar a relação entre os processos globais e as formas de sua incidência nas localidades e, ao mesmo tempo, considerar as resistências e as recriações das localidades frente a esses processos. Assim, o global e o local fornecem-nos lentes para tratar da constituição dos sujeitos do campo e da cidade, implicada em diferentes escalas geográficas.

Para Rua (2011), quando a referência é a escala ampliada, inequivocamente, verifica-se o domínio e a extensão do urbano; entretanto, em escalas reduzidas, as combinações locais fazem pronunciar singularidades e especificidades possíveis de serem identificadas com os modos de vida rural, fazendo emergir o que autor chama de urbanidades no rural. É nesse nível ainda que se revelam as dinâmicas da vida e as particularidades de processos globais, sendo possível pensar em horizontes mais democráticos, resistentes e participativos na gestão dos territórios, ou seja, nos diferentes projetos de territorialidades em ação.

Nesse processo, é necessário considerar, portanto, que os modos de pensar, sentir e agir, mediados por um grupo social particular, na produção de singularidades, são construídos em tensões configuradas pelo jogo de forças entre aspectos homogeneizadores e aspectos específicos. Nas palavras de Santos (1985/2014), este movimento se manifesta da seguinte forma:

O movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do

todo social, apreendido na e através da realidade geográfica. Cada *localização* é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas. (Santos, 2014, p. 13, itálico do autor)

Essa dialética necessita ser situada temporalmente, a reconhecer as dinâmicas espaciais resultantes da globalização e do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1998) que forjam, na atualidade, a vivência dos sujeitos localizados, no campo e na cidade. Em uma base territorial específica, atuam, segundo Santos (1998), horizontalidades e verticalidades, as primeiras cumprindo uma função de coesão territorial e as segundas de fragmentação. As forças centrífugas próprias das verticalidades, características dos processos de escala mundial, perturbam as forças centrípetas das horizontalidades que atuam no cotidiano. Nesse movimento, os espaços se (re)produzem não apenas por diferenças, mas também por desigualdades.

Desde uma perspectiva interessada na produção da subjetividade, esses entendimentos permitem evitar posicionamentos que ou deslocam os sujeitos e seus espaços de processos globais, encapsulando-os em dinâmicas socioculturais específicas, ou depositam nesses processos um caráter determinante, fazendo subsumir os sujeitos e as localidades a lógicas mundializantes.

As implicações para a pesquisa e a atuação da Psicologia são desafios de ordem teórica e metodológica, ou prático-conceitual. Do ponto de vista teórico, temos tentado pensar a produção das subjetividades no feixe de tensões globais e locais, orientada por uma concepção de sujeito concreto de tradição marxista que concebe o concreto como um complexo formado por um conjunto de múltiplas determinações. Metodologicamente, o encontro se dá assim com um sujeito concreto determinado, cujas mediações na sua constituição fazem dialogar generalidades e particularidades, oriundas dos modos de ocupação do espaço e das dinâmicas

campo-cidade. São sempre sujeitos de um campo e de uma cidade determinada, mas esse campo e essa cidade são também determinados por processos mais amplos, constituindo assim continuidades e descontinuidades nas experiências e nos modos de vida de populações citadinas ou campesinas.

Se entendermos o rural e o urbano como categorias complexas, nossos olhares procurarão apreender seus elementos de diversidade interna e será possível enxergar a coexistência de aspectos singulares na configuração de diferentes campos e diferentes cidades brasileiras e, conseqüentemente, de diferentes formas de viver, relacionar-se e constituir-se nesses ambientes. Se os tomarmos como categorias relacionais, será possível compreender o rural e o urbano como formações sócio-históricas e ideológicas; serão postas em evidência questões da relação urbano-rural, assim como da coconstituição e da dominação/subordinação das dinâmicas materiais e simbólicas. Esses olhares, contudo, necessitam estar informados pelo fato de que a urbanização (associada à industrialização) é estratégica à expansão capitalista.

É nesse contexto que o *habitar as margens* também adquire seus contornos teóricos e metodológicos. Enquanto processos psicossociais, as *margens* podem ser vistas nas dinâmicas que se estabelecem entre campo e cidade, constituindo regiões periféricas e móveis, uma vez que é crescente o alargamento da fronteira urbana e dos seus meios e efeitos técnicos e simbólicos. Esse processo, essencial para a produção capitalista do espaço na contemporaneidade, afeta as condições de vida e produz subjetividades forjadas nas franjas da cidade e do campo. Entretanto, as *margens* não se limitam à dimensão geográfica e podem ser entendidas também como expressões da produção contra-hegemônica aos modos dominantes de ocupação do espaço na atualidade, extrapolando assim o espaço físico. É nas *margens* que as resistências eclodem; *habitar as margens* significa constituir-se em tensões como sujeitos críticos do existente, propositivos de novas e criativas formas de produção do espaço.

Tassara (2005) define como *periurbanidade* esta característica tensionadora da constituição subjetiva nas *margens*. Trata-se de uma expressão psicossocial de formas específicas de apropriação e territorialização do espaço que gravitam em torno de uma representação de urbanidade hegemônica, mas dela se distinguem. Essa distinção indica a incapacidade de negação total do *outro* pelos processos globais, uma vez que os sujeitos e seus grupos situados podem exercer movimentos de não conformação a esses processos. Outros paradigmas urbanos resultariam das dinâmicas periurbanas, configurando-as como parte do processo socioambiental do fenômeno urbano. Movimentos sociais, no campo e na cidade, por exemplo, permitiriam catalisar práticas periurbanas na construção de novas modalidades de convivência.

### **Tecendo algumas considerações**

A proposta apresentada, a partir da defesa da contribuição do conceito de espaço para a pesquisa em Psicologia, no campo e na cidade, faz parte de uma busca de referenciais que possam instrumentalizar análises de processos gerais e locais concomitantes, macro e micro contextuais na produção das subjetividades.

Entender as subjetividades encarnadas no espaço requer categorias que deem conta: dos estratos de tempo que atravessam e constituem os lugares e os processos interativos; das transformações nos usos do espaço e suas reverberações na vida e na dinâmica socioambiental; da participação dos sujeitos na constituição do espaço, considerando a heterogeneidade dos grupos sociais, econômicos e culturais.

Deriva dessa assunção uma concepção de campo e de cidade como totalidade, construída, na atualidade, sob a lógica da urbanização hegemônica. É a ancoragem no conceito de espaço que mantém um horizonte que considera que os aspectos do fragmento geográfico estão em relação com o espaço total. Dessa forma, os processos vividos

no campo e na cidade só podem ser compreendidos como necessariamente interligados e dependentes.

Abordar assim campo e cidade não significa reduzir um ao outro e, muito menos, o rural ao urbano. Ao contrário, permite entender seus atravessamentos e também suas especificidades, reverberando nos modos de compreensão da produção das subjetividades encarnadas nos espaços. Considerando-se o contexto histórico, político, geográfico e ideológico que marcou e marca as relações rural-urbano no Brasil (que, no limite, é o pano de fundo da nossa sociedade atual e da coexistência de tempos e espaços tão múltiplos), é possível enxergar processos de subjetivação articulados a ruralidades e urbanidades diversas e, não raro, interpenetráveis, que se combinam tanto nos espaços do campo como na cidade, a gerar territorialidades superpostas.

Assim, advoga-se que o entendimento da relação campo-cidade, de sua história e de sua conformação atual permitiria melhor avaliar a contribuição da Psicologia para o conhecimento da complexa constituição subjetiva de sujeitos no campo e na cidade. Uma Psicologia que não compreende o caráter constituinte das relações rural-urbano na história e no seu tempo, mais do que informar sobre seu comprometimento e engajamento com um determinado fragmento geográfico (por exemplo, urbano), fala-nos de sua indiferença aos processos socioespaciais que constituem os sujeitos (sejam eles urbanos ou rurais). Essa ausência pode ser sinalizadora de uma Psicologia que, na busca dos universais, sem consideração ao sujeito concreto, pouco questiona o caráter e o movimento fundante da relação entre processos amplos e de escalas reduzidas, na constituição das subjetividades. Por esse lado, pode-se dizer que, paradoxalmente, negligenciar o rural é, também, parte de um processo maior, que inclusive negligencia também o urbano nas problematizações acerca dos processos de subjetivação.

Nesses termos, assumir a produção das subjetividades entrelaçada aos modos de produção do espaço compromete a Psicologia com a

visibilidade de sujeitos localizados e a concretude de suas vidas, de seus modos de sentir, pensar e agir territorializados.

## Referências

Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia Social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 37-42.

Biazzo, P. P. (2008). Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In *4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP* (pp.132-150). São Paulo. Recuperado de: [http://www.guiadeturismo.inf.br/images/arquivos/joao/biazzo\\_p\\_p.pdf](http://www.guiadeturismo.inf.br/images/arquivos/joao/biazzo_p_p.pdf)

Boyer, A. (2007). Hacia una crítica de la razón geográfica. *Universitas Philosophica*, 24(49), 159-174.

Carlos, A. F. (2015). A virada espacial. *Mercator*, 14(4), 7-16.

Carneiro, M. J. (2003). *Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica*. In E. Pérez, M. A. Farah Q., H. C. Grammont (Comp.), *La nueva ruralidad en América Latina* (pp. 79-102). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.

Carneiro, M. J. (Coord.). (2011). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ.

Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências técnicas para a atuação das(os) Psicólogas(os) em questões relativas a terra*. Brasília, DF: Autor.

Landini, F. (2015). *Hacia una psicología rural latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO.

Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Contexto.

Lopes, J. R. (2007). A questão social da terra como desafio para a Psicologia. *Psicologia em Estudo*, 12(3), 583-592.

Moreira, R. (2012). *Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas*. São Paulo: Contexto.

Rua, J. (2001). Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In G. J. Marafon & M. F. Ribeiro (Orgs.), *Estudos de geografia fluminense* (pp. 27-42). Rio de Janeiro: UERJ.

Rua, J. (2011). Continuidade ou ruptura na expansão da metrópole para além de seus limites formais: urbanidades no rural? In R. Randolph & B. G. Southem (Orgs.), *Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina* (pp. 186-201). São Paulo: Max Limonad.

Santos, M. (2014). *Espaço e método* (5ª ed., 2ª reimpr.). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1985)

Santos, M. (1998). *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec.

Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP.

Tassara, E. T. O. (2005). *Proximidades e identidades urbanas: dinâmicas das representações sociais da urbanidade e espacialização da identidade* (Relatório de Pesquisa Acordo USP-COFECUB). São Paulo: USP.

Tassara, E. T. O. (2007). Urbanidade e periurbanidade(s): reflexões sobre dimensões psicossociais das dinâmicas históricas. *Série Documenta*, 17, 1-19.

Tassara, E. T. O. (2013). *Formas organizativas de Coletivos Sociais e políticos em cidades latino-americanas, um estudo psicossocial do enraizamento em fronteiras urbanas-periurbanas no território de São Paulo*. (Relatório de Pesquisa, FAPESP Processo 2010/51221-9). São Paulo: FAPESP.

Tassara, E. T. O., Rabinovich, E. P., & Goubert, J. P. (2004). O lugar da poética nas relações pessoa-ambiente. O caso da Barra Funda: uma arqueologia de um elo social em vias de desaparecimento. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich, & M. C. Guedes (Orgs.), *Psicologia e Ambiente* (pp. 331-346). São Paulo: EDUC.

Velázquez Ramírez, A. (2013). Espacio de lucha política: teoría política y el giro espacial. *Argumentos*, 26(73), 175-195.

Wanderley, M. N. B. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, 87-145.

Wanderley, M. N. B. (2009). O mundo rural brasileiro: acesso a bens de serviços e integração campo-cidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 17(1), 60-85.

# A gestão e o fogo: os restos da cidade e as chamas sem fim<sup>1</sup>

Danichi Hausen Mizoguchi

O juízo impede a chegada de qualquer novo modo de existência. Pois este se cria por suas próprias forças, isto é, pelas forças que sabe captar, e vale por si mesmo, na medida em que faz existir a nova combinação. Talvez esteja aí o segredo: fazer existir, não julgar. (Deleuze, *Crítica e clínica*)

Deve ser também o passo do trapeiro que, a todo instante, se detém no caminho para recolher o lixo em que tropeça. (Walter Benjamin, “Paris do Segundo Império”)

## O fogo

No começo da noite de uma grande cidade brasileira, sacos de lixo são espalhados no meio da rua. Em uma ação célere e urgente, feita por alguns meninos ágeis e com os rostos cobertos por panos

---

1 Este texto é dedicado a um estranho “nós” sem nação e sem governo formado por Alice De Marchi, Beatriz Adura, Lais Amado, Gabriel Resende, Jtulia Caliman, Tainá Oliveira, Cecília Coimbra, Luis Antonio Baptista, Marcelo Ferreira e Eduardo Passos.

escuros, as sacolas pretas e azuis cheias de detritos enfileiram-se e empilham-se – lado a lado, uma em cima da outra – de modo a barrar a passagem de quaisquer automóveis que porventura queiram seguir caminho por aquela via. Do botequim em frente, copo de cerveja na mão à espera da carne seca com aipim, algumas pessoas observam inquietas. Isqueiros e fósforos manuseados por outros meninos de rostos cobertos por panos escuros fazem com que o material posto no meio da rua, besuntado com álcool, comece a queimar. Rapidamente as chamas ganham volume, a fumaça sobe aos céus e dissipa-se na atmosfera urbana. Os restos que a cidade dispensou agora ardem lenta e persistentemente. Mas qual seria a política urbana desse fogo? Que mundos esses restos em chamas estariam aptos a interrogar e interromper? Que força de abertura teriam as chamas de “tudo o que a cidade grande jogou fora, tudo o que ela perdeu, tudo o que desprezou, tudo o que destruiu” (Benjamin, 1989, p. 78)?

## **A gestão e as chamas**

Meses antes, nesta mesma cidade, um bispo evangélico triunfa no processo eleitoral. Em sua primeira manifestação pública depois de divulgado o resultado do pleito, ainda no calor da disputa recém-vencida, ele diz que irá cuidar das pessoas. “Chegou a hora de cuidar das pessoas” é o bordão de uma nova gestão, a qual faz de um agradecimento o primeiro gesto, tão logo a contagem das urnas eletrônicas é divulgada, apontando seus sessenta por cento de votos válidos, absoluta maioria em praticamente todos os colégios eleitorais do município. Com a voz límpida e a dicção precisa, desenvolvida e treinada durante os anos passados na África como missionário, o bispo evangélico e futuro prefeito dirige um muito obrigado aos espíritas, umbandistas, aos do candomblé e aos que não têm religião, pois sabe muito bem que ninguém vence nada sozinho. O novo prefeito da cidade em que os restos ardem em chamas é um tolerante religioso. O novo prefeito da cidade em que

os restos ardem em chamas respeita as diferenças. O novo prefeito da cidade em que os restos ardem em chamas diz que vai cuidar das pessoas.

\*\*\*

No começo da tarde do dia em que os sacos de lixo queimavam no meio da rua, centenas de pessoas começaram a se reunir em um largo famoso no centro desta mesma cidade. Usuários, estagiários, trabalhadores da rede pública de saúde mental e simpatizantes da causa se dirigiram ao mesmo ponto da urbe a fim de, juntos, cada qual a seu modo e com suas implicações, afirmar que lugar de loucura não é, não pode ser, não pode continuar sendo no manicômio – que lugar de loucura é e só pode ser na cidade.

Após os gestos inaugurais de Philippe Pinel e de Samuel Tuke, ainda nos estertores do século XVIII, o século XIX – tão longe e tão perto – assistiu as gigantescas e pesadas máquinas asilares passarem incólumes e impassíveis às possibilidades de crítica e destruição. A supremacia poderosa desta ciência dúbia chamada psiquiatria, o silenciamento da loucura imposto pela razão (Foucault, 2012), a invenção da doença mental, os palácios de guardar doidos espalhando-se pela Europa e depois, em um movimento transatlântico, tomando conta do Brasil, são diversos elementos acoplados à instituição lenta e consistente de um modo de sequestrar vidas em nome de um suposto tratamento.

Mas o movimento de encarceramento da loucura não foi solitário. Por outra, fazia parte do grande movimento moderno que vicejava em nome do sonho político da “utopia da cidade perfeitamente governada” (Foucault, 1987, p. 164) –, aquela que espalha instituições disciplinares no corpo social, produzindo em larga escala os corpos dóceis aptos à produção e inaptos à insurreição, forjando uma urbe “imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais” (Foucault, 1987, p. 164), desmanchando as perigosas misturas e deixando o espaço

público exclusivamente para a interação civilizada dos cidadãos de bem, tão racionais e tão trabalhadores quanto possível.

No mesmo movimento que fez do hospício um aparato urbano indispensável à convivência burguesa, a cidade dos oitocentos surgia como malha cada vez mais organizada – recortada, quadriculada, calculada, higienizada. Os guardiães da ordem (Coimbra, 1995) redigiam normas de conduta pública e privada, capturavam e ordenavam os fluxos de dejetos, imprimiam ordem e vigilância – tudo a fim de que a cidade não fosse mais um espaço qualquer, mas o espaço ótimo em que se operaria a conveniente convivência de uma nova casta moral. Quartéis, escolas, hospitais, prisões, fábricas e hospícios tornavam-se máquinas irmanadas em defesa de uma certa sociedade – e, com ela, de uma certa cidade. Não à toa, no mesmo movimento em que se fundavam hospícios Brasil afora, a “cidade era esquadrihada em ruas, agora nomeadas e numeradas, extirpada de seus becos, botecos e bordéis” (Costa, Mizoguchi, & Fonseca, 2005, p. 537), recuada de tudo aquilo que pudesse ofender ou macular a nova sociabilidade. Um projeto utópico de cidade, um projeto utópico de razão, um projeto utópico de pureza.

O século XX, por outro lado, foi pródigo em enfrentamentos à pesada instituição total de acolhimento e suposto tratamento à suposta doença mental. E se no século XX diversos modos de luta contra o modo hospitalocêntrico e psiquiátrico foram forjados na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Itália, foi só nas suas duas últimas décadas que, no Brasil, se começou a dizer, efetivamente e a plenos pulmões, que lugar de loucura era na cidade – donde se fez a entonação que não mais lutava por manicômios melhores, tal qual na década de 1970, mas que forjava um modo e uma demanda explicitamente antimanicomial. E essa luta, implicada com os amplos movimentos que marcaram a redemocratização nacional em meados dos anos oitenta, como o Sistema Único de Saúde, a Reforma Sanitária e o Estatuto da Criança e do Adolescente, paradoxalmente se fazia mais necessária a cada dia – à mesma

medida em que se tornava mais difícil a cada dia nos estranhos anos dois mil.

Era por isso que essa luta, ano após ano, aparecia com vigor, beleza e alegria em um cortejo insano pelas ruas da cidade. Porque era estranho e necessário ainda ter de dizer – ainda ter de repetir, na segunda década do século XXI, quase trinta anos após a proposta de lei ser apresentada à câmara em sua primeira versão, dezesseis anos após a resolução 10.216 ser promulgada – que lugar de loucura é na cidade. E era por isso que aquelas pessoas todas, à primeira hora da tarde, dirigiam-se a um largo famoso de uma grande urbe brasileira: para juntos forjarem um estranho nós de transversalização de militância em uma causa sem dono, sem líder e sem patrão. O dia em que os sacos de lixo queimavam no meio da rua era dia dezoito de maio – dia da luta antimanicomial, dia de uma luta sem paz e sem fim. O dia em que os sacos de lixo queimavam no meio da rua era dia da luta antimanicomial – o que fazia algumas lembranças quase imemoriais lampejarem num instante de perigo, sob a certeza de que atear ao passado a centelha da esperança é uma ação política perpassada pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se vitorioso, e que o inimigo não tem cessado de vencer (Lowy, 2005). Mas poderia aquele fogo interromper o lento escorrer do tempo, ateando ao passado a centelha da esperança que desloca da imobilidade fatalista o já acontecido e o ainda por vir? Com a matéria de quais corpos e de quais clausuras aquelas chamas incendiavam? Que histórias vitoriosas elas poderiam interrogar?

\*\*\*

Aquele mesmo bispo que, quando da vitória nas urnas, agradecia a todos, de todas as religiões e até aos sem religião, porque sabia que ninguém vence nada sozinho, nesse mesmo dia em que os sacos de lixo queimavam no meio da rua e a loucura ocupava um famoso largo no centro da cidade, era já o prefeito de aproximadamente

seis milhões e meio de pessoas. E, já como prefeito, meses antes, tão logo assumira o posto, nomeara um gay evangélico – foi assim que os jornais noticiaram – como chefe da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual. Durante a campanha, ele dissera tantas e tantas vezes que a religião não teria nenhuma influência em sua gestão, e que, a despeito da posição perante Deus e a família que seu credo particular o fazia ter, a função do prefeito precisava ser e seria laica. Em um dos debates eleitorais organizados por uma grande rede de televisão às vésperas do pleito, acompanhado com atenção por um grande contingente da população, quando perguntado sobre a manutenção da Parada Gay, o candidato fez questão de lembrar, com sua fala ritmada e o olhar firme para a câmera, que se tratava do terceiro maior evento no calendário anual da cidade – perdendo apenas para o Réveillon e para o Carnaval –, atraindo, portanto, muitos e vultosos investimentos para os cofres públicos. Ele fez questão de frisar que jamais passaria por sua cabeça de gestor vetar um evento tão importante financeiramente para o erário público municipal, o qual poderia ajudar a financiar tantos outros serviços públicos fundamentais.

Ao ser anunciado, o novo chefe da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual disse que a equipe de trabalho, a qual ele estava apenas começando a conhecer, era repleta de pessoas fofas, e que adorou o convite que preencheu tanto seu cérebro quanto seu coração. Disse ainda que o projeto que mais lhe interessava dizia respeito à reinserção social e profissional de travestis e transexuais através de processos educativos de capacitação. Perguntado sobre o que achava de Flavio Bolsonaro, candidato homofóbico – o qual disse que duvida que algum pai tenha orgulho de um filho gay e que a sexualidade normal evidentemente é hétero – derrotado ainda no primeiro turno da eleição municipal na qual o pastor evangélico sagrou-se vencedor, de quem fora colega em um curso de especialização, disse ser uma pessoa com quem nunca teve problemas, e que, além de ser um gato, era muito inteligente.

Meses depois da nomeação do evangélico homossexual para a chefia da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, a prefeitura anunciou oficialmente que a Parada Gay estava mantida – mas que não daria absolutamente nenhum apoio financeiro ao tradicional evento que ocorria anualmente nas bordas de uma das praias mais famosas do mundo. E era nesta mesma cidade que o prefeito que achava não ter nada a ver com o que as pessoas fazem em sua intimidade, porque cada um faz o que bem entender com o próprio corpo, também achava que o espaço público precisava ser zelado. O prefeito que cuida das pessoas e que agradece a todos é tolerante, gosta do dinheiro advindo do terceiro maior evento do calendário anual da cidade, mas acha que lugar de gay não é na urbe – não por preconceito, não, não, mas por enxugamento de gastos da máquina pública.

\*\*\*

Quando o fogo já ficava forte, tomando total e inapelavelmente conta dos sacos de lixo no meio da rua, um outro menino mascarado recolheu da calçada um colchão velho e um tanto sujo e o colocou sobre as chamas. E o colchão, puro polipropileno altamente inflamável, casou bem com o fogo, fazendo com que ficasse ainda mais alto e ainda mais forte do que já estava. Mas aquele colchão tinha dono, deveria ter dono, tinha de ter dono, e o dono talvez fosse um dos tantos moradores de rua que vivem nas imediações daquela fogueira, ao redor daquela rua, naquela zona, um dos tantos moradores que agora via seu colchão derreter e queimar junto aos restos de papel, cascas de frutas, pedaços de plástico e tudo o mais que compunha, até minutos antes, o conteúdo daqueles sacos que agora eram fogo no meio de uma rua qualquer de uma cidade qualquer.

E, mesmo que não se visse, talvez o morador de rua, agora sem colchão para dormir, se perguntasse que fogo era aquele, que se fazia justamente no meio da rua, e que fazia com que, naquela noite, ele não tivesse mais cama. Mas aquele certamente não era o colchão do

quarto de um burguês, cujo interior o “sustenta em suas ilusões” (Benjamin, 2007, p. 45), para quem o mundo privado é o universo, homem privado para quem o interior dos aposentos “não é apenas o universo, mas também o invólucro” (Benjamin, 2007, p. 46) – o homem forjado sob os mesmos sonhos da cidade disciplinar e cuja vida se faz em causa e em estética própria e intransferível. E, também por isso, era importante perguntar: com a matéria de quantos sonhos e de quantos sonos aquele fogo queimava no meio da rua, com aquelas chamas que insistiam e persistiam em fazer arder todas as sobras da cidade? Que matéria altamente inflamável era aquela, que não cabia e não poderia caber nos contornos de nenhum indivíduo e de nenhuma interioridade, e que agora queimava com vigor em uma noite qualquer? Muito além da díade simples e bem-intencionada que separa a inclusão e a exclusão, poderia ser o lixo urbano que arde naquelas chamas a plena potência de virtualidade – aquela que ainda faz crer que tantos outros mundos são possíveis? De novo: qual a política urbana daquele fogo?

\*\*\*

Ainda durante a campanha eleitoral que o levou à prefeitura, quando indagado acerca das políticas de internação para usuários de drogas que desejava implantar, o bispo deixou clara a sua posição: a legalização das drogas não é pauta para um prefeito, mas o cuidado é. Ele quer cuidar das pessoas. Quando não existir alternativa, a internação é o que deve ser feito, até para salvar a vida da pessoa. Mas o mais importante é investir na prevenção e na assistência para que o dependente não chegue a esse ponto. O importante é que sejam tratados com dignidade e que entendam que existe possibilidade de uma nova vida, fora do mundo das drogas. Por mais que não seja fácil, não podemos jamais abandonar um ser humano, quem quer que seja ele.

E foi nesta mesma cidade da qual o prefeito diz que não se pode abandonar um ser humano, quem quer que seja ele, mas opera o

incremento das políticas de sucateamento da saúde pública e, mais especificamente, da saúde mental, que os militantes da luta antimanicomial ficaram horas no largo, com seus gritos, seus cartazes, suas palavras de ordem, seus surtos, seus salários atrasados, seus beijos, seus abraços, seus socos, seus prantos e seus sorrisos. Foi a esta cidade que os militantes da luta antimanicomial foram com suas vidas, naquilo que elas nada têm de privatizadas, individualizadas ou interiorizadas – tão públicas quanto os sonhos que queimavam com o colchão no meio da rua –, justamente reafirmar, ainda mais uma vez, que lugar de loucura é na cidade. E foi no largo que um estranho nós se montou, um nós poroso, quase volátil, ainda apto à presença de simpatizantes: o estranho nós daqueles que não queriam vidas encarceradas em manicômios, quaisquer que sejam elas, o estranho nós daqueles que diziam que lugar de loucura é na cidade, o estranho nós daqueles que, ao menos uma vez por ano, juntavam-se na diferença de um mesmo brado em muitas vozes dissonantes em um cortejo insano pelas ruas que não faz nem cócegas no erário público municipal – e que, portanto, não merece a atenção do prefeito que quer cuidar das pessoas.

E foi nesta mesma cidade também que eles – este estranho nós – tomaram, quase em procissão, já quase ao final da tarde, após algumas horas juntos, uma das avenidas que desemboca no largo, e a atravessaram quase inteira, um punhado de quadras de extensão, centenas de metros até uma igreja famosa ao redor da qual, vinte e quatro anos antes, oito meninos foram assassinados por policiais militares em uma madrugada qualquer. Porque essa igreja onde houvera a chacina perpetrada pelos homens do Estado, era, naquele mesmo dia, ponto de concentração de um ato que reunia um outro nós estranho, o nós estranho daqueles que diziam fora para um presidente ilegítimo. E esse nós estranho era composto de uma turba curiosa: as centrais sindicais de sempre estavam lá, certamente, os carros de som também, bandeiras e mais bandeiras de partidos, de coletivos específicos, dos mais variados movimentos

sociais, mas as pessoas vinham de muitos cantos, com muitos cantos, adesivadas, enfatizadas, purpurinadas, coloridas, odaras e guerreiras, e eram elas que, agrupadas, podiam finalmente dizer nós, aqueles que queremos dizer fora para esse presidente ilegítimo cujas conversas ardilosas e prevaricativas com um grande empresário do ramo das carnes havia sido divulgado com estardalhaço por uma empresa partícipe do restrito monopólio brasileiro de comunicações na noite anterior.

E, ocupando a cidade e andando no sentido oposto ao cumprido pelos militantes da luta antimanicomial horas antes foi que, oscilando entre a euforia, a apreensão, a desconfiança e a possibilidade de mais um massacre militarizado, já no começo da noite, a marcha que dizia fora a um presidente ilegítimo e golpista acabou por chegar justamente naquele largo famoso, ocupado até pouco tempo atrás pelos estandartes, cartazes, gritos, sorrisos e surtos de uma causa outra – a da luta antimanicomial.

E sabe-se lá por que, não mais de quinze minutos depois da chegada da multidão que se juntava para dizer não a um presidente ilegítimo e golpista, bombas de efeito moral começam a ser lançadas pela polícia – a polícia que antes mesmo da manifestação chegar já cercava o largo. E quando as bombas foram lançadas e o cheiro do gás lacrimogêneo começou a se espalhar, a multidão se dispersou, correu, gritou e fugiu: as forças da lei mostravam que aquele estranho nós – seja ele antimanicomial, seja ele o que se insurge contra um presidente ilegítimo e golpista – já não poderia mais ficar na cidade: “lugar de política não é na cidade” é o que as bombas e os gases pareciam insinuar.

E se antes havia um ato, o que há agora é correria atarantada e sem rumo, assustada, corrida acompanhada e perseguida pelo barulho seco das bombas e pelo cheiro úmido do gás de efeito moral. Correria que termina mais tarde para uns, lá perto do horizonte, e mais cedo para outros, em um bar que dista não mais de um quilômetro daquele largo famoso da cidade em que, naquele mesmo dia,

já se havia dito que lugar de loucura é na cidade, que não se queria o presidente ilegítimo, e do qual necessariamente milhares de pessoas tiveram de correr, açodadas pelas forças militares repressivas que insinuem que lugar de política não é na cidade. E se para alguns foi ali que a corrida estancou é porque, mesmo sentindo a ameaça do cheiro do gás de efeito moral chegar às narinas e aos olhos, pareceu ser uma boa hora para uma cerveja acompanhada de carne seca com aipim. E é na varanda do botequim, em torno das mesas de plástico características, que eles sentam, brindam a sabe-se lá o quê, sorvem um gole de uma gelada e esperam o petisco que em breve lhes saciará a fome.

\*\*\*

Minutos depois, nessa mesma varanda do bar em que um grupo toma cerveja e aguarda seu petisco, um homem negro e de poucas vestes começa a urinar na frente de todos. Muito rapidamente, três garçons vão até ele e, gritando que não pode aliviar-se de suas necessidades fisiológicas ali, o agredem com socos no peito e empurrões. Alguns clientes não gostam da atitude dos funcionários do bar, gritam, se levantam, dizem que não é preciso agredir o homem que urinava. Uma mulher, em uma mesa composta só por mulheres, diz que todo mundo ali já viu um pênis, que não há problema algum com aquele ato, que há outros modos de se resolver a situação. O garçom responde que, se é assim, vai atender a todos completamente nu. Quase no mesmo instante em que uma pequena e intensa tensão instaura-se no bar, em uma cizânia que divide clientes e garçons em nome de causas distintas, na rua mais pessoas passam correndo, em uma segunda leva de fuga, algumas em desespero, outras parecendo quase se divertir. Ao fundo, enquanto clientes e garçons discutem acerca do xixi de alguém que já estava recolhido e completamente alheio à divergência, porque, afinal, já tinha feito o que precisava fazer, ouvem-se os barulhos, um tanto distantes, mas cada vez mais constantes e altos, de bombas.

\*\*\*

O prefeito da cidade, aquele que quer cuidar das pessoas e que acha que não se pode abandonar um ser humano, meses antes dessa correria e desses socos ocorrerem havia escolhido seu secretário de Ordem Pública: um coronel fundador do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar e conhecido torturador no período da ditadura civil-militar brasileira. O novo secretário de Ordem Pública acha a cidade um caos e diz que combaterá duramente a desordem urbana com uma política de tolerância zero. Ele quer que seus subalternos, os guardas municipais, usem armas não letais, como taser e gás de pimenta, mas que estejam sempre atentos, presentes e atuantes. Se eles errarem, é a imagem de toda corporação que sairá manchada. Se acertarem, é a imagem de toda corporação que sairá elogiada. Trata-se de imagem – da imagem da corporação, certamente, mas também da imagem da cidade. Uma de suas diretrizes – ele faz questão de enfatizar – é não poupar quem urina nas ruas. E é por isso que urge perguntar: que empuxo multiplica os músculos dos braços dos garçons, os fazendo tão próximos da defesa de mundo feita pelo secretário de Ordem Pública? Daqueles socos e empurrões, a imagem da cidade e da corporação perante a opinião pública sairá manchada ou elogiada?

\*\*\*

Logo depois dos socos dos garçons, uma nova correria, dessa vez ainda maior, acontece. As pessoas olham para trás, verificando se conseguiram lograr distância daquilo que os persegue. Da varanda do bar onde o homem há pouco tomara socos e empurrões por estar fazendo xixi, não se sabe exatamente o que é que ameaça aqueles corpos que correm – mas pressente-se no barulho das sirenes e na oscilação das luzes dos giroflex. Na desabalada carreira, alguns corretores se aproximam do bar. Os militantes boêmios acham por bem sair da varanda e proteger-se no interior do recinto. E é de lá que

veem alguns jovens juntarem os sacos de lixo, lado a lado, um em cima do outro, besuntá-los com álcool e, com a ajuda de fósforos e isqueiros, neles atear fogo: os restos da cidade, tudo aquilo que a cidade jogou fora e destruiu, fazem questão de mostrar que aquecem, ardem e destroem – em uma violência política na qual talvez seja necessário apostar (Basaglia, 1979). Mas o que é que eles, com esse gesto, gostariam de interromper? Sobre que fluxo – o fluxo de uma outra violência, talvez – aquele fogo poderia incidir? O que os restos da cidade, ao arderem em conjunto, estariam aptos a interrogar?

\*\*\*

Menos de um minuto após a trincheira de restos da cidade em chamas se montar, uma caminhonete com a parte de trás aberta e repleta de policiais fortemente armados aparece lenta e assustadoramente no campo de visão daqueles que se protegem dentro do bar. Os policiais apontam suas armas e miram, atentos a todos: eles estão em combate e tudo o que se move é um alvo. A caminhonete não consegue passar, precisa contornar a trincheira. Os restos da cidade em chamas barram a polícia ao menos por um tempo, o tempo de contornarem o fogo, seguirem a rota e avançarem à caça daqueles estranhos outros que até há pouco formavam um estranho nós que dizia fora a um presidente ilegítimo, mas que agora se viam desfeitos e debelados na e pela cidade. Para quem aquelas armas eram apontadas? Que estranho jogo se fazia entre as chamas dos restos da cidade e os gatilhos dos homens do Estado? Que discursos carregariam aquelas munições, afiariam aquelas miras, rangeriam aqueles dentes? E aquele fogo, o que teria ele a força de interromper e interrogar?

\*\*\*

Sob tantas e tantas perguntas, dentro do bar uma senhora sabe explicar exatamente o que está acontecendo. Ela entende muito bem o jogo, e faz questão de torná-lo público. Olhando para o lado em busca de aprovação de outros clientes, ela diz em alto e bom som

que os meninos que colocaram fogo nos restos da cidade no meio da rua certamente o fizeram em função de processos psicológicos formativos bastante específicos, que os fragilizaram e os montaram subjetivamente daquele jeito: a ação desesperada e inconsequente tem explicação. Mas que processos psicológicos seriam aqueles? Uma paixão pelo fogo? Um furor destrutivo? Um comportamento de oposição tipicamente adolescente, que vê nas forças da lei e da ordem um adversário a ser enfrentado por seu furor juvenil beligerante?

Na ação política dos meninos, fazendo os restos da cidade em chamas barrarem o caminho de uma certa política de Estado, com seus manicômios, suas bombas de efeito moral e suas armas de efeito letal – mas também com toda a delicada gestão que diz que vai cuidar das pessoas –, a senhora não via a efetividade de um gesto público. Ao contrário, via o indício de uma condição interna e individual muito bem diagnosticada. Efetivando um discurso de ação “microscópica, complacente e cuidadosa” (Baptista, 1999, p. 46) no interior do bar, ela parecia ávida por criar perguntas e respostas, por criar problemas e solucioná-los, forjando, com aquele discurso, um humanismo que preenche o vazio de um sujeito sempre necessitado de tutela (Baptista, 1999). Mas o que têm em comum a cliente, o prefeito bispo, o garçom, o chefe da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, o secretário de Ordem Pública e o prefeito que vai cuidar das pessoas? Será que eles entendem a vida e a cidade como “lugar pleno da luta política e da afirmação de modos singulares de existir” (Baptista, 1999, p. 49), a vida e a cidade como plano de engendramento de estranhos nós que se fazem e se desfazem, sem dádiva e sem fardo, sem começo e sem final? Ou, ao contrário, sob a força da palavra derradeira de um julgamento que só faz montar fronteiras, indivíduos, confissões e diagnósticos, eles amolam facas que serão utilizadas a torto e a direito pela força que defende e com que se defendem os cidadãos de bem – talvez ainda sob os mesmos nortes, assustadoramente os mesmos nortes, da sociedade que forjou os violentos dípticos da civilidade urbana e de todas as suas instituições totais dois séculos atrás?

\*\*\*

Já é tarde. Cansada da fumaça renitente, a qual já aspirava havia mais de uma hora, uma moradora do prédio em frente ao local em que os sacos de lixo feitos trincheira estavam em chamas decide descer de seu apartamento e apagá-lo. E ela, de fato, dedica alguns minutos a debelar as chamas, obtendo sucesso na empreitada: de seu gesto, só o que restam são brasas mornas. Mas tão logo ela volta ao lar, um rapaz – de quem muitos diriam louco, outros tantos diriam doente, e outros não diriam nada ou quase nada – reacende a fogueira e brinca com o fogo – quase um fogo-fátuo – por um longo tempo. No embate ético entre a moradora e o rapaz, as chamas seguem sua sina: os restos da cidade seguem aquecidos e enfumaçados, afirmando às forças da lei que a história ainda não acabou. Mas o que aquela chama renitente e sem dono – sempre acesa, aqui e acolá – operava, com sua modulação fulgurante, “evanescente e destruidora” (Gagnebin, 2005, p. 124). Mais uma vez, era hora de se perguntar: qual a política urbana daquele fogo? E, afinal, em que restos, em que fogo e em que cidade apostar?

## Prólogo

Quando do julgamento de Adolf Eichmann, Hannah Arendt lhe fez uma estranha e delicada acusação: “a de que ele e seus superiores achavam que podiam escolher com quem coabitar a terra” (Butler, 2017, p. 154). Sob a análise da filósofa judia, a tentativa de escolher com quem coabitar a terra era uma tentativa – genocida, evidentemente – de aniquilar parte da população: era o exato trabalho do funcionário exemplar da polícia nazista. A tese política central de Arendt nesse caso é que, além de não se poder escolher com quem coabitar a terra, deve-se também manter intencional, ética e ativamente o caráter não escolhido de uma habitação plural.

O espólio mais forte da experiência nazista, portanto, não poderia ser a criação de um Estado judeu – imaculadamente judeu. Era,

por outra, que doravante nenhum Estado-nação poderia ou deveria montar-se a partir de um critério de pureza – étnica, racial, religiosa ou qualquer outra. Na posição apresentada por Arendt, um estranho nós ético aparece – torto, imponderável, heterogêneo e infindo. O nós ético invocado pela filósofa judia rompe imediatamente com qualquer nós circunscrito pelas leis de uma pátria, com qualquer nós que pertença restritivamente à pureza de um povo – de qualquer povo, de qualquer pureza. Trata-se, portanto, de um nós que serve de “solo escorregadio sobre o qual não se encontra uma base sólida” (Butler, 2017, p. 171) – a partir do qual uma vida em comum, estranha e infinda deverá ser ininterruptamente forjada.

A máquina de gestão pública nesta grande cidade brasileira na qual os sacos de lixo queimaram – com seus agradecimentos a todos, com seu veto financeiro a eventos específicos, com sua política de ordem e tolerância zero que enrijece músculos que soqueiam, com sua máquina policial armada até os dentes e insuflada por amoladores de facas – ainda acredita, tal qual os nazistas, tal qual os reformadores urbanos que demandavam hospícios, que é possível e necessário escolher com quem se irá coabitar a terra: ela nos mostra, como se fosse necessário, que há vários modos possíveis de genocídio. Os sacos de lixo, que arderam com todos os restos da urbe, insinuam violentamente uma outra ética – a ética de uma cidade que não se faz sob purezas quaisquer, cujos restos, interrogando e interrompendo a trajetória plácida e certa da história, fazem crer que a própria história não acabou: os sacos de lixo tomados pelo fogo no meio da rua fazem crer que outros mundos são ainda e sempre possíveis.

\*\*\*

Os sacos de lixo esgotam a combustão. A carne seca com aipim acabou, a saideira também. O homem que havia feito xixi na entrada do bar dorme encostado a uma grade. O veículo blindado da polícia agora passa com tranquilidade por aquela rua – e sabe-se lá

onde estão os meninos, tantos meninos com trapos no rosto, tantos meninos sem rostos e sem identidade. Mais à frente, como de costume, dezenas de travestis aguardam clientes. No ponto futuro o qual os olhos de quem estava no bar não conseguiam alcançar, talvez as armas letais dos homens da lei tenham mirado aqueles corpos, escolhendo com quem coabitar o mundo.

Os ônibus e os carros começam a passar sobre as cinzas que restaram – as cinzas de uma batalha que jamais terá fim, até o próximo fogo, até a próxima esquina, até a cidade, mais uma vez, forjar-se como uma lâmina fria que corta cômodas suposições (Leite, 1988). Acreditar no mundo talvez seja salvar o fogo dos restos de seu desaparecimento – porque por mais que as chamas tenham se apagado naquela noite, elas ensinam que não só algo aconteceu, mas, mais importante, que algo ainda pode acontecer. As chamas dos restos podem interrogar e interromper o curso de um tempo no qual estamos todos em perigo<sup>2</sup> e em que o inimigo não tem cessado de vencer. É preciso acreditar no mundo<sup>3</sup>: outros fogos, tantas e tantas outras cidades ainda e persistentemente virão.

## Referências

Baptista, L. A. S. (1999). A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas. In *A cidade dos sábios* (pp. 45-49). São Paulo: Summus.

Basaglia, F. (1979). *Psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática*. São Paulo: Brasil Debates.

---

2 A frase “estamos todos em perigo” está presente na e intitula a última entrevista dada por Pier Paolo Pasolini, horas antes de ser brutalmente assassinado, no ano de 1975. A entrevista pode ser encontrada em: <http://cinemaisbrasil.blogspot.com.br/2007/12/estamos-todos-em-perigo-parte-2.html>. Recomenda-se como referência para essa entrevista, também, o filme dirigido por Abel Carrara, nomeado Pasolini.

3 “Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos” (Deleuze, 1992, p. 218).

- Benjamin, W. (1989). *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (1991). A Paris do Segundo Império em Baudelaire: o flâneur. In F. Fernandes (Coord.), *Walter Benjamin: Sociologia* (pp. 65-92). São Paulo: Ática.
- Benjamin, W. (2007). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Butler, J. (2017). *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*. São Paulo: Boitempo.
- Coimbra, C. (1995). *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Costa, L. A., Mizoguchi, D. H., & Fonseca, T. M. G. (2005). (Des) Reterritorializando o espaço-tempo da loucura: uma genealogia espacial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(4), 536-545.
- Deleuze, G. (1992). Controle e devir. In *Conversações* (pp. 209-218). São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze, G. (1997). *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2012). *História da loucura: na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1972)
- Gagnebin, J. M. (2005). *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago.
- Leite, S. U. (1988). *Obras em obras*. São Paulo: Duas Cidades.
- Löwy, M. (2005). *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"*. São Paulo: Boitempo.
- Pasolini, P. P. (1975). *Estamos todos em perigo*. Recuperado de: <http://cinemaisbrasil.blogspot.com.br/2007/12/estamos-todos-em-perigo-parte-2.html>.

# Artes da cidade. O sagrado e a barbárie de um homem comum

Luis Antonio dos Santos Baptista

*Para Cecília Coimbra*

## O homem comum

No Nepal o terremoto devastou cidades próximas ao Himalaia. As montanhas ao norte da Ásia mais uma vez testemunharam a força avassaladora que irrompe abaixo do solo. A serenidade do dia a dia foi interrompida pelo movimento das placas tectônicas à procura de acomodação. O abalo sísmico destruiu implacavelmente o que sobre a superfície desejava eternidade, conforto, harmonia. No Nepal o tempo contínuo das horas foi abalado. Passado e futuro misturaram-se aos escombros. Ao silêncio das montanhas juntaram-se outros sons: gritos, rumores das pedras, pedidos de socorro. A paisagem perdia o contorno das cidades felizes. O terremoto abria fendas, fissuras, caminhos não planejados. Dos efeitos do abalo sísmico o tempo em direção ao porvir ruía como as paredes das antigas habitações. Ao norte da Ásia outro tempo, inesperado, devastador, abalava a continuidade das horas.

No Rio de Janeiro, um homem comum<sup>1</sup> ganha importante cargo na Secretaria da Ordem Pública. Secretário municipal responsável pela segurança da cidade é a sua nova missão. O combate à violência o espera. Possui larga experiência na repressão demandada pelo Estado. Ele, segundo a poetisa Wislawa Szymborska (2016, p. 289), talvez se pareça com muitos outros que “rezam, lavam os pés, alimentam os pássaros, dão telefonemas coçando o sovaco, estancam o sangue quando machucam o dedo”. Os hábitos desse homem não são incompatíveis com a função exercida no passado. Ontem e hoje, assemelha-se a muitos que “gracejam um pouco quando de bom humor, bebem suco cítrico da geladeira, à noite olham a lua e as estrelas, colocam fones de ouvido com música suave e adormecem gostosamente até a aurora” (2016, p. 289). Porém, a poetisa polonesa faz uma advertência: os prazeres desse homem comum são interrompidos na aurora quando reflete o que deve fazer durante o dia. Szymborska esclarece o motivo dessa interrupção: “dias inteiros, eles ficam pensando como matar, para matar, e quantos matar para matar muitos. Fora isso comem com apetite” (2016, p. 289). O mal deverá ser cortado pela raiz. Basta de tanta violência e de insegurança, dizem eles. A exclusividade de gênero não definiria o homem comum. Segundo a autora de *Terroristas*, caso sejam mulheres, “compram absorventes, sombra para as pálpebras, flores para os vasos” (2016, p. 289). No amanhecer indagam maquiadas em como extirpar o mal pela raiz. Homens e mulheres comuns apreciam a beleza, a suavidade musical, a importância da arte. Descobrem o oculto das suas almas, aprendem o que são e o que devem ser na literatura. O que leem não abala a estrutura sólida do espírito. Das letras extraem o autoconhecimento. A arte emocional, complementa o dia a dia pleno de desventuras do mundo, segundo eles, violento.

O terremoto abria fendas, fissuras, caminhos não planejados. Quais os efeitos destas rachaduras na superfície para o homem co-

---

1 O homem comum foi inspirado na categoria de vida fascista utilizada por Michel Foucault, 1991, p. 2.

mum amante da arte, ansioso em saciar a fome com apetite? Qual o poder de um abalo?

O homem comum enrijece o corpo preocupado em aniquilar a provável ameaça aos seus ideais. O mal-estar inicia-se ao amanhecer. Angustiado, preocupa-se com a família, com o país, com a humanidade, com a violência, com a corrupção, com os incrédulos. Extirpar o inimigo, no intuito de defender a integridade da pátria, interrompe os prazeres frugais do dia a dia desse cidadão temente a Deus. No trabalho o incômodo é eliminado com técnica apurada. Ele foi treinado para lidar com corpos carregados de significados discrepantes às aragens do seu universo. Foi preparado para desprezar o que percebe ao não reconhecer na carne do outro o encontro com suas verdades. Quando isso ocorre, algo deve ser feito. Ocorrência perigosa, arriscada, ao não detectar na coisa a sua frente o que ele define como humano.

O homem comum foi treinado para impedir que um corpo se afirme como um campo de batalha. No seu ofício, os corpos com os quais lida são apenas superfícies homogêneas, individualizadas, ou peças deformadas. O conceito de corpo, cuja presença e a ausência do outro coexistem na epiderme, onde nesta superfície afetos de outros espaços a ocupam sem pedir licença, é recusado veementemente. Lutas minúsculas de uma agonística interminável sem sujeito inexistiriam. A formação desse técnico em segurança pública o faz argumentar que cada corpo é individual, ajustado, ou dissonante às funções da natureza. Irracional seria admitir um coletivo corpóreo. Aprendeu que corpos aludem ideias justas, virtudes ou suas deformações. Do calor de uma pele queimada por choque elétrico o odor teria uma óbvia proveniência, um único espaço. Reações naturais. A dor também.

O corpo transgressor à racionalidade desse homem não o comove. Gritos, espasmos, fezes lhe serão indiferentes. A carne tratada nas ações corretivas retrata apenas a relação de causa e efeito da tecnologia empregada sobre as funções orgânicas. Seriam episódios dos

órgãos em desequilíbrio. Da superfície do corpo nenhum campo de batalha entre projetos, tempos, afetos de muitos outros corpos se faria ver e sentir. O corpóreo no qual desejos discrepantes, vozes de múltiplas entonações e silêncios habitariam em constante enfrentamento é recusado à luz das teorias do seu ofício.

Segurança e harmonia movem a tarefa onde o outro é a plenitude da diferença a ser reconhecida, ou eliminada. O humano como transgressão a qualquer tese que o defina, sem titubear, seria uma assertiva abjeta para esse homem comum. Ambiguidades, indefinições, estranhamentos, teses incompletas o irritam profundamente. Nenhuma ultrapassagem aos limites de uma ideia universal, natural, em harmonia com a ordem deve ser permitida. Uma coisa fora do lugar, discrepante aos valores da maioria urge ser corrigida, ou descartada. Da arte ele reconhece a plenitude da totalidade do humano. Na literatura localiza mistérios da alma, patologias. A música suave, a poesia a comovê-lo, o romance a lhe dizer quem é, ou quem deverá ser, amenizam as agruras do dia a dia.

Eu e ele, nós e eles, delimitados por espaços incompatíveis entre si, é a geografia do técnico em segurança. Tecnologia dos mapas onde em cada rua, zona, lugar, canto, quintal, avenida residiria uma virtude a ser explorada, uma doença a ser combatida, uma desgraça a ser salva. O homem comum utiliza a cartografia da cidade ameaçada de ser invadida por impurezas, como vermes. Opera com atenção o poder dos mapas na defesa do ataque iminente do estranho, do bizarro, na guerra interminável do bem contra o mal. Sem essa cartografia perde horizontes, referências; angustia-se por desconhecer onde começa e termina o esplendor do seu humanismo. Afirma-se como o cartógrafo empenhado em lutar contra o que ameaça perscrutar a lógica das fronteiras da sua comunidade. É um vigilante humanista; o técnico da geografia indutora do cuidado e da proteção. Os espaços, para o homem comum, não respiram, e nem expiram como moribundos; despossuem poros como a pele. Apresentam-se como construções que desprezam a morte, evitam contágios, desejam-se

imaculados. São espaços de um ente acuado atento ao inimigo. Munido dessa lógica, faz do estranho algo passível de ser extirpado.

No lar, entre amigos, ou nas celas onde exerce o trabalho, a diferença entre o humano e o inumano é clara e imutável como a luz do luar que tanto admira ao som de uma música terna. Abjeta é a carne onde um coletivo dissonante habita. Desprezível é o ser que ameace a harmonia da sua sombra e o fulgor da sua luz. No trabalho, os gritos ouvidos seriam emitidos por uma única voz, ou por um nós peculiar, restritos ao que sucede no cárcere. Gritos seriam apenas um som dissonante a ser abafado. Corrupção, violência, vandalismo, destruição do patrimônio público o preocupam quando não se encontra inebriado pela arte.

O ofício o deixa cansado. Tratar as mazelas urbanas, ficar atento aos perigos da segurança nacional requer preparo físico apurado. Em casa terá repouso. Missão cumprida. A população insegura reconhecerá a importância do seu empenho. Junto aos familiares os afetos afloram. A música suave o acalenta. Antes do adormecer lê um poema. O bálsamo ofertado pela arte abrandando a alma fadigada.

Após o ato de fazer falar a verdade, provocar a confissão do crime, enfraquecer o corpo do inimigo na incitação da dor e da humilhação, sente-se aliviado. Algo deveria ser feito em nome da ética e do combate à desintegração social. A racionalidade da técnica utilizada funcionou. O dia a dia do homem comum repete-se, repete-se, repete-se sem abalos, fissuras, caminhos não planejados. No anoitecer, mais uma vez, retorna ao convívio aconchegante da família. No lar beija os filhos, alimenta os pássaros, reza, olha para a lua e para as estrelas ao som de uma melodia e adormece. Após a canção, mais um poema. Sem literatura a vida resseca. Necessita da segurança doada pela arte para continuar com competência a sua missão. Música e poesia lhe dão vigor para planejar caminhos, sustentar o equilíbrio das emoções, costurar fissuras abertas da alma. No amanhecer, seus músculos voltarão a enrijecer. A violência, a instabilidade nacional inspira o seu trabalho em mais um ato de correção moral.

O terremoto do Nepal abriu fendas, fissuras, caminhos não planejados. A continuidade das horas foi abalada. O fenômeno que ocorre há muitos séculos ao norte da Ásia retornou mais uma vez. Nada se sustentou ereto sobre a superfície. Tremores sob a terra destruíram locais precisos para o funcionamento do dia a dia dos seus habitantes. Construções do passado e do presente viraram restos, entulhos, cacos, poeira. A paisagem após o ocorrido exibia destroços dos sonhos de eternidade, ruínas de matérias e de ideias; mostrava impiedosamente a derrocada de sólidos projetos. O poder de produzir fendas, frestas, caminhos não planejados de muitos séculos repetiu-se, retornou mais uma vez com energia avassaladora. Que poder teriam essas aberturas do solo para uma cidade onde o tempo ignora o tremor inesperado? Como seria o contorno do rosto do homem comum atormentado na aurora?

Wisława Szymborska, na obra citada, embaça o reconhecimento da face nítida dos agentes da tortura. Dificulta a localização dos espaços onde a ameaça à ordem pública é aniquilada. No poema “Terroristas”, de 2016, é ampliada a força da barbárie ao desdobrar suas modalidades de ação, assim como os seus protagonistas. A poetisa polonesa oferta ao leitor a potência perturbadora dos paradoxos. Lares dos prazeres frugais; cárceres onde a pele treme de desespero; celas fétidas molhadas pela urina do medo; recantos sagrados para orações fervorosas; cubículos onde ao corpo é negado um híbrido coletivo; espaços íntimos para o autoconhecimento através da arte; porões onde gradativamente a vida se esvai perdem a impermeabilidade das suas bordas. Fracassam na manutenção das fronteiras claramente delimitadas. Ganham poros, fissuras, buracos, rachaduras a provocar insólitas passagens. Dos paradoxos o horror espalha-se em formas imprecisas, multiplica-se em modulações de variadas intensidades. A visibilidade de um rosto, de um corpo, não basta para abarcar os limites da barbárie e da dor. No uso dos paradoxos, um rosto, um corpo anuncia uma potente catástrofe:

Nessa catástrofe, um corpo é sempre estranho e estrangeiro com sua opacidade inatingível, inexaurível, irreduzível. O corpo pode significar qualquer coisa, ao constituir signos, gestos, mímicas com todas as movências. Mas a realidade dada através do corpo rompe com a significação. O corpo é essa ruptura inqualificável. Ele é esse estranho começo e recomeço que pode colocar em questão um pouco de tudo, o pensamento, a narração, a significação, a comunicação, a história: ele introduz uma catástrofe no tempo que flui. (Uno, 2014, p. 51)

Repete-se há muitos séculos o abalo sísmico. Repete-se rompendo significações habituais do cotidiano como se o mundo fosse visto pela primeira vez. Abaixo da terra uma força impiedosa retorna. A destruição provoca insólitas passagens sobre o solo. As cidades são impelidas a recomeçar do nada. Uma catástrofe no tempo que flui sempre adiante anuncia rupturas implacáveis. Qual o poder dessa destruição para uma cidade onde o passado fenece perdendo a força da sua insurgência?

## **A urbe sagrada**

Bem-aventurado o cidadão desprotegido. Bem-aventurado o carente à espera de assistência. Bem-aventurada a população carioca amedrontada frente a tanta violência. Em nome do divino a cidade será governada. Segurança, paz, harmonia sob auspícios do sagrado farão a urbe feliz. O prefeito, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, lega à capital carioca um exímio conhecedor da segurança pública. O atual secretário municipal da Ordem Pública do Rio de Janeiro participou dos atos de tortura da ditadura militar no Brasil<sup>2</sup>. A nomeação desse homem comum afirmaria uma modalidade peculiar da memória. A memória onde o tempo é domado em sua intempestiva fúria. Memória amansada quando corre o risco

---

2 Sobre a nomeação do Secretário da Ordem Pública ver <http://www.comissaoda-verdade.mg.gov.br/index.php/component/gmg/story/4287>.

de interromper a continuidade de um trajeto, a ida apressada ao que virá. Amainada, quando o trajeto insiste em buscar no passado o diálogo com o inusitado que no agora acontece. Memória que apazigua, pacífica indiferente ao perigo de um instante.

A tortura persiste em vários espaços do tempo domesticado da capital carioca. Um homem comum colaborador da repressão dos anos setenta cuidará da segurança da cidade. Nomeação que emudece os mortos ao sentenciar como concluídos os seus apelos, projetos, sonhos ensaiados no outrora. Ato que produz no presente um anestesiante torpor a neutralizar a intensidade da palavra e do silêncio dos que estão, ou já não estão, entre nós. Deles nenhuma centelha abriria fendas, fissuras, caminhos não explorados. Centelha, segundo Walter Benjamin, acesa no inacabamento do passado convocado em um momento de perigo:

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo tal como ele propriamente foi. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ele lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo ... . O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (Benjamin, 2005, p. 65)

A cidade esqueceu o que sucedia ao Secretário da Ordem Pública quando os seus prazeres interrompiam-se no despertar. O prefeito do Rio de Janeiro convertido em templo elege como palavra de ordem o verbo cuidar. O que passou, passou. A cidade olvida a arrogância da vigilância dos que retesam o corpo para planejar o aniquilamento do inimigo. Olvida os gritos que persistem naqueles que ameaçam um belo e frugal amanhecer. Memória abrandada de uma cidade onde o tempo não cria fissuras, caminhos não planejados. Nada passa, passará ou passou que possa estremecer a solidez

da tutela do prefeito pastor. O sagrado ilumina as velhas ruas do Rio de Janeiro.

O que o terremoto do Nepal interpelaria a este esquecimento? O que aconteceria caso a memória devastasse a solidez do que resta sobre o solo?

Bem-aventurado o cidadão atento ao mercado. Bem-aventurados os acionistas e funcionários da urbe empresa. Bem-aventuradas as ovelhas urbanas. A cidade onde o cidadão carece de cuidado é a meta, ou a missão, dos atuais prefeitos de algumas capitais brasileiras. A desqualificação do ato político define o perfil do pastor e do administrador de empresa do Rio de Janeiro e de São Paulo. Não somos políticos, afirmam. Gestores modernos, definem-se. Fé e atenção aos apelos do mercado invadem as cidades portando a sacralidade do novo. O novo estranho à desconstrução da estabilidade de uma ideia; alheio à interrupção cortante do tempo contínuo; indiferente aos embates da história no inventário de promessas fracassadas. O novo que não assusta, não perscruta uma verdade, porém se faz luminoso a indicar caminhos com uma luz fugaz que se apaga celeremente. O novo instável, sedutor, sobrenatural.

Para os arautos do novo o passado das suas cidades é convocado a ser esquecido com suas mazelas e insurgências. Sigamos em frente em direção ao presente, proclamam. "Acelera São Paulo", afirma o prefeito paulista. A memória da urbe é impelida a fenecer o que passou. O seguir em frente em direção ao amanhã incerto seria anacrônico nas metrópoles onde fábricas e utopias ruíram. O presente, o aqui e agora pleno de promessas é a meta para uma provisória e descartável felicidade.

O novo reluz como luz sagrada a iluminar os recantos obscuros das cidades. Irmãos na esperança divina, acionistas de uma única empresa, funcionários urbanos são insuflados a esquecer. O empresário competente e o pastor sensível ao cidadão sofrido pelas agruras cotidianas compõem o cenário do Brasil da era do golpe. Rio de Janeiro e São Paulo ganham peculiares tutores da vida social das suas

capitais. O novo reveste-se da grandeza inquestionável do sagrado. Grandeza que o desmaterializa na opacidade da matéria-prima que o compõe, assim como do processo da sua produção. Fantasmagórico, à semelhança do mercado, seduz e guia, através do fulgor da sua luz, os caminhos dos atônitos mortais.

O administrador e o pastor na gestão da urbe confeccionam subjetividades das quais o tempo segue em direção a um presente efêmero, fugaz, na busca da eficiência, ou da salvação. Mais empenho de si mesmo, mais fé, mais criatividade, mais empoderamento, mais confiança em si, mais autoestima, fazem parte das qualidades exigidas para a alma empreendedora sempre em dívida consigo mesma. O cidadão deve esforçar-se, se responsabilizar, cooperar cada vez mais para a concretização da meta de uma cidade bela e feliz. Devedores atônitos à espera da realização das recompensas anunciadas para o momento oportuno. Na urbe como templo, ou empresa, são confeccionadas subjetividades onde resíduos da culpa e da dívida do capitalismo e do cristianismo do outrora se justapõem ao esforço do habitante das metrópoles. As utopias do passado já não possuem a estabilidade para serem projetadas na continuidade do tempo. Agora, celeremente dissolvem-se, tornam-se projetos dissipados pela aceleração do mercado. Culpa, salvação, dívidas afastam-se da eternidade do céu, ou do inferno, dos modelos estáveis para a conduta humana. O mais poder sobre si, mais confiança, mais criatividade, mais empreendedorismo e esperança são apelos urgentes. Fundamentam-se na assertiva que o ontem está morto, o amanhã redentor não acontecerá, a sociedade ruiu, a política é estéril, o outro se resume no irmão de fé, no parceiro eficaz para realização de metas, ou estorvo.

Prefeitos modernos que desprezam a política pedem mais, muito mais aos seus funcionários, ou ovelhas. Um novo mundo é convocado. Do empenho da razão, do esforço, do coração dos cidadãos a cidade bela e feliz emergiria. A política estaria morta. Seriam radicalmente modernos os novos prefeitos? Para Karl Marx talvez não.

Lutero venceu efetivamente a servidão pela devoção, porque a substituiu pela servidão da convicção. Acabou com a fé na autoridade, porque restaurou a autoridade da fé. Converteu sacerdotes em leigos, porque tinha convertido leigos em sacerdotes. Libertou o Homem da religiosidade externa, porque instituiu a religiosidade no interior do Homem. Emancipou o corpo de cadeias porque carregou de cadeias o coração. (Marx, 1969, p.118)

Bem-aventurado o homem liberto das cadeias da servidão feudal. A religiosidade em seu coração o levará ao encontro do novo homem e da liberdade convertidos no reino do trabalho. Marx alerta para a indissociabilidade entre subjetividade e capitalismo ao indicar a servidão operada por uma concepção de liberdade. O homem liberto das cadeias no corpo terá a si mesmo como o cobrador de dívidas; ônus que serão pagos com culpa caso o seu futuro não seja promissor. Pastores laicos iniciam uma longa jornada.

As cadeias na alma persistem, porém atreladas a peculiares funcionamentos. Culpas, dívidas do novo homem do passado tramadas na história do capitalismo ganham outra modulação. O capitalismo é uma religião, porém sem dogma, afirma Walter Benjamin: “ele não possui nenhuma dogmática, nenhuma teologia ... O capitalismo presumivelmente é o primeiro caso de culto não expiatório, mas culpabilizador” (Benjamin, 2013, pp. 21-22). O capitalismo como religião livre dos dogmas transmuta-se ao necessitar de tempos, almas, corpos e espaços singulares para a sua operação. Cidadinos empreendedores de si mesmos, empoderados, vitoriosos, autoconfiantes, acionistas da cidade empresa juntam-se às ovelhas carentes zeladas pelo empresário das almas desgovernadas. Na cidade de Deus e do mercado não se perde tempo, o futuro é agora. A pólis onde se inventa, rebela-se, se inquire o tempo que nos escapa esvai-se junto a sua memória e a sua história.

Em um lugar da Ásia, o terremoto devastou várias cidades. O solo tremeu, arruinou alicerces de habitações, destruiu a solidez do território rodeado por montanhas. Transformou construções em es-

combros. As placas tectônicas sob a terra moveram-se com energia dissipando a solidez das cidades próximas à cordilheira do Himalaia. No templo de Salomão, em São Paulo, o terremoto teve uma causa peculiar. A força demoníaca motivou a tragédia no Nepal. Do sagrado teríamos as respostas para os acidentes que destroem ali-cerces, interrompem o tempo, desfiguram a paisagem. Para a Igreja Universal do Reino de Deus, o demônio precisa ser domado. No Templo de Salomão o pastor denunciou para os fiéis o perigo dos abalos que ameaçam o equilíbrio das almas. Os movimentos sob a terra, alheios à continuidade do tempo previsível da superfície, ganhavam a magnitude do mal. Segundo o religioso, as forças demoníacas destroem com astúcia invisível a harmonia do tempo e do espaço doados pelo sagrado.

Qual o poder de um abalo às cidades onde perdura o esquecimento e a tortura?

## **Artes da cidade**

A palavra rua, originária do latim significa ruga, sulco, afirma o cronista João do Rio. Segundo o jornalista carioca, “a rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento” (Rio, 1991, pp. 3-4). Desvencilhando-se de ser um mero instrumento para a mobilidade, a rua ganha corpo. Além de corpo ela teria alma: “a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!” (Rio, 1991, p. 4). Qual corpo? A que aludiria uma ruga? Qual alma?

Para Walter Benjamin, rugas ultrapassam as marcas dos anos na epiderme. No ensaio sobre Marcel Proust, o filósofo berlinense afirma: “as rugas e dobras do rosto são as inscrições deixadas pelas grandes paixões, pelos vícios, pelas intuições que nos falaram, sem que nada percebêssemos, porque nós, os proprietários, não estávamos em casa” (Benjamin, 1994, p. 46). Marcas de tempos deixadas alheias ao seu proprietário. Rastros de palavras de ordem, recusa a

essas ordens, vestígios de sonhos falidos, de projetos por vir percorrem um rosto embaçando a nitidez do alguém que possa afirmar um pronome pessoal. Na rua enrugada o corpo produzido por um coletivo de tempos díspares habita a sua alma.

Na avenida Brasil no Rio de Janeiro, ruínas das velhas fábricas do passado aludem a detritos do sonho do Brasil rumo ao futuro. Ladeando a avenida, habitações populares, favelas registram a sedução, as promessas e o fracasso desse sonho. Nas ruas paralelas proliferam templos evangélicos. Antigos cinemas da zona norte agora exibem o sagrado. Na avenida Brasil sente-se o soluço e o espasmo da rua como um corpo. O passado vive nas rugas da sua superfície. Em São Paulo, na avenida Paulista poucos casarões dos barões do café sobrevivem. Os indícios do poder localizam-se agora nos grandiosos edifícios. Do alto, como nas catedrais, são produzidos os mistérios do mercado. Nos domingos o novo é conclamado por uma multidão em marcha. A via paulista ganha as cores verde e amarela. No meio da massa um homem comum e uma mulher comum emitem com entusiasmo reivindicações ao lado dos filhos. Desejam uma nova nação. Após o cansaço da marcha, a família posa para uma foto ao lado dos policiais militares. Todos sorriem na foto. Ao lado dos retratados, cartazes circulam portados por homens comuns; reivindicam o retorno da ditadura militar.

Aos domingos na avenida Paulista a multidão ávida pelo novo esquece. Durante o dia, a memória da cidade é amansada em sua fúria. Ao anoitecer, as grandes avenidas das metrópoles brasileiras gradativamente silenciam. As luzes do sagrado se apagam. O tempo ganha a forma de um coletivo corpóreo. Na cidade vazia de significados, de palavras de ordem, algo poderá acontecer. O silêncio será interrompido por uma iluminação profana<sup>3</sup>. Na madrugada silenciosa, perpassada por essa luz profanadora, algo é escutado.

---

3

Sobre a iluminação profana ver (Benjamin, 1994, pp. 21-35).

Não se olvide, jamais – estar em silêncio não é concordar. E, tampouco, calar-se. Cadáveres empilhados falarão para sempre. Gritarão através dos tempos. Assim como aqueles jogados ao mar, incinerados, enterrados em valas clandestinas. Um grito incessante, ensurdecedor. (Mudado, 2015, p.149)

Na cidade vazia, silenciosa, iluminada apenas por uma luz profanadora, uma explosão da terra, como o terremoto do Nepal, poderá acontecer. Fissuras, frestas, caminhos não planejados iniciarão o rasgo sobre a superfície. Explosão cruel para os crentes da arte como ornamento do humano. Bem-vinda para aqueles a quem o oxigênio falta. A bem-aventurança não ofertará bálsamo, consolo ou a mensagem salvadora. Na madrugada, junto ao rumor do tremor da superfície, uma oração laica é proferida:

Bem-aventurados os alucinados, porque deles será o real  
Bem-aventurados os desiludidos, porque neles o pensamento se fará humano  
Bem-aventurados os corpos que morrem porque deles será a sensualidade do invisível  
Bem-aventurados os desesperados, porque deles será a restante esperança  
Bem-aventurado sejas tu, ó texto, porque nos abres a geografia dos mundos  
Bem-aventurada sejas tu, ó terra, porque tua será a explosão que levará o vivo a todo o Universo. (Llansol, 2009, p. 53)

## Referências

- Benjamin, W. (1994). *Magia e Técnica, Arte e política* (Obras Escolhidas). São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (2005). Tese sobre a História. In M. Lowy (Org.), *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"* (p. 65). São Paulo: Boitempo.

Benjamin, W. (2013). *O capitalismo como religião*. In M. Lowy (Org.), *Walter Benjamin: capitalismo como religião* (p. 21). São Paulo: Boitempo.

Foucault, M. (1991). Anti- Édipo: uma introdução à vida não-fascista. In C. H. Escobar (Org.), *Dossiê Deleuze* (pp. 81-84). Rio de Janeiro: Hólon Editorial.

Llansol, M. G. (2009). *Cadernos II* Coleção Amorímpar. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Marx, K. (1969). *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Laemmert.

Mudado, S. (2015). *A chama e o vento*. Belo Horizonte: Kore.

Rio, J. D. (1987). *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Editora da Secretaria Municipal de Cultura.

Szyborska, W. (2016). *Um amor feliz*. São Paulo: Companhia das Letras.

Uno, K. (2014). *A gênese de um corpo desconhecido*. São Paulo: n-1 Edições.

# Ficção em ensaios urbanos: subvertendo juízos à técnica pelo delírio da cidade

Luis Artur Costa

## **Entre a ficção e a etnografia: plano de composições de delírios**

Nos aglomerados urbanos podemos cartografar a cristalização dos modos de relação cotidianos em formas instituídas: construções que balizam hábitos, regulamentações ensejando gestos, espaços sedimentados por rotinas. Formas instituídas que insistem nas cidades em operações de subjetivação perenes. Diante dessas, podemos nos ater às formas em suas coordenações que delimitam identidades, objetos, objetivos, divisões entre desejo-abjeto, etc., mas também podemos ultrapassar tais linhas simétricas e atentar às molecularidades sensíveis que também ressoam junto a essas: singularidades que compõem nossos planos de percepções e afetações possíveis (Deleuze & Guattari, 1992). Munidos de ferramentas dos planos de coordenadas e composições, podemos transversalizar poenografias delirantes que deslocam nossos regimes do dizível, pensável, sensível.

Tateando a cidade como uma epiderme sensível, adivinhamos nas marcas da pele urbana a sobreposição de estilos, a coadunação de

diferentes tecnologias sociais, a intrincada rede genealógica que perfaz o presente na confusão molecular do dia a dia. Nossas cidades são um laboratório de experimentação e reprodução de existências, constituído por diversos platôs que se sobrepõem intensivamente: mesmo que as incertas ruelas das vilas imperiais não permaneçam na maioria dos centros urbanos brasileiros, suas geometrias intrincadas estão presentes em nossas grandes avenidas higienistas como condição de possibilidade para o surgimento dessas. Como em um palimpsesto, uma cidade se inscreve sobre a outra transformando os modos e modelos das pequenas vidas que fazem vibrar à pedra, ao concreto, ao vidro e metal. Pequenos elementos sensíveis, verdadeiros punctuns urbanos (Barthes, 1989) trazem, à vida, fantasmas: existências sutis do passado que persistem no presente para olhos sensíveis às tramas genealógicas do presente.

Diante desse complexo campo de experimentações, muitas foram e são as perspectivas que buscam pensar as cidades: etnografias urbanas, geografia, urbanismo, epidemiologia etc.; entre o singular e o geral, elas produzem diferentes paisagens sobre nosso habitat. Seguiremos uma linha de fuga a partir da etnografia urbana: a poetnografia (Costa, 2012) ou Antropologia Especulativa (Saer, 2004). Não buscamos a representação de uma cultura: afirmamos e provocamos perspectivas de experiências culturais possíveis. Problematizamos nossa cultura e produzimos transduções nessa, não a reproduzimos ou analisamos indutivo-dedutivamente. Utilizamos aqui a ficção como método (Costa, 2012), pois, com ela, podemos ultrapassar a mera descrição que se quer objetiva e estritamente articulada ao dado: prescindimos dos princípios que guiam as descrições que pretendem extirpar a experiência e as virtualidades do seu relato, abandonamos o intuito de tentar reproduzir sobre o papel os objetos tal como são em encontro que denega o próprio encontro e sua produção de si. Intensificamos, desse modo, a singularidade do relato, que passa a ser como o diário de um viajante que não pretende somente relatar a paisagem em si mesma, mas sim as maquinações

do seu encontro com ela: produção que não se dá em uma carne fenomenológica atrelada a um sujeito, mas sim em uma trama de relações sensíveis, as quais em vez de serem produções do sujeito são condições de possibilidade para a sua existência. A experiência e suas condições de possibilidade são anteriores e posteriores ao sujeito: transversais e metaestáveis. Centramo-nos, assim, nos encontros, e não nos objetos; para ganhar em sutileza, virtualidades e complexidade, arriscamos uma Antropologia Especulativa (Saer, 2004).

Não se trata de relato fenomenológico na carne individual do eu e sua inexpugnabilidade subjetivista. Não queremos aqui que a ficção sirva para perspectivar um mundo interior confessional em suas impressões comezinhas; queremos antes, como todo exercício rigoroso de ficção, que este relato ultrapasse seu autor transformando-se em um dispositivo produtor de novas experiências possíveis: não se trata de reproduzir o dado, mas deslocar o possível. Não pretendemos apenas incluir elementos subjetivos aos relatos antes objetivos, queremos ultrapassar seu modo de operação: da transmissão/reprodução de informações (sejam elas objetivas ou subjetivas em sua forma) para a provocação/ contágio de experiências. A narrativa (escrita, fílmica, fotográfica, performática, etc.) não é mais tomada como uma representação formal de um objeto ou de uma experiência, mas sim um dispositivo para provocar problematizações. Neste exercício de crítica sobre nossos sistemas de aceitabilidade (Foucault, 1978), queremos que as pessoas pensem também com suas vísceras, não tentando isolar o pensamento em uma mente extirpada (Latour, 2001).

Admitindo que muitas forças habitam as formas urbanas e que existem muitas cidades em cada cidade, sacamos mão do delírio (Fonseca, Costa, Moehlecke, & Neves, 2010) para produzir deslocamentos em nossas perspectivas e permitir que outros regimes de visibilidade possam emergir. Fazer ver os liames de absurdo que sustentam o banal e comum nos permite ir além do bom senso (Deleuze, 1975). Podemos deformar as formas instituídas, levar nossas regras cotidianas a sua máxima intensidade (redução ao absurdo),

operar conjunções entre elementos considerados distantes ou opostos (transdução ou paradoxo), retirar ou inserir elementos estranhos a nossa paisagem habitual (experimentação e *cut-up*), etc.

Apenas a título de exemplo, podemos nos recordar aqui da obra de Franz Kafka e sua especial habilidade em problematizar seu tempo através da redução ao absurdo. A burocracia é parte constituinte da dinâmica do aparelho de Estado, tanto na sua formação soberana e disciplinar quanto contemporânea máquina quasi-nômade capitalística e, na obra de Kafka, podemos vislumbrar ambas as estilísticas. O autor tcheco nos apresentou um dos melhores campos de composição e problematização sobre as máquinas institucionais e suas operações de produção dos cotidianos. Evidentemente, máquinas distintas operam distintas maquinações sobre o molar e o molecular (Deleuze & Guattari, 1997): do molde disciplinar (Foucault, 1989) às modulações do Controle (Deleuze, 1992), vemos uma passagem das grandes segmentações claras e unívocas para as pequenas segmentações sempre ambíguas e fugidias. Podemos compreender melhor esses modos de operar efetuando uma pequena cartografia da burocracia em duas obras kafkianas.

Em *O Castelo* (Kafka, 1926/2000), vemos a máquina disciplinar operando uma centralização ressonante com o castelo inatingível em torno do qual se organizam as linhas moleculares dos pequenos burocratas e das residências dos cidadãos. O castelo permanece no alto e no centro, a vigiar e organizar os fluxos cotidianos dos habitantes. O Castelo aparece como um elemento externo que normatiza o urbano, ninguém adentra seu espaço ou questiona suas regras, nem mesmo os altos funcionários parecem poder acessá-lo, todos burocratas falam em nome do castelo, autorizados por ele, sem serem eles mesmos o próprio Castelo. O périplo de K. pelas ruelas da cidade em busca da origem das segmentações molares sempre finda em um intermediário que interdita seu caminho ao multiplicarem impedimentos. O caminho até o centro do poder, ao alto da hierarquia, é proibido aos habitantes, há que se proteger o centro que emite as lógicas a

serem replicadas em cada pequeno gesto dos burocratas. Esses pequenos burocratas se multiplicam molecularmente pela aldeia labiríntica, produzindo confusão na lógica unívoca castelar, ainda que em prol da mesma: a própria confusão dos pequenos burocratas mantém e sustenta a molaridade da burocracia central. Não se trata de uma oposição cidade-burocrata-molar e cidade-burocrata-molecular, muito antes pelo contrário: as ambiguidades e inexatidões dos pequenos burocratas estão sempre postas para interditar as possíveis ações de resistência (oposição e fuga) diante da centralidade do Castelo. Visibilizado em sua centralidade geométrica, o castelo ordena os blocos de dívidas e assujeitamento para consigo, segundo uma hierarquia espacial da proximidade para com o mesmo. Dívidas as quais regulam o impedimento do acesso à máquina de ressonância central, garantindo a orbitação das forças em torno de si, por uma certa clausura nas casas e favores dos pequenos funcionários, os quais, ainda que de modo confuso e informal, reafirmam a univocidade do Castelo perante a vila ao desse retirarem a autorização de sua autoridade e autoria: é a enunciação de alguma relação para com o Castelo, por mais incerta que seja, o que chama a atenção e detêm K. em sua aventura.

Encontramos outra máquina produtora de um diferente *Socius* no livro *O Processo* (Kafka, 1925/1998), onde não há uma ressonância central clara: a ressonância está em todos os lugares e em nenhum. Não há instância suprema, visível ou nítida que ordene a vida dos habitantes da cidade: todos pertencem ao tribunal, mas ninguém sabe localizá-lo nem possui uma clara função de autoridade no mesmo. Todos podem influenciar as decisões do tribunal, e essas (decisões) parecem se realizar por qualquer um, mas jamais por meios formalizados, sempre por meios gonzos, incertos, que fazem correr trâmites sem direção, hierarquia ou sentido. Apresenta-se, de modo incerto, com uma autoridade sempre dúbia, da qual não se sabe a efetividade da ação na configuração das linhas de força: Joseph cá está sempre a cambiar suas estratégias ao perceber o deslocamento constante das possibilidades de resolução.

Todos os lugares estão ao alcance imediato do tribunal, ele se conecta a tudo, do quarto de Joseph K. à Catedral, passando pelo atelier do pintor; as forças do tribunal fazem aparições intempestivas e incertas, impossibilitando a defesa do réu. Tribunal disperso pelo mundo: não vemos um supremo tribunal ou corte, mas somente a justaposição, multirressonante e ruidosa, de autoridades intermediárias, públicas e privadas, quase indistintas, que constituem uma rede de favores que deslocam continuamente uma rede de dívidas, as quais já não se ordenam em blocos hierarquizados, e sim em um processo ilimitado, sem absolvição ou execução, apenas circulação da dívida.

No castelo, a ressonância central funciona como ponto de convergência gravitacional, operando uma dinâmica de órbita no entorno do castelo, sempre a travar o deslocamento de K. até seu centro com barreiras disciplinares que limitam o movimento. Em *O Processo*, vemos as operações burocráticas efetivando uma necessidade de deslocamento errante crescente e permanente. Há que se estar em deslocamento nessa rede de dívidas para não ser conjurado: o que para fenece, todos são homens enquanto movidos pelas sucessivas promessas decorrentes da dívida ilimitada, ao cessarem tal dinâmica tornam-se vidas nuas, animais a serem abatidos. Ao vermos nossa cidade pelos olhos delirantes de Kafka, podemos problematizar as associações entre tais máquinas na produção de nossas vidas: máquina soberana-disciplinar, em seu aparelho de ressonância castelar preponderantemente molar, e a máquina de segurança-controle em sua processualidade fragmentar, dispersiva e acelerada. Ambas as máquinas se tornam inteligíveis e sensíveis a um só tempo através da escrita delirante do autor ao nos provocar uma Praga insuspeita aos olhos que querem apenas descrever seus hábitos.

### **Poetnografias urbanas delirando os juízos das técnicas**

Partindo dessa perspectiva ficcional, apresentamos alguns fragmentos poetnográficos: adotamos a perspectiva delirante de um

improvável viajante que corrói nosso olhar acostumado e cansado das formas do instituído, acontecimentalizando nossos sistemas de aceitabilidade (Foucault, 1978), tanto pela estranheza do banal quanto pelo humor diante do usual (Deleuze, 1975). Utilizaremos a ficção e o delírio neste ensaio para permitir um outro olhar sobre os usualmente denominados não-lugares (Augé, 1994). Esses são espaços-chave de nossa urbanidade global e se reproduzem por toda superfície do planeta. Considerados por algumas perspectivas como abstratos, sem singularidades e encontros, negações do espaço real: *shoppings*, aeroportos, metrô, hospitais e hotéis têm sido definidos pela negação (Augé, 1994; Baudrillard, 1995; Debord, 1967/1997; Virilio, 1995). Pela potência sensível da ficção, vamos dar corpo às singularidades que compõem a realidade desses espaços, deslocando a simplificação dos mesmos em abstrações gerais negativas desde um hibridismo entre o plano de coordenadas e de composições. A coordenação que simplifica e permite a denominação não-lugar a certas construções da cultura ocidental é a mesma que define muitas experiências urbanas e midiáticas como desrealização do real (Baudrillard, 1995; Debord, 1997; Virilio, 1995): juízo tecnofóbico em segmentação binária de oposição (Deleuze & Guattari, 1996) que apaga singularidades. Demonizações da técnica que passam a vê-la como dispositivo de desumanização do humano. A reversão operada pelo delírio ficcional desloca os regimes de visibilidade, dizibilidade, pensabilidade, permitindo-nos viver o sensível do não-lugar: potência criativa da técnica para além da simplificação entre entes naturais e artificiais (Simondon, 2007) cartografados em estilísticas da produção da existência.

### ***Chego ao porto***

Ao longe os prédios que se erguem pouco a pouco no horizonte. Imagino uma tribo isolada remando suas canoas na direção daquele imenso paredão urbano. Naturalistas às avessas a investigar as selvas urbanas. Se espantariam por tanta vontade de viver tão juntos nas

alturas? Certamente estão se protegendo de grandes perigos: feras gigantes ou tribos inimigas, iriam logo supor. Ao descobrir que feras e tribos inimigas não estão por aqui nos ameaçando, talvez levantassem a hipótese de que se trata de uma adoração às alturas. Uma forma de distinção social-religiosa onde os mais afortunados devem morar mais próximo dos deuses nas costas do céu. Imaginariam tais desbravadores da urbe que os condomínios e edifícios se mantêm através de estreitos laços comunitários, tal como as aldeias em torno da taba central? Se espantariam ao descobrir que o que nos mantém unidos em um prédio é a separação: apartar-se no apartamento. Se fôssemos obrigados a conviver e trocar mais palavras do que um “olá” nada entusiasmado no corredor ou elevador, com certeza teríamos todos desertados ao solo. União pela separação, adoração às alturas e proteger-se de grandes perigos: bons princípios de compreensão para nossa paixão por espigões.

Em meio ao sobe e desce das mercadorias do porto, vejo o entra e sai dos pequenos *drink's bar* onde o proletariado marítimo encontra o proletariado sexual. Lá dentro, em meio à meia luz e o odor de frituras e cigarros, pequenos shows desvelam nudez e simplicidade tocantes: corpos que exalam realismo em sua distância das formas perfeitas são adornados por pobres artifícios em busca do espetáculo. Lá, os perfumes chineses encontram o suor e maresia dos homens que lhes transportaram. Há algo de profundamente cristão nos puídos prostíbulos portuários: a beleza da precariedade humana em busca de aceder à perfeição dos céus. Provocam em nós compaixão e piedade, nefastas e venenosas, o modo como aquelas singelas vidas buscam emular seus sonhos de celebridade entre tecidos baratos e bijuterias de plástico. Tais mulheres são como as beatas que buscam constantemente alcançar “deus” copiando a imagem dos seus valores e ofertando ao próximo um cristão consolo para as agruras da vida. Em meio à concretude do atrito dos corpos veem-se as sutilezas afetivas que permeiam aquele *frenesi* de mercadorias. Nosso viajante incivilizado talvez logo percebesse que entre carícias e mercadorias

havia um denominador comum: capital. Plasticidade ancorada pela capacidade de comutação do capital: um diamante africano se torna o transporte de dezenas de automóveis que, por sua vez, se transforma em uma breve felação no beco do porto. Papel moeda, cartões de crédito, registros de posse, patentes: balizas tão abstratas quanto concretas que permitem a velocidade das trocas sem sua própria destruição. Logo me vejo fora dos muros que marcam a fronteira da zona portuária. Nosso viajante incivilizado perceberia a importância daquelas altas barreiras que circundam com sisudez a libertina prevaricação comercial e amorosa do porto? Perceberia ele o medo entre vírus, contaminações, imigrantes, fugitivos e contrabandos?

### ***Chego ao aeroporto***

O táxi me deixa sob a receptiva marquise de um grande prédio. Trata-se de uma gigantesca construção retangular feita de concreto armado, ferro e vidro. A superfície lisa do vidro reflete o vai e vem constante de carros e passageiros apressados. O prédio se ergue em meio ao nada circundado apenas por uma conjunção de importantes autopistas: asfalto, canteiros verdes e algumas fábricas ao longe, nada mais se destaca na paisagem. Adentro o edifício e sou tomado pelo resplandecer do espaço liso e brilhante onde podemos escorregar de olhos fechados, fluindo para novos destinos, acompanhando nossa imagem refletida no piso como uma “sombra a cores”, quase um duplo desgarrado a correr ao nosso lado com o mesmo destino. Quando há pressa, nada mais belo do que o liso que escorrega preciso na direção da saída. Uma voz que ecoa polímeros anuncia meu voo, imediatamente vou eu, leve, pelos corredores até meu descanso pouco ergonômico. O aeroporto é um grande agenciador que propulsiona saltos a largas distâncias, provoca desvios de trajetória e exige a paciência da espera aos seus usuários como em uma espécie de adoração ritualística à sua complexidade: alteram-se horários e portões, exige-se larga antecedência, verificam-se bagagens e documentos. Amplas salas de espera têm sua geometria simétrica corrom-

pida pela vida de centenas de corpos jogados sobre suas cadeiras ou piso: ruído sobre as elegantes estrias do liso.

Adentro o avião, por sorte escolhi o acento previamente e uso minha aliança: caso o acaso aconteça, meu corpo terá mais chances de ser reconhecido e menor será a espera dos meus familiares. Voar une o marasmo da segurança monótona das coisas ordinárias de hora marcada com o terror da excepcionalidade do desastre intempestivo. Sacolejos turbulentos levam minha mão ao copo e o estômago à boca. Me espelho nas comissárias e tranquilizo. O zunido dos motores vai desaparecendo do meu limiar auditivo. Pressão nos ouvidos pressurizam e despressurizam os tímpanos. Odores típicos de refrigerantes e *snacks* empestam o ambiente. Houve uma época na qual as aeronaves recendiam a cigarro. Mexo as pernas de tempos em tempos contra a possibilidade de uma trombose.

Desembarque. Sigo o fluxo evidente das pessoas ao modo dos bois em um brete, sem pensar muito, apenas atentando ao movimento geral e seguindo-o. Quando os corredores se tornam largas salas passo a me orientar pelos cartazes, placas e telas, navegando meu trajeto como se me orientasse pelas estrelas. A primeira angústia em terra logo salta à garganta; ainda que sejam espaços formalmente didáticos, feitos para conformar o fluxo rápido de pessoas por exigirem pouca reflexão diante de tantos sinais indicadores, o fato é que muitos se perdem nos aeroportos. São labirintos cheios de portas e espelhos idênticos, onde todos os corredores parecem repetir o anterior. Se o fato de os aeroportos serem simétricos deveria facilitar o deslocamento racional, muitas vezes se passa o contrário: diante de tantas salas similares o transeunte perde a possibilidade de referência. Os aeroportos são, todos juntos, um só imenso e diverso labirinto onde coisas e pessoas se perdem costumeiramente. Há uma lógica do extravio nos seus espaços plenos de corredores repetidos e reflexivos, nos seus percursos ambíguos e no imperativo de mover-se que eles possuem. O didatismo do espaço aeroportuário se assemelha mais à precária luta humana contra a entropia do universo do que a uma

docilização dos seus fluxos. Certamente faz algum sentido a concepção de não-lugar para referir os espaços onde há um imperativo de movimento e passagem nas estratégias que os concebem e operam. Avenidas, hotéis, lanchonetes de *fast-food* e aeroportos foram claramente concebidos como espaços pedagógicos que incentivam a passagem precisa e rápida. Sua estética tende a possuir grandes similitudes entre si e com outros espaços-irmãos como os *shoppings centers*. Trata-se de não-lugares, pois compartilham, além da estética da passagem, de um estilo em comum, uma estética transnacional: “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (Augé, 1994, p. 73). No entanto, como reduzi-los a uma definição negativa, como negar que existem relações e experiências na vivência cotidiana desses espaços? Tal postura de tomar certas especificidades da experiência desses espaços (simetria, racionalização, repetição, rapidez, didatismo) e considerá-las como ausência ou negação da experiência é negar a existência do “outro” em vez de se debruçar sobre suas singularidades. As sutilezas habitam esses espaços onde pulula a vida a todo o momento. Assim, em meio à pressa, nos encontramos com as formas delirantes e elegantes de um futurismo orgânico do arquiteto Santiago Calatrava em Barajas (Madri), tetos em madeira ondulada, tubos de climatização que se transformam em objetos de design, o amarelo que salta aos olhos contra o marasmo dos tons neutros. Também podemos operar fugas nas esperas no Galeão; após percorrer seus corredores desgastados e datados em algum lugar dos anos 1970, podemos comer uma feijoada e perder-nos entre um chope e outro na imensidão de uma grande janela que emoldura uma aguda cadeia de montanhas onde a Igreja da Penha descansa tal qual um improvável castelo medieval tropical. Já bêbados, podemos ser seduzidos pelo sussurro lascivo dos números dos voos com uma voz rouca úisque-lânguida, que em nada recorda o plástico de outros alto-falantes do mundo. Evidentemente tais singularidades são fu-

gas em meio às estrias simétricas que caracterizam a identidade desses espaços: uma identidade internacional, mas, ainda assim, uma identidade com suas singulares experiências, e não a sua negação. Há, certamente, uma identidade que ultrapassa países, mas sempre existem também as fugas singulares: ainda que partilhem de uma tendência à estética do tédio e ao imperativo de movimento, ao habitá-los nos encontramos com suas inevitáveis singularidades. Como tachar todas as experiências acima relatadas como não-experiências? Como negar a concretude das relações singulares que se desenvolvem em cada aeroporto tachando-os de não-lugares? Há sempre as formas fluidas de Calatrava em Madrid, a janela que salva e a voz que apaixona no Galeão, o futurismo pretérito do Santos Dumont e mais uma infinidade de frestas esperando por serem descobertas nos aeroportos do mundo.

### ***Meu quarto cheira a hotel***

Abro a porta, o movimento da chave me é familiar ainda (manias que os objetos ganham com o tempo ao ponto de somente nós mesmos, com nossa larga amizade, sabermos lidar com eles e entendermos seus apelos). O quarto tem cheiro de hotel. A muitos não deve agradar este ar de não lugar, mas a mim agrada. Não em grades, mas em sensações agradáveis de dias felizes, sempre de passagem, sem tecer relações mais estreitas com o local, mas sim com o movimentar-se. Importa rodar, voar, cruzar, passar pelas cidades sem morar, apenas fruir. Os lençóis bem puxados, o odor de alfazema único, o bombom barato de gordura hidrogenada ao lado do travesseiro. Gosto de não me preocupar em fazer um lar e findei por ter carinho por essas coisas de qualquer um. Sem dúvida tenho apreço pela facilidade com que se cola e descola desse espaço que se torna liso de tão nitidamente estriado: ranhuras simples e simétricas prontas para acoplamentos e desacoplamentos imediatos. A tecnologia de um hotel participa de uma longa escola da hospitalidade abrir-se ao qualquer. Existe um submundo do hotel que habita seus corredores

por anos, mantendo o pulsar de suas portas que abrem e fecham-se constantemente. A fusão dos elementos baratos e algo descartável, somada à constante limpeza exigida pelo fluxo de estranhos em suas dependências, faz com que os hotéis tenham, em geral, uma relação de familiaridade no que tange ao seu odor. Esse perfume faz parte de suas estratégias mnemônicas de acolhimento, de familiaridade no primeiro contato: odor hospitaleiro e benfazejo do descanso. A criação de uma ambiência nem tão estrangeira que lhe permite aportar em terras estranhas. Minha casa cheira a hotel.

Escuto meu vizinho ensaiar com seu trio de cordas (escuto escondido como quem invade a intimidade dos gemidos alheios). O violino lamenta vagaroso com um pranto de quem já não tem forças de chorar. O contrabaixo dá soluços convulsionados de um sofrer grande demais para passar pela garganta. Ambos tecem o território de uma milonga a se desenrolar no lamento agudo de uma cantante que jorra pela boca tal qual o suicida pela janela: quanta coragem e dor em um só gesto, quanta ação e desespero, uma milonga carpi-deira, de alma flamenca, que aponta longe no pampa, tendo a geada como mortalha da vida daninha que insiste e persiste debaixo dela. O violão ponteia ao fundo na paisagem em um dedilhado que suaviza a cena: como o trote de um petiço, marca um contraponto de esperança às lamúrias. Avança por entre as brumas e desliza pela estepe sulista com a suavidade do jovem que se vê imortal por ignorar a morte. Retorno do ritornelo-pampa da milonga e volto a reencontrar meu apartamento.

O lençol cheira a lavanderia, lavanda: flores daninhas que contagiam jardins. As lavanderias são brancas e têm um perfume de paz impessoal, como a morte. O paraíso é uma lâmpada fria sobre o som da máquina a lavar as roupas de qualquer um. Não fui eu que escolhi o perfume dos lençóis, e isso me agrada. Não tenho responsabilidade com eles, assim como em relação às cortinas: tudo foi posto independente do meu gosto, estão aí, impessoais para mim, posso mirá-las sem sentir qualquer responsabilidade pela sua existência. O cheiro

de um móvel que não é meu: betume acompanhado de um frágil laivo de verniz barato. As casas sempre têm um odor característico que provém do conjunto de coisas e gestos que lhe habitam. Depende do que comem, do que fazem, da edificação e do mobiliário. O cheiro da casa é sua síntese poética. O cheiro da minha casa se assemelha ao dos hotéis. O cheiro de hotel me acalma e faz da lamurienta milonga uma leve melancolia: desespero envolto em tédio, *blasé* e *zen*, afinal, resta a certeza sensível de que tudo passará.

Calmamente e leve, voou pelos devaneios na fumaça do meu cigarro. Pus-me a imaginar a vida no século XXII, meu apartamento e eu no século XXII. Imaginei que com o tempo se perceberia que nem tudo que não é sólido se desmancha no ar. Os não sólidos são ainda muito concretos e pungentes, tanto quanto o basalto jogado na vidraça de um banco do século XX. Em 2172 a mudança mais amedrontadora foi o deslocamento da ideia de posse em acesso. Primeiro se esgotou a compra de imóveis: tal modo de habitar se tornou uma tecnologia obsoleta. Os imóveis se tornaram caros demais para pessoas físicas, e os habitantes urbanos não estavam dispostos a imobilizar seu capital. A última moda era o *fast-hent*: aluguel flexível de curto prazo com imóveis mobiliados *prêt-à-porter*. Apenas os muito pobres e periféricos viviam toda uma vida no mesmo local. Os demais se mudavam constantemente em busca de tendências, exotismo e novas experiências. *Homeworking* e turismo como estilo de vida cotidiano. Os imóveis são posse de grandes corporações que os compram para aluguéis temporários. Instalou-se o *fast-hent*, nova tecnologia do urbano em que era possível alugar um domicílio por dias, semanas ou meses: modo de habitar *just-in-time*. Alguns pensadores alertavam que a barbárie do turismo predatório havia tomado conta da vida. Quem diria que o bárbaro a ruir com a acumulação de bens do antigo capitalismo seria o turismo? Pouco antes do *fast-hent*, vimos o deslocamento dos bens duráveis de consumo para a categoria de serviços. Incremento da obsolescência programada e da leveza de não se responsabilizar por manter carro, móveis, eletrodomésticos. Foi

assim que os bens de consumo duráveis tornaram-se serviços: aluguel, uso, licença, tempo. As cidades se tornaram grandes provedores de acesso, onde se oferecem múltiplas conexões possíveis. Criamos o nomadismo de mercado: a fumaça do cigarro dança em prol do livre consumo de experiências. Mas logo dou mais uma tragada, sinto a concretude ardida da fumaça adensada em meus pulmões. Odor de passagem que parece me aliviar da responsabilidade sobre todo peso imóvel do meu corpo.

## Referências

- Augé, M. (1994). *Não-lugares: uma introdução à antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papyrus.
- Barthes, R. (1989). *A câmara clara*. Lisboa: Edições 70.
- Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto. (Original publicado em 1967)
- Costa, L. A. (2012). *Desnaturando desmundos: a imagem e a tecnologia para além do exílio no humano*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Deleuze, G. (1975). *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações, 1972-1970*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3). São Paulo: Ed. 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 5). São Paulo: Ed. 34.
- Fonseca, T. M. G., Costa, L. A., Moehlecke, V., & Neves, J. M. (2010). O delírio como método: a poética desmedida das singularidades. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(1), 169-189.

Foucault, M. (1978). Qu'est-ce que la critique? *Bulletin de la Société française de philosophie*, 82(2), 35-63.

Foucault, M. (1989). *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Kafka, J. (1998). *O processo*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1925)

Kafka, J. (2000). *O castelo*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1926)

Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora*. Bauru, SP: EDUSC.

Saer, J. J. (2004). *El concepto de ficción*. Buenos Aires: Seix Barral.

Simondon, G. (2007). *El modo de existencia de los objetos técnicos*. Buenos Aires: Prometeo.

Virilio, P. (1995). *Espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34.